

ISSN 1679-3625

CIDADES

Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Volume 7
Número 11
Janeiro a junho de 2010

CIDADES

REVISTA CIENTÍFICA
VOLUME 7 – NÚMERO 11 – 2010

Coordenação Editorial

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Editoras deste número temático

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Nelba Azevedo Penna – UnB

Comissão Editorial

Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

Jan Bitoun – UFPE

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Maurício de Almeida Abreu – UFRJ

Pedro de Almeida Vasconcelos – UFBA

Roberto Lobato Corrêa – UFRJ

Silvana Maria Pintaudi – UNESP

Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani – USP

Ana Clara Torres Ribeiro – UFRJ

Arlete Moysés Rodrigues – UNICAMP

Carles Carreras – Universidad de Barcelona

Horacio Capel – Universidad de Barcelona

José Alberto Rio Fernandes – Universidade do Porto

José Aldemir de Oliveira – UFAM

José Borzachiello da Silva – UFCE

Leila Christina Dias – UFSC

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

Odette Carvalho de Lima Seabra – USP

Paulo César da Costa Gomes – UFRJ

Suzana Pasternak – USP

Formatação e Normalização Bibliográfica

Maria Angélica de Oliveira Magrini

Wagner Batella

Apoio

Ana Cláudia Nogueira

Capa

Caio Beltrão Sposito

Revisão de língua portuguesa

Maria Luísa Santos Abreu

Conferência da revisão

Maria Angélica de Oliveira Magrini

Wagner Batella

Projeto gráfico e diagramação
Zap design

Impressão gráfica
Bartira

Tiragem
800 exemplares

Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. 19060-900. Presidente Prudente
Estado de São Paulo, Brasil
(Correspondência postal aos cuidados de Maria Encarnação Beltrão Sposito)
Telefone (18) 3229 5375 Fax (18) 3221 8212

Informações e envio de textos:
cidadesrevista@gmail.com

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange
On demande l'échange / Si richiede lo scambo / Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004–
Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004–
v. 7., n. 11; 23 cm., il.

Semestral
2010, v.7, n. 11
ISSN 1679-3625

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed.): 910.13
CDU: 911.3

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fones: (11) 3105-9500 / 3522-7516 / 4063-4189, Fax: (11) 3112-0941
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 7

DOSSIÊ TEMÁTICO I - POLÍTICA(S) URBANA(S): ESTADO VERSUS MOVIMENTOS SOCIAIS

COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO, CONTRA O ESTADO: OS MOVIMENTOS URBANOS E SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS, ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL E A AÇÃO DIRETA 13

Together with the state, despite the state, against the state: insurgent spatial practices, 'militant particularism,' and multiscalarity

Marcelo Lopes de Souza

PUNK E HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS? 49

Punk and hip-hop as social movements?

Nécio Turra Neto

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A TRAJETÓRIA DO URBANISMO 67

Social movements and urbanism: covergences and divergences

Jan Bitoun

PODER, POLÍTICA, URBANO E A CAIXA DE PANDORA 79

Power, politics, the urban and Pandora's box

Sérgio Martins

DOSSIÊ TEMÁTICO II - NOVAS FORMAS ESPACIAIS E NOVOS PAPÉIS URBANOS

FORMAS ESPACIAIS E PAPÉIS URBANOS: AS NOVAS QUALIDADES DA CIDADE E DO URBANO..... 125

Spatial forms and the roles played by cities: the new qualities of the city and the urban

Maria Encarnação Beltrão Sposito

INOVAÇÕES ESPACIAIS URBANAS – ALGUMAS REFLEXÕES 151

Urban spatial innovations: reflections

Roberto Lobato Corrêa

REGIÕES RETICULARES: BREVES CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER AS NOVAS FORMAS URBANAS..... 163

Reticular regions: some brief considerations to understand new urban forms

Ester Limonad

PARA UMA LEITURA DAS FORMAS DE COMÉRCIO VAREJISTA NA CIDADE... 181
For a reading of the forms of retail commerce in the city
Silvana Maria Pintaudi

TEMAS DIVERSOS

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E DISCURSO DO “DECLÍNIO” EM
POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BRASIL E NA EUROPA 195
Development strategies and the “decline” discourse in the urban requalification
policies in Brazil and Europe
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES CONDOMINIAIS PAULISTANOS
DE PADRÃO MÉDIO E ALTO 221
The production of upper and middle class condominium open spaces in the city of São Paulo
Solange de Aragão

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO..... 253

NORMAS PARA PUBLICACIÓN..... 257

NORMES DE PUBLICATION..... 261

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS 265

CHAMADA PARA ARTIGOS
A CIDADE E A FESTA 269

TEXTE D'APPEL
LA VILLE ET LA FETE..... 271

CHAMADA PARA ARTIGOS
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O SENTIDO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS 273

REVISTA EURE..... 275

REVISTA ESPACE ET SOCIÉTÉS 276

EDITORIAL

Com o número 11 de CIDADES, damos continuidade à divulgação do debate realizado durante o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIM-PURB), realizado em Brasília, em setembro de 2009, sob a coordenação do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília.

O tema que reúne os artigos contidos neste número – FORMAS ESPACIAIS E POLÍTICA(S) URBANA(S) – resulta do esforço de síntese das reflexões realizadas em duas mesas redondas ocorridas naquele evento científico.

Os primeiros quatro textos deste número de CIDADES expressam o diálogo estabelecido durante a mesa redonda proposta e coordenada por MARCELO LOPES DE SOUZA – POLÍTICA(S) URBANA(S): ESTADO *VERSUS* MOVIMENTOS SOCIAIS.

Ele é o autor do artigo que abre este número, intitulado “Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta”, e destaca a urgência de se encontrar, propor e aprofundar novas perspectivas analíticas capazes de contribuir para a compreensão “das agendas e das práxis nos processos de mudança socioespacial”. O autor valoriza os conceitos de poder e práticas espaciais, como fios condutores para uma leitura dos movimentos sociais, sob o prisma da transformação emancipatória da realidade sócio-espacial. A proposição de uma tipologia sobre as práticas que ele qualifica como insurgentes é uma contribuição importante à qual os leitores de CIDADES terão acesso neste número.

NÉCIO TURRA NETO, em seu artigo “*Punk e hip-hop* como movimentos sociais?” trata de duas culturas juvenis transfronteiriças, compreendendo-as como novos sujeitos sociais que, ao se territorializarem nas cidades, traçam suas redes de sociabilidade. A dialética socioespacial, na seção final de seu artigo, é a reflexão que decorre do caminho percorrido pelo autor ao longo de todo o texto. Partindo do percurso histórico efetuado por elas, o espaço e o tempo dessas duas culturas juvenis são valorizados, por meio da relação analítica entre o mundo e o lugar, de modo a que se compreenda o que lhes é particular no período atual.

“Movimentos sociais urbanos e a trajetória do urbanismo” é o título do artigo apresentado por JAN BITOUN. A partir da análise dos últimos cinquenta anos da relação que, no Recife, vem se estabelecendo entre os movimentos sociais e o urbanismo, ele revela os compassos e os descompassos dessa conflituosa articulação. Para esses movimentos, o grande desafio era o de levar os urbanistas a pensar e propor um urbanismo que contemplasse as necessidades de um *habitat* para “segmentos sociais em situações precárias e sem vínculos fixos com o mercado de trabalho”, mas seus esforços não foram bem sucedidos. O poder público, por meio de seus técnicos, envolveu-se com propostas urbanistas mais próximas de soluções funcionalistas ou projetos mais voltados a uma competitividade entre cidades.

SÉRGIO MARTINS oferece sua contribuição com o artigo “Poder, política, urbano e a caixa de Pandora”. Apoiar-se em Michel Foucault para discutir o poder; em Hannah Arendt para tratar das faculdades do pensar, do agir e da vontade; recorrer a Nietzsche e a Lefebvre e dá centralidade ao conceito de urbano, tal como exposto por este último autor. Com base nesse constructo, remete os leitores à teoria do possível, de Ernest Bloch, e reitera a importância de uma abordagem do espaço que contemple a dialética entre o possível e o impossível, ela própria constitutiva do real.

O dossiê II é composto por quatro textos, elaborados a partir da temática NOVAS FORMAS ESPACIAIS E NOVOS PAPÉIS URBANOS, proposta por Maria Encarnação Beltrão Sposito para orientar os trabalhos de uma das mesas redondas que tiveram lugar no XI SIMPURB.

Autora do artigo intitulado “Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano”, ela coloca em destaque, em seu artigo, as determinações do processo de urbanização no período atual, responsáveis pela redefinição das formas de expansão do tecido urbano, dos conteúdos das cidades e das práticas socioespaciais que caracterizam o urbano. Três pares de qualidades desse processo e das cidades são os eleitos, pela autora, para desenvolver suas ideias: transição e transitório, extensão e intensidade, mobilidade e imobilidade.

ROBERTO LOBATO CORRÊA é o autor do artigo subsequente: “Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões”. Para ele, as inovações, por vezes, tanto produzem novas formas, como as refuncionalizam e as criam. A produção de novas áreas urbanas destinadas à classe média e à elite gera setores dos espaços

urbanos seletivos e esse fato é analisado no contexto das relações entre capitalismo e espaço, considerando também aquelas entre formas espaciais e inovações. Para o autor, os condomínios exclusivos, os *shopping centers* e as vias expressas compõem a tríade sobre a qual se assentam esses novos espaços.

“Regiões reticulares: breves considerações para compreender as novas formas urbanas” é o título do texto de ESTER LIMONAD, no qual é introduzida a ideia de regiões reticulares não euclidianas, como instrumento teórico e metodológico capaz de contribuir para a compreensão da produção do espaço social, no período contemporâneo, nele situando as tendências recentes da urbanização brasileira. Sua intenção é analisar as continuidades espaço-temporais atuais que alteram as relações de centralidade predominantes.

O segundo dossiê desta revista é concluído com o artigo de SILVANA MARIA PINTAUDI: “Para uma leitura das formas de comércio varejista na cidade”. Ela parte da ideia de que a esfera do consumo ganhou, nos últimos trinta anos, um papel central em nossa sociedade. A análise das novas formas de comércio varejista e o modo como vêm sendo apropriadas, no decorrer do tempo, oferecem elementos para se refletir sobre o espaço urbano, sobre a finalidade das áreas que se destinam ao comércio de bens e serviços, destacando que revelam o “fascínio” exercido sobre os consumidores.

Mais dois artigos científicos, encaminhados à CIDADES, enriquecem o número 11 e estão fora dos dossiês, porque suas origens não se vinculam ao SIMPURB, ainda que ofereçam, também, contribuições ao tema deste número.

“Estratégias de desenvolvimento e discurso do ‘declínio’ em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa” é o artigo de autoria de SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR, em que são analisadas essas políticas como estratégias para dar visibilidade às cidades, tornando-as mais competitivas em cenários estabelecidos em múltiplas escalas, da regional à mundial. Tais políticas são expressas tanto como formas de desenvolvimento regional e de interesse nacional, como de atuação do mercado. O desenvolvimento de suas ideias baseia-se nas experiências de Belém, no Brasil, e de Marselha, na França.

SOLANGE DE ARAGÃO é a autora de “A produção dos espaços livres condominiais paulistanos de padrão médio e alto”. Ela nos apresenta a análise dos agentes – incorporadoras, construtoras, imobiliárias, profissionais de *marketing*, arquitetos, paisagistas, usuários e o Estado – que, por meio de suas ações, interferem na produção desses espaços de uso comum.

No final deste exemplar, os leitores de CIDADES encontram: as normas para o envio de propostas de textos a serem publicados neste periódico científico, as chamadas para artigos com vistas aos próximos números temáticos e o sumário de revistas associadas à nossa: EURE, do Chile, e ESPACES ET SOCIÉTÉS, da França.

Para concluirmos nossa apresentação, reiteramos os agradecimentos feitos no número 10, dirigidos a Nelba Azevedo Penna, coeditora daquele e deste volume, à Fundação da Universidade de Brasília, cofinanciadora desta edição, bem como ao Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia dessa universidade, que estiveram à frente do simpósio que alimenta, com sua produção, grande parte deste número de CIDADES.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

DOSSIÊ TEMÁTICO I

**COM O ESTADO, APESAR DO ESTADO,
CONTRA O ESTADO:
OS MOVIMENTOS URBANOS E
SUAS PRÁTICAS ESPACIAIS,
ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL
E A AÇÃO DIRETA**

MARCELO LOPES DE SOUZA

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Departamento de Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisador do CNPq

mlopesdesouza@terra.com.br

RESUMO

Mudanças e crises teóricas têm assinalado, de algumas décadas (e sobretudo de alguns anos) a esta parte, a necessidade de encontrar ou refinar e consolidar novos marcos analíticos para examinar e avaliar as agendas e a práxis nos processos de mudança sócio-espacial. Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas fraca e indiretamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem, no entendimento do autor destas linhas, a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são “práticas sociais densas de espacialidade”. As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade, quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente. Trata-se, no presente trabalho de examinar as práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos emancipatórios. Interessam, portanto, as práticas espaciais que se vinculam a uma perspectiva de transfor-

mação emancipatória da realidade sócio-espacial – em uma palavra, à práxis. O artigo apresenta, inicialmente, uma discussão dos conceitos de poder (dialogando-se com Michel Foucault, Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis) e prática espacial (partindo-se, sem pretensões de fidelidade, da contribuição de Henri Lefebvre). Na seção subsequente, oferece-se e discute-se uma tipologia das práticas espaciais insurgentes protagonizadas por movimentos sociais. A utilidade de se construir uma tal tipologia não se esgota, evidentemente, na tipologia em si mesma; faz-se mister, complementarmente, discutir os limites (contradições e obstáculos) das práticas espaciais dos movimentos, que é o que traz a última seção do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Espaciais. Cidades. Movimentos Sociais Emancipatórios. Ação Direta. Luta Institucional.

TOGETHER WITH THE STATE, DESPITE THE STATE, AGAINST THE STATE: INSURGENT SPATIAL PRACTICES, ‘MILITANT PARTICULARISM,’ AND MULTISCALARITY

ABSTRACT

The concept of spatial practice is a very important one for the purpose of thinking about the spatial dimension of power. According to neo-Marxist Henri Lefebvre – who, besides Foucault, was one of the philosophers who most profoundly paid attention to the social space – ‘(..) spatial practice consists in a projection onto a spatial field of all aspects, elements and moments of social practice (...)’ Understandably, Lefebvre discussed spatial practices at a very abstract level, as he did also in relation to the *production de l’espace* as a whole. However, for both the purposes of empirical research and strategic reasoning, it is necessary to specify different types of spatial practice and their particularities. The aim of this paper is to present and analyse some important insurgent spatial practices which have been developed and implemented by emancipatory social movements throughout the world in the framework of globalisation. The text begins with a discussion of the philosophical contributions made by Michel Foucault to the elucidation of the meaning and role of power as heteronomous power; thereafter, I will contrast Foucault’s approach to power to that of Cornelius Castoriadis’ (and secondarily to that of Hannah Arendt’s), in the context of which the possibility of an autonomous power is consistently

considered (section 1). The contributions made by Foucault and Lefebvre to the investigation of the connections between power and space, mentioned in several parts of the paper, help in offering a typology and a discussion of insurgent spatial practices (section 2) and an analysis about the limits of these practices (concluding section). I hope this paper can demonstrate the usefulness of both this typology and of a critical discussion of some problems and challenges.

KEY WORDS: Spatial Practices. Cities. Emancipatory Social Movements. Direct Action. Institutional Struggle.

“Nosotros no podemos con sus armas. Ustedes no pueden con nuestras ideas”.
Lema aprovado pela *Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca*,
México, em 2007, cit. por Marbán (2008, p.123)

INTRODUÇÃO: ANALISANDO AS PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA “ESTADOCRÍTICA”

Mudanças e crises teóricas têm assinalado, de algumas décadas (e sobretudo de alguns anos) a esta parte, a necessidade de encontrar ou refinar e consolidar novos marcos analíticos para examinar e avaliar as agendas e a práxis nos processos de mudança sócio-espacial.

O marxismo, referência predominante no ambiente político e intelectual radical ao longo do século passado, foi também a principal vítima da maré neoconservadora dos últimos decênios – em larga medida devido às suas próprias fraquezas e dissensões internas. Ele era e é, tipicamente, crítico do Estado capitalista, mas não da ideia de Estado em geral, pelo menos em última análise. A ambiguidade de Marx a esse respeito desaparece com Lenin e o bolchevismo (notadamente após a Revolução Russa), visceralmente comprometidos com a problemática ideia de um “Estado socialista”. Porém, não só com o bolchevismo, que foi uma espécie de epítome do marxismo militante ao longo do século XX: também com a maior parte do “marxismo ocidental” acadêmico, o qual apenas raramente tentou, de verdade, superar a ambiguidade marxiana de uma forma muito diferente da do leninismo.

O anarquismo clássico (século XIX até os anos 30 do século XX) foi, de sua parte, tipicamente “estadófobo”, ao repudiar toda e qualquer utilização de

instâncias de poder ou recursos estatais com o fito de acumular forças, ganhar tempo ou evitar uma situação de completo isolamento. A rejeição taxativa dos anarquistas clássicos a tudo que representasse ou simbolizasse o aparelho de Estado fica emblematicamente caracterizada pela tradicional recusa em participar do Parlamento ou de cargos executivos, não somente por meio de candidatos (o que, na maior parte dos países, os obrigaria, ainda por cima, a aderir à forma-partido, a qual só faz sentido à luz de uma estratégia de “tomada do poder estatal” e de ocupar posições no Estado), mas também boicotando as eleições. Eis um dos pontos em que o anarquismo clássico diferia do marxismo-leninismo – e mesmo de correntes um pouco menos autoritárias do marxismo militante, como os luxemburgistas –, aberto como este sempre esteve à possibilidade de participar do “Parlamento burguês” (ou do aparelho de Estado em geral, além de sindicatos reformistas) como um expediente tático.

Entre o final dos anos 30, com a derrota dos anarquistas (e “republicanos” em geral) durante a Guerra Civil Espanhola, e os anos 60, as ideias e práticas libertárias tiveram pouquíssimo espaço e influência. As revoltas estudantis dos anos 60 marcaram o ressurgimento dessas ideias e práticas. O contexto era, porém, mais complexo e diversificado: ao lado de autores e movimentos neoanarquistas, explícitos em sua busca de filiação a uma linhagem que remontava aos anarquismos clássicos de Proudhon, Bakunin, Kropotkin etc. – caso de Murray Bookchin, para ficar em um único exemplo –, emergiram ou consolidaram-se também outras posições radicalmente autogestionárias. A um só tempo anticapitalistas e não-marxistas, estas últimas, no entanto, levantavam ressalvas importantes relativamente ao legado intelectual e político do anarquismo clássico: é o caso do pensamento autonomista, que se apresentou, de acordo com o país, com nuances próprias, sendo representado, na França, sobretudo por Cornelius Castoriadis (principal nome do grupo *Socialisme ou Barbarie*), e, na Itália, pela corrente política e intelectual denominada *Autonomia Operaia*.

A partir dos anos 90, novos movimentos sociais, em particular na América Latina, elevaram a ideia de autonomia a uma posição de destaque. Muito embora tal ideia costume ser compreendida de modo menos profundo e complexo do que, por exemplo, nos escritos político-filosóficos de Castoriadis, a radicalidade da mensagem é bastante evidente, mantendo-se a tradição de recusa simultânea tanto do Estado capitalista (e do capitalismo em geral) quanto de soluções e formas de organização hierárquicas/verticais. Mais influenciados

por referências diretas ou indiretas do anarquismo clássico que do pensamento autonomista de um Castoriadis, o “autonomismo” presente em movimentos sociais latino-americanos (como parte dos *piqueteros* argentinos) exprime-se em termos não raro “estadófobos”, apesar de, na prática, algumas organizações de movimentos terem sabido aproveitar mais ou menos bem as possibilidades oferecidas por certas negociações com o Estado, conquanto não sem riscos.¹ Além do mais, assim como os anarquistas clássicos também o faziam, da mesma forma os “autonomistas” latino-americanos e seus principais intérpretes (como Raúl Zibechi [2003, 2007]) geralmente acalentam uma visão reducionista e suspeitosa da própria ideia de poder. Ainda que não seja sempre restringido ao poder estatal, o poder aparece, quase sempre, como algo em si mesmo ruim, e fica claro que, nas mentes desses ativistas e intelectuais, a sombra do Estado continua a se fazer excessivamente presente no que tange à modelagem dessa ideia.²

Diversamente, Castoriadis havia, persuasivamente, recusado a interpretação anarquista do poder, ainda que o seu autonomismo estivesse, em aspectos éticos essenciais, muito próximo do legado do anarquismo clássico (coisa que Castoriadis nunca esteve muito disposto a reconhecer). O autor deste artigo

¹ Sobre isto pode ser citado, em primeiro lugar, o caso dos *Planes*, subsídios oferecidos pelo governo de Néstor Kirchner para tentar apaziguar os *piqueteros*. Estes conseguiram que os *Planes* fossem geridos pelas próprias organizações dos movimentos, recursos com os quais puderam financiar várias atividades, sem perder de vista, pelo menos em alguns casos, a importância da autonomia e da autossustentabilidade de suas atividades e de seus circuitos econômicos alternativos. Em segundo lugar, servem de ilustração, também na Argentina, as “*leyes de expropiación*”, que serviram como um respaldo jurídico para o movimento das *empresas recuperadas* (ocupação produtiva de fábricas e outras empresas falidas e abandonadas por seus proprietários). O fato de que o movimento das *empresas recuperadas* se acha atualmente bastante “amansado” e um tanto enfraquecido se deve, basicamente, a contradições internas, e não à abertura arrancada ao Estado por meio da legislação mencionada; da mesma maneira, é bem verdade que o movimento *piquetero* se encontra largamente, embora de modo algum totalmente cooptado pelo kirchnerismo, que passou a utilizar crescentemente a distribuição de *Planes* segundo critérios políticos casuísticos – premiando apaniguados e punindo adversários –; no entanto, também aqui seria um equívoco atribuir aos *Planes*, que ao menos no início envolveram uma dinâmica de negociação e exigência diferente do que ocorre com típicas políticas públicas compensatórias neopopulistas, a responsabilidade pelo atrelamento estatal, partidário e sindical de grande parte dos *piqueteros*, mais do que à presença de debilidades e fraturas no interior do próprio movimento.

² O que não impede que se incorra em contradições, que vão desde um excesso de condescendência (ou ambiguidade) em face um governo como de Hugo Chávez até o esforço de John Holloway, radicado no México e interlocutor privilegiado de tantos intelectuais latino-americanos, para compatibilizar a tese libertária de “mudar o mundo sem tomar o poder” com a tradição marxista (e sem dialogar com o anarquismo, o neoanarquismo ou o pensamento autonomista europeu!) (cf. HOLLOWAY, 2005).

acredita que a compreensão castoriadiana do poder é particularmente rica e complexa em comparação com o legado de outros observadores e pensadores, por ser, a um só tempo, crítica e flexível. Senão, vejamos.

Michel Foucault, por exemplo, nos legou um conjunto de reflexões extremamente agudas e marcantes a respeito de práticas de opressão e controle, reflexões essas emblematicamente representadas pela obra *VIGIAR E PUNIR* (vide FOUCAULT, 1986), mas também presentes em vários outros textos e em numerosas entrevistas (FOUCAULT, 1984, 2008). Entretanto, ele concentrou-se sobre o poder heterônomo. Com isso, tacitamente, ele se perfilava com a tradição do anarquismo clássico (e, cada vez mais, do próprio senso comum) de enxergar o poder como algo essencialmente suspeito – e isso apesar de Foucault, diferentemente dos anarquistas do século XIX, ter ampliado o conceito de poder para muito além do Estado, passando a englobar também o seu nível “microfísico” (FOUCAULT, 1984, 1986), além de ter salientado não ser correto restringir o poder a uma apreensão meramente negativa, enquanto proibição, censura etc., entendendo-o como estando igualmente envolvido na produção de eficiência e disciplina (visão menos restrita que ele adotou a partir de *VIGIAR E PUNIR*). Foucault não ignorou completamente os “contrapoderes”... Apenas nem de longe os explorou tão profunda e sistematicamente quanto o fez em relação ao poder heterônomo – a ponto de ter marcado a imagem do poder, como já se disse, quase tão negativamente quanto os anarquistas clássicos. É sintomático que ele quase não fale em “contrapoder”, preferindo “contraconduta” (*contre-conduite*) para designar as lutas contra um poder opressor (FOUCAULT, 2008, p. 266) – às quais ele, em todo caso, não chegou a dar atenção extensa ou sistemática –, uma vez que “contrapoder” significa um poder que é exercido em oposição a outro poder, e não a negação pura e simples do poder (ou seja, “contrapoder” é diferente de “antipoder” ou “não-poder”).³

Vários autores tiveram uma visão menos negativa do poder, sem que, por isso, sejam classificáveis como conservadores. Esse é o caso, por exemplo, de Hannah Arendt, a qual legou reflexões fundamentais sobre o assunto (ARENDR, 1983, 1985). Antes de Foucault, tinha ela já reconhecido claramente que o poder não é uma “coisa”, algo que se armazena ou possui, diferentemente dos instrumentos de violência:

³ Uma das raras ocasiões em que ele utiliza a palavra “contrapoder” é em Foucault (1986, p. 193).

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDDT, 1985, p. 24).

Poder e discurso – atos e palavras – não podem ser divorciados um do outro. O poder existe apenas no contexto da ação (ARENDDT, 1983, p. 212). O poder não possui somente uma face ligada à dominação ou à hierarquia/verticalidade (como no caso das três “tecnologias de poder” esquadrinhadas por Foucault: soberania, disciplina e segurança, incluídos na última o “bio-poder”, e as versões contemporâneas do “poder pastoral”), mas também uma outra, associada à horizontalidade, a qual pode ser exercida no espaço público, implicando um reforço da esfera pública em sentido forte. Além do mais, a construção de um poder popular (como contrapoder, podemos acrescentar) não pode ser dissociada da resistência contra um poder opressor; e aquele poder, que emerge da rebelião popular contra governos vistos como ilegítimos, pode, teoricamente, opor-se com sucesso mesmo contra forças materiais superiores e o uso da violência pelos opressores (ARENDDT, 1983, p. 213). Uma das notáveis contribuições de Arendt para a conceituação adequada do poder na qualidade de um aspecto específico das relações sociais consiste nas distinções que ela brilhantemente estabeleceu entre o poder e outros conceitos, tais como vigor, força e autoridade, mas, principalmente, violência (ver ARENDDT, 1983, p. 212-213, 1985, p. 23-25). Quanto a esta última, não deixa de ser um problema que “embora sejam fenômenos distintos, [violência e poder] geralmente apresentam-se juntos” (ARENDDT, 1985, p. 28). Seja lá como for, o poder “(...) é inerente à própria existência de comunidades políticas” (ARENDDT, 1985, p. 28). Ele é, por conseguinte, onipresente. Onde há sociedade, há poder.

Cornelius Castoriadis, entretanto, foi aquele que mais profundamente redefiniu o poder em um sentido ao mesmo tempo não-negativo e libertário: o poder autônomo (CASTORIADIS, 1975, 1983a, 1990, 1996, 1999). Autonomia implica uma democracia radical – ou, como Castoriadis várias vezes insistiu, uma autêntica democracia, simplesmente –, a qual teria pouco ou nada a ver com as modernas “democracias” representativas (ou, em suas palavras,

“oligarquias liberais” [CASTORIADIS, 1999, p. 149]). Mas, o que a autonomia significa, mais especificamente?

Autonomia: *autos-nomos*, (dar-se) a si mesmo, as suas leis. (...) Em que sentido pode um indivíduo ser autônomo? (...) A autonomia do indivíduo consiste em estabelecer uma outra relação entre a instância reflexiva e as outras instâncias psíquicas, assim como também entre o seu presente e a história por meio da qual ele se fez tal como ele é, permitindo-lhe escapar à servidão da repetição, refletir sobre si mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e sobre os motivos de seus atos, guiado pela intenção do verdadeiro e pela elucidação de seu desejo. (...) Posso dizer que estabeleço eu mesmo a minha lei – uma vez que vivo necessariamente sob a lei da sociedade? Sim, em um caso: se eu puder dizer, reflexiva e lucidamente, que essa é também a minha lei. Para que eu possa dizer isso, não é necessário que a aprove: é suficiente que eu tenha a possibilidade efetiva de participar ativamente da formação e do funcionamento da lei. A possibilidade de participar: se eu aceito a ideia de autonomia como tal (não somente porque ela é “boa para mim”), o que, evidentemente, nenhuma “demonstração” pode me obrigar a fazer, nem tampouco pode me obrigar a colocar de acordo as minhas palavras e os meus atos, a pluralidade de indivíduos pertencendo à sociedade leva imediatamente à democracia, como possibilidade efetiva de igual participação de todos, tanto nas atividades instituintes como no poder explícito (...) (CASTORIADIS, 1990, p. 131-134).

Evidentemente, Castoriadis sabia perfeitamente que o poder consiste – para empregar a definição essencial oferecida por Voltaire e citada por Hannah Arendt em seu ensaio DA VIOLÊNCIA (ARENDDT, 1985, p. 20) – “em fazer com que os outros ajam como eu quero”. E, de maneira complementar, conforme o mesmo Voltaire expressou em outro momento, “a liberdade, então, nada mais é que o poder de fazer o que eu desejo fazer”. É importante notar, todavia, que a liberdade não se circunscreve à liberdade de um indivíduo para fazer coisas sozinho; a liberdade para realizar coisas junto com os outros – isto é, como membro de um grupo – não é menos importante.⁴ Como Castoriadis esclareceu, o poder é “(...) a capacidade, para uma instância qualquer (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou várias pessoas) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não necessariamente faria (ou talvez fizesse) (...)” (CASTORIADIS, 1990, p. 118). O poder tem muito a ver com persuasão, mas não necessariamente com mentiras, trapaças e prevaricação – e ainda menos

⁴ Castoriadis salientou esse fato várias vezes (ver, por exemplo, CASTORIADIS [1983a, p. 16]), mas essa sabedoria já estava presente na conceituação do poder em Hannah Arendt, quando ela ressalta que o poder “corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDDT, 1985, p.24).

com chantagem, intimidação e qualquer forma de coerção explícita. Em uma sociedade verdadeiramente democrática, a liberdade para fazer o que eu quero (incluindo a liberdade de persuadir outros) e a possibilidade de ser persuadido por outros sobre os fundamentos de um genuíno diálogo e na ausência de assimetrias de poder estruturais não são exigências contraditórias entre si.

Infelizmente, contudo, Castoriadis não deu a devida atenção ao espaço social. Suas alusões à espacialidade são episódicas e marginais. Ele compreendeu a importância do espaço, aqui e ali, empiricamente (como em CASTORIADIS, 1983b), mas tipicamente subestimou a sua relevância e a sua complexidade, no plano teórico-filosófico, em favor do tempo (da história), geralmente (como em CASTORIADIS, 1975) reduzindo a espacialidade ao universo de questões da Matemática e da Física, sem valorizar o espaço propriamente social. Nesse sentido, Foucault, em contraste, tem muito a dizer: ele foi, entre os filósofos, e ao lado do neomarxista Henri Lefebvre, um dos que mais valorizaram a dimensão espacial da sociedade, em particular na sua vinculação com o poder heterônomo: a prisão e o panóptico, o hospício... “Espacializar” o projeto de autonomia (*projet d'autonomie*) é uma tarefa fundamental e que complementa decisivamente a herança intelectual de Castoriadis e de outros intelectuais libertários (autogestionários e [neo]anarquistas), conforme o autor do presente texto argumentou em diversas ocasiões anteriores (cf. SOUZA, 1996, 1997, 2000a, 2000b, 2006a).

Mas qual é, afinal de contas, a importância da dimensão espacial da sociedade? Registre-se, para começo de conversa, que a suprarreferida “espacialização” do projeto de autonomia possui numerosos aspectos, sendo que algumas das questões iniciais e mais fundamentais têm a ver com a escala geográfica. Um fato básico é a conveniência de, com a ajuda da dimensão espacial, não deixar dúvidas quanto à acepção de “autonomia” ora empregada: constitui uma usurpação o uso da palavra para designar certos processos de autoencausamento ou separatismo (como uma minoria que se autosegrega em seus “condomínios exclusivos”/ *gated communities/barríos cerrados*, tentando se afastar o mais possível dos pobres, cuja presença é desagradável e mesmo tida como “ameaçadora”, mas de quem, ao mesmo tempo, se depende na qualidade de empregados domésticos, funcionários, operários etc. [SOUZA, 2000a, p. 206-207, 2006a, p. 76]). Usurpação, sim, porque se trata, ali, de uma “autonomia” conseguida às custas da heteronomia em uma escala mais ampla, o que é eti-

camente indefensável e politicamente inconsistente, pois nada tem a ver com justiça e liberdade. Acrescente-se a isso o problema do entrosamento político-espacial entre aqueles que defendem agora a construção de uma sociedade autônoma ou, em uma hipotética sociedade não-heterônoma do futuro, lograram já edificar instituições que representam um elevado grau de autonomia: como articular com justiça e eficiência os processos decisórios, diante de necessidades que envolvem a cooperação entre agentes variados e a consideração de questões referentes a espaços e escalas distintos? Princípios e linhas gerais já vêm sendo ensaiados, e devem, de toda sorte, ser discutidos já agora (como o autor tentou, principalmente, em Souza [2006a]), mas cabe à práxis (re)inventar, sempre, as soluções concretas, que decerto não haverão de ser uniformes e invariáveis.

É até ocioso ressaltar, de todo modo, que a relevância da dimensão espacial da sociedade vai muito além de qualquer projeto político-social em particular. Os debates e os estudos das últimas décadas entre os geógrafos de formação, e em meio ao diálogo entre estes e outros cientistas sociais e, acima de tudo, com filósofos como Henri Lefebvre, permitiram que se consolidasse, como um patrimônio intelectual, a convicção de que o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais, muito embora esse papel de condicionamento seja compreendido de modo felizmente não-determinista. À luz disso, segue-se que pretender mudar as relações sociais sem mudar a organização espacial (não somente o substrato material, mas os territórios e as “imagens de lugar”) seria um contrassenso. A mudança da sociedade concreta não há de ser apenas uma mudança das relações sociais, mas também uma mudança do espaço social. Terá, por conseguinte, de ser uma mudança socioespacial. As práticas orientadas nessa direção não deverão ser apenas práticas sociais sem conteúdo espacial ou espacializante explícito; práticas espaciais se fazem imprescindíveis, e é por isso imprescindível elucidá-las e valorizá-las.

O conceito de prática espacial, bastante marcado pela contribuição de Henri Lefebvre, assume aqui importância decisiva. De acordo com ele, “a prática espacial [grifo do autor] consiste em uma projeção ‘sobre o terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social [idem]” (LEFEBVRE, 1981, p. 14). Muitas páginas adiante (na pág. 48), vem a afirmação de que a prática espacial “secreta” (*secrète*) o seu espaço; “ela o põe e supõe, em uma interação dialética: ela o produz lenta e seguramente ao dominá-lo e ao dele apropriar-se”. Não é à toa, portanto, que, como ele assevera na mesma página,

“a prática espacial de uma sociedade se descobre ao decifrar-se o seu espaço.” A prática espacial, aliás, engloba “produção e reprodução, locais específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social” (LEFEBVRE, 1981, p. 42). Ao mesmo tempo, “no neocapitalismo (...) a prática espacial (...) associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade quotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os caminhos e redes ligando os locais de trabalho, da vida ‘privada’, do lazer)” (LEFEBVRE, 1981, p. 42). No presente artigo, a fonte original lefebvriana a propósito do conceito de “prática espacial” não é tomada com preocupações de fidelidade ao pensamento do grande filósofo francês. Como é compreensível que ocorra quando uma contribuição filosófica poliniza a atividade de investigação sistemática de um pesquisador, o referido conceito aparece, aqui, reciclado e recontextualizado, transformado no contato e sob a influência de referências outras.

Nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, mas ocorre que algumas se mostram apenas limitadamente dependentes da dimensão espacial da sociedade, ao passo que outras se acham forte e diretamente impregnadas dessa dimensão, em aspectos que vão da identidade à organização. São estas últimas que merecem, no entendimento do autor destas linhas, a designação simplificada de práticas espaciais, as quais são “práticas sociais densas de espacialidade”.

As práticas espaciais têm servido, obviamente, tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nómoi*) – em uma palavra, à heteronomia – , quanto à emancipação, à autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente – em uma palavra, à autonomia. Dado que o poder heterônomo tem, de longe, prevalecido na história da humanidade, da mesma maneira as práticas espaciais dirigidas pelos grupos e classes dominantes (e executadas em larga medida pelos próprios dominados) têm tido um evidente papel de destaque na modelagem da ordem sócio-espacial do mundo. Heterônomos são aqueles tipos de espaços (ou as espacialidades) produzidos por práticas espaciais que são caracterizadas, no nível do poder explícito, pela imposição do *nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro, e, no nível do “infrapoder implícito” (o qual remete às “mensagens subliminares”, ao imaginário), pelo peso da transcendência (fontes e justificativas extrassociais do poder) e

pela alienação.⁵ As práticas espaciais heterônomas têm-se apresentado de muitas maneiras e formas diferentes, sempre visando à submissão, ao “adestramento”, ao “amansamento” (ou mesmo à “domesticação”) e ao enquadramento subalterno dos corpos e das mentes (ou, para usar as três categorias-chave de Hannah Arendt, do labor, do trabalho e da ação [ARENDDT, 1983]). Tais práticas espaciais coercitivas e “liberticidas” (às vezes também punitivas) foram e têm sido, concretamente, de diversos tipos – de dispersão, de (auto)[s]segregação, de confinamento, de interdição de acesso, de monopólio ou oligopólio de recursos espaciais, de organização espacial da exploração do trabalho (e, no limite, de trabalhos forçados), de indução de comportamentos por meio de signos inscritos no espaço e de adoração, mediante a constituição de espaços específicos, de fontes de poder transcendentais –, agrupáveis, por exemplo, com a ajuda dos grandes conjuntos de “tecnologias de poder” radiografados por Foucault (a saber, a soberania, a disciplina e a segurança/a biopolítica/a governamentalidade [ver, entre outros trabalhos, FOUCAULT, 1984; 1986; 2008]).

No presente trabalho, porém, as práticas espaciais que interessam são outras. Trata-se, aqui, de examinar justamente as práticas espaciais dos movimentos sociais urbanos emancipatórios.⁶ Importam, portanto, as práticas espaciais

⁵ Poder explícito (*pouvoir explicite*) e “infrapoder implícito” (*infra-pouvoir implicite*) são dois conceitos tomados de empréstimo a Castoriadis (1996). O poder explícito se refere às instituições de tomada de decisão (de governo, em sentido amplo – o que inclui o autogoverno radicalmente democrático), ao passo que o “infrapoder implícito” tem a ver com a força de inércia e com a influência das “significações imaginárias sociais” (valores éticos, crenças religiosas, mitos, *Weltanschauungen*, tabus etc.) que sustentam a sociedade instituída. No caso de “significações imaginárias sociais” heterônomas, ele diz respeito a valores, normas e convenções que, independentemente das (mas complementariamente às) instituições do Estado, condicionam a vida social em conformidade com necessidades de exploração, alienação e controle social.

⁶ Esclareça-se que, assim como vários outros autores, também o autor destas linhas reserva a expressão movimento social para um tipo particularmente crítico de ação coletiva (tradição que remete a nomes como Alain Touraine [ver p.ex. TOURAINE, 1973] e Manuel Castells [vide p.ex. CASTELLS, 1972, 1983]). Contudo, isso jamais foi consensual. Muitos pesquisadores a têm utilizado de maneira indiscriminada, fazendo-a englobar tanto realidades como associações de moradores clientelistas e/ou “paroquiais” quanto movimentos sociais que visam explícita e conscientemente a transformações sócio-espaciais profundas. Às vezes, até mesmo formas de ação coletiva como quebra-quebras e saques são incluídas. Em contraposição a esta segunda tradição, o presente autor vem, desde meados dos anos 80, advogando uma distinção conceitual entre, de um lado, ativismos sociais em geral (que são um tipo de ação coletiva caracterizado por uma duração não-efêmera – no que se diferenciam, por exemplo, de quebra-quebras de protesto – e um caráter fortemente público – no que contrastam com os *lobbies*), e, de outro lado, movimentos sociais em sentido estrito (que seriam uma modalidade particularmente ambiciosa de ativismo social; ou seja, um subconjunto de um tipo mais amplo de ação coletiva, os activismos sociais). (Uma justificativa atualizada dessa distinção encontra-se em Souza [2006, p. 273 e

que se vinculam a uma perspectiva de transformação emancipatória da realidade socioespacial – em uma palavra, à práxis.⁷

O ponto de vista que embasa esta empreitada é aquele que o autor propôs chamar-se “estadocrítico”, para diferenciá-lo das perspectivas “estadóforas” (SOUZA, 2008a, p. 44). A perspectiva “estadocrítica” advogada pelo autor deste artigo é profundamente tributária do pensamento autonomista de Cornelius Castoriadis, partilhando com esse pensamento a crítica do Estado capitalista e, para além disso, da ideia de Estado em geral – uma das razões, ao lado de outras (ver, sobre isso, p.ex. CASTORIADIS, 1975, 1983a, 1983b, 1985a e 1985b; SOUZA, 2006a), para uma oposição ao marxismo típico, e muito particularmente ao marxismo militante hegemônico, leninista. Essa perspectiva, entretanto, guarda uma distinção necessária entre o aparelho de Estado, enquanto estrutura, e o governo, apreensível enquanto conjuntura. O Estado, concordando com o neomarxista Nicos Poulantzas, não seria nem o “árbitro neutro” da ideologia liberal nem o “comitê executivo da burguesia” do marxismo-leninismo ortodoxo; ele seria, isso sim, uma “condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1985, p. 147) – ou, mais amplamente ainda, entre grupos sociais –, sendo os conteúdos políticos concretos das práticas das instituições estatais derivados largamente das correlações de forças existentes na sociedade. Isso não elimina, decerto, que, de um ponto de vista afinado com o pensamento de Castoriadis, se compreenda que o Estado é uma estrutura heterônoma.⁸ Apenas

segs.]). Sem embargo, ao contrário de autores que se inclinam ou parecem propensos a atribuir aos movimentos sociais sempre um conteúdo emancipatório, o presente autor não crê que essa postura seja razoável ou empiricamente sustentável, por equivaler a uma ideologização excessiva e indevida, que estreita o escopo do conceito. Movimentos objetivando transformações sócio-espaciais profundas não precisam, obrigatoriamente, estar animados por ideais “iluministas” ou emancipatórios; sua oposição ao *status quo* pode ter um sentido passadista e nostálgico, com fundo religioso ou laico. Daí a importância de acrescentar o adjetivo emancipatórios, para demarcar melhor aquilo que é o objeto central das preocupações deste trabalho.

⁷ Assim como nem todo movimento social possui um conteúdo emancipatório, da mesma forma as práticas espaciais (ou as práticas sociais em geral) não contribuem, necessariamente, para a práxis, podendo ser até mesmo a sua antítese (que é o que se dá com as práticas heterônomas). Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 36 e segs.) oferece uma lista de práticas espaciais que, longe de ser exaustiva, é apenas um dos caminhos possíveis para identificar e classificar as referidas práticas; ademais, aquelas ali apontadas (seletividade espacial, antecipação espacial, marginalização espacial etc.) são ilustradas, principalmente, por exemplos relativos ao planejamento e às operações de uma empresa capitalista, muito embora, evidentemente, seu alcance a isso não se restrinja.

⁸ E é por isso que não se deve acalentar qualquer ilusão em relação a ele. O Estado pode não ser um “comitê executivo da burguesia”, mas sua essência reside na manutenção da ordem heterônoma, da qual ele é a principal expressão (ainda que não necessariamente a primordial) e um sustentá-

abre a possibilidade de enxergar que essa estrutura não se manifesta, concretamente, como uma espécie de monólito sem fissuras. Existindo em uma sociedade marcada por conflitos e contradições, na qual os oprimidos também elaboram e possuem saberes, exercem (contra)poderes e desenvolvem (contra)projetos, o Estado é sujeito, ele mesmo, a, conjunturalmente, apresentar fortes contradições internas. Tais contradições oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais: brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos.

A utilização dessa margem de manobra não há de se fazer, sem dúvida, sem muita cautela, exatamente porque não se deve esquecer que, estruturalmente, o Estado não serve à liberdade, mas sim à sua restrição e, em situações-limite, à sua supressão. Dependendo das circunstâncias, se for possível avaliar que os ganhos materiais e até mesmo político-pedagógicos da luta institucional tendem a ser superiores às eventuais perdas (quanto a estas, é preciso ter em mente, acima de tudo, o risco perene de “cooptação estrutural” [SOUZA, 2006a, p. 454 e segs.]), coisas como o envolvimento com canais participativos instituídos pelo Estado podem complementar a ação direta – resguardada, sempre, a maior independência possível das organizações dos movimentos em face do aparelho de Estado.⁹ Ou seja: a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, subordina-se a ela, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário. Na fórmula “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado”, empregada pelo autor em diversos trabalhos anteriores,¹⁰ são os dois

culo imprescindível. Para (re)estabilizar o *status quo*, suas instituições poderão (e deverão) tolerar e absorver o tolerável, assimilar derrotas, fazer concessões e ceder a pressões populares, mas ele sempre estará à espreita para converter debilidades conjunturais em reforço de seu “sistema imunológico” – isto é, de sua capacidade de renovar-se e de aprender com os fracassos e de cooptar. Assim, toda prudência é pouca...

⁹ Para evitar mal-entendidos: enquanto a ação direta compreende as práticas protagonizadas pelos movimentos sociais, com finalidades de protesto e de construção de alternativas, independentemente do Estado e mesmo afrontando-o e desafiando-o, a luta institucional, de um ponto de vista libertário, diz respeito às práticas em que os movimentos sociais, para promover certos objetivos, se utilizam, taticamente, de determinados canais instituídos pelo Estado em conjunturas favoráveis, mas jamais traduzindo-se na adesão à forma-partido ou na aceitação de cargos em governos, em qualquer escala. Os objetivos da luta institucional não partidária são, por exemplo, os seguintes: evitar, em algumas situações, o isolamento dos movimentos; influenciar o conteúdo de políticas públicas, planos, orçamentos públicos e dispositivos legais, por meio de negociação; acessar fundos públicos, desde que isso não crie laços permanentes de dependência econômica em relação a governos.

¹⁰ Tal fórmula já havia sido claramente esboçada em Souza (2000a, p. 327). De maneira mais amadurecida, foi apresentada em Souza (2002, p. 525) e, principalmente, em Souza (2006a, p.195,

últimos ingredientes – e principalmente o último – que devem predominar, de um ponto de vista que leve a sério o risco da cooptação e degeneração dos movimentos e que assuma a necessidade de uma mudança sócio-espacial profunda como pré-requisito para se poder falar em maior justiça social e melhorias substanciais da qualidade de vida da maior parte da população (e, por via de consequência, em desenvolvimento sócio-espacial) com rigor e consistência.

É essa possibilidade de compreensão estratégica profundamente crítica em relação ao Estado e extremamente exigente no que se refere a qualquer utilização de canais ou instâncias estatais que distingue o pragmatismo necessário a um olhar autonomista “estadocrítico” do tipo de oportunismo de figurino bolchevique, para o qual não se trata apenas de se relacionar com o Estado por estrita necessidade tática, mas sim de buscar tomá-lo, conquistá-lo – com o objetivo de, posteriormente, “reciclá-lo” e construir um “Estado socialista”... A partir de uma perspectiva libertária “estadocrítica”, ao mesmo tempo em que se incorporam uma crítica e uma prudência essenciais em relação ao aparelho Estado, aceita-se que é impossível, simplesmente, ignorá-lo, ou mesmo desconhecer que iniciativas estatais ou patrocinadas pelo Estado podem, às vezes (via de regra quando fruto de pressão de baixo para cima), ter efeitos potencialmente positivos para a luta emancipatória. Este tipo de possibilidade é, em geral, muito pouco comum, ao menos de um ponto de vista realmente exigente; mas é bastante variável conforme o país, a cidade e o momento histórico. Uma ilustração foi já oferecida na nota 1: os *Planes* argentinos, abraçados pelos *piqueteros* sem que, com isso, todos estes tenham necessariamente ficado reféns do Estado (embora, como também já foi dito, grande parte do movimento tenha, de fato, caído na armadilha). Outro exemplo latino-americano, bem diferente, vem do Brasil: o orçamento participativo de Porto Alegre, nos anos 90 (o qual, se degradingolou de vez após a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2004, já vinha, antes disso, dando sinais de uma certa crise ou “perda de fôlego” [SOUZA, 2006a, p. 240 e segs.]). Apesar de trazer o risco de um “enquadramento” dos movimentos sociais em uma dinâmica estatal, o orçamento participativo da capital gaúcha, a despeito de seus defeitos e limitações, não merece, mesmo de um ângulo de análise extremamente exigente, um julgamento simplisti-

330 e 591-592 e 2006b).

camente desfavorável. (O próprio Castoriadis, note-se, não deixou de perceber que conjunturas favoráveis fornecem uma interessante e nada desprezível margem de manobra. Referindo-se precisamente ao orçamento participativo de Porto Alegre, que ele conheceu no início da década de 90, admitiu: “[a]cho, aliás, que esta experiência particular é extremamente significativa e importante, pois ela mostra que mesmo quando uma iniciativa de participação provém de cima, pode suscitar uma verdadeira participação.” [CASTORIADIS *et al.*, 1992, p. 129]. O que não informaram a ele é que o movimento de bairros de Porto Alegre já tinha, anos antes da vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais, levantado explicitamente a bandeira do controle social do orçamento público...) Não perder o senso crítico e acautelar-se perante o Estado, portanto, são requisitos indispensáveis, mas que não justificam a atitude reducionista (sintoma de preguiça mental) de, em nome da crítica, transformar princípios gerais em obstáculos à avaliação informada e inteligente de situações concretas e suas particularidades.

Será apresentada, a seguir, uma tipologia das práticas espaciais insurgentes protagonizadas por movimentos sociais. O interesse em uma tal tipologia consiste, salvo melhor juízo, em diversas coisas: primeiramente, na possibilidade de comparar diferentes experiências de distintas regiões, países e continentes; em segundo lugar, pela oportunidade de se dispor de um panorama sistemático (ainda que não-exaustivo) das respostas dos movimentos sociais emancipatórios ao poder heterônimo – e das alternativas ao conformismo –, as quais podem ser, enquanto tal, um tipo de “fonte de inspiração” para outros movimentos no futuro; em terceiro lugar, porque se trata, ao menos potencialmente, de uma contribuição para a (auto)[r]reflexão acerca das possibilidades, das fraquezas, dos limites, das contradições e da legitimidade dessas manifestações de resistência; *last but not least*, porque a dimensão espacial tem sido largamente negligenciada ou subestimada pelos cientistas sociais devotados ao estudo dos movimentos sociais.¹¹ É certo que a utilidade de se construir uma tal tipologia não se esgota na tipologia em si mesma; é necessário, complementarmente, discutir os limites (contradições e obstáculos) das práticas espaciais dos movimentos. No entanto, essa é uma tarefa que, exclusivamente por falta de espaço, não poderá ser assumida neste artigo.

¹¹ Ver, sobre isso, Souza (2008b).

UMA TIPOLOGIA (NÃO-EXAUSTIVA) DAS PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES

As práticas espaciais propriamente insurgentes têm a ver, acima de tudo, com a ação direta. Entretanto, aquelas práticas dos movimentos “negociadas” com o Estado, mesmo sem ser diretamente insurgentes, podem ter, sim, conteúdo crítico, e mesmo ser compatíveis com metas estratégicas radicais e insurgentes, desde que as organizações dos movimentos não percam de vista o horizonte estrutural e não deixem que a tática conduza e colonize e subverta a estratégia.

Políticas públicas e instâncias participativas iniciadas e bancadas pelo Estado não podem, em si mesmas, claro está, ser consideradas insurgentes; afinal, nenhum Estado capitalista poderia desenvolver práticas, marcos legais etc. que se insurgissem, efetivamente, contra a propriedade privada e os demais pilares da ordem sócio-espacial heterônoma. É no diálogo, na negociação e no aproveitamento de margens de manobra propiciadas por governos conjunturalmente comprometidos com (e, a rigor, induzidos e pressionados a assumirem) um perfil mais ou menos crítico (redistributivo, aberto à participação direta da população etc.) que a luta institucional dos movimentos revela práticas espaciais que, ainda que indiretamente, contêm, elas (e não o Estado!), um conteúdo também insurgente. Afinal, tratar-se-ia, nesse caso, dos dois lados (luta institucional e ação direta) de uma mesma moeda (a mobilização e organização emancipatória), ainda que um dos “lados” possua um papel nitidamente subordinado em relação ao outro.

Cumprido ressaltar que nem sempre a ação direta visa, simplesmente, a atacar frontalmente o Estado, na perspectiva de uma contribuição sem mediações para a sua negação ou destruição. Muitas vezes, ela pode ter o efeito e mesmo a intencionalidade imediatos de pressionar o Estado. Em alguns casos, pode até mesmo ser um “contra o Estado” que se desdobra, na prática ou mesmo na intenção tática, em um “com o Estado”, ao se forçar o Estado não somente a ceder e conceder, mas também a sentar-se à mesa de negociações e a instituir novos canais de diálogo. Isso leva a duas séries de considerações. Primeiramente, é necessário admitir que as relações entre a ação direta e a tríade “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado” são mais complexas do que se poderia supor, já que a ação direta pode desdobrar-se, taticamente, em luta institucional (assim como a luta institucional não partidária, estrategicamente, não pode buscar outra coisa que não

acumular forças para a ação direta, em um patamar mais elevado). Em segundo lugar, deve-se levar em conta que, se a dinâmica política define, ao longo da história, desdobramentos complexos, intencionais ou não, que abrem possibilidades, mas que também trazem riscos, entre os riscos está o do esgotamento prematuro de uma luta (e da desmobilização), levando a que um movimento social tenha dificuldades para incorporar uma visão de totalidade. Para evitar isso, cumpre aproveitar e influenciar conjunturas sem, contudo, perder-se no conjuntural, no tático, no imediato, no curto e no médio prazo. A ação direta não pode, à luz da estratégia, ser jamais reduzida ou valorizada apenas em função de suas eventuais consequências sobre práticas governamentais. Caso contrário, esvazia-se a ação direta de suas virtualidades mais profundas.

Interessam, no presente trabalho, em primeiro lugar as práticas espaciais diretamente insurgentes, vinculadas à ação direta. Mas também têm interesse aquelas práticas desenvolvidas no bojo da luta institucional – inclusive para chamar a atenção para os limites e potencialidades, vantagens e desvantagens de cada tipo.

As práticas sociais não são, necessariamente, forte ou diretamente espaciais (ou espacializadas), ainda que o espaço seja, obviamente, sempre um ingrediente básico da sociedade concreta, uma vez que ele é uma condição primária para a sociedade e a própria vida. Em termos mais específicos, contudo, o poder não é exercido apenas no espaço (o que é irritantemente óbvio), mas também através do espaço e por meio do espaço – isto é, por meio das formas do substrato espacial material (formas espaciais), das configurações territoriais e das imagens de “lugar”.¹² No que diz respeito à resistência (contrapoder, insurgência),

¹² Uma discussão profunda acerca das questões teóricas e conceituais aqui envolvidas é evidentemente impossível dentro dos limites de um artigo, mas algumas observações são necessárias, visto que todos esses conceitos ainda são controvertidos e objeto de disputas teóricas. Enquanto as formas espaciais são tangíveis e relacionadas com a materialidade (espaço social em seu aspecto material – e até certo ponto visível na qualidade de paisagem –, natureza transformada pelo trabalho), territórios são entendidos, aqui, não diretamente como espaço material, mas sim como relações sociais diretamente espacializadas, e que são referenciadas pelo substrato espacial material de várias maneiras. Parcialmente sob inspiração de outros autores, ao mesmo tempo que buscando estender e suplementar suas contribuições (como, por exemplo, as de SACK, 1986), o autor do presente artigo elaborou uma abordagem do conceito de território e derivados (territorialidade, territorialização etc.) em diversos trabalhos (SOUZA, 1995, 2006a, p.331 e segs.), como uma reação consciente contra o tradicional conceito de território, herdado de autores clássicos como Ratzel (1974), em que a ideia de território é reificada. Assim, em vez de conceber territórios como “coisas” tangíveis (mais ou menos no sentido do solo do Estado-nação, conforme se pode ver, didaticamente, na POLITISCHE GEOGRAPHIE de Ratzel), e em vez de (implicitamente) privilegiar um único nível

esta é muito frequentemente exercida mediante processos de territorialização – ou seja, mediante o controle e a ocupação de espaço.

Particularmente inspirado pelo papel do espaço sob as condições do capitalismo da segunda metade do século XX, Henri Lefebvre (1976, 1981, 1983) sublinhou o fato de que o espaço social é, ao mesmo tempo, um produto social e uma realidade que condiciona as relações sociais e a capacidade humana de empreender coisas (a qual os anglo-saxônicos chamam de *agency*). Em outras palavras, Lefebvre contribuiu decisivamente para que nós pudéssemos, sem incorrer necessariamente em qualquer determinismo ou “fetichismo” espacial grosseiro, entender que as formas espaciais, as configurações territoriais e as imagens de “lugar” (para usar os termos e conceitos da maneira como hoje são corriqueiros entre os geógrafos de formação) são tanto produtos das relações sociais (e, no caso de territórios e “lugares”, relações sociais diretamente espacializadas) quanto, ao mesmo tempo, condicionadores dessas relações.

Em adição a esse aspecto, o conceito de “experiência”, tal como utilizado pelo historiador britânico Edward P. Thompson em seu famoso estudo sobre o

escalar (a saber, o do Estado-nação), no momento de aplicar o termo, o presente autor tem visto os territórios como projeções espaciais de poder, ou como “campos de força” produzidos e existindo sobre e em referência a espaços materiais. Territórios existem em todos os níveis escalares possíveis, e conquanto os fatores que explicam a sua relevância como objetos de disputa possam ser econômicos, culturais ou estratégico-militares, o território é, enquanto tal, primariamente um conceito político-espacial. Finalmente, no que concerne aos “lugares”, eles são entendidos aqui como espaços definidos simbolicamente, em relação aos quais se desenvolvem sentimentos positivos ou negativos, bem como na qualidade de espaços dotados de significado, que servem de referência para identidades sócio-espaciais complexas, mais ou menos fluidas e frequentemente interconectadas – e, aliás, não somente em nível local (SOUZA, 2006a, p.343). Este enfoque é, de algum modo, tributário das contribuições feitas por “geógrafos humanistas” tais como Relph (1976) e Tuan (1983), mas aqui o “lugar” não é visto como algo “diferente” do “espaço”, mas sim como uma das facetas do espaço social integral. Enquanto os “humanistas” encaram o “espaço” como a esfera do não-simbólico e do instrumental, em oposição ao “lugar”, que seria, por excelência, a esfera do significado, da (inter)subjetividade e da emoção, o espaço social é tomado, aqui, como um conceito de nível mais geral (e apenas nesse sentido mais abstrato), atuando como um conceito integrador. Além do mais, assim como o território, o “lugar” tampouco seria diretamente material, correspondendo, antes, às imagens construídas a partir da interação entre os homens e o espaço. Um território é um espaço social considerado a partir da perspectiva de uma dimensão específica das relações sociais – o poder, as relações de poder –, e o “lugar” corresponde ao espaço considerado a partir da perspectiva de uma outra dimensão específica – o simbolismo, a cultura, a (inter)subjetividade. Territórios são, geralmente, também “lugares”, e “lugares” são, ao mesmo tempo, territórios – e ambos, territórios e “lugares”, obviamente existem somente em relação com o espaço material (mesmo que esse espaço material não corresponda a nenhum espaço real, como no caso dos “lugares” e territórios imaginados por filósofos, poetas e escritores, da CIVITAS SOLARUM de Campanella e da UTOPIA de Thomas Morus aos espaços do 1984 de Orwell ou do ADMIRÁVEL MUNDO NOVO de Huxley, ou ainda às CIDADES INVISÍVEIS de Calvino).

“fazimento” (*making*) da classe trabalhadora inglesa, pode nos auxiliar a compreender melhor o papel do espaço para os movimentos urbanos emancipatórios de nossos dias. Thompson mudou a nossa maneira de definir “classe social”, a qual, para ele, não era redutível a uma realidade puramente objetiva (ou uma “estrutura”), mas sim uma relação (ou um quadro de relações) historicamente construída e mutável. As pessoas, no seu entendimento, se constituem a si mesmas enquanto classe através de sua experiência de trabalho, resistência e luta, de sua experiência de vida. De seu ponto de vista, “(...) a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p.10). Além do mais, enquanto “[a] experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”, Thompson reconhecia que a “consciência de classe” (vale dizer, “a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”) não é algo determinado. Atualmente, muitos movimentos sociais, em diferentes países, dos *piqueteros* argentinos aos sem-teto brasileiros, constroem suas identidades fortemente sobre a base de práticas de territorialização ou, mais amplamente, de práticas espaciais insurgentes. Similarmente ao “fazimento” da classe trabalhadora inglesa, analisado por Thompson, o “hiperprecariado”¹³ contemporâneo vem-se “fazendo” a si

¹³ O autor deste artigo começou a utilizar o neologismo “hiperprecariado”, cunhado com a finalidade de evitar o termo “lumpemproletariado”, recentemente (SOUZA, 2008a, p. 130-132, nota 38). A palavra alemã *Lumpenproletariat* (literalmente, “proletariado em farrapos”) tornou-se um termo tradicional do vocabulário marxista já muito cedo, desde que foi utilizado por Marx e Engels em obras como o MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA, mas ela é bastante problemática devido aos seus pressupostos. Marx e Engels consideraram os *Lumpenproletarier* como uma massa amorfa, um grupo potencialmente reacionário formado por diferentes tipos de pessoas, em relação às quais eles empregaram várias expressões discriminatórias (e não raro de sabor moralista), tais como “rebotallo do proletariado” ou “putrefação passiva das camadas inferiores da velha sociedade”... Em contraste com isso, o *Proletariat* ou a *Arbeiterklasse* (= classe trabalhadora) foi considerada como virtuosa e suposta como sendo o verdadeiro protagonista da mudança social rumo ao socialismo. Enquanto Marx e Engels viram o *Lumpenproletariat* como sendo algo residual e essencialmente conservador, ambos os aspectos não descrevem adequadamente a realidade contemporânea do “hiperprecariado” em países semiperiféricos como o Brasil, a Argentina ou a África do Sul: em primeiro lugar, porque nesses países os trabalhadores informais e “hiperprecariados” não são nem “residuais” nem propriamente uma minoria pouco significativa; em segundo lugar, porque o seu papel político está longe de ser essencialmente conservador, a despeito de muitas dificuldades e algumas contradições.

próprio enquanto um grupo com identidade própria (ou, talvez, propriamente como uma classe) largamente em meio a experiências das quais as práticas espaciais são componentes essenciais, como nos mostram vividamente os *piqueteros* e, em menor magnitude, os sem-teto.¹⁴

Antes de passar à proposição da tipologia propriamente dita, é útil apresentar algumas ferramentas classificatórias. Práticas espaciais insurgentes podem ser...

a) ...violentas ou não-violentas. Sob “violentas”, a referência é feita àquelas práticas insurgentes nas quais a violência é um propósito deliberado. Conquanto a maioria dos protestos seja, em princípio, formada por protestos não-violentos (excetuando-se o terrorismo e a guerrilha, naturalmente), é claro que protestos não-violentos (marchas, *go-ins* etc.) amiúde envolvem algum tipo de violência, mas esta é, geralmente, perpetrada acima de tudo e em primeiro lugar pela polícia – e seria injusto e impreciso considerar a pura autodefesa durante um ato de repressão como um exemplo de prática espacial insurgente “violenta”.

b) ...duráveis ou efêmeras. A distinção entre “durável” e “efêmera” também é largamente baseada na intenção dos agentes. *Squatting*, por exemplo, pode ser efêmero, uma vez que *squatters* podem ser desalojados em uma questão de dias ou mesmo horas após uma ocupação; apesar disso, *squatting* comumente é empreendido tendo em vista uma permanência de longo prazo.

c) ...“imediatamente políticas” ou “imediatamente culturais”. Todas as práticas espaciais insurgentes são simultaneamente políticas e culturais (sem contar o fato de que também apresentam várias conexões com problemas econômicos/materiais), uma vez que o poder e o simbolismo nunca estão ausentes das relações sociais. Entretanto, em muitos casos, a dimensão do poder está em primeiro plano, ao passo que em outros a dimensão cultural é imediatamente mais evidente.

d) ... “ruidosas” ou “silenciosas”. Enquanto a maior parte das formas de protesto explícitas e conscientes são “ruidosas” em algum sentido (ou seja, as pessoas literalmente gritam, cantam, manifestam seu descontentamento de modo barulhento), em alguns casos o protesto é expresso “silenciosamente”,

¹⁴ Ver, sobre a importância da espacialidade entre os *piqueteros*, especialmente Zibechi (2003, 2007); sobre os sem-teto, vide Souza (2006a, p. 174, 288, 306 e segs., 2006b, p. 332-333).

por exemplo mediante ações gráficas (como a grafiteagem de muros e paredes com pinturas e mensagens de protesto).

e) ... “abertas” ou “(às) escondidas”. O ideal do poder heterônomo, especialmente do Estado, é ver sem ser visto; para protestos não-violentos, por outro lado, o máximo de visibilidade é uma necessária fonte de legitimidade e poder. Todavia, algumas formas de ação insurgente não são predominantemente conduzidas à luz do dia, a fim de evitar perseguições (como no caso, mais uma vez, da grafiteagem).

f) ...local ou supralocal (e, às, vezes, transnacional). De todo modo, uma das tarefas do pesquisador, não menos que do ativista, é considerar as possibilidades e os caminhos pelos quais uma demanda ou luta local pode se tornar visível e articulada supralocalmente...

Em todas as seis situações de oposição binária expostas acima, é possível ver menos ou mais claramente os limites de um modo “cartesiano”, “linear” de pensar (ou, em termos castoriadianos, os limites da lógica identitário-conjuntista [CASTORIADIS, 1975, 1986a, 1986b]). Dado que as fronteiras concretas são muito frequentemente *fuzzy*, oposições binárias desse tipo não conseguem fazer justiça à complexidade da realidade sócio-espacial. Não obstante, é necessário dispor de certos critérios com os quais se possa organizar e descrever o material empírico. Em outras palavras, ferramentas classificatórias são úteis, mesmo que em grau limitado; elas podem e devem ser empregadas, mas sempre com cuidado para não se superestimar o seu alcance. As práticas espaciais constituem, com muita frequência, uma realidade fluida: por exemplo, uma mesma prática pode combinar aspectos “ruidosos” e “silenciosos”.

Considerem-se, agora, tipos específicos de práticas espaciais insurgentes.

O *squatting* apresenta uma longa tradição internacional – das ocupações de prédios (*Hausbesetzungen*) conduzidas pelos “autônomos” (*Autonomen*) na Alemanha (especialmente nos anos 80) às ocupações de terrenos e prédios pelos sem-teto no Brasil (particularmente a partir dos anos 90).¹⁵ No que toca ao pla-

¹⁵ A expressão sem-teto tem sido algumas vezes utilizada, no Brasil, sobretudo pela grande imprensa, para designar aquilo que, eufemisticamente, também se denomina “população de rua” (os *homeless* dos países de língua inglesa); um outro emprego, que é aquele do próprio movimento

no das intenções, o *squatting* é usualmente caracterizado por ações não-violentas, conquanto confrontos com as forças de repressão do Estado ocorram muito frequentemente. Ainda no que concerne à intencionalidade, ele é durável, mas despejos decididos e concretizados com rapidez podem, às vezes, impedir que os *squatters* permaneçam nos imóveis por mais que alguns dias. Se bem que o *squatting* seja “imediatamente político”, muitos *squatters* desenvolvem atividades culturais variadas, as quais podem até mesmo se tornar uma atividade central ou uma de suas atividades principais (como no caso de Amsterdã, em relação ao qual a questão sobre em que extensão *squatters* teriam sido ou viriam sendo cooptados, enquanto transformando-se parcialmente em “*providers of cultural services*”, animou um vívido debate anos atrás – [vide PRUIJT, 2003, 2004; UITERMARK, 2004]).

O *squatting* tem muito a ver com o tipo de prática especial insurgente que foi chamado de “*guerrilla architecture*” por Robert Goodman:

Eu tenho encontrado, naquilo que pode ser chamado de arquitetura de guerrilha [*guerrilla architecture*], que o estilo de ação, de fato, desempenha um papel crucial ao determinar a efetividade de uma demanda. Isso é mais claramente o caso com a moradia em áreas ocupadas [*squatters' housing*] na América do Sul [Goodman se refere às favelas, *barriadas* etc.] e também, crescentemente, nos Estados Unidos [aqui ele se refere a prédios ocupados]. Recentemente, em Boston, um grupo de famílias de baixa renda ocupou apartamentos em seu bairro que haviam sido reformados pouco tempo antes, sem que os inquilinos de alta renda tivessem chance de mudar-se para lá. Em um mês, o senhorio foi forçado a baixar os aluguéis, e a agência responsável por moradia pública foi obrigada a providenciar um subsídio para as famílias poderem pagar os aluguéis. Na cidade de Nova Iorque, ações similares têm forçado órgãos municipais a tornar a habitação disponível para pessoas de baixa renda. Em um caso, os ocupantes [*squatters*] se organizaram sob a bandeira “Operação Ocupação” [*Operation Move-In*]. Trabalhando à noite, com pés-de-cabra, as pessoas abriram portas e janelas dos apartamentos cuja demolição havia sido determinada pela Prefeitura. Os apartamentos estavam, frequentemente, em uma condição bastante razoável (GOODMAN, 1971, p. 188-189).

Contudo, a “*guerrilla architecture*” também pode se referir a outras ações que não o *squatting*, e a outras coisas que não apenas as melhorias que os *squat-*

social e que, portanto, é o esposado pelo autor deste texto, corresponde à percepção do sem-teto como um tipo específico de *squatter*, que tampouco se confundiria com o favelado. Os ativistas do movimento dos sem-teto são, em realidade, um tipo de *squatters* geralmente bastante politizados, típicos das condições de um país semiperiférico como o Brasil (em que os *squatters* são, basicamente, pessoas pobres, comumente trabalhadores informais em situação “hiperprecária”, e não jovens de classe média, como é usual na Europa e mesmo nos EUA).

ters realizem em seu espaços de moradia. Talvez a concepção de espaços novos e criativos, em geral, também admita ser entendida como uma espécie de “*guerrilla architecture*”, mesmo nos casos em que, na origem, não se trate de uma territorialização de confronto como o *squatting* – ao menos nos casos em que a dimensão de insurgência seja evidente. Robert Goodman empregou a expressão “*liberated zones*” para descrever a criação daquilo que o autor do presente texto tem denominado “territórios dissidentes”, tais como centros sociais de espírito crítico ou espaços educacionais alternativos.

Centros sociais (*social centres*) são, juntamente com os muitos outros tipos de territórios dissidentes, um tipo de “heterotopia”, para empregar o interessante e vago termo proposto por Foucault (2006) – mais especificamente, um tipo que se poderia chamar de “heterotopia emancipatória”. Eles frequentemente existem em prédios ocupados e são (co-)organizados por *squatters*, de modo que se pode observar uma íntima conexão entre os dois movimentos; contudo, às vezes os centros sociais são abrigados em espaços alugados. Em contraste com os “centros comunitários” (“*community centres*”), expressão utilizada para designar espaços e atividades conduzidos ou sancionados pelo aparelho de Estado ou por organizações privadas, os centros sociais são independentes do Estado e se opõem ao *status quo* capitalista. Tipicamente, eles desenvolvem várias modalidades de atividades não-lucrativas (como festas, reuniões, cursos, exposições etc.), e as pessoas que com eles colaboram o fazem de maneira voluntária. A criação e a manutenção de centros sociais é, atualmente, um dos traços mais característicos da atuação de ativistas e movimentos emancipatórios através do mundo, do Reino Unido (onde existe até mesmo uma *Social Centre Network*, a qual almeja pôr em contato “o crescente número de espaços autônomos [*autonomous spaces*] para compartilharem recursos, ideias e informação” [LARC, 2008]) à Itália (onde centros sociais têm sido importantes desde os anos 70), à Holanda (que possui uma tradição tão relevante quanto a isso como no que concerne ao *squatting*) e à Argentina (onde centros sociais têm sido criados por *piqueteros* ou por ativistas conectados à “cena” *piquetera*).¹⁶

Ao lado das atividades culturais e políticas, atividades econômicas são, às vezes, e particularmente nas cidades de países (semi)periféricos, muito impor-

¹⁶ Consulte-se, sobre os centros sociais e a sua espacialidade, Pickerill e Chatterton (2006).

tantes em espaços tais como prédios ocupados, fábricas “apropriadas” (territorializadas) e geridas pelos operários após processos de falência, e assim segue. Clubes de troca e feiras de troca têm-se multiplicado no Brasil desde os anos 90, mas *clubs de trueque* e *ferias de trueque* têm sido especialmente importantes na Argentina, onde uma crise econômica devastadora e a desvalorização da moeda nacional levaram muita gente a desenvolver mercados paralelos com a ajuda de “moedas alternativas” (as chamadas *monedas sociales*; no Brasil, a experiência com “moedas sociais” é ainda incipiente). A criação desses mercados alternativos pode muitas vezes ser entendida, juntamente com a fundação de cooperativas em espaços ocupados por sem-teto e a recuperação de fábricas pelos próprios trabalhadores (como é bem ilustrado pelas *fábricas recuperadas* da Argentina, conquanto processos semelhantes também venham ocorrendo no Brasil e em outros países) como práticas espaciais insurgentes. A relevância dessas atividades econômicas é múltipla, indo bem além da geração de renda para o consumo individual: por exemplo, aspectos político-pedagógicos (criação de oportunidades de trabalho mais ou menos independentemente do Estado e do mercado capitalista e sobre fundamentos outros que não uma relação de assalariamento) e o financiamento de atividades culturais e políticas.

Tanto espaços ocupados quanto centros sociais (independentemente de se localizarem em imóveis territorializados por *squatters* ou não) representam territórios dissidentes. Mas territórios dissidentes também podem corresponder a/abrigar outras práticas espaciais, tais como aquelas que intencionalmente produzem territorializações efêmeras com o propósito de atrair atenção e/ou perturbar algumas atividades e agentes: por exemplo, a ocupação temporária de espaços que são política, econômica ou simbolicamente relevantes (ruas, estradas, espaços públicos situados perto ou em frente de prédios “icônicos” que abrigam instituições estatais). Essa forma de territorialização efêmera é, às vezes, acima de tudo uma ação de protesto (como no caso de certos protestos já várias vezes realizados por ativistas do movimento dos sem-teto no Brasil), e às vezes uma combinação de protesto político com ações destinadas a ser um estorvo para a produção capitalista ou a circulação de mercadorias (como é o caso dos *cortes de ruta* ou *piquetes* realizados pelos *piqueteros* na Argentina); às vezes, por fim, trata-se simplesmente de um protesto com evidente caráter lúdico (como ocorre com as *street parties* convocadas pela organização *Reclaim the Streets*, no contexto do que eles chamam de “*Temporary Autonomous Zones*”

– ou, então, para dar mais um exemplo, como foi o caso da “ocupação pacífica” do *shopping center* Rio Sul, no Rio de Janeiro, em agosto de 2000, por ativistas da organização de sem-teto MTST,¹⁷ ocupação essa que foi um criativo exemplo de *go-in*, em especial o lanche que os ativistas fizeram, com seus sanduíches trazidos de casa, na Praça de Alimentação do *shopping center*, para horror de muitos dos frequentadores chiques do local).

Bloqueios de ruas/estradas têm sido praticados por ativistas de movimentos sociais em todo o mundo, dos EUA à África do Sul, da Europa ao México. Talvez o mais impressionante exemplo venha da Argentina, onde os *piqueteros* converteram os bloqueios em uma forma central de protesto e, ao mesmo tempo, em um símbolo e um fator de identidade. Um piquete é, como disse um líder *piquetero* em depoimento prestado ao autor em Buenos Aires em março de 2007, “*el paro de los desempleados*”. De fato, a origem dos *piquetes* (mesma palavra utilizada na América Latina hispânica e no Brasil) se dá no próprio movimento operário, correspondendo à tentativa dos sindicalistas e ativistas sindicais de impedir que companheiros de trabalho entrem para trabalhar na fábrica durante uma greve. Ao longo dos anos 90 os *piqueteros* argentinos estenderam e adaptaram a tática para servir como ferramenta de protesto contra o desemprego.

Territórios dissidentes podem ser estáveis ou (mais usualmente) instáveis, dependendo do grau de confrontação com o Estado e as classes dominantes, o que pode transformá-los em espaços altamente disputados. Uma luta institucional conduzida com habilidade, posteriormente ou paralelamente à ação direta de, por exemplo, ocupar um terreno ou imóvel, tende a ser decisiva para se conquistar a segurança jurídica da posse. Algumas (poucas) vitórias já vêm sendo alcançadas pelo movimento dos sem-teto brasileiro dessa maneira. O desafio é evitar que, no bojo da negociação com o Estado, se instale um clima propício à cooptação ou se criem as condições para uma desmobilização e descaracterização do movimento social.

Um tipo de ação silenciosa e tipicamente não-violenta é aquilo que os “situacionistas” chamavam de “deriva” (*dérive*), que acontece quando as pessoas deixam de lado motivos estandardizados para o movimento e a ação em favor da absoluta espontaneidade, “abandonando-se às atrações do terreno” e cami-

¹⁷ O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) é a mais consolidada organização do movimento dos sem-teto no Brasil. Ela tem atuado principalmente em São Paulo, com manifestações esporádicas em outros estados.

nhando sem destino pré-fixado através das ruas, de modo totalmente aberto à contingência e aos encontros inesperados. Uma outra prática dos “situacionistas” é o “desvio” (*détournement*), o qual tem lugar quando artistas subvertem os meios existentes com o objetivo de criar novas obras, cujas mensagens são, muitas vezes, opostas àquelas das obras originais. Como se vê, as práticas espaciais “situacionistas” combinam explicitamente arte e vida, arte e subversão.

Há algumas similaridades visíveis entre a *dérive* e aquele tipo de resistência à qual o pensador francês Michel de Certeau dedicou sua atenção preferencial. Assim como Foucault (que exerceu considerável influência sobre de Certeau), Michel de Certeau também soube perceber a relevância do espaço social; por outro lado, ele tencionou fazer aquilo que seu interlocutor um tanto “pessimista”, Foucault, não empreendeu: oferecer uma análise dos aspectos criativos e subversivos da atividade humana no contexto de ambientes planejados, situações regradas e cidades construídas sob a direção de poderes heterônomos. Se ele alcançou consistentemente esse objetivo, essa é uma questão que não poderá ser adequadamente examinada aqui. Seja lá como for, ele sublinhou algo que merece ser cuidadosamente considerado: as práticas humanas no campo do consumo cotidiano, correspondentes às “operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina” (DE CERTEAU, 1996, p. 37), não se revela, quando de uma inspeção mais cuidadosa, uma espécie de reino do conformismo absoluto. O uso da infraestrutura e do espaço em desacordo com o modo prescrito pelos construtores ou pelo Estado (por meio de normas e planos) é algo muitíssimo frequente – e uma forma de subversão. Para ele, os consumidores não são inteiramente passivos e obedientes, e as maneiras como o ambiente é vivenciado e produzido na esfera do cotidiano pelas pessoas comuns – por exemplo, ao caminharem pelas ruas e praças – jamais são completamente determinadas pelos planos elaborados por planejadores profissionais, muito embora essas maneiras sejam, obviamente, menos ou mais influenciadas e condicionadas pelas ações e regras planejadas e empreendidas pelas instituições do aparelho de Estado (assim como pelas empresas privadas). Fenômenos como os atalhos frequentemente tomados por pedestres, que criam seus próprios “caminhos preferenciais”, ou o caminhar despreocupado e “sem rumo certo”, ignorando o espaço-tempo utilitário do capitalismo, corresponderia a certas formas de resistência e de astúcia. No entanto, enquanto a *dérive*, o “meandrar” ou “flanar” pelas ruas, no estilo preconizado pelos “situacionistas”,

é algo reflexivamente consciente, a atividade de produção do espaço pelos consumidores, no sentido explorado por de Certeau, não equivale a uma ação política refletida; ela pode ser uma resistência “silenciosa”, mas não é um protesto deliberado ou parte de um experimento como a *dérive*, o *détournement* ou, ainda, a grafitagem de muros e paredes por militantes do movimento *hip-hop*.

Enquanto a grafitagem é uma prática espacial insurgente que corresponde a um protesto “silencioso” – muros são “territorialmente marcados” e significados são atribuídos “em silêncio”, geralmente também às escondidas... –, outros componentes da cultura *hip-hop* em cujo contexto a arte do grafite se desenvolveu são proverbialmente “ruidosos”: a *rap music* e a *break dance*. Os territórios duráveis do *hip-hop* (chamados de “posses”) são também uma modalidade de territórios dissidentes, e tal como as práticas “situacionistas” e muitos centros sociais, eles apresentam uma conexão essencial com a arte e a cultura.¹⁸

Sejam agora apresentados, finalmente, seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes, os quais, presume-se, são capazes de abranger um sem-número de manifestações empíricas particulares:

- Territorialização em sentido estrito: “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física (*squatted buildings*, *piquetes* etc.).
- Territorialização em sentido amplo: territórios são identificados, direitos formais e prerrogativas legais de proprietários privados são desafiados e regras espaciais impostas pelo Estado são quebradas mediante símbolos provocativos e sem a presença física duradoura dos transgressores/desafiadores (como é sobejamente ilustrado pelas ações clandestinas de grafitagem).
- Refuncionalização/reestruturação do espaço material: adaptação do substrato espacial material a novas necessidades. O espaço material precisa ser adaptado a novas funções no transcurso da manutenção duradoura de territórios dissidentes; quase axiomáticamente, práticas espaciais insurgentes não podem ser exercidas no mesmo ambiente espacial criado pelas práticas espaciais heterônomas. Às vezes essa adaptação pode ser alcançada através de intervenções físicas mínimas, utilizando-se espaços preexistentes de uma maneira nova e criativa (refuncionalização de formas espaciais); às vezes o espaço material

¹⁸ Consulte-se Rodrigues (2005) sobre as conexões entre a cultura, a política e a espacialidade no movimento *hip-hop*, com destaque para o quadro brasileiro.

preexistente necessita ser reconstruído ou fortemente modificado (reestruturação da organização do espaço material).

- Ressignificação de “lugares”: a cultura, o simbolismo e o discurso na qualidade de “campos de batalha”.

- Construção de circuitos econômicos alternativos: desenvolvimento de alternativas mais ou menos profundas ao mercado capitalista e às relações de produção capitalistas (emprego assalariado, hierarquia de rendimentos etc.) no que se refere à geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo.

- Construção de redes espaciais: estratégias multiescalares integrando várias ou mesmo muitas experiências de resistência local ou regional e seus respectivos territórios dissidentes, o que permite que sejam alcançadas sinergias em matéria de visibilidade pública de demandas e protestos, de eficiência logística, de solidariedade pública e de ajuda mútua entre organizações e ativistas de vários lugares.

As práticas espaciais referentes aos tipos acima elencados têm sido usualmente combinadas umas com as outras, no âmbito de estratégias sócio-espaciais (SOUZA, 2006b, p. 332, 340, nota 7). Um exemplo interessante é fornecido por algumas das ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro, as quais representam algo que poderia ser chamado de “revitalização de baixo para cima”. Em contraste com a linguagem amplamente difundida do planejamento urbano conservador, o qual fala de “revitalização” referindo-se a processos durante os quais áreas “degradadas” (como instalações portuárias decadentes) e/ou bairros pobres são submetidos a uma “gentrificação” e tornados úteis para propósitos capitalistas (como se antes esses espaços estivessem “mortos”, “sem vida”, o que, especialmente no caso de áreas residenciais populares, chega a ser uma afronta), uma “revitalização de baixo para cima” equivale a uma situação na qual alguns agentes (como *squatters*, sem-teto etc.) assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima. “Revitalização de baixo para cima” parece ser, com efeito, uma expressão adequada para designar o que acontece com espaços ociosos (prédios vazios, por exemplo) que sofrem a ação de práticas espaciais insurgentes. Ocupações de sem-teto como Quilombo das Guerreiras e Chiquinha Gonzaga, localizadas em prédios situados na Zona Portuária do Rio de Janeiro, representam uma combinação de territorialização em sentido estrito com refuncionalização/reestruturação do

espaço material e ressignificação de “lugares”. Nelas têm ocorrido, igualmente, tentativas de desenvolver alternativas às relações de trabalho capitalistas (ou seja, tentativas de construção de circuitos econômicos alternativos), sob a forma de cooperativas. Infelizmente, contudo, no que concerne à construção de redes espaciais, o movimento dos sem-teto brasileiro ainda está distante de alcançar a notoriedade e a importância internacionais que os zapatistas mexicanos e os *piqueteros* argentinos (ou os sem-terra brasileiros) alcançaram, conquanto a construção de redes – às vezes conduzida de modo genuinamente autogestionário – esteja embrionariamente presente também entre eles.

Seja lá como for, cumpre ressaltar que os seis tipos gerais de práticas espaciais insurgentes anteriormente descritos, e especialmente o último deles, podem ser viabilizados ou fortalecidos por meio de uma “política de escalas” (*politics of scale*). A “política de escalas” admite ser definida, em uma primeira e muito sumária aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.).¹⁹ As mais diferentes situações e combinações escalares podem ter lugar: um movimento de base local ou regional acessar, com a ajuda de mediadores ou apoiadores de fora do local ou região, diretamente a arena global, para graças a isso sensibilizar mais facilmente uma arena nacional; capilarizar as articulações entre local, regional e nacional, ganhando consistência e força para acessar uma arena global e, com isso, reforçar as pressões sobre o Estado nacional; pular completamente o nível nacional (ou também o regional) e, com a ajuda das modernas tecnologias de comunicação (Internet, vídeos), dirigir-se a uma audiência internacional...

¹⁹ O marco fundamental do interesse pela reflexão teórica em torno das escalas geográficas (de análise e ação) e daquilo que viria a ser conhecido como “política de escalas” é, seguramente, Lacoste (1988), mas foi no ambiente intelectual anglo-saxônico, na década de 90, que o assunto passou a despertar enorme atenção, desenvolvendo-se extraordinariamente. Ilustrativos do vertiginoso interesse pela temática das escalas e da *politics of scale*, bem como do refinamento já alcançado no trato da mesma, são, entre muitos outros, os seguintes trabalhos: Gardner; Greer (1996), Mars-ton (2000), Howitt (2000), Swyngedouw (2000, 2004), Smith (2004), Gough (2004) e Cidell (2006).

PARA ARREMATAR

As práticas espaciais sempre foram importantes para os movimentos sociais (e para os ativismos sociais em geral), se bem que para uns bem mais que para outros. O que ocorre é que, hoje em dia, elas, em sua grande diversidade, se mostram decisivas para muitos movimentos. Tomando como referência empírica a América Latina, Raúl Zibechi (o qual, registre-se, não é geógrafo de formação) salienta que “[*Las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica*]” (ZIBECHI, 2007, p. 26). O próprio Zibechi lida aprofundadamente com vários exemplos concretos de movimentos e suas práticas, citando algumas frases lapidares de outros autores a respeito de alguns deles: “[*Las ‘tomas’ de las ciudades de los indígenas representan la reapropiación, material y simbólica, de un espacio ‘ajeno’ para darle otros contenidos*]” (Dávalos apud ZIBECHI, 2007, p. 26); “[*La acción de ocupar la tierra representa, para el campesino sin tierra, la salida del anonimato y es su reencuentro con la vida*]” (CALDART apud ZIBECHI, 2007, p. 26). E o próprio Zibechi fornece uma frase que sintetiza muito da densidade espacial dos piqueteros argentinos, nos planos prático-político e simbólico: “[*Los piqueteros sienten que el único lugar donde la policía los respeta es en el corte de la ruta*]” (ZIBECHI, 2007, p. 26).

Vale a pena lembrar Foucault. É bem verdade que ele, com o seu “estruturalismo” (que o acompanhou, ainda que residualmente, até quase o final de sua vida, embora suas últimas obras sobre a história da sexualidade revelem um resgate do papel do sujeito), subestimou ou negligenciou as revoluções, e hiperfocalizou a disciplina e o controle em detrimento da rebelião, o poder heterônomo em detrimento do contrapoder anti-heterônomo. Ele subestimou, na realidade, a história como criação radical, no sentido descortinado por Castoriadis (1975, 1986a, 1986b). Em consequência, negligenciou a possibilidade de uma autoinstituição lúcida da sociedade. Seu “pessimismo” impediu-o de ir da crítica da heteronomia ao vislumbre da autonomia. Não obstante isso, não somente o refinamento do conceito de poder empreendido por ele, mas também a sua constante valorização do espaço fazem com que seus ensinamentos se mostrem preciosos na hora de se esquadriñar as práticas espaciais dos ativismos sociais. No início de uma conferência proferida em 1967 e publicada muitos anos mais tarde, ele observa que “[a] grande mania que obcecou o século XIX foi, como se sabe, a história”, para ponderar em seguida: “[a] época atual seria

talvez de preferência a época do espaço” (FOUCAULT, 2006, p. 410). Mais de quatro décadas depois, provavelmente essa intuição é ainda mais correta hoje do que no momento em que foi formulada, e disso uma grande quantidade de ativismos sociais vem dando um convincente testemunho.

Isso não significa que não haja obstáculos a superar. Mesmo sem ter podido abordar aqui, dadas as restrições de um artigo, as limitações intrínsecas a certas práticas espaciais, é possível avançar a interpretação de que, de um ponto de vista tático, as práticas espaciais insurgentes anteriormente apresentadas têm se mostrado, em maior ou menor grau, eficazes. Entretanto, também já agora é razoável postular que, de um ângulo estratégico, aprimoramentos fazem-se necessários – não somente no que tange às práticas espaciais em si mesmas, mas sim no que toca ao conjunto das ações conduzidas pelos agentes vinculados aos movimentos –, mormente no que diz respeito a uma combinação cada vez mais madura e prudente da ação direta com a luta institucional. Sem isso, a vulnerabilidade dos movimentos em face da cooptação (ou, no extremo oposto, do isolamento), não raro até mesmo dos mais originais e aguerridos, continuará a ser uma grande fonte de preocupação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2.^a ed., 1983 [1958].
- _____. *Da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985 [1970].
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a [1972].
- _____. *The City and the Grassroots*. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1983b.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- _____. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983a [1979]. p. 11-34.
- _____. A fonte húngara. In: *Socialismo ou barbárie*. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983b [1976]. p. 257-287.
- _____. A questão da história do movimento operário. In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985a [1973]. p. 11-78.
- _____. Proletariado e organização, I. In: *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985b [1959]. p. 147-187.
- _____. L'imaginaire: la création dans le domaine social-historique. In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil, 1986a. p. 219-237.
- _____. La logique des magmas e la question de l'autonomie. In: *Domaines de l'homme – Les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Seuil. 1986b. p. 385-418.

- _____. Pouvoir, politique, autonomie. In: *Le monde morcelé – Les carrefours du labyrinthe III*. Paris: Seuil. 1990. p. 113-139.
- _____. La démocratie comme procédure et comme régime. In: *La montée de l'insignifiance – Les carrefours du labyrinthe IV*. Paris: Seuil. 1996. p. 221-241.
- _____. Quelle démocratie? In: *Figures du pensable – Les carrefours du labyrinthe VI*. Paris: Seuil. 1999. p. 145-180.
- CASTORIADIS, Cornelius *et al.* *A criação histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios. 1992.
- CIDELL, Julie. The place of individuals in the politics of scale. *Area*, 38(2), p.196-203. 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 15-47.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2.^a edição. 1996 [1990].
- DELANEY, David; LEITNER, Helga. The political construction of scale. *Political Geography* vol.16, nº 2, p.93-97. 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 4.^a ed. 1984 [1979].
- _____. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 4.^a ed. 1986 [1975].
- _____. Outros espaços. In: *Michel Foucault – Estética: Literatura e pintura, música e cinema* (Ditos & escritos, III). Rio de Janeiro e São Paulo: Forense Universitária, 2.^a edição. 2006 [1967].
- _____. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes. 2008 [1978].
- GARDNER, Florence; GREER, Simon. Crossing the river: How local struggles build a broader movement. *Antipode*, 28(2), p.175-192. 1996.
- GOODMAN, Robert. *After the Planners*. New York: Simon and Schuster. 1971.
- GOUGH, Jamie. Changing scale as changing class relations: variety and contradiction in the politics of scale. *Political Geography*, vol. 23, p.185-211. 2004.
- HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. El significado de la revolución hoy. Buenos Aires: Ediciones Herramienta (em colaboração com a Benemérita Universidad Autónoma de Puebla), 3.^a ed. 2005 [2002].
- HOWITT, Richard. Scale. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TUATHAIL, Gearóid (orgs.) *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell. 2003. p. 138-157 [Uma versão preliminar, sob o título “Nests, webs and constructs: contested concepts of scale in political geography”, havia sido disseminada pela Internet em 2000.]
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus. 1988 [1976].
- LARC. London Action Resource Centre. *Social Centre Network*. Londres, 2008. Disponível em: <http://www.londonarc.org/social_centre_network.html> Acesso em: 09 de out. 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Península. 1976 [1972].
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. 1981 [1974].
- _____. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 4.^a ed. 1983 [1970]. (edição brasileira: Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999).

- MARBÁN, José Sotelo. *Oaxaca: Insurgencia civil y terrorismo de Estado*. México (D.F.): Era. 2008.
- MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. *Progress in Human Geography* vol. 24, nº 2, p. 219-242. 2000.
- MILLER, Byron. *Geography and Social Movements*. Comparing Antinuclear Activism in the Boston Area. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press. 2000.
- PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. *Progress in Human Geography* 30(6), p.730-746. 2006.
- PRUIJT, Hans. Is the institutionalization of urban movements inevitable? A comparison of the opportunities for sustained squatting in New York City and Amsterdam. *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(1), p.133-57. 2003.
- _____. Squatters in the creative city: rejoinder to Justus Uitermark. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(3), p.699-705. 2004.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal. 1985 [1978].
- RATZEL, Friedrich. *Politische Geographie*. Osnabrück: Otto Zeller Verlag, 3.^a edição. 1974 [1897].
- REBÓN, Julián; SAAVEDRA, Ignacio. *Empresas recuperadas: La autogestión de los trabajadores*. Buenos Aires: Capital Intelectual. 2006.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. Londres: Pion. 1976.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Geografias insurgentes*. Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip-hop. Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo. 2005
- SACK, Robert David. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SMITH, Nei. Scale Bending and the Fate of the National. In: McMASTER, Robert; SHEPARD, Eric (orgs.): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell. 2004. p. 192-212.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Dissertação de Mestrado em Geografia pela UFRJ. Rio de Janeiro: mimeo. 1988.
- _____. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.): *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995. p. 77-116.
- _____. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, nº 1, p.5-22. 1996.
- _____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento sócio-espacial. *Território*, nº 3, p.13-35. 1997.
- _____. *O desafio metropolitano*. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000a.
- _____. Urban Development on the Basis of Autonomy: a Politico-philosophical and Ethical Framework for Urban Planning and Management. *Ethics, Place and Environment*, vol. 3, nº 2, p.187-201. 2000b.
- _____. *Mudar a cidade*. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

_____. *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state*: Social movements as “critical urban planning” agents. *City*, 10(3), p.327-42. 2006b.

_____. *Fobópole*. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008a.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (orgs.): *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina, ANPEGE, CLACSO e FAPERJ. 2008b. p. 367-384.

SWYNGEDOUW, Eric. Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space* vol.18 p. 63-76. 2000.

SWYNGEDOUW, Eric. Scaled geographies: Nature, Place, and the Politics of Scale In: McMASTER, Robert; SHEPPARD, Eric (orgs.) *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell. 2004. p. 129-153.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa (I = A árvore da liberdade)*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra. 1987 [1963-1968]

TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil. 1973.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço & lugar*. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL. 1983 [1977].

UITERMARK, Justus. The co-optation of squatters in Amsterdam and the emergence of a movement meritocracy: a critical reply to Pruijt. *International Journal of Urban and Regional Research*, 28(3), p.687-98. 2004.

ZIBECHI, Raúl. *Genealogía de la revuelta*. Argentina: la sociedad en movimiento. Buenos Aires e Montevideu: Letra Libre e Nordan-Comunidad. 2003.

_____. *Autonomías y emancipaciones*. América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos. 2007.

Recebido em: 20/03/2010

Aceito em: 03/05/2010

PUNK E HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS?¹

NÉCIO TURRA NETO

Departamento de Geografia
UNESP – Presidente Prudente
necioturra@fct.unesp.br

RESUMO

Abordo aqui duas culturas juvenis transterritoriais – *Punk* e *Hip-Hop* –, problematizando a possibilidade de considerá-las como novos sujeitos políticos, territorializados no lugar. Início o texto situando o conjunto de preocupações, que tem direcionado minha atenção: as relações entre sociabilidade e cidade, no espaço-tempo. *Punk* e *Hip-Hop* colocam-se como possibilidades de identificação para jovens, situados em diversos lugares da cidade, constroem suas redes de sociabilidade e territorializam-se na cidade. Uma territorialização que não é indiferente à cidade concreta em que se realiza. Assim, argumento que a consideração do *Punk* e do *Hip-Hop* como movimentos sociais só pode se dar a partir de parâmetros muito precisos. Para referendar o argumento, reconstruo a trajetória histórica de ambas as culturas juvenis, do mundo ao lugar, tomando como referência uma cidade média paranaense. Para finalizar, apresento uma reflexão, ainda preliminar, sobre a dialética socioespacial, tema para o qual estudos dessa natureza podem trazer alguma contribuição.

PALAVRAS CHAVES: *Punk*. *Hip-Hop*. Rede de Sociabilidade. Territorialização. Dialética Socioespacial.

PUNK AND HIP-HOP AS SOCIAL MOVEMENTS?

¹ Este texto, revisto e ampliado, é resultado da fala realizada na Mesa-Redonda Política(s) Urbana(s): Estado *versus* Movimentos Sociais. Gostaria de agradecer ao convite do Professor Marcelo Lopes de Souza. Para mim, é uma grande honra e também um privilégio enorme poder estabelecer interlocução com meus pares, num evento tão prestigiado quanto o SIMPURB.

ABSTRACT

I examine in this study two transterritorial youth cultures – punk and hip-hop –, considering the possibility of being new political agents territorialized and “placed”. The starting point of the text are some concerns which have conditioned my attention, related to the links between sociability and city in space-time. Punk e hip-hop are regarded as a possibility of identity building for youngsters, who are located in many places in the city and who also build their nets of sociability and their own territories in the city. This territorialization is not indifferent towards the concrete city in which it is realized. In the light of this, I argue that classifying punk and of hip-hop as social movements can only be undertaken under consideration of very clear parameters. Empirical evidence for this argument derives from the history of both young cultures at different scale levels, from the world to the place, taking as reference a mid-sized city in the state of Paraná. To finalize, I present a preliminary reflection about the socio-spatial dialectic, a subject for which studies like this one can bring some contribution.

KEY WORDS: *Punk. Hip-Hop.* Net of Sociability. Territorialization. Dialectic Social-Space.

INTRODUÇÃO: SITUANDO O LUGAR DE ONDE SE FALA

Tenho trabalhado, ao longo da minha trajetória como pesquisador, com culturas juvenis na cidade, mais especificamente, com os movimentos *punk* e *hip-hop*, buscando traçar o processo de difusão dessas culturas juvenis “trans-territoriais” (CANCLINI, 2006), em sua aterrissagem no lugar, que lhe serve de contexto para a produção de uma nova territorialização, sempre a partir de uma abordagem etnográfica (TURRA NETO, 2004, 2008).

Cada cultura juvenil tem sido entendida como uma trajetória histórica que, em certo momento, encontra possibilidades de se materializar num espaço-tempo específico. No lugar, essas culturas juvenis oferecem-se como referência para a construção de redes de sociabilidade, que permitem aos/às jovens novas formas de viver a cidade. Cada cultura juvenil conduz, portanto, a espaços, tempos e práticas de sociabilidade particulares.

Alguns estudiosos das juventudes (como por exemplo, DAYRELL, 2005; CARRANO, 2002, 2003) têm argumentado que é comum, no mundo atual

da velocidade e da globalização, a perda da “fidelidade territorial” dos “estilos” (outro termo para designar culturas juvenis). O local e o global se articulam na sua construção localizada, resultado do reconhecimento de experiências similares entre jovens de lugares muito diferentes. Mais que uma desterritorialização, os estilos culturais juvenis têm provocado reterritorializações em contextos urbanos diversificados, inclusive naqueles não-metropolitanos.

Um estilo expressa tanto o processo de globalização, com questões universais, quanto relações locais e a leitura própria do contexto no qual se inserem. Enfim, apontam para a importância atribuída pelos jovens à convivência com um grupo de iguais, o compartilhar de sentimentos de pertencimento e as experiências cotidianas possibilitadas pela vivência mediada pelo estilo (DAYRELL, 2005, p. 44).

Nesse sentido, o estilo ajuda a pensar a forma como os jovens e as jovens, que aderem a ele, constroem-se como sujeitos e se posicionam em relação ao mundo em que vivem. A partir da escolha do estilo, vão construindo-o de acordo com os recursos que dispõem e nas condições sociais em que estão inseridos, de modo que a expressão cultural globalizada se vê relativizar localmente (DAYRELL, 2005). Ainda que as referências sejam globais, “[...] somente no âmbito da sociabilidade tramada no lugar é que a articulação entre os grupos de amizade e a realização de atividades coletivas, como a organização das bandas, se torna possível” (CARRANO, 2002, p. 144)².

E sociabilidade é um conceito importante para situar o discurso. Por sociabilidade, entendo aquela interação social que não tem outro objetivo que não a própria interação. O ponto de partida para pensar este conceito é Simmel (1983), para quem a sociabilidade é uma forma espontânea de interação. É uma forma pura, no sentido de ser uma “inter-relação interativa”, ou seja, não há conteúdos concretos, nem objetivos a perseguir, o único objetivo é estar em relação. A sociabilidade é a “forma lúdica da sociação”.

Como interação sem conteúdos determinados, seu sucesso depende das pessoas envolvidas e do seu investimento na relação. A individualidade cede es-

² Carrano (2002; 2003) é um dos estudiosos da juventude que têm uma preocupação significativa com a dimensão espacial, acompanhando uma tendência importante nesse “campo de estudos”. Contudo, como geógrafo, é possível problematizar as noções de espaço, território e lugar presentes nesse e em outros/as autores/as. Essa “virada espacial” tem se feito sem uma discussão mais estreita com a Geografia, o que tem limitado o próprio avanço de uma reflexão sobre o espaço na teorização sobre juventudes.

paço para a imersão no coletivo. A sociabilidade pressupõe relação entre iguais, pois nela não cabem hierarquias; ela se baseia no princípio da reciprocidade.

Para Maia (2002), Simmel ressentia-se de que, na Sociedade Urbana Moderna, há uma dificuldade de gestos e sentimentos recíprocos e de ações espontâneas, que sustentem a sociabilidade, de forma que, tragicamente, visualiza seu esgotamento. É, então, que a autora aciona Maffesoli, para pensar as formas de sociabilidade que emergem na situação de [pós]Modernidade.

Para Maffesoli (1987), a socialidade, como ele chama, é uma “potência subterrânea”, uma força social que sempre se refaz, apesar das intensas transformações na sociedade e no espaço. Para apreender as formas que tomam a socialidade atual, o autor cunhou o termo “tribalismo”. Essa forma tem como fundamento a “comunidade emocional”, derivada do instinto do “querer viver social”. Suas consequências são o “policulturalismo”, característico das grandes cidades, e a “proxemia”, na qual o “estar-junto à toa” é de fundamental importância.

A proximidade é o que obriga o viver junto. E a vida só é possível com os outros. Mas também, o território comum, no âmbito do qual uns devem se ajustar aos outros, pode ser uma consequência do ajuntamento. Esse ajustamento é uma acomodação sempre relativa, marcada por tensões e flexibilidade. Em outros termos, o território, espaço que em Maffesoli está próximo à ideia de lugar dos geógrafos humanistas, é tanto o que permite o ajuntamento, quanto é resultado desse processo. Nos dois casos, a coexistência obriga a um ajustamento.

A proximidade gera a aproximação que, por sua vez, funda o território enquanto “micro-localismo”, em que se exercita a convivialidade e a cultura do grupo. O costume estabiliza o ajuntamento: o beber junto, jogar conversa fora, falar banalidades cotidianas provocam o “sair de si” em direção ao outro e, por meio desse processo, criam a “aura estética” e “aura ética”, que cimentam o tribalismo.

A socialidade, assim concebida, estaria em oposição e resistência à abstração dos grandes valores coletivos, que marcaram as ideologias políticas da Modernidade e, eu diria mesmo, estaria em oposição à dominação do espaço urbano, dada pelo predomínio do valor de troca, em relação ao valor de uso, tal como argumenta Carlos (2001). “[...] Os grupos, as pequenas comunidades, as redes de afinidade ou de vizinhança se preocupam com as relações sociais pró-

ximas” (MAFFESOLI, 1987, p. 65-66). É uma forma de manter a soberania sobre a existência imediata, quando outras instâncias da vida social escapam ao controle dos sujeitos, em direção a ordens políticas e econômicas distantes.

No contexto urbano, a socialidade é cada vez mais eletiva, no sentido de que a atração e a repulsa fazem-se por escolha. Fator decorrente da própria expansão do espaço urbano e da lógica da terra-mercadoria, que preside sua produção (CARLOS, 2001). Nesse contexto, desenvolve-se a lógica da rede, visto que a aproximação, não estando necessariamente vinculada à proximidade física, acaba por fundar um território que “[...] se torna laço. E isso nos lembra que talvez estejamos diante de uma estrutura antropológica que faz com que a agregação em torno de um espaço seja o dado básico de toda a forma de socialidade. Espaço e socialidade” (MAFFESOLI, 1987, p. 181).

Assim, na cidade, os territórios existenciais seriam muito mais resultados da aproximação seletiva, que se dá pela lógica da rede, do que um espaço anterior a ela, que a condicionaria. É nesse sentido que o cimento emocional, que liga o grupo e realiza a proxemia (enquanto um agrupamento localizado), necessita de inscrição espacial para poder efetivar-se. “[...] a socialidade e a proxemia são constituídas por uma constante sedimentação que faz rastros, que faz ‘território’” (MAFFESOLI, 1987, p. 189). Com isso, o autor não nega o papel da proximidade no ajuntamento, mas apresenta outras formas possíveis de realizá-lo.

Esse debate aponta, também, para o fato de que, o estudo dos diferentes territórios, resultantes da nova dinâmica da sociabilidade, no urbano, deve tomar, como ponto de partida, os sujeitos que se territorializam, e não um espaço já dado, o que, aliás, parece ser uma prerrogativa do próprio conceito de território. Contudo, é fundamental considerar que o território, assim constituído, não é independente da materialidade concreta que a cidade coloca à disposição, para os diferentes grupos sedimentarem suas redes de sociabilidade.

No caso do *punk* e *hip-hop*, a sociabilidade e o território têm se efetivado pela constituição de uma rede que abrange toda a cidade, cujo critério de conexão é dado pela cultura juvenil, no seu movimento de acontecer localizado. E foi essa a forma predominante com que abordei ambas as culturas juvenis, nos meus estudos. Culturas que se colocam como possibilidade de identificação para jovens diferentemente situados na cidade e que, a partir delas, constituem redes de sociabilidade, que as fazem se territorializar.

Outro conceito importante para contextualizar essa abordagem, é o conceito de geração. A partir da ideia de geração, podemos considerar as juventudes como histórica, social e espacialmente situadas, de forma que não é possível comparar globalmente uma geração com outra, pois em cada contexto, os jovens e as jovens se deparam com questões específicas e elaboram respostas originais (ABRAMO, 1994).

Margulis e Urresti (1998) salientam que a ideia de geração é uma forma de considerar o fator biológico da idade, a partir de sua elaboração cultural. Entendem que a juventude é um período da vida que é passageiro e, por isso, tem uma duração limitada. Cada geração remete a um período histórico e vincula os sujeitos a uma época, cujos códigos culturais, incorporados na juventude, tendem a acompanhá-los por toda a vida. Para os autores, a juventude pode ser entendida como

[...] um posicionamento cronológico, uma experiência temporal vivida que se caracteriza por ser limitada e pouco profunda, a partir da qual o mundo aparece como novo, a própria história curta, o conhecimento escasso, a memória acumulada objetivamente menor, a vivência dos acontecimentos diversa em relação aos que nasceram antes, tudo isso se expressa em uma decodificação da atualidade, em um modo heterogêneo de ser contemporâneo. Por isso, a juventude deve ser compreendida como uma particular afiliação à geografia temporal, como uma nacionalidade estranha em termos de duração, que convive com as outras nações temporais sob a mesma jurisdição, a mesma soberania: o presente (MARGULIS e URRESTI, 1998, p. 11, tradução e grifo nosso).

Esse conceito, incorporado à Geografia Urbana, pode lançar novas luzes sobre o processo de produção e/ou apropriação do espaço, tomando como referência os sujeitos sociais que o vivenciaram enquanto jovens, e o vivenciam hoje, já transformado, enquanto idosos, além de permitir apreender as experiências contemporâneas do espaço transformado e ampliado daqueles que vivem sua juventude no momento atual. O debate sobre as diferentes gerações na cidade pode problematizar algumas ideias correntes sobre o atual empobrecimento das relações sociais e sobre o declínio da vida pública, a partir do contato com uma sociabilidade que sempre se refaz (como argumenta MAFFESOLI, 1987) e que repovoa a vida pública, com novos conteúdos.

Nesse sentido, meus estudos se direcionaram à compreensão das transformações nos espaços, tempos e práticas de sociabilidade juvenil, ao longo de diferentes gerações, com enfoque mais específico sobre a geração atual e a territorialização de culturas juvenis transterritoriais. Por isso, o convite para realizar uma fala numa mesa, que tem como tema central movimentos sociais

urbanos é, pela leitura que estou fazendo, uma provocação, no sentido de que me instiga a lançar um olhar para o *punk* e *hip-hop* como movimentos sociais, o que, até então, apenas marginalmente havia considerado. E é a esse desafio que procurarei responder no texto que se segue.

RELATIVIZANDO A IDEIA DO PUNK E DO HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

Margulis e Urresti (1998) identificam três discursos envolvidos na constituição social das juventudes contemporâneas:

1 – o do jovem-signo: que é o discurso produzido no domínio da cultura da imagem, em que o “juvenil é fetichizado pelas linguagens hegemônicas da sociedade de consumo” (p. 15). Essa imagem está fortemente associada com as marcas paradigmáticas do ser moderno.

2 – o do jovem herdeiro: aquele delineado pelos setores dominantes como o “herdeiro desejável”. Isso vale para os jovens de todas as classes sociais, mas quem define o modelo de herdeiro para cada camada social é sempre a classe dominante. Por isso, para os jovens pobres serem herdeiros ideais de seus pais, devem se submeter aos territórios e identidades sociais que lhes foram delimitados socialmente, seguindo trajetos pré-definidos pela cidade, de acordo com sua condição socioespacial;

3 – e, por fim, o do jovem das “tribos urbanas”: aquele que realiza oposição aos outros dois discursos. Nesse campo, os/as jovens podem produzir seu próprio estilo e bens culturais, à margem da grande indústria, bem como realizar uma “deserção simbólica” em relação ao universo do esperado pelo mundo adulto, marcando uma “identidade oposicionista”³.

Nesse sentido, as “tribos urbanas” são vistas como uma forma propriamente juvenil de atuação política e como um dos aspectos mais emblemáticos das juventudes contemporâneas, visto que também se produzem no universo do consumo.

Para Reguillo (2003), as formas de organização e as bandeiras de luta das juventudes mudaram aceleradamente nos últimos anos. Não se trata mais de compor quadros de partidos políticos, ou filiar-se a células guerrilheiras, ou

³ A ideia de identidade oposicionista me vem de McDowell (1996), no seu comentário sobre o pensamento de Stuart Hall.

mesmo a organizações estudantis. Hoje predominam formas mais fluídas e intermitentes, em que manifestações de cunho artístico-cultural estão no centro dos embates no espaço público.

De certa forma, os próprios jovens com quem estabeleci contato, na pesquisa, entendem-se como fazendo parte de um movimento social e cultural, que transcende a própria rede de sociabilidade localizada, em direção a um movimento de escala nacional e internacional.

Essa ideia, contudo, precisa ser um pouco matizada com as cores de uma abordagem cotidiana, que capture o sentido que os/as jovens atribuem ao processo de adesão às “tribos urbanas”, ou às culturas juvenis, como prefiro chamar, e a atuação política daí decorrente em contextos concretos de cidade.

Preocupado com o acontecer localizado dessas culturas, perguntava-me sobre o processo de territorialização do *punk* e do *hip-hop* e sobre as formas como elas são vividas pelos/as jovens que as escolheram. Como já dito anteriormente, partia do princípio de que, se essa adesão confere um *status* de modernidade e urbanidade aos jovens, para muito além do contexto urbano imediato, a sua realização localizada dialoga, inevitavelmente, com a cidade concreta e com os recursos ali disponíveis.

Nesse sentido, cabe colocar a seguinte questão: em que medida é possível considerar que aquelas redes de sociabilidade juvenis, em torno do *punk* e do *hip-hop*, que tive acesso pela pesquisa, constituem, localmente, novos sujeitos políticos, em diálogo e em conflito com outros sujeitos já presentes no lugar, tendo em mente que a cidade concreta a que estou me referindo, pode ser considerada uma “cidade média” e que o fenômeno em foco tem raízes metropolitanas?

DIFUSÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DAS CULTURAS

PUNKE HIP-HOP

Para tentar responder a esta pergunta, vale a pena reconstruir a trajetória histórica de ambas as culturas, do mundo ao lugar e do seu processo de acontecer localizado – ainda que resumidamente, pelo próprio recorte do texto.

O *punk* surgiu no seio da classe operária inglesa (em Londres, para ser mais preciso⁴), na segunda metade da década de 1970. Também nesse pe-

⁴ Há uma controvérsia sobre se a origem do *punk* foi em Londres ou em Nova York, alguns anos antes. Um consenso possível seria reconhecer que o estilo musical veio dos Estados Unidos e o comportamento e visual foi gestado em Londres, de onde explodiu para o mundo.

ríodo, surgiu o *hip-hop*, no quadro do gueto negro e hispânico do Bronx, em Nova York. Um período de recessão, desemprego e marginalização da juventude pobre, fato que levou alguns autores, como Abramo (1994), a reconhecer nas culturas juvenis, formas de elaboração das questões colocadas pelo contexto histórico de crise. De qualquer forma, *punk* e *hip-hop* representaram a elaboração de uma diversão genuína, fora dos circuitos até então disponíveis para a juventude da época, em cidades com poucas opções, para quem não tinha muito dinheiro. Esses jovens, então, passaram a produzir sua própria cultura e a negociar espaços na cidade para encontros, cujo público era formado por seus iguais. Não demorou muito para que, a essas estratégias de diversão se articulassem, também, manifestações políticas, seja de denúncia da sua condição socioespacial, seja de reivindicação de direitos, expressas nas músicas, no visual e também no comportamento.

A indústria cultural, reconhecendo nessas expressões juvenis um novo nicho de mercado, logo se apropriou do visual e da música e os difundiu como moda, ou como um estilo ao qual qualquer um poderia ter acesso, em diferentes contextos urbanos.

Paradoxalmente, foi assim que essas culturas juvenis puderam difundir-se e colocar-se como possibilidade de identificação a jovens brasileiros. Inicialmente, São Paulo foi a principal porta de entrada. Quase ao mesmo tempo em que aconteciam em seus contextos originais, jovens paulistanos, que já investiam em construções estilísticas marcadamente juvenis (em torno do *rock*, no caso do *punk*; e dos bailes *Black*, no caso do *hip-hop*), realizaram incursões por canais de pesquisa, que lhes deram acesso a essas novas culturas, por reconhecerem nelas a expressão de experiências similares às que viviam, enquanto jovens, na metrópole paulista.

Em Guarapuava, no Paraná, onde ancorei empiricamente a pesquisa, somente nos anos de 1990, para o caso do *hip-hop*, e nos anos 2000, para o caso do *punk*, é que estavam dadas algumas condições de possibilidade, objetivas e subjetivas, para a territorialização dessas culturas juvenis⁵. Condições que têm relação tanto com a trajetória histórica da própria cidade, quanto com

⁵ Essa distância temporal entre o surgimento do *punk* e do *hip-hop* nos seus contextos originais, sua aterrissagem em São Paulo e sua chegada a Guarapuava não é sem importância para a compreensão dos nexos desta cidade, de porte médio, com o mundo e do adensamento de suas conexões nos últimos tempos.

os progressos nos meios de comunicação e difusão cultural. Para ser mais preciso:

- a cidade cresceu, explodindo em periferias e ampliando a materialidade urbana do centro, em conexões cada vez mais intensas e diversificadas com grandes centros urbanos;

- a desterritorialização⁶ da família, da igreja e do trabalho, como principais referências para a formação das redes de sociabilidade da juventude local, que também se pluralizava internamente;

- a formação, na cidade, de tempos e espaços de diversão, cada vez mais marcadamente juvenis.

Nesse contexto, novas referências culturais puderam chegar e ser acionadas na constituição da sociabilidade, ao mesmo tempo em que permitiam: uma vivência juvenil em sintonia com os grandes centros urbanos; a distinção em relação ao mundo adulto; e a possibilidade de dar direção e forma a uma rebel- dia que estava em latência.

Por quais meios *punk* e *hip-hop* chegaram? Como os jovens os descobriram e se identificaram? Como as redes de sociabilidade foram sendo tecidas, constituindo o que pode se chamar de cena?

Cena é o que se denomina, na pesquisa etnográfica, de “conceito nativo”. Ou seja, é um termo que os próprios sujeitos da pesquisa usam para nomear o seu mundo e que podem auxiliar o pesquisador, no desvendamento da sua cultura. Cena é um termo empregado em profusão pela cultura *punk* (o que não significa que ele não possa iluminar, também, a dinâmica da cultura *hip-hop*) e quer designar o conjunto de pessoas, suas ações, seus espaços de encontro, seus eventos, os *chats* de encontro virtual, as páginas na *internet*, enfim, toda a rede que se forma em torno da cultura juvenil, numa dada cidade, seus espaços e sua dinâmica.

Falar em cena remete-nos a pensar sobre o estabelecimento de fronteiras identitárias, ligadas a estilos, constituídos por certo tipo de música, visual e comportamento. Essas fronteiras delimitam, além de espaços virtuais, espaços de encontro e manifestação na cidade, que são pontos de conexão, permanentes e/ou temporários, da rede de sociabilidade tramada em torno do estilo. Espaços

⁶ Inspirado em Haesbaert (2004, 2007), estabeleci como uma das questões norteadoras do estudo a dialética entre des-re-territorialização. Assim, perguntava-me: o que foi necessário se desterritorializar para que a nova territorialização acontecesse?

que resultam de negociação com outros grupos sociais, na cidade, e que dizem muito sobre as possibilidades reais de territorialização dos estilos globais, nos contextos urbanos concretos.

No caso do *punk*, a rede se iniciou nos espaços da vizinhança, da escola, quando jovens, ainda muito crianças, descobriram as referências da cultura, inicialmente por canais ligados à grande mídia. Aderiram a elas, compondo ali uma rede primária de sociabilidade, na qual a figura do amigo foi de extrema importância; por isso, a proximidade ainda tem grande força produtiva. Por essa rede, ganharam a cidade, transpondo os limites da proximidade e, informados pelo referente *punk*, conectaram-se a redes mais amplas, à escala da cidade, a partir de certos “terminais de conexão”⁷.

No caso do *hip-hop*, o processo não foi diferente, mas está mais marcadamente ligado à juventude periférica (via de regra, filhos urbanos de migrantes rurais, que encontraram nos bairros mais distantes do centro, a única possibilidade de territorialização na cidade), para quem a transposição dos limites da proximidade significa, também, a transposição dos “espaços segregados” e uma renegociação da cidade, inserindo-se nas “tramas do lazer noturno”, altamente iluminadas pela cultura de massa, situadas no centro da cidade (DIÓGENES, 1998). É nesse contexto que acontece, então, a tessitura das redes de sociabilidade à escala da cidade como um todo, dando origem à cena.

Mais que um processo de desterritorialização, foi possível identificar, em ambas as culturas juvenis, a constituição da primeira territorialização desses jovens, enquanto jovens, na cidade. A desterritorialização mais intensa se deu, quando as demandas do mundo adulto colocaram impedimentos à sua permanência nas redes de sociabilidade e à realização da cultura.

Predominantemente, tais culturas, em Guarapuava, têm acontecido nos tempos e espaços voltados à diversão, nos *shows punks* e nos eventos de *hip-hop*, sendo que na maior parte do tempo, predominam as redes mais estreitas de vizinhança/escola, pois tais espaços-tempos (*shows* e eventos) não são muito frequentes na cidade. Ambas não conquistaram, portanto, “territórios permanentes”, que se constituíssem em referência espacial para encontro, discussão, elaboração política do movimento e mesmo nos quais jovens novatos pudessem

⁷ Carrano (2002) fala em terminais de conexão para referir-se a lugares de encontro concretos, na cidade, em torno dos quais redes de sociabilidade juvenis são tecidas. A frequentação constante da rede nesses terminais acaba por ressignificá-los.

descobrir e se aprofundar em cada uma das culturas, em que sempre fosse possível encontrar *punks* ou *hip-hoppers* reunidos.

Como tenho procurado argumentar, o contexto de cidade concreta – a escala urbana de Guarapuava –, certamente, joga um papel importante para essas fragilidades, fazendo com que as cenas, apenas muito momentaneamente, ganhem territorialização efetiva, pela articulação da rede à escala da cidade. Por isso, os canais de descoberta dessas culturas, pelos/as novatos/as, continuam sendo os mesmos, ou seja, aqueles oferecidos pela grande mídia. O aprofundamento nas culturas, pela descoberta de canais de pesquisa próprios, torna-se um caminho acessado por poucos, justamente aqueles/as que permanecem envolvidos por mais tempo e que são uma minoria, que, por sua vez, não consegue articular uma territorialização mais permanente – pela frequência constante aos mesmos terminais de conexão das redes.

A impressão que se tem é que há uma constante renovação e um eterno recomeço dessas cenas em Guarapuava. Jovens que se cansam daquela (con)vivência, ou que passam a se colocar questões do tipo: vestibular, faculdade, mudança de cidade, para o caso do *punk*; casamento, filhos na adolescência, trabalho, para o caso do *hip-hop*, enquanto novos sujeitos, com informações muitas vezes descontextualizadas, iniciam suas trajetórias nas culturas e buscam integrar-se às redes, nos efêmeros tempos-espacos em que elas se materializam na cidade.

Certamente, a dinâmica das cenas *punk* e *hip-hop* de uma metrópole como São Paulo é muito diferente. Há uma territorialização mais efetiva, em que os novatos encontram pessoas com uma trajetória mais antiga, com as quais podem trocar e, sobretudo, orientar-se nas suas navegações nessas culturas. Nesse contexto urbano, a atuação política do *punk* e do *hip-hop* tem sido mais efetiva e sustentável e, talvez, aí, na metrópole, constituam-se de fato em movimentos sociais.

PUNKE HIP-HOP COMO MOVIMENTOS SOCIAIS?

Apesar dos contrapontos à ideia do *punk* e do *hip-hop* como efetivos sujeitos políticos em Guarapuava e, portanto, como movimentos sociais, é preciso considerar que nos próprios encontros festivos (nos *shows* e nos eventos), sempre estava presente certa divergência social, acionada e comunicada, seja nas letras de *rap* ou no *hardcore*, seja nos comportamentos dos/das jovens, sobretudo, no

meio *punk*, em que o espaço do *show* é um “território temporário”⁸, em que todo tipo de rebelião é possível.

Além disso, pude presenciar algumas mobilizações punk e hip-hop, quando esses jovens vieram à cena pública, protestar, reivindicar, negociar, ganhando certa visibilidade enquanto sujeitos políticos. Mas, qual foi a natureza dessas mobilizações?

No caso do *punk*, presenciei dois tipos de manifestação:

1 – a primeira se deu na portaria de entrada de um rodeio, que houve na cidade. A ideia básica, que acionou a manifestação, foi a defesa dos animais, uma bandeira muito presente no meio *punk* contemporâneo, em diferentes escalas e contextos.

2 – a segunda foi uma manifestação no dia 7 de setembro, em que os *punks* invadiram o desfile cívico-militar, empunhando faixas pregando a não obrigatoriedade do voto e do serviço militar; o grito de guerra foi o *slogan* anarquista: “nem deus, nem pátria, nem patrão”. Também aqui, em sintonia com o *punk* de outras escalas e contextos, que tem já uma tradição de intervenções dessa natureza, em momentos de comemoração cívica.

Ambas as manifestações tiveram um forte envolvimento emocional dos participantes e foram marcadas por brincadeiras, empurrões, romances, como se estivessem também em plena festa. Ao final de cada uma, os grupos de sociabilidade primária se dispersaram, cada um foi para seu canto e não se voltou mais a falar no assunto. Não houve uma avaliação da manifestação, uma reflexão sobre os ganhos políticos, ou não, sobre as próximas ações, sobre possíveis estratégias de luta. Foram reuniões efêmeras da rede de sociabilidade que, por um curto período de tempo, deram visibilidade ao *punk* em Guarapuava, enquanto sujeito de mobilização, em torno de algumas bandeiras políticas.

No caso do *hip-hop*, a situação é mais complexa, visto que alguns integrantes do movimento procuram negociar espaço no quadro da política institucionalizada⁹.

⁸ A relação aqui estabelecida entre territórios permanentes e temporários deriva de Souza (2001).

⁹ Nas eleições municipais de 2008, um dos membros mais proeminentes do movimento *hip-hop* na cidade candidatou-se a vereador por um partido de direita, acompanhando o grupo político com o qual negocia de forma mais direta. Com pouco mais de 500 votos, não chegou a ser eleito.

Como se trata de jovens muito pobres, o *hip-hop* tem aparecido como uma oportunidade de construir outras trajetórias biográficas, de ascensão social, diferentes daquelas que veem seguir a maioria dos jovens da periferia.

Nesse sentido, negociam com os grupos de poder locais, afirmando-se como lideranças do movimento. Há disputas internas entre eles para ver quem consegue congrega mais grupos de *rap*, mais grafiteiros e dançarinos de *break*, nos seus eventos, pois isso significaria maior poder de troca. Essas disputas e a subserviência aos grupos de poder locais têm contribuído para a fragilidade da territorialização do movimento *hip-hop* em Guarapuava, mas também tem mobilizado as redes de sociabilidade em torno da cultura e lhe conferido alguma visibilidade política, ainda que sempre permeada por jogos de interesses não muito explícitos.

Diante do exposto, para não deixar sem resposta a questão que está no título do artigo e que persiste neste subitem, arrisco-me a afirmar que, se essas culturas juvenis, tal como identificadas em Guarapuava, de fato podem vir a se constituir em movimentos sociais, talvez seja apenas no sentido dado por Melucci (1997, 2001), para quem, certos movimentos sociais contemporâneos acionam redes de solidariedade com fortes conotações culturais, o que os diferencia dos atores mais tradicionais. Redes com potencial de mobilização, em uma ação coletiva, com objetivo determinado, que emergem, de quando em quando, como um acontecer efêmero, ao qual se seguiria sua dispersão. Seriam, assim, sujeitos políticos em potencial, cujo principal investimento estaria na comunicação, interação e solidariedade entre seus integrantes e não numa permanente organização de luta. A ação coletiva estaria sempre em latência, podendo ser acionada a qualquer momento, a partir dos vários meios de comunicação, hoje disponíveis, sobretudo, celulares e *internet*.

Nesse sentido, temos em Guarapuava, já dadas, as condições de possibilidade de emergência do *punk* e do *hip-hop* como novos sujeitos políticos, visto que existem as redes de sociabilidade que lhes dariam materialização. Contudo, a ausência de uma territorialização mais efetiva e permanente, a inexistência de terminais de conexão constantemente frequentados, de forma a ressignificar espaços e marcá-los com os signos das suas culturas, fazem com que as redes de sociabilidade permaneçam fragilmente tecidas, o que se constitui num limite, tanto à mobilização política, quanto à maior difusão das culturas na cidade. Por conta disso, os/as novatos/as deparam-se com maiores barreiras, no seu en-

volvimento com a cultura, para transpor a fase da vivência do estilo enquanto moda. É assim que se desenham as cenas *punk* e *hip-hop* em Guarapuava, com seus limites e possibilidades e cuja dinâmica segue condicionada pelos parques “recursos” que o lugar oferece.

Todavia, vale destacar ainda que, apesar das fragilidades descritas acima, considero importante pensar o *punk* e o *hip-hop* como potencialmente novos sujeitos políticos, também num outro sentido, qual seja, na sua inegável dimensão educativa. Os jovens e as jovens formam visões de mundo, pensamento autônomo e crítico diante da realidade, assumem bandeiras de luta política e constituem-se enquanto sujeitos, na vivência das redes de sociabilidade, em torno dessas culturas. E, mesmo que deixem de participar, levam sempre essa experiência consigo, para as outras “fases de vida”; e essa talvez seja, pelo menos no contexto urbano que estudei, uma das principais contribuições que o *punk* e o *hip-hop* têm trazido à juventude local, cujas alternativas de identificação são, ainda, bastante restritas.

QUESTÕES PARA O DEBATE

Para finalizar, tomando como base essas ponderações, gostaria de trazer para o debate uma discussão preliminar, visto que inacabada e, portanto, aberta, sobre a dialética socioespacial e a contribuição que, penso, trabalhos dessa natureza podem trazer para a nossa disciplina¹⁰.

A ideia de prático-inerte, de Sartre, ocupa posição de destaque no pensamento de Santos (1990, 2002). É por essa condição que o espaço pode ser pensado como uma instância da sociedade (determinado/determinante). A partir disso, Santos desenvolve seu argumento de que as determinações sociais e econômicas não podem ignorar as condições espaciais pré-existentes e que essas jogam um papel importante nas formas de acontecer. Essa ideia também está na base do seu pensamento sobre a relação lugar-mundo. É a partir dela que o autor concebe a resistência do lugar (SANTOS, 2002).

As questões que trago para o debate, sobre as “determinações” espaciais são de outra natureza. Têm relação com a existência cotidiana, com os trajetos, projetos, redes de sociabilidade e formas de territorialização de grupos político--

¹⁰ Muitas das questões aqui colocadas têm se constituído em objeto de interlocução com Marcelo Lopes de Souza que, sem ser responsável, inspira algumas delas.

-culturais, em diferentes contextos urbanos que, ao mesmo tempo em que possibilitam, limitam a plena realização desses grupos, tomando como referência seus aconteceres metropolitanos.

Se numa escala mais ampla e no campo das relações socioeconômicas os condicionamentos espaciais estão mais aclarados pelas pesquisas e debates, pelo menos desde a Geografia Crítica, na escala do lugar e do cotidiano, o mesmo ainda não se deu.

Assim, se por um lado, a reflexão geográfica sobre as relações entre espaço, economia e sociedade é mais desenvolvida, por outro, a reflexão sobre a cultura, em sua espacialização, ainda não o é. E não estou me referindo apenas às relações bilaterais entre essas duas “instâncias” da sociedade (espaço e cultura), que em si já nos trariam uma série de questões, mas às relações entre cultura e espaço no quadro da totalidade, que para mim, ainda, constituem uma “categoria” central, o pilar sobre o qual se sustenta o argumento e a leitura das inter-relações.

Se considerássemos apenas a relação cultura-espaço, talvez ficássemos no campo, já desenvolvido pela Geografia Cultural, de ver a cultura como “agente modelador da paisagem”, buscando seu simbolismo; ou, na espacialização dos grupos culturais, tomando o conceito de território como base.

Gostaria de ir além, e pensar o papel do “prático-inerte” (termo que emprego por falta de melhor opção no momento), na constituição da territorialização dos grupos político-culturais: o espaço, em sua constituição histórica, econômica e cultural, pensado como campo de possibilidades para as relações socioespaciais, que culminam na conformação das formas territoriais dos diferentes grupos; territorializações que se inserem no processo de produção/trans formação, concreta/simbólica, do próprio espaço geográfico. É nesse sentido, que valeria a pena procurar desvendar as trajetórias de difusão de culturas juvenis, de seus contextos metropolitanos, e sua territorialização em cidades com materialidade urbana menos densa.

Para levar o argumento adiante, o desafio que se coloca é: como demonstrar empiricamente essa influência do espaço, na constituição da dimensão cultural da sociedade contemporânea?

E não se trata aqui de nenhuma espécie de determinismo geográfico, já superado na Geografia há bastante tempo. Minha preocupação está na produção do espaço urbano – que, em última instância, tem como pano de fundo a re-

produção do capital –, em sua relação com a vida que acontece no seu interior, que se nutre dele e o tem como meio e condição para a realização de sua existência. Essas relações são grafadas – nem sempre materialmente – no espaço, criam trânsitos, desenham trajetos, constroem redes e projetam poderes, na forma de apropriação desse espaço, constituindo territórios sobre a materialidade concreta. Penso que o desafio seria construir a ligação íntima entre o espaço urbano e as “marcas” que ele imprime na sociedade, que se realiza nele e que, por sua vez, o marca com suas próprias referências culturais.

Na dialética socioespacial, os estudos sobre as marcas que a sociedade imprime ao espaço são mais desenvolvidos. Falta aprofundar a reflexão sobre o trajeto no sentido contrário, visto que se trata de uma via de mão dupla.

Penso que o estudo de culturas juvenis transterritoriais, em seu processo de realização em contextos urbanos específicos, abre-se para reflexões dessa natureza e podem contribuir para a Geografia ampliar o escopo da sua abordagem sobre os sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, tais estudos podem evitar a concordância acrítica com discursos, ora nostálgicos, ora reducionistas, que veem nas novas dinâmicas, que ganham visibilidade na vida pública da cidade, um empobrecimento das relações sociais e uma privatização do espaço público. Apontariam, por fim, para a necessidade de leituras mais matizadas, em que exercitemos uma “escuta sensível” e uma abertura para o que ainda não foi previsto pelas teorias.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: _____. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 173 – 186.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

_____. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, julho de 2007.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MAIA, Rousiley Celi Maia. Sociabilidade: apenas um conceito? *GERAES – Estudos em Comunicação e Sociabilidade*, Belo Horizonte, n. 53, p. 4 – 15, 2002.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MARGULIS, Mario. La cultura de la noche. In: _____, et al. *La cultura de la noche: la vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires*. Buenos Aires: Biblios, 1997.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In: MARGULIS, Mario. et al. (org.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998. p. 3-21.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GERGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. (orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996. p. 159 – 188.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 5-14, maio-dez, 1997.

REGUILLO, Rosana. Ciudadanias juveniles en América Latina. *Ultima Década*, Viña Del Mar, n. 19, p. 1-14, noviembre de 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SIMMEL, George. Sociabilidade – um exemplo de Sociologia Pura ou Formal. In: _____. *Sociologia* (org. MORAES FILHO). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 165 – 181.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77 – 116.

TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade*. 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

Recebido em: 20/03/2010

Aceito em: 09/05/2010

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A TRAJETÓRIA DO URBANISMO

JAN BITOUN

Departamento de Ciências Geográficas
Universidade Federal de Pernambuco – Recife, PE
jbitoun@terra.com.br

RESUMO

Procuro recompor a trajetória do urbanismo nas suas relações nos últimos cinquenta anos com os movimentos sociais urbanos. Formula-se a hipótese de que, no contexto da cidade latino-americana, o principal desafio para esses movimentos sociais era de levar os urbanistas a encontrar soluções para um problema que não havia sido resolvido na Europa: o do *habitat* de segmentos sociais em situações precárias e sem vínculos fixos com o mercado de trabalho, apresentando então diferenças com a questão do *habitat* operário. A análise dessa trajetória no Recife, com base em documentos fundantes das intervenções urbanísticas demonstra que as conquistas políticas e jurídicas não foram acompanhadas por grandes inovações no campo das técnicas urbanísticas. Essas deram prioridade sucessivamente a um tratamento técnico – funcionalista e à concepção de grandes projetos urbanos orientados pela visão da competição interurbana. Tais orientações parecem ter dificultado a continuidade intergeracional das lutas urbanas características do início do período.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo. Movimentos Sociais. Urbanização de Favelas. Planejamento Estratégico. Recife.

SOCIAL MOVEMENTS AND URBANISM: COVERGENCES AND DIVERGENCES

ABSTRACT

This paper examines the relationship between urbanism and urban social movements over the past fifty years. This paper presents the hypothesis that, in

the context of Latin American city, the main challenge for these social movements was to bring the planners to find solutions to a problem that had not been resolved in Europe: the habitat of social groups without permanent labor links, then presenting differences with issues typical in terms of the worker's habitat. Analysis of this trajectory in Recife, on the basis of founding documents of urban interventions, shows that the juridical and political achievements have not been accompanied by major innovations in the field of urban planning techniques. These gave priority to technical and functional conceptions until the appearance of strategic urban planning, as the mainstream of urbanism. Nowadays, great projects are guided by the vision of urban competition. This guideline seems to break the continuity of the social urban struggles which were so characteristic of the situation some decades ago.

KEY WORDS: Urbanism. Social Movements. Slums Improvement. Strategic Urban Planning. Recife.

No âmbito da mesa-redonda “Política(s) urbana(s): Estado *versus* movimentos sociais”, organizada para o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, cabe aos participantes identificar os novos rumos de um embate que se constitui num dos conflitos clássicos cuja arena é a cidade. Tornou-se um objeto de estudo há mais de vinte anos na Geografia Urbana quando emergiu como tema e se consolidou nas últimas duas décadas do século XX, exigindo incursões dos pesquisadores em saberes vizinhos tais como Sociologia Urbana e Ciência Política. A contribuição de Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1980), renovando naquela época a Geografia Política, foi muito oportuna para que fosse aceita, no âmbito da Geografia Urbana, uma abordagem francamente política da cidade, aprofundando-se os debates acerca de territórios e territorialidades.

No Brasil, a conjuntura de saída do modelo tecno-burocrático de gestão, vigente no período militar, propiciou múltiplas experiências de protagonismo dos movimentos sociais urbanos, atraindo atenção internacional sobre modos de revitalizar a democracia, em especial com práticas de democracia direta. Numerosos foram os cientistas sociais brasileiros que desenvolveram trabalhos permitindo um acúmulo de conhecimentos sobre o citado conflito. Idealizada por um deles, o Prof. Marcelo Lopes de Souza, cuja obra contínua consolida o tratamento geográfico do tema e gera novos questionamentos, essa mesa é

para o autor dessa intervenção um convite para refletir acerca da transmissão de uma geração para outra de um modo de conduzir os embates entre movimentos sociais, organizando setores lutando para alcançar o que se costumou denominar direito à cidade e ao Estado.

Com efeito, envolvido em dois períodos na administração municipal do Recife (1993-1996 e 2001-2002) e vinculado desde 2000 ao Observatório Pernambuco de Políticas Públicas em parceria com a ONG FASE, pude conviver com militantes de movimentos que se engajaram nas lutas das últimas décadas do século XX e observar engajamentos mais recentes de jovens que nasceram nessas mesmas décadas. Publiquei em 1993 uma reflexão mais acadêmica acerca dos movimentos sociais urbanos na perspectiva da Geografia Urbana (BITOUN, 1993), mas o meu envolvimento posterior foi essencialmente prático. Devo, então, aproveitar o convite do Prof. Marcelo Lopes de Souza, para elaborar uma intervenção que possa contribuir para sedimentar ideias decorrentes de experiências que geraram questionamentos que procurarei aqui apresentar.

Numa primeira parte, apresento considerações acerca da construção da questão, identificando no Urbanismo o campo técnico-político da formação das políticas urbanas, resultando dos embates que animam a vida social e dos valores que se consolidam quanto ao destino da cidade. Em suma, procuro expor quais são os dilemas enfrentados pelo Urbanismo no tratamento das problemáticas sociais da cidade, historicamente identificadas no hemisfério norte com a chamada questão operária. No Brasil, sugiro que, frente a essas problemáticas visibilizadas por movimentos sociais urbanos de base territorial e não por movimentos classistas, faltou ao Urbanismo, que foi colocado sob tensão por esses movimentos, inventar soluções inéditas que não podia encontrar no acervo acumulado nos países do norte. É inegável que as lutas dos movimentos sociais urbanos de base territorial que caracterizaram na segunda metade do século XX o ambiente político de muitas cidades brasileiras geraram ganhos reais para populações ameaçadas de serem expulsas da cidade e convivendo com situações de extrema carência de infraestruturas. Mas, esses ganhos não nos parecem ter alcançado ocupar o espaço central no ideário do Urbanismo. De qualquer modo, os relativos sucessos obtidos e consubstanciados em institutos tais como as Zonas Especiais de Interesse Social, no zoneamento, e os Orçamentos Participativos, entre os instrumentos de gestão, são frutos da luta de uma geração. Segundo observamos, a nova, nascida durante o auge dessas

lutas, elabora uma pauta diferente de reivindicações, menos focadas na questão do acesso ao solo urbano e da provisão de bens de consumo coletivo, portanto, menos diretamente relacionadas a questões de natureza urbanística. Diminui então a pressão sobre o Urbanismo, no âmbito do qual, correntes relacionados ao *City Marketing* e à cidade como negócio passam a predominar nas mentes dos técnicos que compõem o aparelho planejador e gestor do Estado na questão urbana. Na segunda parte da exposição, procura-se reconstituir esse percurso no caso do Recife, expondo como esse aparelho respondeu aos movimentos sociais urbanos da segunda metade do século XX e quais tendências podem ser observadas em tempos mais recentes com a emergência de uma nova geração.

O URBANISMO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS FRENTE AO DESAFIO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Touraine (1988), numa tentativa de definir os movimentos sociais na América Latina, destacava entre os significados dessa noção: “um conflito coletivo opondo formas sociais opostas de uso de recursos e de valores culturais, que estas sejam da ordem do conhecimento, da economia ou da ética.” Com base nessa assertiva, explicita-se a seguir um conflito cultural que permeia a construção do pensamento e da prática do Urbanismo desde que se consolidou como principal campo de formação das políticas urbanas no âmbito do Estado.

O Urbanismo, como saber constituído nas últimas décadas do século XX, procura acomodar num ordenamento do espaço os grupos sociais que emergem no ocidente nas cidades transtornadas pela Revolução Industrial. O “caos”, contemporâneo da transformação econômica, demográfica e social gerado pelo advento do capitalismo industrial é ao mesmo tempo físico, sanitário e político-social. O Urbanismo procura encontrar soluções para dar forma a cidades que são espaços produtivos essenciais da economia industrial e de convívio de classes sociais antagônicas, na era das revoluções (CHALAS, 1989). A questão social para o Urbanismo configura-se como a questão da habitação operária à qual procura dar um tratamento: loteamentos periféricos acessíveis pelas ferrovias de subúrbios ou soluções mais ousadas que mobilizam urbanistas e poderes públicos entre as duas guerras mundiais com destaques para Viena e Amsterdã, onde bairros operários ganham dignidade e qualidade. Há, portanto, por parte do urbanismo uma busca de soluções para o *habitat* de pe-

quenos assalariados e ofertas de alternativas, seja através do aluguel, seja através do acesso à propriedade, em ambos os casos com financiamentos subsidiados. As experiências acumuladas na Europa servirão também no Brasil para edificar habitações operárias e, como na Europa, conjuntos habitacionais.

Mas, nem na Europa, nem no Brasil, o Urbanismo encontrou respostas à questão do *habitat* de um grupo social específico presente nas cidades da Revolução Industrial e denominado “lumpenproletariado”. Se na Europa, essa fração da sociedade, sem renda fixa, temporariamente mobilizada como “exército de reserva”, foi muito descrita na produção literária, ela não ocupou um espaço central na imaginação urbanística do final do século XIX e do século XX. Reconhece-se que uma boa parte do lumpenproletariado europeu foi transferida para outros continentes por meio de grandes migrações e os segmentos que ficaram na Europa industrial não constituíram grandes contingentes permanentes. Ora, segundo Souza (2004, p. 63):

O ‘lumpenproletariado’ cresce em importância no Brasil – não apenas quantitativamente, mas também sob o ângulo sociopolítico. Independentemente do fato de que o ‘lumpenproletariado’ nas cidades inglesas de meados do século XIX era, ao que tudo indica, numericamente menos expressivo que nas grandes metrópoles contemporâneas de um país como o Brasil, o fato é que Marx (e Engels) estava mentalmente controlado por um viés ideológico, alimentado pelo peso crescente da classe operária e a esperança de que essa classe realizasse a revolução socialista.

O mesmo autor tem insistido no caráter pouco adequado do termo “lumpenproletariado” para descrever os grupos sociais caracterizados pela pobreza e pela precariedade das relações de trabalho no Brasil urbano. Concorda-se que a formação social brasileira e as características da industrialização não autorizam a transposição direta da distinção entre “proletariado” e “lumpenproletariado” observada na Europa por Marx. Daí, a proposta do autor de denominar esse amplo grupo social de “hiperprecariado” e de acompanhar os movimentos que o animam para entender os rumos da sociedade urbana como um todo. Além das preocupações terminológicas, bastante pertinentes, a ideia força reside na importância central do que acontece com esse numeroso “hiperprecariado” para a compreensão da cidade e da sua vida política. Concordando, resgata-se neste texto a terminologia “lumpenproletariado” ou subproletariado – exatamente para ressaltar que foi uma referência utilizada pelos técnicos e pensadores sociais influenciados pelo marxismo na leitura que fizeram da sociedade

brasileira e para constatar que soluções para o *habitat* desse grupo social não estavam disponíveis no acervo do Urbanismo consolidado na Europa.

Retomando então a assertiva de Touraine (1988) acerca dos conflitos em torno de valores culturais, defende-se aqui que o principal desafio enfrentado pelos movimentos sociais urbanos gerados no seio do “hiperpreariado”, além das conquistas materiais, consistia em movimentar a imaginação urbanística de modo a superar essa indisponibilidade. Ilustra bem essa afirmação, o que o Padre Lebret escreveu em meados do século passado quando se envolveu na formulação do planejamento urbano do Recife (LEBRET, 1955, p. 25).

Recife tem um grande número de bairros populares cuja população não podemos estimar, mas é enorme a sua concentração sobre os morros do Noroeste da Cidade. É um terreno magnífico para fazer uma cidade popular modelo, mas é preciso dar-lhe um tratamento diferente e acreditarmos com Gilberto Freire que é preciso não pensar na sua transformação em habitat de tipo europeu e, sim, no melhoramento do habitat nativo, sob o aspecto da higiene e num tipo de urbanização original. O sítio é magnífico, mas os trabalhos são consideráveis. Entretanto temos certeza que bons urbanistas dariam um tratamento adequado a esse grande bairro que, de uma maneira muito interessante, viria permitir uma vida sadia a essa população subproletarizada ou em rápida via de subproletarização.

Encontram-se nesse texto a referência ao “subproletariado” e uma chamada à inovação urbanística afastando-se dos padrões europeus para inventar um tipo de urbanização original. Observa-se que, na época da redação desse texto, as colinas do Recife se tornavam o espaço de expansão do *habitat* autoconstruído pelas famílias pobres. Vinham dos mocambos da planície, parcialmente destruídos pela intervenção pública orientada pelo higienismo e pelo propósito de erradicar a pobreza que manchava a modernidade da cidade. Participavam também desse movimento de ocupação das colinas as famílias oriundas do êxodo rural e aquelas resultando do forte aumento vegetativo da população, acelerado numa fase inicial da transição demográfica. Essa ocupação não gerou inicialmente conflitos: os proprietários mediante o pagamento simbólico de “aluguel de chão” autorizavam a implantação dos novos moradores. Vinte anos depois, a reação desses moradores ao aumento das exigências dos proprietários da terra gerou nesse mesmo local o movimento social “Terra de Ninguém” que, apoiado por segmentos da classe média e do arcebispo levou à instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (MIRANDA e MORAES, 2007). Segundo Souza (2007, p.116), as lutas travadas na época desenharam um perfil bastante característico dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais pela posse da terra e da moradia, que eclodem nas grandes cidades brasileiras a partir de meados da década de 1970, antes de se constituírem expressão de luta pela habitação, representam a luta pela própria permanência na cidade. Ressaltam a dimensão territorial inerente à questão habitacional e conferem à noção de acessibilidade – à habitação, à terra urbana e à cidade – um caráter político-espacial denunciador de processos de exclusão social. Na medida em que o acesso à moradia se viabiliza para um grande número de famílias como uma transgressão à regulação do mercado e se processa às margens do quadro jurídico instituído, assume uma dimensão política e torna-se objeto de intervenção do Estado através de políticas habitacionais. O acesso à moradia constitui, assim, o objeto central da demanda e dos movimentos reivindicatórios por habitação e a finalidade da política pública de habitação popular.

Engajados nessa luta para ficar na cidade, os moradores que se organizaram em movimentos sociais de base territorial almejavam um objetivo principal: o reconhecimento do direito à posse do solo onde se fixaram, e, alcançando graças à mobilização alguma permanência, passaram a expressar outras demandas relacionadas ao incremento da qualidade do quadro de vida. Mas, essas demandas referentes geralmente à provisão pelo Estado de infraestruturas e serviços básicos foram pouco exigentes podendo ser contempladas com um investimento envolvendo pouco a criatividade urbanística. Assim, a chamada de Lebrét ficou sem resposta; a habitação popular, para os segmentos do “subproletariado”, sem condições de acesso aos conjuntos habitacionais destinados aos assalariados, manteve-se guiada, com poucas exceções, por padrões orientados pelas necessidades mínimas que a engenharia podia propor nas intervenções de urbanização de favelas. A experiência histórica, vivida nas cidades brasileiras, da luta pela permanência do “hiperpreariado” na cidade gerou inovações no campo jurídico que representam contribuições do sul ao direito urbanístico. Isso já foi evidenciado por Boaventura de Souza Santos (1984) quando analisou os conflitos de propriedade ocorridos no Recife. Mas, é preciso constatar que essas inovações realizadas no campo do Direito não foram acompanhadas por uma mudança comparável da qualidade das intervenções urbanísticas, no campo das técnicas construtivas. Gerou-se então um descompasso entre avanços político-jurídicos – das Zonas Especiais de Interesse Social aos Orçamentos Participativos –, que muito chamaram a atenção dos estudiosos do mundo inteiro, e a relativa estagnação das práticas propriamente urbanísticas em promover a requalificação do *habitat* das favelas.

ACOMPANHANDO A TRAJETÓRIA DO URBANISMO NO RECIFE: ALGUMAS PROPOSTAS DA TÉCNICA, ENTRE ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Para acompanhar as propostas técnicas formuladas pelos urbanistas nos últimos cinquenta anos e procurar identificar os propósitos de ordem político-social que as orientam, comentam-se sucessivamente três produtos que nos parecem expressar com clareza o que se pretende fazer com a cidade: as leis de uso do solo de 1961 e de 1983 e o Projeto Capital, um plano estratégico concluído em 1999, e que continua influenciando até hoje as intervenções urbanísticas.

A lei 7427 de 1961 é o resultado de uma elaboração guiada por debates realizados no decorrer dos anos cinquenta, quando o desenvolvimento da cidade é debatido levando-se em conta as características do atraso econômico nordestino e a necessidade de transformação de uma sociedade percebida como arcaica. A interpretação social da época procura identificar, referindo-se à historiografia europeia, em que estágio do capitalismo ou do pré-capitalismo se encontra essa sociedade. Já se ressaltou a participação do Padre Lebreton do movimento “*Économie et Humanisme*”, vinculado ao personalismo cristão, entre engenheiros e arquitetos que elaboram uma legislação urbanística, composta ao mesmo tempo por um zoneamento completo do território municipal e por um código de obras, definindo regras construtivas. Na atribuição de funções, o mais notável é o grande número e a extensão das Zonas Industriais, muito além das áreas efetivamente ocupadas por fábricas. Essa prioridade atribuída à indústria deve-se à certeza de que o desenvolvimento depende da industrialização, no tempo em que se instala no Recife a sede da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) que promete a recuperação das indústrias regionais e a implantação de novas empresas ligadas à base regional de recursos. O projeto social de muitos engenheiros e arquitetos de esquerda, envolvidos na redação da lei de 1961 consiste na incorporação na classe operária das massas urbanas empobrecidas ou subproletarizadas. A crença no progresso, apostando na emergência tardia de um proletariado industrial, fundamenta-se no modelo da cidade europeia com seu centro burguês e sua periferia operária. Há dois projetos “progressistas” concorrentes: o do Partido Comunista e o da Igreja Católica, na sua vertente de esquerda, competindo para conquistar a hegemonia nos movimentos sindicais.

A Lei 14511 de 1983 incorpora na prática urbanística os rumos da modernização do país tais como foram definidos após o golpe de 1964. Com base na

nova ordem política e nos fluxos de investimentos da União cuja distribuição está atrelada a programas de âmbito nacional, se redesenha a intervenção pública na cidade. O planejamento muda de escala, abrangendo, na década de 70, um novo quadro territorial, a Região Metropolitana, que representa uma intervenção federal de natureza técnica entre as instâncias municipais e estaduais. É neste quadro que são concebidas e em parte construídas as grandes infraestruturas viárias e promovidos os espaços de assentamento de fábricas, marcos do esforço visando a incorporar a mão-de-obra; incorporação esta que o crescimento contínuo haveria de garantir. O carro-chefe da intervenção é, no entanto, a política de habitação popular que financia a construção de grandes conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas e cujo objetivo publicamente afirmado é ser uma alternativa aos mocambos. Muitos destes são efetivamente eliminados às vezes à custa de intervenções policiais e a população é transferida para longínquas periferias. O marco principal da ação urbanística presente na Lei de 1983 é a consagração da primazia da técnica, que muito se refinou: detalhamento bastante minucioso do zoneamento, com escalonamento dos gabaritos e densidades construtivos, e hierarquia das centralidades de comércio e serviços. Promove-se a mobilidade em escala metropolitana e reorganiza-se a cidade em função do uso do automóvel que permite ampliar o solo urbano. Os habitantes da cidade são percebidos como trabalhadores/consumidores (de habitação, de infraestruturas e de lazer) a serem contemplados pela boa técnica.

O “Projeto Capital” concluído em 1999 é o plano estratégico do Recife, elaborado por técnicos locais seguindo o modelo promovido a partir do exemplo de Barcelona e com o apoio de consultores catalães, que haviam também participado dos planos estratégicos do Rio de Janeiro e de Vitória do Espírito Santos entre outras cidades brasileiras. Chama atenção a adesão sem restrição à globalização e à inserção competitiva do país. Afirma-se (RECIFE, 1999, p. 12)

É preciso que se posicione a cidade com funções competitivas que lhe assegurem primazia em relação às realidades do Nordeste, do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife. Para tanto, há que considerar o novo paradigma de desenvolvimento nacional que apresenta, basicamente, duas variantes: uma, manifestada pela adesão incontinente ao paradigma mundial em curso, consubstanciando na globalização do capitalismo, na internacionalização financeira, na liberalização comercial e na integração macrorregional de mercados; outra, na perspectiva de um novo ciclo de crescimento sustentado para o país.

Essa postura conduz os responsáveis do projeto a definir territórios onde se pretende “estimular a criação de ambientes produtivos propícios à aquisição e à manutenção de níveis elevados de competitividade, mediante apoio à provisão de infraestrutura econômica e ao desenvolvimento de externalidades para o setor produtivo, imprescindíveis à revalorização dos investimentos privados.” Propõe-se estimular polos (Ciência e Tecnologia, Saúde, Informática e Turismo) sempre através de fortes relações de parceria entre setores públicos e privados. Nos últimos anos, essa proposta concretiza-se na elaboração de grandes projetos urbanos envolvendo técnica urbanística, grandes capitais financeiros e imobiliários e modernos recursos de divulgação na mídia (Eixo Cultural Recife Olinda; Cidade da Copa). Esses arranjos não são muito debatidos pelos movimentos sociais desde que apresentem alternativas para reassentamentos de comunidades que, porventura, precisam ser removidas. A corrente maior do urbanismo pode então estar mais indiferente em relação ao *habitat* dos pobres, a ser tratado por programas governamentais de habitação de interesse social, e investir muita energia nos espetaculares grandes projetos urbanos.

Apesar das grandes diferenças existentes entre os três projetos de cidade expressos em três momentos do urbanismo, comungam na subestimação da diversidade dos sujeitos e das suas capacidades de definir, com certo grau de autonomia, vontades próprias. Em 1961, o progresso deve mover a história e transformar o povo em industriosa classe operária. Em 1983, concebe-se um ser racional, móvel o suficiente para se enquadrar no zoneamento modernista. Em 1999, o paradigma da competitividade leva a selecionar no meio empresarial os parceiros para promover a cidade. No decorrer de todo esse período, o pensamento sobre o crescimento da cidade, nas suas feições gerais, não gerou uma plena e livre integração da grande maioria dos seus habitantes. Quando integrados em processos participativos, segmentos com poucas liberdades de escolha foram limitados a debater necessidades básicas, tais como a habitação popular, sem muito poder se envolver em definições de natureza mais geral sobre o futuro da cidade.

REFERÊNCIAS

BITOUN, Jan. Movimentos Sociais Urbanos, Questões Relevantes para a Geografia Urbana, In: FISCHER, Tânia (org.). *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

CHALAS, Yves. L'imaginaire aménageur ou le complexe de Noé. *Les Annales de la recherche urbaine*, Paris, n° 42, p. 66-73, 1989.

LEBRET, Louis Joseph. *Série Planificação Econômica III*. Recife: CODEPE, 1955.

MIRANDA, Livia; MORAES, Demóstenes. O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *Habitação social nas Metrôpoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Pour une Géographie du pouvoir*. Paris: LITEC, 1980.

RECIFE, Prefeitura da Cidade. *Código de Urbanismo e Obras*, Lei 7427, 1961.

_____. *Lei do Uso e Ocupação do Solo*, n. 14511, 1983.

_____. *Projeto Capital*, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda. (org.). *Conflitos de direito de propriedade: Invasões urbanas*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Política habitacional para os excluídos: o caso da Região Metropolitana do Recife. In: CARDOSO, Adauto, Lúcio. (org.). *Habitação social nas Metrôpoles brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Alguns Aspectos da Dinâmica Recente da Urbanização Brasileira. In: FERNANDES, Edésio, VALENÇA, Márcio Moraes (orgs.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

TOURAINÉ, Alain. *La Parole et le Sang: Politique et Société em Amérique Latine*. Paris: O. Jacob, 1988.

Recebido em: 27/03/2010

Aceito em: 25/04/2010

PODER, POLÍTICA, URBANO E A CAIXA DE PANDORA

SÉRGIO MARTINS

Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Minas Gerais
Pesquisador do CNPq
sergiomartins@ufmg.br

RESUMO

Incursionando nas elaborações teóricas de Michel Foucault sobre o poder, e nas de Hannah Arendt sobre as faculdades (do pensar, do agir e da vontade) na vida ativa moderna, o autor retorna à crítica marxiana da alienação política e à proposição metodológica da genealogia exposta por Nietzsche para centrar o conceito de urbano, exposto por Henri Lefebvre enquanto utopia concreta, no âmbito da teoria do possível formulada por Ernst Bloch.

PALAVRAS-CHAVE: Genealogia do Poder. Crítica à Alienação Política. Teoria do Possível. Urbano como Utopia Concreta.

POWER, POLITICS, THE URBAN AND PANDORA'S BOX

ABSTRACT

Starting from the theoretical elaborations of Michel Foucault about power, and of Hannah Arendt about the faculties (of thinking, of acting and of the will) in the modern active life, the author returns to the Marxian critique of political alienation and to the methodological proposition of genealogy exposed by Nietzsche, to center the concept of urban exposed by Henri Lefebvre as concrete utopia in the framework of the theory of the possible formulated by Ernst Bloch.

KEY WORDS: Genealogy of Power. Critical of Political Alienation. Theory of the Possible. Urban as Concrete Utopia.

“Em toda parte onde há poder, o poder se exerce”. Assim se exprimiu Michel Foucault (2006a [1994], p. 44) no início dos anos 70 do século passado numa entrevista com Gilles Deleuze. O poder é, portanto, um exercício. Não se trata de um lugar que se ocupa, ou de um objeto que se obtém, que se possui. Não que o poder não pressuponha uma toopia. Ele tampouco dispensa os objetos. Contudo, se se quer definir o próprio do poder, deve-se buscá-lo não apenas em seus efeitos, nas hierarquias constituídas ou na configuração dos objetos. Deve-se tomá-lo em ato, como movimento que recorta os espaços, atravessa os objetos e demarca um campo de enfrentamento. O poder é luta, relação de forças, belicoso exercício de subordinação das coisas e das pessoas a um sentido estratégico mais ou menos explícito, menos ou mais eficaz. “O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos” (FOUCAULT, 2006b [1994], p. 284).

O poder. Trata-se de relações que se estabelecem e se desdobram em diferentes níveis, sob diferentes formas. O poder não é a disciplina, do qual esta é apenas um dos procedimentos, um modo possível para individualizar uma dada multiplicidade (a matéria-prima sobre a qual o poder se exerce) e dirigi-la a um determinado fim. Móveis, modificáveis, reversíveis, as relações de poder, nas quais um procura dirigir a conduta do outro, dobrá-lo sob o peso de um objetivo fornecendo-lhe um contexto de sentidos possíveis, não são dadas de uma vez por todas. Logo,

[...] é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa liberdade. [...] Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder (FOUCAULT, 2006b [1994], p. 276-277).

Ao longo dos vários estudos que compõem sua obra, uma noção unificara o pensamento de Michel Foucault, segundo ele próprio: a da problematização.

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.) (2006b [1994], p. 242).

As relações de poder pressupõem, portanto, a atividade do pensamento, a faculdade da razão de ir além dos limites do conhecer verificável e validado empiricamente. O poder pressupõe seres livres e pensantes, seres com a razão liberada para pensar, seres que diante das dificuldades advindas das diferentes experiências com os processos sociais, econômicos ou políticos, por exemplo, problematizam-nas, tomam distância em relação aos modos de conhecer e agir estabelecidos, definem-nas como questão, elaboram as condições fundamentais para um conjunto de possibilidades de respostas que se buscam.

Tomemos um exemplo, a partir de *VIGIAR E PUNIR*. Aqui, convém pôr em destaque o seu subtítulo: nascimento da prisão. Pois é esta a questão que orientou a pesquisa de Foucault. Na segunda metade do século XVIII, o grande ritual aterrorizante dos suplícios, no qual a vida retida no sofrimento era subdividida em mil mortes, no qual o soberano fazia valer o seu direito de vingança, tornara-se intolerável, revoltante, vergonhoso e perigoso. “A má economia do poder e não tanto a fraqueza ou a crueldade é o que ressalta da crítica dos reformadores” (FOUCAULT, 1989 [1975], p. 74).

A “cidade punitiva”, constituída pela execução pública das penas específicas, ajustadas a cada caso, compondo um sério teatro pedagógico, com suas cenas múltiplas e persuasivas conforme imaginado e proposto pelos reformadores – “que os castigos sejam uma escola mais que uma festa [...] Seria necessário que as crianças pudessem vir aos lugares onde [a pena] é executada; lá fariam suas aulas cívicas” (1989 [1975], p. 100)¹ –, foi, porém, logo suplantada pelo

¹ Sobre o caráter festivo dos suplícios, advirto o leitor interessado que, embora as conhecesse bem (como se verá adiante), Foucault passou ao largo das observações de Nietzsche sobre a humanização dos castigos. Simplificando, poderíamos tomar Guillotin como arquétipo do grande humanista. Contra os que argumentavam em favor da necessidade e eficácia do teatro longo e cruel das mil mortes para que o supliciado purgasse seus crimes e expiasse suas culpas, o médico implementara, com “a máquina das mortes rápidas e discretas” que levou seu nome, o grau zero do suplício. Pois bem, na segunda dissertação de seu *GENEALOGIA DA MORAL*, Nietzsche argumentou, ou melhor, ofereceu como suposição (“pois é difícil sondar o fundo dessas coisas subterrâneas, além de ser doloroso”), que durante um largo período da história “a crueldade constituía o grande prazer festivo da humanidade antiga, como era um ingrediente de quase todas as suas alegrias. [...] Ver-sofrer faz bem, fazer-sofrer mais bem ainda – eis uma frase dura, mas um velho e sólido axioma, humano, demasiado humano [...]. Sem crueldade não há festa: é o que ensina a mais antiga e mais longa história do homem – e no castigo também há muito de festivo” (2008 [1887], p. 55-56). O surgimento do humanismo, portanto, deve algo (nos termos de Nietzsche) à vergonha do homem de seus instintos, do prazer que a crueldade lhe causava. Essas observações nietzschianas, já antecipadas por Zaratustra – “Porque o homem é o mais cruel dos animais. Foi presenciando tragédias, touradas e crucifixões que, até aqui, se sentiu mais satisfeito, na terra; e, quando inventou o inferno, isso foi o seu paraíso, na terra” (2008 [1884], p. 260) –, são o fundamento das efetuadas muito posteriormente por Henri Lefebvre acerca do caráter paradoxal das sociedades antigas, cruéis e festivas.

grande aparelho uniforme dos edifícios prisionais que se estenderam por toda a Europa. Como, pergunta Foucault, essa forma extrajudiciária de reclusão de indivíduos, desqualificada e rejeitada pelos juristas clássicos como pelos reformadores, que tinha uma posição restrita e marginal no sistema penal, o coloniza na passagem do século XVIII para o XIX e, a partir de então, passa a funcionar como medida de referência desse próprio sistema? Como a prisão passa da ilegalidade da reclusão absolutista à forma inquestionável da punição nas sociedades contemporâneas? “Como pôde a detenção, tão visivelmente ligada a esse ilegalismo que é denunciado até no poder do príncipe, em tão pouco tempo tornar-se uma das formas mais gerais dos castigos legais?” (FOUCAULT, 1989 [1975], p. 107).

No âmbito do poder disciplinar, através de técnicas determinadas a assegurar a ordenação das multiplicidades humanas, trata-se da conformação dos corpos e dos conjuntos de corpos, do seu esquadrinhamento, de sua reorganização em função de uma utilidade demandada. Na decisiva passagem situada por Foucault, no fim da época clássica, no conflito entre sentidos históricos concorrentes (o suplício, o código, a disciplina) que a constitui, o que se define através da genealogia da prisão, de sua emergência como verdade, é o nascimento de uma sociedade na qual o encarceramento disciplinar é um princípio fundamental. A partir desse momento, a correção do comportamento opera não negativamente, ou não apenas. Subordinando o momento negativo, o combate ao excesso inútil, deve prevalecer na norma a positividade produtiva. Se a punição, a partir da segunda metade do século XVIII, investe o corpo, ela o faz não para dilacerá-lo, como era o objetivo do suplício. Ela opera sobre essa totalidade inicialmente confusa para dela extrair efeitos úteis.

No caminho que parte dos suplícios e alcança as disciplinas podemos observar uma inversão do eixo político da individualização. Nas sociedades em que ainda vigora a figura do monarca, a individualização é ascendente. Toda visualização, toda distinção é voltada para a figura do soberano, em oposição ao informe do povo, de sua totalidade confusa. Na medida em que as disciplinas investem o corpo social, a tendência se inverte. A máxima visibilidade se coloca do lado da massa, que é sempre colocada à disposição do olhar hierarquizante do poder. Nas sociedades disciplinares, a individualização é descendente. A população, distinta, esquadrinhada, organizada de modo a compor uma utilidade, pode ser imediatamente identificada em suas unidades mínimas; em

contrapartida, o ápice da pirâmide é invadido por uma zona de sombra, uma presença-ausência. Espécie de ovo de Colombo na ordem da política, espécie de célula da sociedade da vigilância, a máquina panóptica permite aperfeiçoar o exercício do poder, integrando-se a uma função qualquer, econômica, terapêutica, correccional, educacional². O poder, conclui Foucault, não se reduz a seu caráter negador. Ainda que seu momento negativo seja considerável, no caso de anular efeitos inúteis de uma totalidade não produtiva, seu momento fundamental é o positivo, produtor. No caso, o poder produz indivíduos, docilizados e tornados produtivos.

Enfim, essas passagens por demais conhecidas de VIGIAR E PUNIR evidenciam, decerto, os momentos de formação de uma sociedade disciplinar na qual a sobriedade da cientificidade punitiva suplantou o espetáculo dos corpos supliciados. Estaríamos enganados, porém, se deixássemos de considerar que esses momentos integram um movimento bem mais amplo, como destacou o próprio Foucault: o nascimento de uma arte de governar que toma a população como finalidade e instrumento. Uma arte de governar que não corresponde aos princípios maquiavelianos sobre as relações entre o príncipe e seu principado, sobre as habilidades necessárias para manter sua soberania – os laços com seus súditos e seu território adquiridos por herança ou conquista. Tampouco se trata da elaboração teórica anti-maquiaveliana que postulava o governo da família não apenas como modelo, mas como essência da arte de governar, embora derive desta elaboração. Pois a arte de governar, ao tomar o governo da esfera da vida privada (o zelo e o rigor do *pater familias* com seus bens, seu domínio sobre as condutas dos que a constituem, dele dependem e lhe devem obediência) como referência, definirá a economia como seu objetivo.

Nessa linha descendente, um Estado bem governado não pode prescindir do desenvolvimento de técnicas, de procedimentos, de mecanismos voltados para os indivíduos, porquanto essenciais para conhecer e definir meticulosamente suas necessidades e assim provê-los, guiá-los, educá-los, zelar por seus comportamentos e destinos. Essa preocupação constante do bom governante fará uso, segundo

² Suficientemente explícito quanto a isto é o subtítulo da obra de Bentham (2000 [1787]): “A casa de inspeção: contendo a ideia de um novo princípio de construção aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção; em particular às casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas”.

Foucault, daquilo que desde o século XVI passa a ser denominado de polícia, cujas tarefas são tão amplas quanto a definição de seus objetos, de seu campo de intervenção. A definição que lhe é dada, já no início do século XVII, permite compreender que ela estende suas atividades a tudo o que os homens fazem ou empreendem, englobando tudo (aí incluídos a justiça, o exército e as finanças), todos e cada um em sua existência, mas sob uma perspectiva específica. Sem esquecer dos que necessitam de ajuda (pobres, anciãos, doentes), da proteção contra acidentes, doenças, desgraças..., homens e coisas constituem um complexo, são considerados em suas relações (de propriedade, de produção, de troca), em sua coexistência num território. “É um homem vivo, ativo e produtivo que a polícia vigia” (FOUCAULT, 2006a [1994], p. 378-379).

Na formação do Estado moderno, a arte de governar abdicara assim de suas referências, de seus modelos. O soberano não mais precisaria governar seu reino imitando o governo da natureza por Deus, ou o do corpo pela alma, ou o da família pelo pai. Se na finalidade da busca do bem comum e da salvação de todos conforme a lei imposta por Deus aos homens e à natureza residia a autoridade do soberano e a finalidade mesma da soberania, a arte de governar não podia encontrar sua dimensão própria. Do mesmo modo, era preciso desvencilhá-la também da referência àquele modelo de bom governo que era a *oconomia*, o governo da família. A definição da economia como um nível de realidade, estabelecendo-a como um campo de intervenção, portanto como algo diferente de uma forma limitada de governo³, corresponde também à definição da família como elemento da população, permitindo pensar esta última fora do quadro referencial daquela e, ao mesmo tempo, torná-la um instrumento privilegiado no governo das populações⁴, acrescido dos instrumentos,

³ “Quesnay fala de um bom governo como de um ‘governo econômico’. [...] Mas se Quesnay fala de ‘governo econômico’ é porque a palavra ‘economia’ [...] já está prestes a tomar seu sentido moderno, e parece, nesse momento, que a própria essência desse governo, quer dizer, da arte de exercer o poder na forma da economia, terá como objeto principal o que chamamos, hoje, de economia. O termo ‘economia’ designava, no século XVI, uma forma de governo. No século XVIII, ela designará um nível de realidade, um campo de intervenção, e isso através de uma série de processos complexos e, penso eu, absolutamente capitais para nossa história” (FOUCAULT, (2006a [1994], p. 289).

⁴ “Este deslocamento da família, do nível de modelo ao nível do instrumento, é absolutamente fundamental. E foi, na realidade, a partir da metade do século XVIII, que a família apareceu nessa instrumentação no que diz respeito à população: serão as campanhas sobre a mortalidade, as campanhas concernindo ao casamento, às vacinações, às inoculações” (FOUCAULT, (2006a [1994], p. 299).

procedimentos, técnicas, disciplinas necessários e pertinentes – dentre os quais se destaca a estatística, que, “ao permitir quantificar os fenômenos próprios à população, faz aparecer sua especificidade irredutível ao pequeno quadro da família” (2006a [1994], p. 299). Em suma, são processos-chave do movimento que resultará na passagem de uma arte de governar para o que Foucault definirá por governamentalidade.

Em todo caso, o que eu queria mostrar era um laço histórico profundo entre o movimento que faz bascular as constantes da soberania para trás do problema mais importante, agora, das escolhas de governo, o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como a finalidade das técnicas de governo e, em terceiro lugar, o movimento que isola a economia como domínio específico de realidade e a economia política, ao mesmo tempo como ciência e como técnica de intervenção do governo nesse campo de realidade. São estes três movimentos, eu acho: governo, população, economia política, dos quais se deve observar que constituem, a partir do século XVIII, uma série sólida que, ainda hoje, não está dissociada (2006a [1994], p. 302-303).

Essa série sólida, esse conjunto resultante desses movimentos indissociáveis, culmina as metamorfoses da arte de governar, essa forma de racionalidade que se organiza para desdobrar seus efeitos cada vez mais adiante, em extensão e profundidade, a partir da definição de sua *raison d'être*. De onde esta arte de governar retira sua razão de ser, pergunta Foucault? A resposta não adveio da problematização suscitada pelo secretário florentino sobre as relações entre o príncipe e seu principado, mas daqueles que a condenaram à obsolescência ao definirem, na miríade de acontecimentos entrelaçados e sob a máscara da universalidade, outra coisa: o Estado.

A resposta a essa questão provocou o escândalo do pensamento político nascente, na aurora do século XVII. E, no entanto, segundo os autores citados, ela é muito simples. A arte de governar é racional com a condição de observar a natureza daquele que é governado, ou seja, o próprio Estado. [...] a razão de Estado não remete à sabedoria de Deus, nem às estratégias do príncipe. Ela se relaciona ao Estado, à sua natureza e à sua racionalidade própria (FOUCAULT, 2006b [1994], p. 305-306).

O Estado se governa segundo as leis racionais que lhe são próprias, que não se deduzem das únicas leis naturais ou divinas, nem dos únicos preceitos de sabedoria e de prudência. O Estado, tal como a natureza, tem sua própria racionalidade, mesmo se ela é de um tipo diferente. Inversamente, a arte de governar, em vez de ir buscar seus fundamentos nas regras transcendentais em um modelo cosmológico ou em um ideal filosófico e moral, deverá encontrar os princípios de sua racionalidade no que constitui a realidade específica do Estado (FOUCAULT, 2006a [1994], p. 295).

Individualização e totalização. Uma não vai sem a outra. No curso da história efetiva das sociedades ocidentais, a *raison d'État* desdobra seus efeitos produzindo os indivíduos ao integrá-los a uma dada totalidade, que se pretende total, quiçá totalitária.

Seria oportuno, decerto, lembrar as características fundamentais do totalitarismo conforme as análises de Hannah Arendt em seu célebre estudo. Afinal, nos campos de concentração, nesses laboratórios que constituíram a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário, como dizia a filósofa, realizou-se o experimento do domínio total, para muito além da simples restrição da liberdade, porquanto a abolição da liberdade que caracteriza o totalitarismo consiste na decretação da superfluidade do humano. “O totalitarismo não procura o domínio despótico dos homens, mas sim um sistema em que os homens sejam supérfluos” (1989 [1950], p. 508).

Mas não precisamos ir tão longe. Pois a universalidade reivindicada pela verdade luminosa e ofuscante da razão de Estado colocou para a própria razão limites e obstáculos para cuja consubstanciação um regime totalitário não é absolutamente necessário. A própria filósofa, ao se referir à apresentação que fizera do executor-chefe da “solução final” durante o Holocausto como encarnação da “banalidade do mal”, afirmara que, apesar de seu aturdimento com os atos monstruosos por ele protagonizados, seu interesse advinha da irreflexão, da ausência de pensamento que caracterizara o seu comportamento mesmo quando de seu julgamento em Jerusalém⁵. Afinal, o súdito ideal do governo totalitário é aquele para quem já não existe “a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento)” (ARENDT, 1989 [1950], p. 526).

⁵ “No âmbito dos procedimentos da prisão e da corte israelenses, ele funcionava como havia funcionado sob o regime nazista; mas quando confrontado com situações para as quais não havia procedimentos de rotina, parecia indefeso e seus clichês produziam, na tribuna, como já haviam evidentemente produzido em sua vida funcional, uma espécie de comédia macabra. Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm a função de nos proteger da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência. [...] Eichmann se distinguia do comum dos homens unicamente porque ele, como ficava evidente, nunca havia tomado conhecimento de tal exigência” (ARENDT, 2000 [1971-1978], p. 6).

O desconcertante na questão colocada pela filósofa não é a sua localização na situação do domínio totalitário, mas, *a fortiori*, nas condições que o permitiram, na crise do próprio pensamento a partir da ruptura do quadro de referências no qual se orientava. “Com o surgimento da Era Moderna, o pensamento tornou-se principalmente um servo da ciência, do conhecimento organizado” (ARENDT, 2000 [1971-1978], p. 8). O que não significa, porém, que tenhamos perdido nossa capacidade de pensar: “somos o que os homens sempre foram – seres pensantes. Com isso quero dizer apenas que os homens têm uma inclinação, talvez uma necessidade de pensar para além dos limites do conhecimento, de fazer dessa habilidade algo mais do que um instrumento para conhecer e agir” (2000 [1971-1978], p. 11).

Como se sabe, segundo Arendt, na era moderna operou-se uma inversão de posições entre a contemplação e a ação, a tal ponto que, para a moderna capacidade de agir, a *theoria*, “que, desde os gregos, significara a contemplação do observador que se preocupa com a realidade aberta diante de si e a recebe” (2000 [1958], p. 291)⁶, perdeu todo e qualquer sentido. Em suma apertada: antes da era moderna, e sobretudo entre os antigos, a ação, prerrogativa exclusiva dos homens – da qual nem um deus é capaz, posto que em sua existência eterna é o que é e sempre será, não tendo fim tampouco começo, não sendo portanto limitado pelo nascimento nem pela morte⁷ –, a atividade política *par excellence*,

⁶ “O termo filosófico ‘teoria’ deriva da palavra grega que designa espectadores, *theatai*; a palavra ‘teórico’, até há alguns séculos, significava ‘contemplando’, observando do exterior, de uma posição que implica a visão de algo oculto para aqueles que tomam parte no espetáculo e o realizam. É óbvia a inferência que se pode fazer a partir dessa antiga distinção entre agir e compreender: como espectador, pode-se compreender a ‘verdade’ sobre o espetáculo; mas o preço a ser pago é a retirada da participação no espetáculo” (ARENDT, 2000 [1971-1978], p. 72-73).

⁷ Pode-se contrapor esta afirmação considerando a crença judaico-cristã no *actus purus* divino que criou os céus e a terra. Mas trata-se, nesse caso, de uma *creatio ex nihilo*. Ademais, como lembrou Arendt, foi Santo Agostinho quem resolveu o enigma: para que houvesse um começo, o homem foi criado. “Para responder a ‘esta questão difícilíssima da criação de coisas novas por um Deus eterno’, Santo Agostinho vê primeiramente a necessidade de refutar o conceito cíclico de tempo dos filósofos, uma vez que a novidade não poderia ocorrer em ciclos. Dá então uma resposta bastante surpreendente à questão de por que teria sido necessário criar o Homem separado de todas as outras criaturas e acima delas. Para que possa haver novidade, ele diz, há de haver um começo: ‘e esse começo jamais existira antes’, isto é, nunca antes da criação do Homem. Portanto, para que um tal começo ‘pudesse ser, foi o homem criado sem que ninguém o fosse antes dele’ [...]. E Santo Agostinho distingue este começo do começo da criação usando a palavra ‘*initium*’ para a criação do Homem, mas ‘*principium*’ para a criação dos Céus e da Terra. [...] Em outras palavras [...] o Homem é posto em um mundo de mudança e de movimento como um novo começo porque sabe que tem um começo e que terá um fim; sabe até mesmo que este começo é o começo de seu fim [...] Nenhum animal, de nenhuma espécie, tem, neste sentido, um começo ou um fim” (2000 [1971-1978], p. 266, grifo da autora).

relacionada à capacidade de um “nós” iniciar algo novo, era considerada fundamental e imprescindível para constituir um modo de vida autenticamente humano, somente acessível àqueles libertos do agulhão das necessidades e privações do labor – da atividade que nada deixa atrás de si, posto que é motivada pela reprodução biológica da vida – e do trabalho – a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, que “produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural” (2000 [1958], p. 15). Liberto de qualquer cuidado ou preocupação advindos do que fosse apenas necessário e útil para o provimento e manutenção da vida; estranho a qualquer forma de violência, o ser político, o viver dedicado aos assuntos da *polis* significava atingir a mais alta possibilidade da existência humana. E, ao mesmo tempo em que se estabelecia entre livres, não podia prescindir dos que viviam – como não-livres, a exemplo dos escravos, os sem-fala (*aneu logou*) – e do que existia – como o lar doméstico (*oikia*) e a família, o centro da mais severa desigualdade – fora da *polis*.

Característico do governo doméstico, o despotismo (próprio do *pater familias* que domina incontestemente) fora preservado porque restrito à esfera privada da vida, pois seus princípios pré-políticos eram tidos como ilegítimos e contraditórios à *polis*, à qual eram subjugados. Eis porque, como ressaltou Arendt, para os antigos *per definitionem* “economia política” só poderia soar como um oxímoro, “pois o que fosse ‘econômico’, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição” (2000 [1958], p. 38). Eis também porque, no século XVIII, o Dr. Quesnay passara a apregoar em favor de um “governo econômico” (como mencionado por Foucault e citado anteriormente): não apenas a economia ganhara seu sentido moderno, mas também a própria política. O abismo entre ambas fora preenchido pela ascensão da sociedade, dominada não pela liberdade, mas pelas carências e necessidades que saíram de seu lugar subalterno suplantando o *zoon politikon*. E assim que as questões e princípios da manutenção da vida (concernidos ao labor, onde a vida e não a liberdade é o bem supremo ao qual tudo é subordinado), antes adstritos à obscuridade da esfera privada da família, ascenderam à luz da esfera pública, suas normas de conduta e regras de comportamento passaram a prevalecer em relação à ação, à política. No curso dessa prodigiosa inversão, na qual o todo, agora definido pela associação das partes (com a multiplicidade de interesses e necessidades particulares do *animal socialis*), das quais passa a receber seus valores, instaura-se,

segundo a filósofa, não apenas o conformismo, ante-sala da administração, do controle da ilimitação característica da ação, mas a impossibilidade da constituição de um mundo comum.

Pois se entre os antigos a riqueza privada era concebida não com vistas à sua acumulação, mas como condição para admissão à vida pública, para ingressar no mundo comum – porquanto libertava seu proprietário das necessidades vitais –, a ascensão da sociedade logo “assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza” (ARENDDT, 2000 [1958], p. 78). Daí a crescente transformação da propriedade imóvel em propriedade móvel; a prevalência do que é fungível sobre o que é durável e permanente; e a conseqüente glorificação do *animal laborans*, cada vez mais indistinto do *homo faber*, construtor do mundo, do lar dos homens.

Para que a atividade do labor assomasse à mais alta posição na ordem hierárquica da vida ativa, outras inversões foram igualmente fundamentais, segundo Arendt. Para o que aqui nos interessa, convém destacar a ruptura com a *vita contemplativa*, com o pensamento enquanto modo de se aproximar da verdade, a experiência do ego pensante de estar só, sua habilidade de voltar as costas ao mundo das aparências para contemplar a verdade. Ruptura, conseqüentemente, da afinidade entre contemplação e fabricação, entre *theoria* e *poiesis*, conforme o relato cosmológico platônico do *Timeu*. O demiurgo de que fala Platão (1999 [360a.C.]), a inteligência ordenadora do mundo sensível com base no mundo inteligível (reino das Ideias, do Sumo Bem, do que é estável e belo), contemplando e imitando o mundo das Ideias, que toma como modelo para criar o Cosmos operando como um artesão que utiliza várias técnicas, foi suplantada pelo *homo faber*, com conseqüências políticas consideráveis conforme seus princípios, saindo de seu lugar subalterno, alcançaram contemplação e ação.

Desde que o ser e a aparência se divorciaram, quando já não se esperava que a verdade se apresentasse, se revelasse e se mostrasse ao olho mental do observador, surgiu uma verdadeira necessidade de buscar a verdade atrás de aparências enganosas. Realmente, nada merecia menos fé para quem quisesse adquirir conhecimento e aproximar-se da verdade que a observação passiva ou a mera contemplação. [...] Assim, a inversão que ocorreu na era moderna não consistiu em promover a ação à posição outrora ocupada pela contemplação como o mais alto estado de que os seres humanos são capazes [...]. A inversão tinha a ver somente com a atividade de pensar que, daí por diante, passou a ser a serva da ação (ARENDDT, 2000 [1958], p. 303-305).

Pois a tudo julgar e fazer em termos de utilidade, posto que tudo deve servir como meio para um determinado fim, para a produção de outra coisa, “então não somente a natureza, que o *homo faber* vê como material quase ‘sem valor’ sobre o qual ele trabalha, mas até mesmo as coisas ‘valiosas’ tornam-se simples meios e, com isto, perdem o seu próprio ‘valor’ intrínseco” (ARENDT, 2000 [1958], p. 168). E, na medida em que o “ideal de serventia” do *homo faber* generalizou-se, passando a ser a medida reguladora, o critério definidor da instrumentalização ilimitada de tudo, *ipso facto* o pensamento – essa faculdade que submete à dúvida tudo de que se apossa, que busca o significado, que não pergunta o que uma coisa é, mas o que significa, para ela, ser – também passou a desempenhar o papel de um meio em relação a um fim.

Nos alvares da modernidade, a confiança na instrumentalização do mundo; a convicção de que o homem só conhece aquilo que ele mesmo faz; a segurança em desencadear processos sob as condições confiáveis e controláveis da experimentação, tornando o homem senhor dos seus atos do começo ao fim, propiciaram a substituição da ação pela fabricação, culminando uma longa tradição – já observada por Arendt na filosofia política de Platão e Aristóteles – que persistentemente se voltara contra a faculdade de agir. E é essa evasão da faculdade de agir que se relaciona à degradação da política. Pois, se é pela ação (*praxis*) – e pelo discurso (*lexis*) que a acompanha e revela – que nos inserimos no mundo, constituindo um *initium*, uma espécie de segundo nascimento que confirma nosso aparecimento corpóreo original e mostra quem somos; se é certo que na medida em que agimos e falamos uns com os outros o início de algo novo incide sobre uma teia já existente de relações humanas; se ação (a efetivação da condição humana da natalidade) e discurso (a efetivação da condição humana da pluralidade) “iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que afeta de modo singular a história da vida de todos aqueles com quem ele entra em contato” (ARENDT, 2000 [1958], p. 196), então, se um mundo comum (próprio à intersubjetividade, constituído pela e para a pluralidade humana, visto e ouvido por todos de ângulos diferentes) é o que precede a nossa chegada, é aquilo que adentramos ao nascer e o que haverá depois de nossa partida, por um lado, conclui Arendt, a esfera característica da era moderna (esfera social, na qual se apagam as

diferenças entre esfera pública e esfera privada, aquela tornando-se função desta) não pode se constituir em mundo comum, pois estamos diante de seres inteiramente privados, “isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles” (2000 [1958], p. 67-68). Por outro, dada sua capacidade de iniciar algo novo, que não pode ser previsto a partir de algo que ocorrera e cujo resultado é incerto e imprevisível, bem como dada sua tendência em violar todos os limites⁸, a ação jamais desfrutou de confiabilidade no pensamento filosófico e político, que, na tentativa de libertar a política dos atributos atinentes à faculdade de agir, chegou a “condenar a ação, o começo espontâneo de algo novo, porque seus resultados incidem sobre uma rede predeterminada de relações, arrastando invariavelmente o agente, que parece perder sua liberdade no exato momento em que lança mão dela” (ARENDT, 2000 [1958], p. 246). Ao fim e ao cabo,

O que caracteriza todas essas modalidades de evasão é o conceito de governo, isto é, a noção de que os homens só podem viver juntos, de maneira legítima e política, quando alguns têm o direito de comandar e os demais são forçados a obedecer. A noção vulgar, que já encontramos em Platão e Aristóteles, de que toda comunidade política consiste em governantes e governados [...] baseava-se na suspeita em relação à ação e não no desdém pelo homem, e resultou do sincero desejo de encontrar um substituto para a ação [...]. Platão foi o primeiro a introduzir, em lugar do antigo desdobramento da ação em começo e realização, a divisão entre os que sabem e não agem, e os que agem e não sabem, de sorte que saber o que fazer e fazê-lo tornam-se dois desempenhos inteiramente diferentes (ARENDT, 2000 [1958], p. 234).

Ao definir a ação como mera execução de algo determinado por alguém que sabe o que fazer, mas não age, a moderna filosofia política chegaria mesmo a propor tratar as questões das quais se ocupa a política como se fossem ou pudessem vir a ser produtos planejados da fabricação⁹. No entanto,

⁸ “[...] seja qual for o seu conteúdo específico, a ação sempre estabelece relações, e tem portanto a tendência inerente de violar todos os limites e transpor todas as fronteiras. [...] A fragilidade das leis e instituições humanas e, de modo geral, de todo assunto relativo à coexistência dos homens, decorre da condição humana da natalidade, e independe inteiramente da fragilidade da natureza humana. [...] A ilimitação da ação nada mais é senão o outro lado de sua tremenda capacidade de estabelecer relações” (ARENDT, 2000 [1958], p. 203-204).

⁹ “Foi somente com a súbita e desconcertante investida dos gigantescos desenvolvimentos técnicos posteriores à Revolução Industrial que a experiência da fabricação atingiu uma predominância avassaladora a ponto de relegar as incertezas da ação ao total esquecimento; foi possível começar a falar em ‘fabricar o futuro’ e ‘construir e aperfeiçoar a sociedade’ como se se tratasse da fabricação de cadeiras e reforma de casas” (ARENDT, 2009 [2005], p. 105).

[...] a nova filosofia se mostrou inadequada porque, por sua própria natureza, não podia compreender e nem mesmo acreditar na realidade. A idéia de que só aquilo que vou fazer será real – perfeitamente verdadeira e legítima na esfera da fabricação – é sempre derrotada pelo curso real dos acontecimentos, no qual nada acontece com mais frequência que o totalmente inesperado. Agir no sentido de fazer alguma coisa, ou raciocinar no sentido de “prever as conseqüências”, significa ignorar o inesperado, o próprio evento, uma vez que seria irrazoável ou irracional esperar o que não passa de “improbabilidade infinita”. Mas, como o evento constitui a própria textura da realidade no âmbito dos negócios humanos, no qual o “altamente improvável ocorre regularmente”, é altamente irrealista não contar com ele, ou seja, não contar com algo que ninguém pode prever de maneira segura. A filosofia política da era moderna [...] tropeça na perplexidade de que o moderno racionalismo é irreal e o realismo moderno é irracional – o que é apenas outra maneira de dizer que a realidade e a razão humana se divorciaram (ARENDT, 2000 [1958], p. 303-313).

Se uma vida sem *lexis* e *praxis* está morta para o mundo, é porque deixou de existir o poder que assegura o gozo de ambos. Pois é o poder, segundo Arendt, que mantém os homens unidos para falar e agir em concerto, para mudar o mundo criando novas relações e realidades; é o poder que garante a liberdade e mantém a existência da esfera pública, na qual os homens mostram quem são inserindo-se e identificando-se singularmente na pluralidade da presença de outros homens também capazes de agir e falar¹⁰. É o poder que permite à política acontecer entre os homens. De modo que “o poder, longe de ser o meio para um fim, é de fato a própria condição que capacita um grupo de pessoas a pensar e agir em termos das categorias de meios e fins” (2000 [1969], p. 40-41). Portanto, sem o poder *nihil novum sub sole*.

Em suma, com a culminação da ruptura, na era moderna, da ordem hierárquica entre contemplação e ação tal como experimentada pelos antigos, não apenas o pensamento deixou de ser a maneira de contemplar a verdade eterna

¹⁰ “O que primeiro solapa e depois destrói as comunidades políticas é a perda do poder e a impotência final; e o poder [...] só existe em sua efetivação. [...] O poder só é efetivado enquanto a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades. É o poder que mantém a existência da esfera pública, o espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam. [...] Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam” (ARENDT, 2000 [1958], p. 212).

e imperecível do céu das ideias para ser considerado não mais que um servo do conhecimento para a fabricação de coisas necessárias à caverna dos negócios humanos. Corolariamente, a ação empalidecida pelos referenciais do *homo faber*, e portanto confinada ao curso dos processos automáticos da vida, deixou de ser a faculdade que alerta aos homens que não nascem para morrer, mas para começar. A advertência da filósofa não poderia ser mais temível: destituída do poder para o advento do novo, “é perfeitamente concebível que a era moderna [...] venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu” (2000 [1958], p. 335-336).

Porém, em que consiste o novo, a principal característica da faculdade de agir, em torno do qual se centra a formulação arendtiana? A resposta, exposta insistentemente ao longo de sua obra, aqui brevemente revisitada, soa desconcertante. Pois o novo sempre surge sob o disfarce do milagre.

[...] a ação, do ponto de vista dos processos automáticos que aparentemente determinam a trajetória do mundo, parece um milagre. [...] O milagre que salva o mundo, a esfera dos negócios humanos, de sua ruína normal e “natural” é, em última análise, o fato do nascimento, no qual a faculdade de agir se radica ontologicamente. Em outras palavras, é o nascimento de novos seres humanos e o novo começo, a ação de que são capazes em virtude de terem nascido. Só o pleno exercício dessa capacidade pode conferir aos negócios humanos fé e esperança, as duas características essenciais da existência humana que a antiguidade ignorou por completo, desconsiderando a fé como virtude muito incomum e pouco importante, e considerando a esperança como um dos males da ilusão contidos na caixa de Pandora (2000 [1958], p. 258-259).

Portanto, se esperar um milagre for um traço característico da falta de saída em que nosso mundo chegou, então essa expectativa não nos remete, de modo algum, para fora do âmbito político original. Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres. Não porque fôssemos crentes em milagres, mas sim porque os homens, enquanto puderem agir, estão em condições de fazer o improvável e o incalculável e, saibam eles ou não, estão sempre fazendo (1999 [1993], p. 44).

Ora, se os homens estão sempre fazendo o improvável e o incalculável, já sabemos que isso se deve ao fato de terem nascido, assim como só “quando os recém-nascidos são privados de sua espontaneidade, de seu direito a começar algo novo, o curso do mundo pode ser determinado e previsto, de maneira

determinística” (ARENDT, 1999 [1993], p. 58). A argumentação soa como uma litania, expressão de uma impossibilidade teórica da autora ao constatar a dissociação entre pensamento e ação na “era moderna” sem, no entanto, compreendê-la no âmbito das determinações de uma totalidade concreta. É certo que ao analisar a disjunção entre as elencadas faculdades na vida ativa moderna, e as terríveis consequências do fosso cavado entre elas conforme culminaram no totalitarismo, Arendt demonstrou detalhadamente uma dada situação histórica objetiva. Mas justamente ao apreender fenomenologicamente as condições que propiciaram a “banalidade do mal”, Arendt manteve intocada, reflexivamente, a dissociação por ela descrita finamente. Não é por acaso que, ao derivar tendências de determinações apreendidas em sua imutabilidade inexorável, Arendt se valha da categoria do novo como irrupção abstrata que interrompe o repetitivo. A condição da natalidade, que afirma e confirma a existência ontológica da ação e da liberdade, não irrompe senão como anverso dos automatismos e determinismos que está destinada a interromper, sob pena de ser ela própria interrompida. Sobrevalorizado abstratamente, o novo, se não é extramundano (o caráter salvífico do milagre não significa que devemos crer nele como algo transcendental), aparece, porém, como vago e pastoso, porquanto não apreendido em seus (des)caminhos, destituído que está das mediações da concreticidade da totalidade que o tornam possível-impossível. Assim, não surpreende que a categoria da possibilidade real, concebida enquanto utopia concreta, da qual a esperança é princípio ativo fundante e na qual o *novum* enquanto determinação portadora de futuro, possível inscrito no próprio real, é o horizonte que orienta o pensamento e informa a ação, seja lançada pela filósofa nos abismos da mera abstração vazia. Ou, pior, na caixa dos males... do totalitarismo.

Poderíamos argumentar que Arendt concebe a questão que localizou historicamente com a cabeça filosófica de dois mil anos atrás, como se buscasse, ao restituir a totalidade rompida dos antigos, reabilitar o *bios politikos*. Poder-se-ia, quiçá, considerar que Arendt se situa nos marcos do humanismo cívico, mas essa não é a nossa questão aqui. Ou melhor, isso em nada modifica os termos aporéticos nos quais ela situa a questão, pois ela sequer se dá conta que ao tentar salvar, atualizando-o, o *zoon politikon* dos escombros, procura a solução na fonte da qual o próprio problema se constituiu, buscando assim uma espécie de cura pelo veneno. Sequer a insuficiência conceitual que Arendt procura suprir

em seu último e inconcluso livro – no qual destrinça o ego pensante e o ego volitivo, examinando a natureza e as características da faculdade da vontade enquanto fonte da ação e sua função na vida do espírito – lhe permite sair da situação decorrente de sua reflexão teórica.

De fato, ao debruçar-se sobre a faculdade da vontade, nosso órgão espiritual voltado para o futuro (pois a vontade não pode querer retroativamente), portanto anunciador do novo, Arendt sublinha que o problema da vontade sempre atormentou os filósofos. Pois ao se estender para o futuro, ao se abrir para um amanhã que não decorre inexoravelmente como simples repetição do hoje que o antecede, o ego volitivo caminha no terreno do desconhecido, do ainda-não que é uma ausência-presença. Pois, se é certo que vai “em sua direção por meio da expectativa, cujas modalidades principais são esperança e medo [...], incluídos, pela Antiguidade Clássica, entre os males da caixa de Pandora” (2000 [1971-1978], p. 213), é porque ele nega o seu agora, o que é dado, o que é ou ao menos o que foi. *In extenso*:

Não é o futuro enquanto tal, mas o futuro como projeto da Vontade que nega o que é dado. Em Hegel e Marx, o poder da negação, cujo motor faz avançar a História, deriva da habilidade que a Vontade pode ter para realizar um projeto: o projeto nega o agora e o passado, ameaçando, assim, o presente duradouro do ego pensante. [...] Qualquer volição não só envolve particulares como também – e isto é de grande importância – anseia por seu próprio fim, o momento em que o querer algo terá se transformado no fazê-lo. Em outras palavras, o humor habitual do ego volitivo é a impaciência, a inquietude e a preocupação, não somente porque a alma reage ao futuro com esperança e medo, mas também porque o projeto da vontade pressupõe um “eu-posso” que não está absolutamente garantido. A inquietação preocupada da Vontade só pode ser apaziguada por um “eu-queiro-e-faço”, isto é, por uma interrupção de sua própria atividade e liberação do espírito de sua dominação. [...] Nenhum filósofo descreveu o ego volitivo em seu confronto com o ego pensante com maior simpatia, *insight* e significação para a história do pensamento do que Hegel. [...] Nas famosas palavras de Hegel, a razão pela qual “o presente [o Agora] não pode resistir ao futuro” não é absolutamente a inexorabilidade com a qual cada hoje é seguido por um amanhã [...]; o hoje é, na própria essência, ameaçado somente pela interferência do espírito que o nega e, através da Vontade, convoca o ainda-não que está ausente, cancelando espiritualmente o presente, ou melhor, considerando o presente como aquele espaço de tempo efêmero cuja essência é não ser: “O Agora é vazio... ele se preenche no futuro. O futuro é sua realidade.” Do ponto de vista do ego volitivo, “o futuro está diretamente dentro do presente, pois nele está contido como seu fato negativo. O Agora é tanto o ser que desaparece quanto o não-ser [que]... se converte em Ser” (2000 [1971-1978], p. 213-217, grifos da autora).

Apesar de destacar a originalidade do “constructo hegeliano”, Arendt considera sua engenhosidade em conciliar o pensar e o querer um fracasso, posto que “a plausibilidade da hipótese depende inteiramente da pressuposição da existência de um Espírito do Mundo a governar a pluralidade das vontades humanas e a orientá-las na direção de uma ‘significação’ que surja da necessidade da razão, ou seja, falando em termos psicológicos, do desejo bastante humano de viver em um mundo que é como deveria ser” (2000 [1971-1978], p. 222, grifos da autora). A convicção de que ao fim e ao cabo o mundo é como deveria ser não passaria de promessa utópica. O que, para Arendt, está longe de ser um elogio, pois o que não tem *topos* próprio não passa de falácia, espécie de conto de fadas moderno, ou, como ela mesma escarneceu, “Tais noções não são nem ciência nem filosofia, mas sim ficção científica” (2000 [1971-1978], p. 334).

E o mais impressionante exemplo da persistência daquele sonho muito antigo é, obviamente a fantasia marxista de um “reino de liberdade” sem classes e sem guerras [...] o retorno de Marx – e obviamente também o de Nietzsche – ao conceito cíclico de tempo, em que a inocência pré-histórica do começo finalmente reapareceria, tão triunfante quanto a segunda vinda de Jesus à Terra. [...] Sem dúvida [escreveu Arendt às vésperas de sua morte], chegar a uma conclusão como esta é frustrante, mas só conheço para ela uma única alternativa possível em toda a história do pensamento político. [...] Segundo ele [Santo Agostinho], como sabemos, Deus criou o homem como uma criatura temporal, *homo temporalis*; o tempo e o homem foram criados juntos, e essa temporalidade foi afirmada pelo fato de que cada homem devia sua vida não somente à multiplicação das espécies, mas ao nascimento, à entrada de uma criatura nova que, como algo inteiramente novo, aparece em meio ao contínuo de tempo do mundo. O propósito da criação do homem era tornar possível um começo [...] A própria capacidade de começar tem raiz na natalidade, e de forma alguma na criatividade, não em um dom, mas no fato de que os seres humanos, novos homens, continuamente aparecem no mundo em virtude do nascimento (2000 [1971-1978], p. 347-348, grifos da autora).

Poderíamos dizer o mesmo da elaboração teórica arendtiana, e declararmos-nos frustrados? Não. Decepcionados, talvez? Tampouco. O que surpreende é a obsolescência (filosófica, mas não histórica) desse referencial. Pois se é certo que ao inaugurar o discurso da modernidade Hegel procurou afastá-la da ideia de um universal regido por forças espirituais que se encontram fora de nós, buscando assim desvencilhar a modernidade da autoridade do passado contestando que os modelos exemplares de outras épocas poderiam lhe servir de orientação – porquanto não lhe permitiriam extrair de si mesma seus critérios e princípios normativos –, a consciência do sujeito que não se estabelece com

base na oposição ao passado, mas que se refere a si mesmo – na medida em que a própria modernidade é o passado autêntico de um presente-futuro perante o qual tudo o que reivindica validade deve se justificar –, faz o percurso da objetivação¹¹. Na busca da autofundamentação da modernidade, na tentativa de colocá-la sobre os próprios pés, Hegel deparou-se, portanto, com sua criticidade congênita, com as cisões e contradições por ela mesma produzidas.

Aqui já se coloca para ele o problema de não conceber a sociedade civil burguesa meramente como uma esfera de decadência da eticidade substancial, mas, ao mesmo tempo, em sua negatividade, como um momento necessário da eticidade. [...] a peculiaridade do Estado moderno só se torna visível quando o princípio da sociedade civil burguesa é concebido como um princípio de socialização moldada pelo mercado, isto é, uma socialização não política. [...] Essa formulação caracteriza o problema da mediação entre Estado e sociedade, mas também a solução tendenciosa que Hegel propõe. Não se evidencia por si mesmo que a esfera da eticidade, que abrange como um todo a família, a sociedade, a formação da vontade política e o aparelho estatal, deva-se resumir, isto é, voltar a si mesma apenas no Estado, ou, mais rigorosamente, no governo e em seu cume monárquico. De início, Hegel pode apenas tornar plausível o fato de que e porque no sistema de necessidades e do trabalho irrompem antagonismos que não podem ser amortecidos somente pela auto-regulação da sociedade civil [...] No entanto disso resulta apenas a necessidade funcional de integrar a sociedade antagonista em uma esfera de viva eticidade. Esse universal, inicialmente apenas exigido, tem a dupla forma da eticidade absoluta: a que abarca a sociedade como um de seus momentos e a de um “universal positivo”, que se distingue da sociedade para deter a tendência de autodestruição e, simultaneamente, conservar os resultados da emancipação. Hegel pensa esse positivo como sendo o Estado e soluciona o problema da mediação por meio da “superação” da sociedade na monarquia constitucional. Porém essa solução só resulta concludente sob o pressuposto de um absoluto concebido segundo o padrão da auto-relação de um sujeito cognoscente. [...] Visto que um sujeito que, ao se reconhecer, refere-se a si mesmo, se vê como um sujeito universal que enfrenta o mundo enquanto totalidade dos objetos do conhecimento possível e, ao mesmo tempo, como um eu individual que existe no interior desse

¹¹ De fato, ao tomar contato com a economia política, Hegel teve de “[...] reconhecer que as relações econômicas capitalistas geraram uma sociedade moderna, que sob a denominação tradicional de ‘sociedade civil’, apresenta uma realidade totalmente nova, incomparável com as formas clássicas da *societas civilis* ou da *pólis*. Apesar de uma certa continuidade da tradição do direito romano, Hegel não pode mais se aproveitar da comparação do estado social de decadência do Império Romano com as relações do direito privado da moderna sociedade burguesa. Com isso, a base de comparação pela qual o baixo Império Romano torna-se visível antes de tudo como decadência, ou seja, a célebre liberdade política das cidades-estado atenienses perde também o caráter de um modelo para os tempos modernos. Em suma, a eticidade da *pólis* e do cristianismo primitivo, mesmo que interpretada tão vigorosamente, não é mais capaz de fornecer o critério do qual uma modernidade cindida pudesse se apropriar” (HABERMAS, 2000 [1985], p. 45-46).

mundo como uma entre muitas outras entidades. Ora, se o absoluto é pensado como subjetividade infinita (que renasce eternamente na objetividade para elevar-se de suas cinzas à glória do saber absoluto), os momentos do universal e do singular só podem ser pensados como unidos no quadro de referências do autoconhecimento monológico: por isso, no universal concreto, o sujeito enquanto universal prevalece sobre o sujeito enquanto singular. No domínio da eticidade, essa lógica resulta na primazia da subjetividade de grau superior do Estado sobre a liberdade subjetiva dos indivíduos (HABERMAS, 2000 [1985], p. 55-58, grifos do autor).

Concedamos, no entanto, que o exposto até aqui não nos colocaria em grande desacordo com a recepção de Hegel por Arendt. Se o mundo moderno se distingue do velho porque se abre ao futuro, porque gera o novo a partir de si; se o novo não está por vir, pois o futuro já começou no presente que dele está prenhe, a convicção no primado da Ideia e do Espírito, que orientam a razão na forma do Estado moderno como poder unificador, neutraliza a irrupção do novo e do absolutamente inesperado. Na medida em que o Estado moderno, enquanto universal que reúne em si e para si o que só pode se objetivar enquanto singular, coroando enquanto totalidade coerente seus momentos contraditórios, a sociedade civil que sem ele se desagregaria, deparamo-nos com as artimanhas da razão ludibriando a si mesma. O Espírito do Mundo hegeliano não passaria de astúcia da razão para tranquilizar o espírito tomado pelo ego volitivo.

[...] como saber absoluto, essa razão assume, por fim, uma forma tão avassaladora que não apenas resolve o problema inicial de uma autocertificação da modernidade, mas o resolve demasiado bem: a questão sobre a autocompreensão genuína da modernidade submerge sob a gargalhada irônica da razão. Já que a razão ocupa agora o lugar do destino e sabe que todo acontecimento de significado essencial já está decidido. Dessa maneira, a filosofia de Hegel satisfaz a necessidade da modernidade de autofundamentação apenas sob o preço de uma desvalorização da atualidade e de um embotamento da crítica. Por fim, a filosofia tira o peso de seu presente, destrói o interesse por ele e lhe nega a vocação para a renovação autocrítica (HABERMAS, 2000 [1985], p. 60-61, grifos do autor).

Gargalhada da razão? Se considerarmos a severidade do que se erige sob a mistificação do saber absoluto veríamos que se trata de um espírito sério demais para rir, ou mesmo para que dele possamos rir. Vejamos, uma última e demorada vez, com a ajuda de uma lente mais fina e penetrante, essa claridade ofuscante.

Pontificando ao cabo de toda a filosofia, que reúne e sintetiza, não como um discurso sobre a sua história e aquela dos filósofos, mas como um discurso sobre o saber que se realiza,

Hegel nos surge na história, com credenciais superiores aos outros filósofos alemães (Kant, Fichte), como o pensador da Revolução Francesa. Sente-a e reflete-a, do fundo da sua Alemanha retardada, com a sua continuação, a epopeia napoleónica. O filósofo alemão não se limita a transcrever os factos políticos para a sua linguagem. Põe-nos em perspectiva, para o que cria uma linguagem, a do conceito. Uma claridade, que parece definitiva, jorra. [...] o filósofo profere uma estratégia – a da política absoluta e do absoluto político. Por conseguinte, no centro, o eixo vertical: o Saber. Isto é, o conceito [...] poder da verdade ao mesmo tempo negativo e positivo, aplanando as dificuldades eliminando o que não lhe convém: os erros, as ilusões, as mentiras, as aparências, as representações acidentais. A este conceito, que se admite geralmente ser uma abstracção impotente, Hegel atribui todas as capacidades; o conceito vive, trabalha, produz [...] De uma só vez, este conceito animado afasta a loucura, o anormal, o patogénico e patológico. As fraquezas da consciência em devir, os desesperos da consciência infeliz e as esperanças da *belle âme* desaparecem logicamente [...] Em torno do eixo, coluna cristalina, os momentos do saber encadeiam-se uns aos outros; seguram-se, acumulam-se segundo duas dimensões – horizontalmente e verticalmente. O saber estende-se em largura em torno do seu centro e progride em altura para a altitude da Idéia e do Espírito. As descontinuidades, as disjunções não comprometem nem a coesão nem a ordenação do processo. [...] A descontinuidade grassa na arte, por exemplo, ou na fenomenologia da consciência, que põe o acento sobre a subjectividade. O saber propriamente dito escapa a estes inconvenientes. [...] O essencial – os “momentos” – persiste e subsiste: a família, as corporações e ofícios, a moral e mesmo a religião, numa palavra, o que se liga ou parece ligar-se ao saber. [...] O espírito faz com que desapareçam tanto as determinações separadas como as contradições entre elas. Resolve os conflitos. Solução quer dizer resolução, no interior mesmo do processo. Nenhuma contradição atinge o espírito. Tudo se passa no hegelianismo sistematizado como se a contradição nascesse com a alienação e da alienação. A Idéia absoluta sai de si, aliena-se na Natureza, encontra-se depois, reconhece-se ou re-produz-se em plena consciência e conhecimento através da história e do saber conceptual. A desalienação dissipa a contradição, logo a dialéctica. A este nível, em que consiste o papel do Negativo? Desapareceu. Serviu apenas de mediador, no Espírito Absoluto, entre o finito e o infinito [...] Qual a forma que o espírito absoluto adopta para estabelecer definitivamente a coesão do edifício? A forma política. É um edifício que se constrói bloco após bloco, momento a momento; parece ser o edifício do Saber (puro e absoluto), mas é apenas o do Estado. Porque o Saber e o Estado coincidem. Mais rigorosamente, são dois aspectos, dois “momentos” tão indissolúveis quanto o ideal e o real, quanto a filosofia teórica e a acção prática, momentos que possuem uma só e mesma actualidade. [...] O hegelianismo contém, portanto, o seguinte pressuposto: uma vez que a racionalidade difusa e infusa em toda a sociedade se encontra no vértice, as instâncias políticas são capazes de conhecer (mediante o saber) e de resolver (pela decisão e pela acção) todas as contradições, todos os conflitos que podem surgir nos níveis inferiores, entre os “momentos”, peças e partes do edifício. [...] O saber-poder sabe e pode reduzi-los, ou encontrar uma solução que os faça desaparecer. [...] O optimismo racional prevê deste modo um bom

“estado de coisas” estabilizado, equilibrado, ou seja, um Estado em que as relações entre os sistemas parciais, os momentos e elementos, os próprios subsistemas, se alimentam umas às outras, se produzem e reproduzem num equilíbrio e numa estabilidade assegurados. [...] Não parece esta estrutura gozar de uma estabilidade à prova de tudo? Na base, as duas classes produtoras: camponeses e operários. Por cima, a classe média, pensante, burocrática, donde saem os gestores, os funcionários superiores, os peritos e competentes. Se o Estado cimenta e coroa o edifício, é porque representa a identidade suprema entre o Saber e o Poder. [...] O saber, elevado ao poder e o poder fundado sobre o saber determinam, em pleno conhecimento das causas e dos efeitos, o que lhes escapa, portanto, o que afastam. Quê? A razão, contendo o código do ser, fornece a decifração do existente sem deixar outro resíduo que não seja o inominável e o insignificante; o racional define o irracional. Que quer isto dizer? A lógica dominante define as diferenças para as rejeitar, mas não as diferenças internas ao sistema [...] O que a racionalidade estatal não suporta é o não conforme à sua forma, a diferença externa. Filosoficamente falando, o sistema define a alienação, entendendo por isso tanto o não conformismo como a revolta e a loucura. [...] Pior: o saber erigido em poder recusa ou ignora a subjectividade como tal, portanto, o *vivido*. [...] Que o vivido proteste e conteste, que reivindique ou se revolte, procede sempre mal. Porquê? Porque não tem a razão do seu lado. [...] O severo saber conceptual recusa-se a tomar em consideração o não-saber, o saber a meio caminho do conceito, ou mesmo o pensamento crítico. Afasta-os do centro luminoso; rejeita-os para as trevas exteriores. Silêncio, por conseguinte, sobre o quotidiano. E o sexo? Ingressa integralmente no conceito da família [...] O amor, sentimento natural, “já não existe no Estado” [...] Enquanto sentimento, o amor não passa de uma enorme contradição, uma vez que o sujeito (o “eu”) pretende realizar-se numa outra pessoa. A ética (a moral) resolve esta contradição, faz desaparecer a alienação amorosa; na família, e só nela, a relação sexual e sentimental atinge a sua significação (moral, é claro). Qual o destino da mulher? Só poderia ser o lar doméstico. O não-saber ou o meio-saber, a meio caminho entre a ignorância e o conhecimento, que se relaciona com a volúpia e a fecundidade [...] esse fundo da prática social, Hegel e o hegelianismo, bem como o Estado hegeliano, desconhecem-no, ignoram-no, desprezam-no, rejeitam-no, procurando mesmo destruí-lo. E o corpo? Remetido para a imediatidade natural; excluído da racionalidade, entregue à alienação e à contradição, à singularidade do incomunicável. De uma maneira incontestavelmente genial, Hegel compreende e prevê as possibilidades ameaçadoras de uma libertação do vivido, portanto do corpo. [...] A grande força do hegelianismo, a vantagem que conserva em relação às outras filosofias e às teorias que se pretendem cientificamente (epistemologicamente) fundadas, não seria o facto de ter exposto a ascensão, se assim nos podemos exprimir, do mundo moderno em direcção à abstracção? Ascensão que ainda não foi compreendida em toda a sua amplitude. Para Hegel, o Logos [...] governa esta transformação. Ordena-a. Este “mundo” afasta-se, irremediavelmente, da natureza e do natural, da imediatidade, da espontaneidade. E este movimento define um grau de liberdade, ou melhor ainda: a liberdade racional do animal político (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 75-103, grifos do autor).

Quem poderia evitar um arrepio de terror ao comparar o carácter monstruoso (monstruosamente racional) da teoria do Estado de Hegel com o carácter concreto das análises pormenorizadas que a suportam e atualizam? (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 19).

Porém, se Hegel inaugurou o discurso da modernidade, os jovens hegelianos “liberaram do fardo do conceito hegeliano de razão a idéia de uma crítica criadora da modernidade nutrindo-se do próprio espírito da modernidade” (HABERMAS, 2000 [1985], p. 76). Como se sabe, um expoente desse movimento criticou a filosofia política hegeliana ao considerar que o Estado não resolve o carácter dilacerado da totalidade ética, pois é, ele próprio, expressão dessa dilaceração. Essa via, bloqueada para Arendt (daí sua polémica com Marx¹²), pode, contudo, parecer destituída de interesse (como Habermas

¹² Aqui não é o caso de esclarecer meticulosamente a recepção do pensamento marxiano por Hannah Arendt. No entanto, não posso deixar de observar que, embora tenha explicitado suas pretensões de submeter o pensamento marxiano à crítica, como se pode ler, por exemplo, na introdução ao capítulo dedicado ao labor n'A CONDIÇÃO HUMANA (cf. 2000 [1958], p. 89), o que ressalta limpidamente ao longo de sua obra é a polêmica que manteve com a obra marxiana. De fato, já no capítulo mencionado, suas observações sobre Marx são menos a de uma crítica escrupulosa à “grande riqueza de idéias e visões marxistas” que a mera detratção, que Arendt não renega tampouco repudia. Para ela, Marx, que “foi muito melhor historiador do que teórico” (1999 [1993], p. 205), não foi senão um fascinado pela produtividade da era moderna, um iludido pela “filosofia mecanística” que, ao tratar o *homo faber* nos termos do *animal laborans*, glorificou-o teoricamente, mantendo-se, assim, nos marcos da economia clássica. Por que Arendt não manteve senão uma polémica com Marx? Certa feita, ao ser perguntado por que se mantinha afastado de polémicas, Michel Foucault respondeu que a polémica é uma figura parasitária da discussão e obstáculo na busca da verdade, pois o polemista, investido dos privilégios que detém antecipadamente, é belicoso. Não se relaciona com um interlocutor, mas com um suspeito. Não estabelece um diálogo, mas instrui um processo acusatório e condenatório. Numa situação de diálogo, esclarece Foucault, “Perguntas e respostas decorrem de um jogo – simultaneamente agradável e difícil – em que cada um dos dois parceiros se esforça para só usar os direitos que lhe são dados pelo outro, e pela forma de diálogo convencionalizada. [Em contrapartida, o polemista] não tem diante dele um parceiro na busca da verdade, mas um adversário, um inimigo que está enganado, que é perigoso e cuja própria existência constitui uma ameaça. O jogo para ele não consiste, portanto, em reconhecê-lo como sujeito com direito à palavra, mas em anulá-lo como interlocutor de qualquer diálogo possível, e seu objetivo final não será se aproximar tanto quanto possível de uma difícil verdade, mas fazer triunfar a justa causa da qual ele é, desde o início, o portador manifesto” (2006b [1994], p. 225-226). Pois bem, por mais que os epígonos de Arendt afirmem, repetindo o mesmo alibi utilizado pela filósofa, que o totalitarismo não provinha diretamente de Marx, que “não se podia encontrar em Marx nenhuma justificativa para os crimes dos ditadores bolcheviques Lenin e, especialmente, Stalin, cometidos em seu nome” (KOHN, 2009 [2005], p. 14-15), afirmações como a de que “o ideal socialista de uma condição final da

afirma explicitamente), dado o retraimento de seu horizonte na problematização do político, tal qual exposta pelo próprio Marx em texto arqui-conhecido e citado, no qual se refere a esse momento de sua trajetória intelectual¹³.

Mas, se aceitarmos, como proposto por Miguel Abensour (1998 [1997]), refazer o caminho de Marx à distância das ortodoxias, portanto não para confirmar o resultado exposto pelo próprio Marx em sua auto-interpretação “tão redutora quanto oficial”, mas para verificar como aquele jovem hegeliano procurou decifrar o enigma do viver-junto dos homens, concordaríamos com a assertiva de que não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que faz de si mesmo, porquanto nos depararíamos com uma percuciente via de interrogação a respeito da política.

Examinando os textos marxianos de 1842 a 1844, Abensour ressalta que no âmbito do combate ao Estado teológico-político travado pela esquerda hegeliana; na busca de emancipar o Estado da religião, tratando de devolver o político à sua órbita, Marx ao mesmo tempo em que se volta para os antigos gregos, assim como para o humanismo cívico, buscando na afirmação da politicidade do homem respostas para suas interrogações sobre o fundamento da política (daí seu momento maquiaveliano¹⁴), respira também a atmosfera

Humanidade sem Estado – que, em Marx, significa sem política, não é de maneira alguma utópico: só é pavoroso” (ARENDDT, 2009 [2005], p. 85), não deixam dúvidas de que as incontáveis torções e distorções a que o pensamento marxiano foi submetido por Arendt são próprias dessa belicosidade com a qual recepcionou aquele que tomou por adversário. Talvez possamos nos valer da própria Arendt para qualificar a sua polêmica com Marx. Como nos informa Jerome Kohn, Arendt se propusera a publicar um livro, intitulado ELEMENTOS TOTALITÁRIOS NO MARXISMO, logo após a publicação de seu ORIGENS DO TOTALITARISMO. Quando já nela crescia a convicção de que desistiria do que lhe “parecia cada vez mais quimérico”, escrevera a Karl Jaspers que Marx “não está interessado em liberdade nem em justiça (E ainda por cima é um chato de galochas)” (KOHN, 2009 [2005], p. 17). Isso pode parecer uma fofoca, uma inconfidência, um insulto resultante de uma intolerância, se não fosse a explicitação de que, com Marx, Arendt limitou-se a manter uma conversa, que, segundo ela própria, é o que se dá “quando as pessoas são meramente ‘pró’ ou ‘contra’ os outros, como ocorre, por exemplo, na guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos para alcançar determinados objetivos em proveito do seu lado e contra o inimigo” (ARENDDT, 2000 [1958], p. 193).

¹³ Cf. MARX, 1986 [1859], p. 24-26.

¹⁴ “[...] o jovem Marx, na interrogação filosófica que faz sobre o político, mantém uma relação essencial com Maquiavel, na medida em que este último é o fundador de uma filosofia política moderna, normativa, isto é, repousando sobre outros critérios e outros princípios de avaliação que não os da filosofia política clássica” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 22).

“Particularmente preciosa e tópica é aqui a referência a Aristóteles, que vale como crítica do mundo dos filisteus alemães, cuja falta de ‘politicidade’ chegaria a afetar a escritura de um tratado político. ‘O Aristóteles alemão que gostaria de deduzir sua política de nossas condições sociais

intelectual na qual se reivindicava a constituição de um saber mundano do político, o direito da filosofia de tratar de questões políticas, “de se ocupar das coisas humanas, da organização da cidade [...] [posto que] a filosofia, sabedoria deste mundo, parece ter mais direito a se preocupar com o reino deste mundo, do Estado, que a religião, sabedoria do outro mundo” (1998 [1997], p. 40). Valendo-se da herança hegeliana, movimentando-se nos marcos de suas diferenças internas (dentre as quais ressalta a importância de Feuerbach e sua exigência de uma negação do laço religioso como condição para a constituição de um laço filosófico-político), Marx concebe o Estado como um centro cuja vocação para a universalidade não permite concebê-lo como soma das particularidades. Como esfera da organização e unificação do múltiplo, se realiza enquanto sistema segundo o modelo de uma unidade orgânica, e se orienta segundo a faculdade totalizadora da inteligência política¹⁵, fundamento de sua teorização sobre a “transubstanciação política”¹⁶.

colocaria em epígrafe: ‘O homem é um animal sociável, mas não tem nada de um animal político.’ O esclarecimento dessa confusão tipicamente alemã mostra o quanto Marx, fiel nisto ao início da REPÚBLICA, faz questão de distinguir entre ‘a cidade dos porquinhos’ e a dos homens; entre a sociabilidade e a politicidade, o elo político propriamente dito. Distinção que Marx tem o cuidado de lembrar, ao contrário de seus compatriotas que, confundindo o homem com qualquer animal vivendo em estado gregário, não concebem o estar-junto dos homens, senão do ponto de vista da reprodução da espécie. No mundo dos filisteus alemães, ‘o mundo animal político’, diz Marx, não se trata senão de viver e de se multiplicar. ‘Grego’ e republicano à francesa, é excedendo esse viver, essa neutralidade do viver, que Marx concebe o viver-junto da cidade em forma de um desvio, de uma diferença irreduzível entre o viver e o bem viver, entendido no sentido moderno de viver segundo a liberdade” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 55, grifo do autor).

- ¹⁵ “A inteligência política indica a operação do espírito pela qual os fatos da experiência sensível são interpretados, regulados e organizados. Ou ainda, um fato da experiência não pode adquirir um sentido senão na e pela operação da inteligência política. [...] A inteligência política é princípio, no duplo sentido de começo e de fundamento; ela é alma organizadora. A inteligência política designa a nova faculdade a que corresponde a revolução copernicana em política: ela define o pólo em torno do qual devem girar os objetos que o legislador encontra, o horizonte de sentido a partir do qual convém compreendê-los e lhes dar forma. ‘A inteligência política regulará, por exemplo, a propriedade fundiária, conforme as máximas do Estado; não regulará estas segundo aquela, não fará valer a propriedade fundiária, segundo seu egoísmo privado, mas segundo sua natureza pública.’ A inteligência política, redutora de toda exterioridade, órgão de totalização, é o que permite ao espírito, na e pela forma Estado, a volta a si mesmo. ‘Nada é exterior à inteligência, porque ela é a alma que anima e determina tudo’ (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 44-45).
- ¹⁶ “Prevenido dos conflitos entre o interesse privado e o direito, Marx teoriza o fenômeno fundamental da ‘transubstanciação política’, coextensivo à própria natureza do Estado moderno. Na teologia católica, a transubstanciação designa a transformação da substância pão e vinho em corpo e sangue do Cristo, efetuada no sacramento da Eucaristia. Uma operação da mesma natureza está na raiz do Estado moderno, tornando possível uma transformação de tal substância, que permite ao Estado cumprir permanentemente uma função de mediação entre o homem e sua liberdade, exercendo

Matriz especulativa hegeliana, poderíamos dizer com razão. É preciso, no entanto, acrescentar que a esfera política que permanece relativizada em Hegel, devido à sua subordinação ao saber do espírito absoluto, torna-se, para Marx, um absoluto. Nesse sentido, poderíamos falar de um absoluto político, na esteira do projeto do Jovem-Hegeliano que pretendia, sob o nome de filosofia da práxis ou da ação, transformar a filosofia em política e, para esse fim, substituir a uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da vontade (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 49, grifos do autor).

No entanto, indaga Abensour, na superação do teológico-político, como resultado de sua crítica, tal absolutização do filosófico-político, agora na forma do Estado dessacralizado que opera como um sujeito infinito que em seu esforço totalizador coincide consigo mesmo, não significaria fazer da política uma nova religião? Esse é o terreno da “crise de 1843”, que levará Marx ao projeto (inconcluso) de uma crítica da política, na qual “ao invés de queimar o que adourou, age de maneira a prevenir uma excrescência do político para, de alguma forma, salvá-lo, prescrevendo-lhe, assinalando-lhe limites” (1998 [1997], p. 53). Trata-se da crítica à alienação política, pois o Estado escapa a seu produtor e se volta contra ele ao sobredeterminar as esferas não-políticas da totalidade social. Diante do fato de que essa forma que supostamente encarnaria a política em seu nível mais alto e pleno reivindica para si a exclusividade e a legitimidade da unificação e da organização da vida social, trata-se da crítica à estodolatria, à alienação religiosa sob forma profana, pois o Estado moderno passou a ocupar o lugar que outrora fora do teológico-político. Trata-se, como se verá, da crítica à degenerescência da política, fundamental para a reapropriação das potências humanas esbanjadas no céu da política: “que o homem não grave mais em volta do Estado, sol ilusório, mas que grave enfim em torno de si mesmo [...]” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 54).

Marx travou contra (com) Hegel uma luta titânica [...] Arrancou-lhe os materiais (categorias e conceitos, temas e problemas) da sua elaboração sistemática, que foi em primeiro lugar feita em pedaços e depois utilizada fragmento por fragmento [...] tomou em armas do hegelianismo para as voltar contra este. Tomou-as juntamente com o material (processos, método, ritmos triádicos,

uma ação transformadora sobre todos os problemas, sobre todas as questões que agitam e dividem a sociedade civil. Assim, por sua inserção na esfera do Estado, o interesse privado, ao invés de ser subordinado ou dominado, sobre uma transformação, uma espiritualização, que reduz de uma só vez sua exterioridade. Não se trata tanto de comprimir, de abafar o interesse, como faria uma intervenção estatal, mas de considerar o interesse privado à luz do Estado, para fazê-lo sair do fundo obscuro da sociedade civil” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 46).

inserção recíproca, mas mal elucidada, do lógico no dialético e vice-versa), mas animado por um projecto radicalmente diferente; um outro horizonte, uma outra via – antes de tudo, uma via para além do acabamento hegeliano da filosofia, do pensamento, da história, do homem no Estado. [...] Mais hegeliano do que Hegel e, todavia, anti-hegeliano em profundidade, assim se define o movimento inicial do pensamento marxista (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 125-129, grifos do autor).

O caminho da crítica marxiana, no entanto, não se desloca para o terreno da revolução social que volta as costas àquele da política. Dada a contradição entre sua intenção de universalidade, suas exigências racionais e suas pressuposições reais,

[...] o Estado político é, para a crítica, um objeto duplamente privilegiado, enquanto cena de expressão dos conflitos e enquanto lugar trabalhado por um movimento intencional que o ultrapassa, que é pleno de um a mais e que, atravessando-o, provoca a vinda a si de um princípio, o princípio político (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 57).

Formulação que encerra um duplo enigma. Primeiro: qual é esse movimento que se estende além do Estado e o excede? “Para o Marx da crítica de 1843, o ponto de gravidade do Estado reside fora dele mesmo, do lado das ‘instâncias atuantes’, que são a família e a sociedade civil-burguesa” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 62). Na busca desse “foco de atividade originário”, do qual a sociedade civil e a família surgem como formas derivadas, às portas de incluir a crítica da política numa teoria dialética da totalidade social, Marx encontra não a Ideia como sujeito, mas o *dêmos* (que, na sequência de sua obra, conhecerá outra denominação: proletariado).

Reconhecer que o centro de gravitação do Estado se encontra fora dele próprio não responde, porém, à ingente questão da instituição democrática do social, pois essa é a segunda dobra do enigma a que Marx se refere: o movimento que excede o Estado, atravessando-o, provoca a vinda a si de um princípio, o princípio político.

Ao ter em conta o caráter luminoso, extático da esfera política; a sublimidade que lhe é própria em relação às esferas não-políticas da totalidade social para além das quais se eleva; na qual é dado ao homem fazer a experiência da universalidade, da liberdade e da infinitude¹⁷, Marx, como já sabemos, não

¹⁷ “A vida política é a vida aérea, a região etérea da sociedade civil burguesa.’ No político e pelo político, o homem entra no elemento da razão universal e faz a experiência, enquanto povo, da unidade do homem com o homem” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 97).

caminha no sentido de propor sua dissolução no social, numa espontaneidade social se auto-regulando às costas da esfera política. Não se trata, portanto, da “tese [ela própria grosseira] de um desaparecimento ‘grosseiro’ do Estado” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 96). Tampouco se trata de apoderar-se do Estado para apropriar-se de seus poderes e colocá-lo a serviço de um novo grupo social¹⁸, porquanto não é “através das relações que se engendram na sociedade civil que o homem consegue cumprir seu destino social, mas é lutando contra elas [...] que ele pode conquistar sua essência de ser genérico” (1998 [1997], p. 79). A afirmação marxiana de que o *dêmos* é político ou não é absolutamente nada, significa então que à esfera política não cabe fortificar o estar-aí social do *dêmos*, mantendo-o aprisionado em sua determinação sociológica, pois é somente libertando-se dos limites da família e da sociedade civil que o homem faz a experiência do ser genérico. Tratar-se-ia então do reverso disso, ou seja, de politizar as esferas não-políticas? Por essa via logo reencontraríamos a alienação política, contraface da mesma moeda, repondo, sem solucioná-lo, o mesmo problema: o momento político hipostasiado.

Questão tão difícil como a quadratura do círculo: como obrigar à modéstia um momento que tende à falta de modéstia, uma parte que tende à excrescência ilegítima, a exorbitar arrogantemente em suas pretensões de regular as outras esferas, sobredeterminando o todo? Essa situação aporética só se desenlaça com o recurso ao princípio político de unificação, no qual se origina um movimento complexo, o da redução.

Movimento complexo pois que se trata, em uma mesma sequência, de determinar limites à objetivação constitucional do *dêmos*, para relançar, graças a esses mesmos limites, esse agir democrático em direção à totalidade das esferas, para que a objetivação do *dêmos* ganhe em todos os domínios nos quais ele tem vocação para se manifestar, segundo a multiplicidade do seu ser (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 84).

Como fazer da democracia um momento, e apenas um momento do *dêmos* total que encerra em si o princípio político? A chave encontra-se na redução, essa operação específica da democracia através da qual esse momento particular da vida do *dêmos* é reconduzido ao foco originário. O sujeito real controla e

¹⁸ “Não se trata de uma interpretação jacobina – a questão não é mais de apoderar-se do Estado, de colocá-lo a serviço do povo; o jacobinismo não escapa à ironia da história: revolução pelo Estado, ele contribui involuntariamente para aumentar e aperfeiçoar o poder do Estado moderno” (ABENSOUR, 1998 [1997], p. 116).

supervisiona sua objetivação política impondo-lhe a coexistência com as outras esferas, com os momentos não-políticos de sua objetivação, evitando a alienação ao não se desligar das tarefas da criação contínua, da autoinstituição continuada. Deslegitimando a forma Estado enquanto universal abstrato, a redução permite à democracia libertar-se das formas que a aprisionam, afirmando-se como unidade do universal e do particular, permitindo assim devolver o *dêmos* a si próprio. Na democracia o *dêmos* encontra sua finalidade em si mesmo, posto que é princípio, sujeito e fim de suas ações. A oposição entre sociedade civil e sociedade política transfigura-se em sociedade social. Marx opera o deslocamento de um absoluto político para um absoluto democrático.

A aceitação dessa formulação não é isenta de consequências. Pois desidentificar a democracia com o Estado significa considerá-la mais que um regime jurídico-político cuja culminação residiria na constituição e consolidação do Estado de direito no qual estariam asseguradas as prerrogativas da cidadania moderna (exercida através dos direitos – civis, sociais, políticos...). Pois no âmbito dessa integração ao Estado, a sociedade civil, ao lutar para fortalecer seu estar-aí social, não realiza senão sua inessencialidade (obviamente se a considerarmos na perspectiva do que a excede: o *dêmos*, ou, nos termos de Marx pós-1843, o proletariado, essa classe da sociedade civil aparentemente paradoxal, pois se trata de uma não-classe que se afirma negando-se, ou seja, ou ela busca superar as condições que a fazem classe ou não é nada). A objetivação política se converte justamente no seu contrário: ao invés de experiência e momento no qual as limitações das racionalidades particulares se metamorfoseariam numa racionalidade superior voltada para a totalidade conforme as exigências do agir democrático, temos a democracia condenada a vegetar nos limites dos princípios e das formas prescritas e reconhecidas pelo e a partir do Estado, instrumentalizadas pelas frações da sociedade civil que não almejam senão robustecer suas práticas orientadas pelas respectivas racionalidades privadas.

Que a criação e recriação de direitos, como é próprio da democracia, foi e continua sendo resultado de árduas e não raro dramáticas lutas que nada têm de quiméricas, ninguém desconhece. Não pode haver dúvidas de que o desenvolvimento da cidadania para além de concessões prévias e preventivas consequentes com o figurino de uma cidadania caricata e despolitizante implica alterações no padrão de desigualdade social. Sabemos que a expansão da cidadania existente implica uma ampliação na participação da riqueza socialmente

produzida; que impõe modificações nas situações experimentadas pelas classes sociais, o que dificilmente seria acessível a partir das condições que as determinam. Sabemos que os direitos sociais, ao serem inscritos como deveres do Estado, impõem-lhe custos, perturbando a geometria do poder. Mas sabemos também que a modificação das situações de classe, enquanto fruto da cidadania, não altera os pilares sobre os quais a sociedade se encontra estruturada e a partir dos quais se reproduz. “Além disso, estes direitos têm por contrapartida a competência do Estado em sectores e domínios que outrora lhe escapavam [...], não diminuíram a onipresença e a onisciência (suposta) do Estado. Bem pelo contrário” (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 101-102, grifo do autor). Noutras palavras, *per se* a cidadania não passa de domesticação da política. Não transforma a vida, justamente porque a melhora¹⁹.

Trata-se de rejeitar *in limine* a cidadania? Sim e não. Pois para que o desenvolvimento da cidadania para além de suas caricaturas não seja uma bagatela histórica, não se pode confundi-la com o próprio da democracia. Fazer a democracia assumir seu próprio movimento, encontrar sua existência própria através do trabalho da redução exige, portanto, um outro desdobramento, na medida em que para retomar a prerrogativa de autoinstituir-se, para reencontrar a iniciativa e a criatividade expropriadas, para reapropriar-se do controle das condições sociais e históricas de existência e do sentido e finalidade a lhes ser conferido, a autonomia do sujeito real deve consumir sua ruptura com a forma Estado, submetendo-a à redução.

Essa formulação poderia servir de embuste para nos esquivarmos das imensas dificuldades teóricas e políticas nela própria encerrada. Pois, para dizer de um modo que poderá soar anacrônico a muitos ouvidos, os grilhões a perder e o mundo a ganhar complexificaram-se enormemente. Ou, parafraseando o Marx de 1843, a multiplicidade do *dêmos*, se considerarmos a pletórica base de sua reprodução ampliada, chega ao ponto de decretar à obsolescência parte do cabedal

¹⁹ Aqui valho-me da elaboração nietzschiana, mais precisamente do exposto na terceira dissertação da GENEALOGIA DA MORAL, acerca do que Nietzsche chamou de medicação sacerdotal e seus benefícios para o melhoramento do homem: “Apenas o sofrimento mesmo, o desprazer do sofredor, é por ele combatido, não a sua causa, não a doença propriamente – esta deve ser nossa objeção mais radical à medicação sacerdotal. [...] Seria preciso ao menos entender-se quanto ao sentido da palavra ‘benefício’. Querendo-se com ela exprimir a ideia de que um tal sistema de tratamento melhorou o homem, não discordo: apenas acrescento que, para mim, ‘melhorado’ significa – o mesmo que ‘domesticado’, ‘enfraquecido’, ‘desencorajado’, ‘refinado’, ‘embrandecido’, ‘emasculado’ (ou seja, quase o mesmo que lesado...)” (2008 [1887], p. 119-131, grifos do autor).

teórico-conceitual e político-institucional derivado do próprio Marx e, sobretudo, dos marxismos. Pois é de uma evidência palmar que não podemos compreender as sociedades contemporâneas, e portanto os desafios que se colocam para que o agir democrático possa fenomenalizar-se na totalidade social, com referências estritas à industrialização, a essa primeira forma pela qual os conteúdos do que chamamos de capitalismo efetivamente se puseram de pé na História.

Não seria então o caso de considerarmos, nas novas e antigas contradições que movimentam o mundo, os possíveis existentes no real para estrategicamente agirmos em direção a uma democracia concreta? Noutros termos: “Como realizar este objectivo estratégico, ou seja, fazer aceder ao real a visão antecipadora (utopia concreta) de uma sociedade libertada da sua opressiva cobertura estatal?” (LEFEBVRE, 1976 [1975], p. 122).

Tratar-se-ia de restituir o pensamento marxiano? Ora, o que resultou da luta titânica? Totemizado, Marx foi transformado em marxismos tão oficiais quanto obscurantistas, ideologias legitimadoras de Estados totalitários que devotaram sociedades inteiras ao crescimento econômico e do próprio Estado. Nos dias de hoje a classe operária prossegue fortemente compromissada com o Estado e com o crescimento econômico como fim em si mesmo, pouco diferindo daquela que Marx exortara a cumprir sua “missão histórica”, ressaltando-se que nos dias de hoje encontra-se melhor alimentada, vestida e alojada. Talvez, poderíamos dizer, ironicamente, por ter deixado Marx empalidecer como uma sombra que tivera alguma importância num passado de aspereza material. Teoricamente lançado ao Hades pela filosofia, que se refugiou na epistemologia, assim como pelas ciências especializadas, ávidas por se tornarem úteis para a modernização de um mundo que segue seu curso modificando-se sem se transformar, o “mundo às avessas”, aperfeiçoado e fortalecido, não foi invertido. Nenhuma alienação desapareceu. Nenhuma contradição foi superada. Ao contrário, novas foram engendradas agravando as antigas. E não seria exatamente por isso que nos mantemos numa situação prometeica? Faltam-nos motivos para nos voltarmos à caixa que o senhor do Olimpo mandou aquela mulher dotada de todas as perfeições, e a quem os deuses presentearam com todos os dons, entregar a Prometeu para puni-lo por ter roubado dos deuses, e dado ao homem, o fogo indispensável para a indústria humana? Seria por acaso que fora a própria filha privilegiada de Júpiter, Minerva – deusa da sabedoria, da guerra, das ciências e das artes, protetora das cidades, à qual fora consagrada a coruja –, quem carregou Prometeu até o céu de onde retornou com o fogo furtado do carro do Sol, despertando a ira de Júpiter?

Então, ironicamente, deveríamos retornar uma última vez a Foucault, e, através dele, a Nietzsche. Por que ironicamente? Talvez menos porque Foucault sempre rechaçara, senão Marx, o marxismo, mas sobretudo porque, para Nietzsche (que sequer conhecera a obra marxiana), o espírito moderno aprendeu com o cristianismo a crer na esperança como uma virtude. Ao passo que “Zeus quis que os homens, por mais torturados que fossem pelos outros males, não rejeitassem a vida, mas continuassem a se deixar torturar. Para isso lhes deu a esperança: ela é na verdade o pior dos males, pois prolonga o suplício dos homens” (2007 [1878], p. 60).²⁰

Não obstante, dizia Foucault,

Se é verdade que o mal-estar atual questiona tudo o que pode se alinhar do lado da autoridade institucional estatal, certamente as respostas não virão daqueles que administram essa autoridade: elas deveriam de preferência ser fornecidas por aqueles que pretendem contrabalançar a prerrogativa estatal e constituir contrapoderes (2006b [1994], p. 134).

Nesses “saberes dominados”, nesses saberes desqualificados, hierarquicamente inferiores ao conhecimento ou cientificidade sancionados e requeridos porque não competentes, jazem, segundo Foucault, os conteúdos históricos dos embates que “podem permitir encontrar a clivagem dos confrontos, das lutas que as organizações funcionais ou sistemáticas têm por objetivo mascarar. Portanto, os saberes dominados são estes blocos de saber histórico [...] que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição” (1979, p. 170). Foucault propõe então um “acoplamento” entre o saber erudito e esses saberes múltiplos e particulares.

Não é um empirismo nem um positivismo, no sentido habitual do termo, que permeiam o projeto genealógico. Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (1979, p. 171).

Temos aqui um dos fundamentos do pensamento nietzschiano finamente retomado por Foucault: a genealogia e sua importância para compreender o

²⁰ Cf., também, NIETZSCHE, 2008 [1881,1887], p. 37. Agradeço especialmente a Pedro Henrique Denski por ter me advertido sobre a interpretação do mito de Pandora por Nietzsche.

sentido histórico. “Tentei sair da filosofia do sujeito fazendo uma genealogia do sujeito moderno, que abordo como uma realidade histórica e cultural; ou seja, como alguma coisa capaz de se transformar, o que, obviamente, é importante do ponto de vista político” (2006b [1994], p. 94)²¹.

Em seus estudos sobre o poder como exercício, Foucault orientou-se pela proposição metodológica nietzschiana da genealogia, segundo a qual, o que subjaz ao nascimento das coisas é a tensão de um enfrentamento de forças definidor dos seus sentidos. Toda emergência se produz num determinado estado das forças. A aparente tranquilidade de uma origem, do regular encadeamento histórico que a une ao atual e a projeta numa amplificação final, atesta não a marcha de um conteúdo universal, mas sim a universalização de um conteúdo particular, de um alvo que concentra em torno de si, coordenando-os, as condições, a atividade e os seus fins. No caldeirão dos sentidos, um se sobrepõe aos demais, opondo-se a eles, tornando-os apêndices de si próprio. Assim, o que, em aparência, compunha o momento inicial de uma relação, surge, de fato, como seu resultado, como a fixação de um determinado balanço de forças. Nada de uma identidade primeira, portanto. A discórdia não pressupõe, pois, uma harmonia original recém quebrada; também não carrega em si a esperança de uma reconciliação. Pelo contrário, a discórdia é o fato fundamental – o que desobriga a justificar uma queda não menos inacreditável que o paraíso que a antecede.

Na segunda dissertação de sua *GENEALOGIA DA MORAL*, Nietzsche distingue a causa da gênese de uma coisa e sua utilidade final, sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades. Mesmo tendo-se compreendido bem a utilidade de algo, pouco ou nada se sabe a respeito de sua gênese. Algo existente é sempre reinterpretado, requisitado para novos fins, redirecionado para uma nova utilidade. A finalidade atual de uma forma não necessariamente é a primeira; tampouco é a última. Nessa perspectiva metodológica, a da genealogia, o desenvolvimento de algo existente

é tudo menos o seu *progressus* em direção a uma meta, menos ainda um *progressus* lógico e rápido, obtido com um dispêndio mínimo de forças – mas sim a

²¹ Embora essa afirmação tenha sido feita por Foucault em 1981, portanto anterior à publicação, quatro anos depois, do livro em que Habermas apontou o que identificou como aporias da teoria foucaultiana do poder, Foucault antecipa-se à crítica habermasiana e sua via para sair da filosofia do sujeito (cf. HABERMAS, 2000 [1985], p. 373-409). Não se trata aqui de tomar posição a favor deste ou daquele, mas, como se verá, de sublinhar a importância do pensamento crítico no interior da própria genealogia.

sucessão de processos de subjugamento que nela ocorrem, mais ou menos profundos, mais ou menos interdependentes, juntamente com as resistências que a cada vez encontram, as metamorfoses tentadas com o fim de defesa e reação, e também os resultados de ações contrárias bem-sucedidas (NIETZSCHE, 2008 [1887], p. 66).

À genealogia cabe a função de reconstituir conceitualmente este movimento. Metodologicamente, ela permite compreender a história “efetiva”, que se distingue daquela dos historiadores por não se apoiar em nenhuma constância, em nenhum postulado da existência de uma totalidade original, de uma suposta identidade pura e primeira, pretendo marco inicial do desencadeamento histórico ulterior que desassossegaria os espíritos em sua incansável e meticulosa busca para remontar a esse absoluto, carregando em si a esperança de uma reconciliação reconfortadora com a familiaridade dessa morada da verdade, essa “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada” (FOUCAULT, 2005 [1994], p. 263). A história de uma coisa, conduzida por procedimentos genealógicos, narra a sucessão, mais ou menos descontínua, de sua importância relativa num conjunto estratégico. Desfazendo a identidade abstrata da origem, a genealogia a substitui pela simultaneidade de sentidos concorrentes (em confronto) que compõem um campo estratégico, que ela descobre. E, uma vez que a história efetiva é experienciada como processo de crises, como um enfrentamento de forças definidor dos seus sentidos, o genealogista voltaria sua atenção para as rupturas, os limiares e as mudanças de rumo, os acontecimentos²².

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história, pergunta Foucault, em vez de crer na metafísica, o que ele aprende? Deixo ao leitor interessado a responsabilidade de verificar a resposta de Foucault. De minha parte, diria, parafrazeando-o: depende do que a crítica, o pensamento crítico, enquanto genealogia do sujeito moderno, pode fazer pulular desse ser capaz de se transformar. Afinal,

²² “Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘nos reencontrarmos’. A história será ‘efetiva’ à medida que reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. [...] A história ‘efetiva’ faz surgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. Acontecimento: é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 2005 [1994], p. 272-273).

Quando exercemos a crítica, isso não é algo deliberado e impessoal – é, no mínimo com muita frequência, uma prova de que em nós há energias vitais que estão crescendo e quebrando uma casca. Nós negamos e temos de negar, pois algo em nós está querendo viver e se afirmar, algo que talvez ainda não conheçamos, ainda não vejamos! (NIETZSCHE, 2007 [1882, 1887], p. 208. grifos meus).

O que não significa dizer que baste querer, pois a perspectiva genealógica opõe-se à suposta liberdade da vontade, como se bastasse o querer para agir. Pois uma vez que a vontade não é apenas um complexo de sentir e pensar, mas inclui o afeto do comando, em todo ato de vontade, dizia Nietzsche, há um pensamento que comanda, há uma vontade que se debate com outras e as procura subjugar²³. Então, retomo uma indicação de Foucault: “A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para uma genealogia da ‘alma’ moderna” (1989 [1975], p. 33). No interior da história dessa microfísica não surpreenderíamos também a genealogia desse misto de alma e consciência, de querer e poder, de vontades que se confrontam, que leva o nome de Utopia? Num campo estratégico, não seria essencial uma genealogia do possível?

Então, finalmente, podemos considerar o urbano enquanto conceito. Mas não sem antes considerar que “O primeiro despontar é, de início, a imediatez

²³ Cf. NIETZSCHE, 2005 [1886], p. 22-24. Genealógicamente, essa formulação nietzschiana liga-se à filosofia da vontade derivada da refutação do estoicismo por Santo Agostinho. Henri Lefebvre indicou que uma genealogia do pensamento nietzschiano encontraria o pensamento de Santo Agostinho e as correntes subterrâneas dele derivadas, que animaram o protesto contra a teologia oficializada da Igreja, assim como contra o poder real absoluto centralizado na razão de Estado, além de extravasar para outros domínios (cf. 1976 [1975], p. 35-36). Como bem demonstrou Arendt, em Agostinho o tumulto que dilacera o espírito deve-se às duas vontades que em seu interior se batem. E, ao não isolá-la das outras faculdades do espírito, Agostinho revelou sua importância como força para reuni-las numa unidade, o pensamento, preparando o espírito para a ação ao orientar a atenção dos sentidos e fornecer ao intelecto o material para a compreensão. “A Memória e o Intelecto são contemplativos e, sendo assim, são passivos; é a Vontade que os faz trabalhar e que, ao final, os ‘reúne’. Somente quando, através de uma destas faculdades, a saber, a Vontade, as três são forçadas a tornar-se uma unidade, estamos falando de pensamento – o *cogitatio*, que Santo Agostinho, jogando com a etimologia, deriva de *cogere* (*coactum*), obrigar a junção, unir à força. [...] A força unificadora da Vontade não funciona só na atividade puramente espiritual; manifesta-se também na percepção sensorial. É esse elemento do espírito que dá significado à sensação: Em todo ato de visão, diz Santo Agostinho, temos que ‘distinguir as três seguintes coisas... o objeto que vemos..., e esse pode naturalmente existir antes de ser visto; em segundo lugar, a visão que não estava lá antes de percebermos o objeto..., e, em terceiro lugar, a força que fixa o sentido da visão no objeto, a saber, a atenção do espírito.’ [...] a Vontade que ‘fixa o sentido na coisa vista, estabelecendo um nexo entre os dois, é essencialmente diferente do olho que vê e do objeto visível; é espírito, e não corpo” (2000 [1971-1978], p. 259-260, grifo da autora).

do mundo novo – o seu conceito: como um edifício não está pronto quando se põe seu alicerce, também esse conceito do todo, que foi alcançado, não é o todo mesmo” (HEGEL, 2007 [1807], p. 31). O que não significa considerar que a totalidade se encontra, ela própria, totalmente pronta e comprimida em germe. Se sabemos que do fruto advirá a árvore já conhecida, a germinação não passa de mero crescimento de algo que já existe sob forma diminuta. Isso seria soçobrar ao empirismo embotado na facticidade absolutizada, corroborar com os esquematismos de uma concepção muito mecânica e nada dialética segundo a qual a realidade já se encontra concluída, realizada mesmo em germe. Considerar suficiente o conhecimento das contradições que movimentam o mundo moderno e crer que o capitalismo cava sua própria cova não passa de fé, de saber contemplativo mais ou menos resignado na impotência de quem já sabe tudo. É de uma obviedade palmar que se o novo já está totalmente condicionado *in statu nascendi*, não há nenhum possível a considerar; trata-se de uma impossibilidade na própria formulação que o anuncia. Em contrapartida, se algo em nós, que talvez ainda não conheçamos nem vejamos, está querendo viver e se afirmar, estamos diante de um campo rico e vasto, que tem de ser inquirido e percorrido.

O fato de um poder pronunciar e pensar um pode-ser [*Kannsein*] não é de forma alguma uma coisa óbvia. Há ainda algo em aberto, que pode ser concebido diferentemente do que até agora [...]. Onde não se pode mais nada e onde nada mais é possível, a vida parou. [...] Certamente há muita coisa vaga no meramente possível, inclusive coisas escorregadias, e não apenas líquidas ou o que as mantém líquidas. Mas como o ser humano é preponderantemente a criatura que se lança no possível e o tem diante de si, ele também sabe que este não coincide com o vago, que justamente o seu aspecto aberto de modo algum é algo aleatório. Também o pode-ser é regido por leis [...]. E o material que temos diante de nós, que contém tanta coisa diáfana, é, ao mesmo tempo, um dos mais pesados e requer uma abordagem rigorosa (BLOCH, 2005 [1959], p. 221-222).

O que nos aproxima das cercanias do que se encontra não consumado são, de início, os afetos expectantes frente ao que ainda está por acontecer. Mas uma vez que o possível, aquilo que não se encontra totalmente condicionado (mas o é parcialmente), permanece em sua indeterminação, tanto pode se tornar um nada quanto um ser. Nessa situação, medo e esperança, enquanto afetos utópicos, se alternam. A angústia diante das coisas como são e estão no mundo; o medo frente a uma ameaça insondável; o pavor quanto ao momento em que aquilo que hoje é ameaçador deixará de pairar para finalmente irromper... nesses afetos expectantes negativos “se manifesta um tanto da autodestruição

e do nada para o qual conflui a paixão meramente passiva” (BLOCH, 2005 [1959], p. 77). Em contrapartida, ao invés de experimentar nos labirintos da alma as dores do que embota e mortifica, a esperança que se projeta em direção àquilo que ainda não veio a ser, que se move para o devir, a esperança fundante da capacidade criadora dispõe-se para o novo, busca conhecer o que está se formando: é a lucidez do que está para alvorecer.

Mas essa consciência do que está por vir não se forma nem se expressa sem dificuldades. No caminho para o novo, há que se distinguir entre o que Bloch denominou de possível objetivo-factual e possível objetal. Ou seja, o possível conforme o conhecimento do objeto e o possível que diz respeito ao objeto do conhecimento. Dessa distinção decorrem desdobramentos que convém sublinhar. Em primeiro lugar, que a teoria do objeto do conhecimento não coincide com a teoria do objeto concreto.

Aquela concerne às condições intelectuais para pensar o possível, com base nas quais se examina o objeto real. Aí já se manifestam as primeiras dificuldades para o descortínio e a exploração *in terram utopicam*, pois o pensamento aberto ao possível se defronta com as formas e estruturas de pensamento ligadas ao atual, à “realidade” do mundo tal qual sabida e conhecida. Depara-se com resistências contra a consciência do novo, do não-pensado. De fato, “Para o nosso olho é mais cômodo, numa dada ocasião, reproduzir uma imagem com frequência já produzida, do que fixar o que há de novo e diferente numa impressão [...]. Ouvir algo novo é difícil e penoso para o ouvido; ouvimos mal a música estranha. [...] Também os nossos sentidos são hostis e relutantes para com o novo” (NIETZSCHE, 2005 [1886], p. 80)²⁴. O fato dos guardiães do

²⁴ Seria preciso, no entanto, admitir algo mais grave ainda, pois “A força que tem o espírito, de apropriar-se do que lhe é estranho, manifesta-se num forte pendor a assimilar o novo ao antigo, a simplificar o complexo, a rejeitar ou ignorar o inteiramente contraditório: do mesmo modo ele arbitrariamente sublinha, destaca e ajeita para si determinados traços e linhas do que lhe é estranho, de cada fragmento de ‘mundo exterior’. Assim, fazendo, sua intenção é incorporar novas ‘experiências’, enquadrar novas coisas em velhas divisões – é o crescimento, portanto; mais exatamente, a sensação de crescimento, a sensação de força aumentada. A serviço dessa mesma vontade se acha também um impulso aparentemente oposto do espírito, uma brusca decisão de não saber, de encerrar-se voluntariamente, um fechamento das janelas, um dizer Não interiormente a essa ou aquela coisa, um não-deixar que algo se aproxime, um estado defensivo ante muita coisa conhecível, uma satisfação com o obscuro, com o horizonte que se fecha, um acolhimento e aprovação da insciência: tudo isso necessário, conforme o grau de sua força apropriadora, de sua ‘força digestiva’, usando uma imagem – e realmente o ‘espírito’ se assemelha mais que tudo a um estômago” (NIETZSCHE, 2005 [1886], p. 123, grifo do autor).

“pensamento” crepuscular, ciosos de seus papéis na divisão do trabalho intelectual, escudados em convicções (teóricas, conceituais, metodológicas...) consagradas, esconjurarem não raro impacientemente o que aos seus olhos não passa de miragem, de devaneio, pode ser tomado como expressão de dificuldades no âmbito da teoria do objeto do conhecimento.

Somente disposição receptiva para o novo, porém, não basta. Pois a essas resistências contra a elucidação do ainda-não-consciente, entrelaçam-se dificuldades referidas ao possível objetual, que diz respeito ao objeto propriamente. “O possível objetual não vive das condicionantes insuficientemente conhecidas, mas das condicionantes insuficientemente manifestadas” (BLOCH, 2005 [1959], p. 226-227, grifos do autor). A compreensão e definição do possível no nível da teoria do objeto do conhecimento, passa portanto pela consideração das suas condicionantes, internas e externas, conforme apontadas por Bloch.

Assim, uma florescência com certeza pode fazer madurar o fruto dentro de si mesma com a plena condicionalidade interna, mas se faltar a condição externa plena do bom tempo, o fruto permanece meramente possível. [...] É verdade que a humanidade somente assume tarefas que pode solucionar; entretanto, se o grande momento que se oferece para a solução topa com uma geração mesquinha, então essa realização é tanto mais meramente possível, ou seja, apenas fragilmente possível (2005 [1959], p. 229).

Ao fazer a distinção dessas condicionantes parciais do objeto, Bloch define a interna enquanto possibilidade ativa (capacidade, potência), e a externa como possibilidade passiva (potencialidade). O que lhe permite não apenas distinguir que “o poder-ser-diferente divide-se em poder-fazer-diferente e poder-tornar-se-diferente”, como reconhecer seu entrelaçamento dialético. A própria possibilidade define-se, então, não *per se*, mas como “o benjamin entre os grandes conceitos”, já que, enquanto possibilidade real, compreende as confluências e consonâncias das latências e tendências de sujeito e objeto manifestos, não isolados, não reificados. E é a possibilidade real, enquanto *plus ultra*, que perpassa o possível objetivo-real: o germe que ainda se encontra diante de muitos saltos, diante de muitos desdobramentos qualitativos para se realizar, dispor-se para o real.

A Renascença, segundo Bloch, como primeira guinada da sociedade feudal para a moderna sociedade burguesa, foi um momento exemplar dessas verdadeiras primaveras históricas, quando uma sociedade está grávida de outra, quando novas ideias vão ganhando forma e consistência, não raro intuitivamente, anunciando a aurora do novo que está se avizinhandando. Portanto, a cen-

telha da inspiração criadora de obras deve tanto à genialidade de determinados indivíduos, quanto a contextos históricos específicos que os convoca a enunciarem o que está amadurecendo, que exige dos grandes talentos realizar a tarefa da formulação de uma nova inteligibilidade do mundo, um novo modo de pensá-lo para transpor conscientemente os seus limites. O sujeito criador de obras enuncia com lucidez a luz que a aurora do novo sobre o mundo lança. Não se trata, portanto, da coruja que alça voo ao crepúsculo, do pensamento que chega *post festum*.

É dessa cepa intelectual a elaboração teórica que propiciou o urbano enquanto conceito. Desenvolvida pelo filósofo Henri Lefebvre, essa elaboração teórica esclarece um campo cego para um “pensamento” que constata o atual, mas não se abre para a exploração do real, para o possível que lhe é constitutivo. “Dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade, desde que sejam consideradas as tendências do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar” (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 98, grifo do autor).

Ver e explorar o urbano, esse campo ainda ignorado e desconhecido, exige uma revolução, no pensamento e na prática. Para o pensamento, o método que se impõe não se detém no fenomênico, na descrição e caracterização das estruturas dos objetos “reais”, fixados, aparentemente independentes e autônomos, supostamente imunes àquilo que os transforma, ao movimento que se oculta e se manifesta, parcialmente, nos e pelos fenômenos. O pensamento que parte das observações da realidade urbana atual, denominada pelo autor como zona crítica, e incursiona no passado em busca de origens mais ou menos remotas daquilo que no presente se configura como problemático, corre o risco de se perder na noite dos tempos, em busca de uma verdade supra-histórica que lhe ofereça refúgio.

O método concernente à formulação do urbano enquanto conceito parte do possível, do utópico, daquilo que está contido em germe na realidade, para examinar o atual e o realizado. A utopia é assim retirada do lugar subalterno, desqualificado, ridicularizado ao qual os “realistas” a destinaram. Não se trata de um imaginário abstrato, devaneante. O urbano, enquanto utopia concreta, é real. Está contido, enquanto semente, na atual realidade urbana (re)produzida e determinada pelos fundamentos gerais da industrialização, da acumulação capitalista da riqueza. E, ao mesmo tempo, trata-se apenas de uma semente, de um todo não desenvolvido, não realizado.

Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real. Como se diz: seremos *realistas...* mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Evidentemente, desde que se evite o positivismo acabrunhante, que não significa outra coisa senão a ausência de pensamento, encontramos-nos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir, entre o possível e o impossível. E hoje, no entanto, especialmente no domínio que nos concerne, não há pensamento sem utopia (LEFEBVRE, 2008 [1972], p. 73).

Lugar da simultaneidade e da reunião de tudo o que pode nascer no espaço. Lugar do encontro, do desejo, da abundância do centro... o urbano a duras penas oferece os seus primeiros sinais, entranhado que está no “campo” industrial, que o produziu enquanto possibilidade. A industrialização, processo a partir do qual a reprodução da riqueza abstrata se reproduz em extensão e profundidade, trouxe em seu favor a cidade, revelando o fim dessa obra eminente. Dela restam vestígios e vertigens. Sombra de uma realidade urbana que foi e não é mais, fantasmagoria que acorrenta o pensamento e a ação, a cidade, suas representações (ideologia, mitos e mistificações) ocupam as estratégias devotadas à modernização do espaço. O que restou da cidade, seu fetiche, surge como produto em empreendimentos imobiliários, como os condomínios fechados, e nas “políticas” de revalorização do espaço, como as chamadas de revitalização de áreas centrais metropolitanas. Trata-se de uma presença-ausência necessária para ocultar o urbano enquanto possível, mantê-lo no terreno das impossibilidades, numa zona crítica na qual o passado e o virtual se confrontam, onde o “melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 27).

O urbano, trata-se de um lugar que ainda não tem lugar. Trata-se de um conceito com implicações práticas, concretas, estratégicas. Ele permite compreender que a industrialização não guarda em si mesma seu sentido e finalidade. Ele exige uma outra racionalidade para reorientar a industrialização, suas determinações, suas forças produtivas, suas conquistas. Nessa perspectiva, a industrialização deixa de ser uma finalidade para alcançar seu fim: um meio para a realização da sociedade urbana. A urbanização, por seu turno, deixa de ser considerada numa perspectiva eminentemente espacial, de acordo com a racionalidade advinda da industrialização.

A estratégia (enquanto possibilidade real) que busca desenvolver o urbano (enquanto possível objetivo-real) não se coaduna com as representações que se limitam a propor uma urbanização melhorada pela e para a modernização

de uma sociedade que se modifica, mas não se transforma. “A idéia do fim da cidade parece muito mais fecunda e criadora do que a da sua continuação, ou de sua ‘modernização’” (LEFEBVRE, 1967 [1965], p. 175). A razão dialética, o pensamento crítico instaura o ato de acusação contra as representações que conduzem à renúncia do urbano enquanto utopia concreta. O que exige abordar o espaço de maneira diferente da efetuada pelas ciências existentes (aí incluída a Geografia), que o recortam, o fragmentam, o analisam, mas não chegam a atingir uma síntese superior, pois deixam na sombra a dialética do possível-impossível constitutiva do real. Objeto virtual, complexo e transdisciplinar por excelência, o urbano recusa qualquer abordagem que o fragmente em domínios parciais do conhecimento disciplinar. Urge pensá-lo, entre e além das disciplinas, para construir o futuro, para nós e nossos filhos.

Sob uma nova luz, sob uma nova inteligibilidade, talvez possamos ouvir, no labirinto onde nenhuma verdade supra-histórica nos oferecerá proteção, outros sons. E, nisso, reencontraríamos Nietzsche e sua risada de ouro.

O vício olímpico. – Não obstante aquele filósofo que, como autêntico inglês, tentou difamar o riso entre as cabeças pensantes – “o riso é uma grave enfermidade da natureza humana, que toda cabeça pensante se empenharia em superar” (Hobbes) – eu chegaria mesmo a fazer uma hierarquia dos filósofos conforme a qualidade do seu riso – colocando no topo aqueles capazes da risada de ouro. E supondo que também os deuses filosofem, como algumas deduções já me fizeram crer, não duvido que eles também saibam rir de maneira nova e sobre-humana – e à custa de todas as coisas sérias! Os deuses gostam de gracejos: parece que mesmo em cerimônias religiosas não deixam de rir (2005 [1886], p. 177, grifos do autor).

Ou Zaratustra:

O corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um único sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor. Instrumento de teu corpo é também a tua pequena razão, meu irmão, à qual chamas “espírito”, pequeno instrumento e brinquedo da tua grande razão (2008 [1884], p. 60).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998 [1997].
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1950].
- _____. *A condição humana*. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1958].
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000 [1969].

- _____. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. 4ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000 [1971-1978].
- _____. *O que é política?* 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999 [1993].
- _____. *A promessa da política*. 2ªed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009 [2005].
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. v.1. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2005 [1959].
- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1787].
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 7ªed. Petrópolis: Vozes, 1989 [1975].
- _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1994] (Coleção Ditos e escritos, v.II).
- _____. *Estratégia, poder-saber*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a [1994] (Coleção Ditos & Escritos, v.IV).
- _____. *Ética, sexualidade, política*. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b [1994] (Coleção Ditos & Escritos, v.V).
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes 2000 [1985].
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. 4ªed. Petrópolis: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2007 [1807].
- KOHN, Jerome. Introdução. In: ARENDT, Hannah. *A promessa da política*. 2ªed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009 [2005], p. 7-38.
- LEFEBVRE, Henri. *Metafilosofia: prolegômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1965].
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1970].
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].
- _____. *Hegel, Marx, Nietzsche*. Ou o reino das sombras. Povoá de Varzim: Ulisséia, 1976 [1975].
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1859].
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. 2ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1878].
- _____. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. 2ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1881,1887].
- _____. *A gaia ciência*. 4ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1882, 1887].
- _____. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 17ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [1884].
- _____. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005 [1886].
- _____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. 11ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1887].
- PLATON. *Timée-Critias*. Trad. Luc Brisson. 4ªéd. Paris: Flammarion, 1999 [360a.C.].

Recebido em: 18/04/2010

Aceito em: 21/07/2010

DOSSIÊ TEMÁTICO II

FORMAS ESPACIAIS E PAPÉIS URBANOS: AS NOVAS QUALIDADES DA CIDADE E DO URBANO¹

MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO

Departamento de Geografia
UNESP – Presidente Prudente
Pesquisadora do CNPq
mebsposito@gmail.com

RESUMO

A análise das relações entre formas espaciais e papéis urbanos é realizada neste artigo, a partir das relações e distinções entre a cidade e o urbano. São valorizadas as determinações contemporâneas do processo de urbanização que redefinem as formas de expansão territorial das cidades e os conteúdos e práticas socioespaciais atinentes ao urbano. As articulações e diferenças entre três pares de qualidades do processo de urbanização e das cidades são a base da análise: transição e transitório, extensão e intensidade, mobilidade e imobilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Formas Espaciais. Papéis Urbanos. Urbanização Difusa. Cidades Dispersas.

SPATIAL FORMS AND THE ROLES PLAYED BY CITIES: THE NEW QUALITIES OF THE CITY AND THE URBAN

ABSTRACT

This paper examines the relations between spatial forms and the roles played by cities, considering the difference between the city and “the urban”. The author emphasizes the contemporary determinations of the urbanization process which redefine the forms of the territorial expansion of cities and the social-spatial contents and practices regarding the urban space. The articulations and

¹ Texto elaborado para o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Brasília, 2009, para participação em mesa redonda sobre o tema Novas Formas Espaciais e Novos Papéis Urbanos.

differences between three pairs of qualities of the urbanization process as well as of the cities constitute the framework of the analysis: transition and transitory, extension and intensity, mobility and immobility.

KEY WORDS: Spatial Forms. Urban Roles. Diffuse Urbanization. Sprawling Cities.

O tema proposto para debate, nesta mesa, não é novo, quando se avalia o conjunto significativo de aportes que têm sido elaborados para enfrentá-lo. Sem ser exaustiva na compilação do que já vem sendo feito, basta lembrar os esforços de elaboração de novas perspectivas conceituais: urbanização e cidades dispersas² (MONCLÚS, 1998, 1999; FONT, 2007; REIS Filho, 2006, 2007), urbanização e cidades difusas (MONCLÚS, 1998; INDOVINA, 1997; FONT, 2007; DEMATTEIS, 1998; DOMINGUES, 2007, SECCHI, 2007), difusão reticular (DEMATTEIS, 1998); rururbanização (CHARRIER, 1970; BAUER e ROUX, 1976), cidade pós-moderna (AMENDOLA, 2000), cidade informacional (CASTELLS, 1999), novas formas de assentamento humano e organização regional da vida urbana (GOTTDIENER, 1993), metápolis (ASCHER, 1995), edge cities (GARREAU, 1991), cidades-região (SOJA, 2006; SCOTT et al, 2001)³, pós-metrópoles e exópolis (SOJA, 2008); tecnópolis (CASTELLS e HALL, 1994) etc.

Algumas dessas novas terminologias, porque nem todas têm caráter conceitual, privilegiam o enfoque dos novos conteúdos ou papéis dos espaços urbanos, outras privilegiam as formas produzidas, sejam elas adjetivadas como urbanas ou não; alguns autores tratam a temática da extensão dos tecidos urbanos de forma central, outros enfocam essa dinâmica de forma secundária. O fundamental, parece-me, é destacar o quanto esse processo vem chamando a atenção dos autores, já que as citações feitas no parágrafo anterior estão longe de ser exaustivas no que concerne a essa análise.

Ainda assim, essa problemática continua, a meu ver, oportuna e instigante, porque muitos dos pontos de vista, a partir dos quais ela poderia ser tratada,

² Gottdiener (1993, p. 16) refere-se, na introdução de seu livro, à atual forma dispersa da cidade, sem adotar os conceitos de urbanização dispersa ou cidade dispersa.

³ Em 1915, Geddes (1994) já utilizara a expressão regiões urbanas para tratar dos processos de expansão e lançando, neste mesmo livro, o conceito de conurbação.

não estão, ainda, esgotados e/ou não refletem, nos debates realizados, avanços suficientes para que possamos ter mais respostas que perguntas. De fato, as dúvidas, tanto no plano teórico-conceitual quanto no plano metodológico, parecem-me superar, em muito, os avanços já alcançados⁴.

Para oferecer alguma contribuição a essa reflexão, organizo este texto em cinco secções. Na primeira, trato de apresentar um quadro geral, a partir do qual procuro caracterizar o escopo das alterações mais recentes observadas na constituição das formas urbanas.

Nas três secções seguintes, proponho-me a analisar a temática em pauta, a partir de algumas qualidades da cidade, buscando pensar se é possível ou não, ao se estabelecer a dialética entre formas e papéis urbanos, apreender o movimento do conjunto das práticas socioespaciais. Farei isso a partir de três perspectivas diferentes, tomando-se a redefinição de qualidades que são, historicamente, observadas em relação à cidade e ao seu entorno.

Em seguida, para fechar o texto, na secção cinco, discuto o caráter das discontinuidades, tanto aquelas observadas na cidade, como as que podemos apreender do ponto de vista urbano, considerando-se as redefinições decorrentes das articulações contemporâneas entre formas espaciais e papéis urbanos.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

Destaquei, na introdução a este texto e em outra publicação (SPOSITO, 2009) que diferentes autores têm chamado a atenção para o fato de que há mudanças significativas nas formas de assentamento humano. Já frisei (SPOSITO, 2009) que, em 1935, quando visitou os Estados Unidos, Le Corbusier surpreendeu-se com a dinâmica de suburbanização, impulsionada pelo uso residencial do espaço, que se delineava em Nova York, uma vez que “a idéia de descentralização era o contrário de todas as teorias urbanas e [ele] não as aceitava” (RYBCZYNSKI, 1996 p. 168).

Essa tendência estadunidense iniciara-se no século XIX, embora tenha crescido muito no pós Segunda Guerra Mundial, como destacou Gottdiener (1993, p. 11-16). Outros autores, como Monclús, também encontram no século XIX o início desse movimento. Este autor frisa as especificidades do que

⁴ Portas (2007, p. 54), tratando das mudanças em pauta, chama atenção para “... as dificuldades em perceber e comunicar as dimensões destes ‘fenômenos’; as dificuldades em avaliar as tendências mais controversas em acto”.

vem ocorrendo mais recentemente, chamando atenção para o aparecimento de “novas periferias”:

As últimas inovações tecnológicas unidas a complexas mudanças de caráter econômico e social estariam dando como resultado uma ruptura generalizada nas pautas de localização de praticamente todos e cada um dos elementos que compõem as aglomerações urbanas por distintas que elas sejam (MONCLÚS, 1998, p. 8, tradução nossa).

Trata-se de uma multiplicidade de novas formas de produção do espaço urbano, decorrentes das novas localizações industriais, das novas formas de *habitat* e das novas escolhas locais das empresas comerciais e de serviços. Esses espaços produzidos podem incluir tanto a incorporação de áreas rurais ao tecido urbano, como iniciativas de refuncionalização de parcelas de terra que já haviam sido incorporadas à cidade, em outros momentos e para outros usos. É importante destacar que estamos nos referindo à constituição de novos ambientes de vida urbana, que expressam e condicionam as novas formas de expansão dos tecidos urbanos e as novas práticas socioespaciais.

Gottdiener, quando lançou seu livro em 1985⁵, já destacava que:

Os atuais padrões de desenvolvimento e suas implicações sociais, econômicas e políticas foram registrados, mas os cientistas urbanos pouco avançaram no caminho de seu entendimento. Qualquer livro de sociologia urbana, por exemplo, revelará que a ‘cidade’ constitui a forma de assentamento urbano, que a ‘urbanização’ envolve a concentração de pessoas dentro de áreas limitadas e que existem ‘diferenças’ entre o ‘modo urbano de vida’ e sua contrapartida ‘suburbana’ ou ‘rural’. Apesar de obsoletos, esses conceitos continuam sendo o foco central dos textos urbanos, mesmo que a maioria dos americanos esteja vivendo, desde a década de 1970, em áreas metropolitanas polinucleadas, fora da cidade central (GOTTDIENER, 1993, p. 15, grifo nosso).

Ao nos atermos às formas urbanas produzidas, uma marca importante tem sido a da tendência à descontinuidade dos tecidos urbanos, por meio do parcelamento de terras rurais para finalidade urbana, loteamentos esses estabelecidos a certa distância das áreas urbanas já constituídas, gerando uma ruptura na unidade territorial das cidades. Esse processo, o de implantação de novas áreas urbanas em descontínuo às já existentes, é acelerado pelas possibilidades de aglomeração urbana de cidades que se originaram independentemente, cujas

⁵ The social production of urban space, editado pela University of Texas Press.

interações espaciais cotidianas se avolumaram à medida que se ampliaram as possibilidades de transporte coletivo e individual.

Lefebvre (1999, p. 17, grifo do autor), em 1970, já destacava que: “tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações de predomínio da cidade sobre o campo”.

É essa a perspectiva que adotamos neste esforço de articular novas formas espaciais a novos papéis urbanos, ou seja, enfoque que procura partir das formas para se chegar a apreender os conteúdos, observando como a morfologia é sempre forma e conteúdo ao mesmo tempo.

O fato é que a alteração nas formas urbanas tem causado toda sorte de reação. Entre os pesquisadores não é incomum certa nostalgia, em relação ao ideal de cidade que havia se constituído com a Modernidade. Secchi (2007, p. 123-124, grifo nosso) destaca:

O fragmento nos embaraça. A história da cidade moderna, como de toda a modernidade, entre o Renascimento e o século vinte, foi dominada pela figura da continuidade, uma figura que agiu como um tipo de metafísica influente sobre todo o pensamento ocidental e que teve uma de suas maiores expressões e representações na unificação linguística da metrópole do século XIX.

Domingues (2007, p. 217) também frisa o conjunto de indagações que a cidade contemporânea nos propicia:

Essa cidade centrífuga [...] coloca-nos grandes problemas de análise. Toda a tradição urbana recente, bem como a longa história das cidades, não nos fornece pistas nem modos de entendimento suficientes para um território que é expansivo, colocando-se dessa forma contra aquela idéia implorativa da cidade densa, limitada, agora a lidar com um artefato urbano que não tem limites fixos, ou pelo menos, que não tem limites claros. Os objetos fluidos são sempre muito difíceis de se analisar, assim como a estrutura urbana, que é policêntrica.

No que se refere à Europa, Secchi, procurando sintetizar diferentes posições relativas às novas relações entre sociedade, economia e território, faz referência a duas visões, tanto no que concerne à interpretação sobre o que estamos presenciando desde a segunda metade do século XX com maior intensidade, quanto sobre o projeto de futuro para as cidades. Assim ele se refere a elas:

Elas constróem um tipo de linha divisora, da qual são gradualmente levadas a se afastar em direções extremas. Um propondo a cidade entre o século XVIII e o XIX, parcialmente revisitada, como a melhor forma de cidade produzida

pela cultura europeia. A outra, procurando transferir dentro da nova paisagem urbana as imagens que novas técnicas visuais nos consentem produzir e de contínuo separar, modificar, distorcer [sic], sobrepor, contaminar e transformar. Uma reafirmando o valor da continuidade, do enraizamento, da persistência e da permanência no contexto espacial e temporal, contestando portanto a hipótese da possibilidade de uma ruptura. A outra reafirmando o oposto, o valor radical e libertador da inovação, da mudança, e da incerteza do que vem percebido com tal (SECCHI, 2007, p. 126).

O autor não trata da continuidade considerando apenas a dimensão das formas urbanas, mas elas têm tido papel fundamental na conformação das novas paisagens urbanas, das visões que sobre elas se elaboram e das práticas sociais que delas decorrem. Embora ele tenha tomado como referência a Europa, onde o peso do passado urbano tem um papel diferente do que aquele observado na urbanização que se processou no continente americano, para colocar foco em nossa realidade, há níveis de generalização que são aceitáveis, quando observamos os processos e as dinâmicas contemporâneos que orientam a produção do espaço urbano.

Meu interesse tem sido o de frisar o quanto essas mudanças são universais. Ao contrário do que se pensou num primeiro momento, são dinâmicas e processos que não são restritos aos países de economia capitalista avançada e, tampouco, aos espaços metropolitanos, embora tenha sido nesses espaços que eles, primeiramente, ocorreram, bem como é neles, que se constituem com níveis de complexidade mais acentuados.

Observa-se que cidades de diferentes tamanhos populacionais e de diversas importâncias na rede urbana têm conhecido essas transformações, ainda que a magnitude das mudanças varie entre elas, no que se refere à quantidade e a qualidade que se experimenta.

Reitero (SPOSITO, 2009) que Bernardo Secchi (2007, p.113) convidou-nos a mudar de óculos para compreender a “cidade contemporânea e seu projeto”. Considero seu desafio importante, uma vez que contém uma questão de fundo: há algum consenso sobre o fato de que as novas formas espaciais possam ser qualificadas de formas espaciais urbanas?

Este autor frisa que:

Com efeito, a dispersão da cidade, antes nas suas periferias, depois ao redor delas e, depois ainda, na cidade difusa, é o que aumenta vertiginosamente a diversidade das situações: a cidade, a cidade difusa principalmente, é ao mesmo tempo, concentração e reinvenção de suas partes mais antigas, modificação

das partes modernas, densificação em rarefação, produção de novos lugares centrais de densidade, de proximidade e de distanciamento, de distância e de separação (SECCHI, 2007, p. 118).

Assim, sem adotar uma oposição entre concentração e dispersão, entre continuidade e descontinuidade, entre unidade, dispersão e difusão urbana, é preciso tratar das dinâmicas que se tornam prevalentes para reconhecer se as mudanças constituem verdadeiras transformações na cidade e no processo de urbanização ou se tratam de alterações que não conformam rupturas significativas.

Como destacado, estamos diante da questão concernente à pertinência de se continuar ou não a conceituar como cidade essas novas formas espaciais mais extensas, mais dispersas e muitas vezes descontínuas. Em função disso, começo pela ideia de Viala (2005, p. 106, tradução nossa) que, ao se referir à cidade, destaca:

A designação de suas qualidades substitui a sua definição. Antes de ser uma grande ou uma pequena cidade, antes de ser do norte ou do sul, antes de ser uma cidade marcada por um passado industrial ou uma “ville nouvelle”, antes de colocar em destaque seu potencial tecnológico ou turístico, a cidade é⁶.

Tal levaria, segundo ele, a buscar revelar a dimensão total da forma da cidade à prova de sua realidade urbana. Para avançar nessa direção, trato das relações entre formas urbanas e papéis urbanos, nas três secções seguintes, a partir da redefinição de qualidades que sempre associamos à cidade e ao urbano. Nesse sentido, faço um esforço para caracterizar o que há de singular, no período atual, ainda que muito do que destacaremos não seja propriamente novo, mas apenas ganhou posição central nas formas de produção contemporâneas do espaço urbano.

DA TRANSIÇÃO AO TRANSITÓRIO

As franjas urbanas ou os espaços periurbanos são, muitas vezes, caracterizados como espaços de transição.

A adoção dessa expressão parece-me adequada, quando tomamos como referência a maior parte das dinâmicas de expansão territorial urbana que orien-

⁶ La désignation de ses qualités se substitue à sa définition. Avant d’être une grande ou une petite ville, avant d’être du nord ou du sud, avant de mettre en avant son potentiel technologique ou son aura touristique, la ville est.

taram o crescimento do tecido urbano e levaram à conformação desses espaços marcados pela retração dos usos de solo rural e ampliação dos usos de solo urbano, bem como pela combinação entre eles.

Essa sucessão e mescla de usos não significavam ausência de contradições, uma vez que os tempos da cidade e as práticas socioespaciais nela originadas impunham, como ainda impõem, no modo capitalista de produção, alterações nos tempos e nas práticas rurais.

Também podemos considerar as mudanças decorrentes da retração da atividade industrial, que resultam do relativo esgotamento das formas fordistas de produção, que orientaram a reestruturação das plantas urbanas e a realociação das atividades produtivas, muitas vezes distantes das unidades de gestão, gerando centralização industrial, no plano econômico e espacial, e desconcentração espacial, no plano da atividade produtiva. Essas mudanças que remontam às três últimas décadas, também, geram áreas de transição, a partir de diferentes ordens, desde as relativas à produção capitalista do espaço urbano, até às de natureza mais social, quando o poder público se ocupa de promover a refuncionalização dessas áreas para constituir algum mercado de trabalho novo ou uso de solo portador de significado relevante.

Tratando desse tema, Ambrosino e Andres (2008, p. 37-38, tradução nossa) destacam:

Face às pressões fundiárias que se exercem hoje sobre os territórios urbanos, todo espaço é julgado livre e devolvido à reconstrução da cidade. Nesse contexto, a reinserção dos espaços *en friche* participa das dinâmicas da cidade. A *friche* não é um fenômeno exclusivamente contemporâneo, o abandono pontual ou mais massivo de espaços de atividades (econômicas) ou de *habitat*, suas transformações funcionais ou ainda a reutilização de parcelas antes edificadas, pontuaram a história das cidades.⁷

O que haveria, então, de novo?

Como a maior parte das dinâmicas que orientavam essa ampliação da cidade, alterando os usos de solo rurais ou industriais de seu entorno, ocorriam de modo mais gradual, a situação de transição era notória. Havia um tempo de

⁷ “Face aux pressions foncières qui s’exercent aujourd’hui sur les territoires urbains, tout espace jugé libre est dévolu à la reconstruction de la ville elle-même. Dans ce contexte, la réinsertion des espaces en friche participe des dynamiques de la ville. Certes, la friche n’est pas un phénomène exclusivement contemporain, l’abandon ponctuel ou plus massif de lieux d’activités ou d’habitat, leurs transformations fonctionnelles ou encore la réutilisation de parcelles auparavant bâties, ont ponctué l’histoire des villes.”

convivência (insisto não pacífica, mas plena de contradições), entre diferentes interesses econômicos, diferentes práticas socioculturais e, sobretudo, diferentes formas de uso do tempo e do espaço, que auxiliavam, em medida sempre relativa, a que houvesse um processo de passagem de uma situação à outra.

Nessas circunstâncias, os conceitos de suburbanização ou de periurbanização⁸ faziam todo sentido, quando se tratava da passagem de usos rurais para usos urbanos, ou de reinserção produtiva ou renovação urbana, quando os usos de solo anteriores já não eram rurais, ainda que os urbanos fossem pouco densos.

O que teríamos, no período atual, é uma passagem mais rápida de uma situação à outra, tanto porque as condições de circulação (transportes e comunicações) assim o possibilitam, como e, sobretudo, os interesses relativos à produção capitalista do espaço urbano beneficiam-se e rapidamente se aproveitam dessas novas possibilidades técnicas. Isso significa que um maior número de pessoas e de diferentes níveis de poder aquisitivo podem se afastar, quando esta é a opção deles, ou têm que se afastar da “cidade contínua” quando isso lhes é imposto na nova divisão social do espaço, realizando cotidianamente deslocamentos maiores.

A expressão “cidade contínua” é adotada para fazer referência ao espaço urbano produzido, a partir de lógicas segundo as quais a expansão territorial urbana se fazia, predominantemente, pela justaposição de novas áreas loteadas ao tecido urbano já constituído, gerando uma forma urbana mais definida e uma morfologia urbana mais integrada. O advérbio ‘predominantemente’ aqui utilizado faz toda diferença para destacar que o reconhecimento da “cidade contínua” não implica em afirmar que o tecido urbano era exclusivamente contínuo, já que desde a Antiguidade, havia espaços em descontínuo à cidade que se caracterizavam por ter algum nível de articulação à vida urbana.

Pode-se encontrar similitude entre a expressão cidade contínua e a adotada por Portas (2007, p. 51, grifo nosso):

O que chamei de paradigma da cidade herdada, descrevia os elementos do longo período (da intensificação industrial) de informação da cultura e da sociedade urbana em estudos bem conhecidos: a morfo-tipologia dos centros históricos que Rossi e Aymonino, socorrendo-se da geografia francesa, introduziram na formação acadêmica dos arquitetos: a dicotomia centro-periferia e a cultura dos limites.

⁸ O leitor interessado no conhecimento desses conceitos poderá ter acesso à excelente síntese da história desses conceitos e de outros que interessam à compreensão dos processos de constituição de franjas urbanas nos depoimentos de Langenbuch (2001) e Martins (2001).

Em contraposição, o destaque dado, no período atual, à descontinuidade do tecido urbano justifica-se, porque essa é a lógica de expansão territorial urbana que tem prevalecido nas últimas décadas⁹.

O contexto que favorece a aceleração das mudanças, promovida pelos interesses fundiários, imobiliários e financeiros, gera o que poderíamos caracterizar, numa primeira aproximação, como a substituição da situação de transição por uma situação de transitoriedade, porque o ritmo de imposição das formas de parcelamento e uso da terra urbanas sobre as formas de parcelamento e uso da terra rurais não apenas são intensos, como se antecipam e planejam as novas formas de assentamento que ocorrerão, no sentido de que os incorporadores se adiantam às efetivas demandas solváveis que se apresentam disponíveis no mercado.

Assim, alteram o estatuto jurídico da terra, quando promovem incorporação regular, ou alteram apenas as formas de parcelamento da terra, quando implantam loteamentos irregulares, sem que efetivamente ou imediatamente possa haver alteração dos usos da terra, dando a elas o caráter de “vazios urbanos”¹⁰. O não uso subsequente ao parcelamento implica em provisoriidade, não do ponto de vista da propriedade, mas no da apropriação do espaço.

Quando se analisam os espaços constitutivos do entorno da “cidade contínua”, denotando a tendência à dispersão do tecido urbano, na Europa, por exemplo, há que se considerar três elementos, ao menos: – menor distância entre os núcleos urbanos; – maior presença de um patrimônio histórico, que inclui desde as formas de assentamento rural até as edificações de valor histórico e/ou arquitetônico; – maior preocupação com as condições ambientais de vida¹¹.

⁹ Font (2007, p. 72) reconhece a existência da cidade compacta e da dispersa, preocupando-se em não colocá-las em oposição e reconhecer que os processos que as geram estão intrinsecamente associados.

¹⁰ Afirmando que: “A cidade expande seus limites, deixando, porém, no seu interior, quantidade de terrenos vazios”, Santos (1990, p. 25) trata dos “vazios urbanos” na cidade de São Paulo, sem chegar a dar conteúdo conceitual mais preciso à expressão. Alvarez (1994) em sua dissertação de mestrado adota a mesma expressão e a reserva para tratar de áreas urbanas não parceladas que se encontram nos interstícios do tecido urbano. O adjetivo “vazio” parece-me uma metáfora sugestiva, uma vez que, do ponto de vista urbano, esses espaços ainda não tem uso efetivo, bem como já não o tem, do ponto de vista rural. No entanto, face aos interesses fundiários e a práticas especulativas, eles permanecem aguardando o melhor momento para o parcelamento e lançamento no mercado imobiliário.

¹¹ Font (2007, p. 65) faz referência às preferências individuais num marco de individualismo crescente, à mobilidade oferecida pelo automóvel e à aspiração a habitar com a natureza, como causas da dispersão urbana.

Esses fatos induzem ao tratamento da expansão rápida dos tecidos urbanos, acompanhada de intensa aglomeração urbana, a partir da ideia de novos arranjos espaciais que incluem preocupação cultural, patrimonial e ambiental (AMBROSINO e ANDRES, 2008, p. 38).

No caso brasileiro, os arranjos não são os mesmos. As lógicas de expansão dos tecidos urbanos, marcadas pela constituição da descontinuidade territorial, no que se refere à “cidade contínua” responde, com grande intensidade, aos interesses dos proprietários de terras, dos incorporadores e dos corretores, sem que tenham peso importante as preocupações de natureza ambiental, patrimonial e cultural.

Observa-se produção de novos lotes e de construção de novos imóveis, sempre mais distantes da “cidade contínua”, em ritmos mais acentuados do que os observados na evolução do crescimento demográfico e na relativa à demanda solvável, gerando quatro movimentos, que se articulam entre si, atualmente: a) aumento do estoque de terras loteadas como urbanas, não ocupadas, já que a expansão territorial é maior que o crescimento demográfico; b) aumento dos preços dos imóveis, tanto porque a expansão territorial em descontínuo valoriza os imóveis, que estão relativamente mais próximos das áreas melhor equipadas das cidades, quanto pelo fato de que os novos imóveis agregam novos produtos e se tornam comparativamente “melhores”; c) imóveis de médio e alto padrão tendem a ser vendidos para pessoas que já eram proprietárias de imóveis, em função dessa diferença de “qualidade” oferecida e não mais, como ocorria anteriormente, quando eram adquiridos por quem não era proprietário ainda; d) ampliação do contingente de pessoas que estão fora das possibilidades de solucionar o problema habitacional no âmbito do mercado¹².

Esses movimentos têm relação direta não apenas com os interesses fundiários e imobiliários que orientam as lógicas de produção do espaço urbano, mas também com mudanças na composição e distribuição espacial da população, tanto quanto nos perfis e hábitos de consumo da sociedade. Nos anos de 1960 e 1970, observamos altas taxas de urbanização, que expressavam crescimento

¹² Esses quatro movimentos são tendências e não estão, necessariamente, presentes em todas as cidades ao mesmo tempo e/ou com a mesma intensidade. Em grandes metrópoles, por exemplo, a tendência à ampliação do estoque de terras não se confirma e, em contrapartida, observa-se aumento do número de pessoas que não conseguem ter acesso à moradia, de forma adequada.

vegetativo elevado e passagem de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade.

Na década de 1970 a 1980, tomando este período como uma referência, a população brasileira cresceu à taxa de 2,48% ao ano, tendo a urbana se elevado ao ritmo de 4,44% ao ano, enquanto a rural conheceu decréscimo de 0,61%, no mesmo interregno. No período intercensitário de 1991 a 2000, a população total cresceu a um ritmo de 1,63% a.a., observando-se, no que se refere à urbana, a taxa de 2,44% a.a. e à rural de -1,30% a.a. (BAENINGER, 2003, p. 277).

O rápido crescimento da população urbana determinou, o que foi caracterizado como “*déficit* habitacional”, ou seja, resultante de um descompasso, sobretudo nas maiores cidades, de aumento da oferta de imóveis, para atender o crescimento da demanda. Sabemos que esse *déficit* decorre, de fato, da diferença entre o total da demanda por imóveis e o tamanho da demanda solvável, ou seja, aquela que é capaz de adquirir os imóveis nos preços que se encontram no mercado, precisando ou não de financiamentos subsidiados pelo Estado. Não fosse o patamar inferior da demanda solvável em relação ao total da demanda, com certeza, o setor imobiliário produziria um estoque maior para atender a ela.

Esses movimentos geram múltiplas combinações que são aproveitadas pelos agentes de produção do espaço urbano, conforme os contextos se constituem. Havendo uma retração do tamanho do mercado, relativa e comparativamente a período anterior, esses agentes procuram criar novas demandas, oferecendo imóveis aos quais se agregam novas qualidades de modo a poder atrair adquirentes que já são proprietários de outros imóveis, como já destaquei.

A lógica é, assim, a da sucessão de lançamentos imobiliários, de modo a gerar a substituição de um produto imobiliário pelo outro. A transitoriedade, a que me referi ao tratar das áreas em que há implantação de loteamentos, nos arrabaldes da cidade, realiza-se também na construção de imóveis de diferentes padrões com diferentes atributos em todo o espaço urbano.

EXTENSÃO E INTENSIDADE

Aprender as múltiplas combinações entre quantidade e qualidade de fenômenos, dinâmicas e processos, tem me parecido essencial para compreender como as mudanças ocorrem em diferentes cidades.

Na secção anterior, tratei, sucintamente, das estratégias dos agentes de produção fundiária e imobiliária. Volto a eles, para destacar, agora, a natureza das

decisões e dos atos que eles realizam. Em décadas passadas, grande parte do espaço urbano decorria da soma de pequenas iniciativas individuais: pequenos empreiteiros, pequenas construtoras ou proprietários de lotes, cuidando de edificar seus imóveis. Essa produção agora se realiza em escalas mais amplas, tanto do ponto de vista econômico, porque houve concentração de capitais no setor, quanto do ponto de vista espacial, porque iniciativa privada e poder público atuam acentuando as diferenças socioespaciais e elaborando mega projetos que visam a produzir ou reabilitar parcelas mais significativas do espaço urbano.

A atuação baseada na elaboração de projetos de loteamentos ou edificações que compõem megaprojetos de intervenção urbana acentuam a tendência de produção do espaço urbano, segundo lógica de estruturação que articula, de modo paradoxal, vazios urbanos com áreas densamente edificadas e ocupadas. No caso destas últimas, observa-se essa tendência tanto na periferia mal dotada de meios de consumo coletivo (infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos), como, sobretudo, nas áreas em que os interesses de ampliar as rendas fundiárias e as taxas de lucro promovem a verticalização e/ou a ocupação intensiva, mesmo que horizontal.

Essas ações não podem ser mais analisadas do mesmo modo, tanto porque não se trata mais da somatória de múltiplas iniciativas individuais ou de pequenos grupos que se somam, articulam-se e se sobrepõem no decorrer do tempo; são, em muitos casos, ações de grupos e consórcios de maior peso político e econômico, que se organizam, de modo planejado, combinando e atendendo a interesses fundiários, industriais, imobiliários e financeiros, como têm demonstrado, em relação às metrópoles, a partir de vários pontos de vista, as pesquisas realizadas e orientadas por Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Seabra, Amélia Damiani e Margarida Maria de Andrade¹³, da Universidade de São Paulo.

As novas combinações entre quantidade e qualidade precisam ser avaliadas para se compreender como novas lógicas entre extensão e intensidade se realizam.

Essa combinação, que chamei de paradoxal, entre extensão do tecido urbano, gerando descontinuidades territoriais e vazios urbanos, e adensamento de

¹³ Na impossibilidade de fazer, neste momento, um levantamento exaustivo das referências bibliográficas, indico os nomes das pesquisadoras, cuja produção e orientação científica poderá ser acessada, pelo leitor interessado, em seus respectivos Currículos Lattes.

parcelas do espaço urbano não é recente, mas se amplia e passa a predominar sobre outras lógicas de produção do espaço urbano que com ela convivem, de modo contraditório e combinado.

Essa dinâmica, insisto, só pode ser entendida num contexto em que as taxas de crescimento da demanda solvável voltada ao consumo do primeiro imóvel, quando se trata do uso residencial do espaço urbano, não ocorre no mesmo ritmo das décadas de 1960 e 1970.

No entanto, outros fatores se agregaram. Do ponto de vista dos capitais que operam no setor da produção imobiliária, houve tendência à concentração econômica e, quando ela não ocorreu, consórcios e alianças entre empresas ou entre essas e o poder público geram capitais mais agressivos do ponto de vista das operações urbanas que vêm se realizando. Do ponto de vista da qualificação dos produtos imobiliários que vêm sendo colocados no mercado, além das novas características físicas dos imóveis (aumento do número de banheiros e de garagens, ou ampliação da área de lazer de empreendimentos imobiliários, por exemplo), há os novos valores associados aos ideais de segurança, melhor qualidade ambiental e de vida.

Tais dinâmicas sobrevalorizam o preço da terra urbana, quando a situação geográfica e a edificação que a ela se incorpora favorecem o efetivo acesso aos novos valores, reforçando-se a tendência à composição de um tecido urbano disperso.

O grande desafio é observar que essa tendência, ao se realizar em cidades de diferentes portes e diferentes importâncias do ponto de vista urbano, promovem alterações maiores ou menores nas formas de acesso à propriedade, pensando-se no plano econômico, e de direito à apropriação, no plano político e social, sem querer separar esses planos, inexoravelmente articulados entre si numa economia de mercado, em que não apenas parcelas do espaço, mas a própria cidade, como destacou Ana Fani Alessandri Carlos na conferência de abertura¹⁴, tornou-se mercadoria.

Nas cidades médias, por exemplo, os custos de extensão do tecido urbano são menores, tantos os socializados, relativos aos meios de consumo coletivo e aos custos sociais da urbanização, como os individuais, relativos aos desloca-

¹⁴ Trata-se da conferência de abertura do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, realizado em Brasília, no qual as ideias deste texto foram expostas.

mentos intraurbanos, preço da habitação e de outros bens e serviços urbanos. Assim, são menores os custos de se viver mais distante das áreas centrais ou da “cidade contínua”.

Desse ponto de vista, a combinação entre quantidade e qualidade das mudanças ocorridas e vividas nos espaços urbanos, dá-se de modo diferente, pelo menos em dois níveis.

Um primeiro refere-se à tendência à diferenciação socioespacial. Diferenciação, porque não me refiro apenas à quantidade, mas também à qualidade das mudanças, por isso não se trata apenas de desigualdades socioespaciais. Tal diferenciação inclui, nos pactos sociais que a engendram no período atual, os segmentos sociais de médio poder aquisitivo, nos mesmos espaços de vida e de consumo dos mais ricos, quando observamos espaços não metropolitanos, enquanto nas metrópoles, isso não é necessariamente verdadeiro.

Um segundo nível pode ser apreendido quando as diferenças, do ponto de vista da extensão e a intensidade das alterações, bem como de seus rebatimentos nas práticas socioespaciais, podem também ser sentidas na perspectiva da extensão dos tecidos urbanos, porque a relação entre o longe e o perto se estabelece de modo diverso quando uma aglomeração tem dez milhões de habitantes e uma cidade tem 200 mil habitantes.

Secchi (2007, p. 133) trata do longe e do perto, a partir de outra perspectiva que amplia a reflexão:

A passagem de cada forma da cidade a outra é assinalada pela mudança, inevitavelmente lenta e dificultosa, dada a inércia física da cidade, da idéia e da prática da justa distância: tanto métrica, quanto visual e simbólica; entre indivíduos, grupos, atividades, práticas, edifícios e lugares, entre mil dificuldades, alguma coisa de contínuo se afasta e se despede e outra se aproxima e se concentra, em uma perene oscilação de distâncias.

Os agentes de produção do espaço urbano ao promoverem a extensão do tecido urbano e a descontinuidade territorial agem relativizando as noções de perto e longe elaboradas numa dada formação socioespacial¹⁵, reformulando-

¹⁵ A história urbana de cada formação socioespacial faz toda diferença na composição, no plano das representações sociais, do que é longe e do que é perto. Essa diferença acentua-se mais ainda, conforme a proporção da população que tem acesso ao transporte individual, bem como a qualidade do transporte coletivo tem seu papel. Assim, é fácil perceber as diferenças entre as noções de perto e longe elaboradas por um cidadão europeu, um norte-americano e um africano subsaariano, por exemplo.

as, sobretudo no plano subjetivo, mesmo que, no objetivo, as condições materiais de circulação (vias e meios de transporte individuais e coletivos) não tenham se alterado significativamente.

A análise das qualidades extenso e intenso, parece-me fundamental para não nos atermos à expressão quantitativa ou formal dos processos espaciais. Embora as formas espaciais, mais extensas, mais dispersas ou descontínuas territorialmente, assemelhem-se muito, entre si, quando comparamos cidades de diferentes portes, do ponto de vista dos seus conteúdos há distinções marcantes, em pelo menos dois planos:

O primeiro seria o da variedade ou multiplicidade de usos de solo que compõem as áreas de expansão do tecido urbano. Observa-se a composição da periferia ou de periferias, já que essa noção perdeu sua singularidade, à medida que se ampliam os interesses fundiários e imobiliários nas áreas mais afastadas. Quando a analisamos em metrópoles e grandes cidades, verificamos a presença, nesses espaços, de áreas residenciais fechadas (loteamentos ou condomínios), centros de eventos e negócios, *shopping centers*, incluso os temáticos, áreas industriais e centros de atividades (feiras, eventos, etc). Quando tratamos das áreas urbanas não metropolitanas, os usos são menos diversos, porque os residenciais não são os exclusivos, mas são os predominantes; outros usos como os relativos aos *shopping centers* e centros de atividades podem ocorrer em função do grau de centralidade interurbana maior ou menor que a cidade possa exercer.

O segundo plano seria o das escalas que a dispersão do tecido urbano exige que sejam consideradas, do ponto de vista teórico e metodológico. Esse aspecto é importante, tanto porque as distâncias resultantes da extensão do tecido urbano, na escala da cidade, distinguem-se conforme o porte delas, quanto porque seu nível de centralidade, na escala interurbana, promoverá maior ou menor articulação escalar. Se essa articulação for maior, a reformulação do local, à luz do que está mais distante, é mais intensa.

A abordagem escalar, na perspectiva geográfica e não estritamente cartográfica, tem se tornado, então, fundamental para as análises, uma vez que o movimento se torna, mais do que nunca, elemento estruturador do espaço, tendo em vista a tendência de formas urbanas cada vez mais espraiadas. Para Lévy (2005, p. 43, tradução nossa), “[...] é uma mudança total de escala, o crescimento da forma urbana exige um nível de intervenção mais ampla para

(re)analisar sua estrutura e (re)organizar sua coerência global”¹⁶. A relevância dessa abordagem é mais significativa, porque a ampliação dos tecidos urbanos nos possibilita reconhecer deslocamentos cotidianos, como sempre se verificou nas cidades, combinados com deslocamentos que são frequentes e de natureza urbana, sem que ocorram diariamente, o que nos leva ao tema que trato na seção seguinte.

MOBILIDADE E IMOBILIDADE NA CIDADE

Os níveis de mobilidade dos cidadãos variam, segundo a posição relativa de suas residências na cidade, tomando-se como referência as localizações de outras atividades que eles efetuam para se realizarem socialmente. Além disso, a mobilidade varia segundo a capacidade dos cidadãos de se deslocarem no espaço, que implica em sua situação socioeconômica, seus meios de transporte e seu tempo disponível na jornada diária ou semanal. Trata-se de uma divisão social e econômica do espaço, que só pode ser compreendida na sua relação com a divisão social do trabalho. Não se resume, assim, a um quadro de determinações socioeconômicas, mas só pode ser compreendida no plano socioespacial.

A partir dessa perspectiva, esses aspectos não podem ser considerados, apenas no plano individual, mas precisam ser observados no plano coletivo, inclusive porque o direito à cidade não depende somente dos meios de consumo individual, mas em muito dos meios de consumo coletivo. Assim, por exemplo, não basta ter recursos para adquirir um automóvel, mas é preciso ter sistema viário compatível com a demanda gerada pela circulação dos veículos. Do mesmo modo, não é suficiente ter capacidade econômica para adquirir ou locar imóvel de alto padrão, porque a qualidade de vida ou o *status* social que ele propiciará depende, em muito, de sua situação geográfica e, portanto, da acessibilidade que dada localização oferece ao conjunto das infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos.

A extensão da cidade, desse ponto de vista, coloca problemáticas diferentes, quando se comparam, metrópoles em diferentes formações socioespaciais, bem como quando se cotejam as condições de vida urbana em cidades de diferentes importâncias e tamanhos na mesma formação socioespacial.

¹⁶ “...c’est un changement total d’échelle, la croissance de la forme urbaine exigeant un niveau d’intervention plus large pour (re)traiter sa structure et (re)organiser sa cohérence globale”.

No caso brasileiro, a hipervalorização do transporte automotivo individual, reforçada pela insuficiência dos transportes coletivos, gera uma circulação ineficaz, inclusive porque o sistema viário não comporta o volume de tráfego efetivo.

Evidentemente, isso não tem rebatimentos de mesma intensidade para todas as classes sociais e o espraiamento da cidade amplia as desigualdades, quando se trata da relação entre mobilidade e imobilidade, ou melhor, dos diferentes graus de mobilidade, quantidade e qualidade dos deslocamentos, bem como da possibilidade maior ou menor de mobilidade, porque a imobilidade absoluta só ocorre em situações limite.

Vasconcellos (2000, p. 43 e segs.) faz referência à “iniquidade de acessibilidade”, chamando atenção para o fato de que o uso efetivo do espaço destinado à circulação urbana é marcado por diferenças extremas entre as classes e os grupos sociais, detalhando a análise e destacando múltiplas iniquidades: – a do tempo de acesso, – a da velocidade, – a do conforto, – a da confiabilidade, – a do uso do espaço e – a ambiental.

Assim, o espraiamento da cidade exige maior mobilidade urbana¹⁷ e vem acrescentar, de um lado, as facilidades e, de outro, as dificuldades para os deslocamentos interurbanos de menor escala, que podem se efetuar no âmbito de aglomerações metropolitanas ou não metropolitanas, ou em espaços metapolitanos, como conceituados por Ascher (1995), para ampliar ainda mais a escala desses deslocamentos.

Se, para alguns, é mais difícil se deslocar, ou se esses deslocamentos deixam não apenas de ser cotidianos, mas também frequentes, temos qualidades essenciais da cidade também se alterando, a partir dessas novas formas urbanas, porque o conteúdo do que é público e do que é central se transforma e, em certa medida, modificam-se os níveis de constituição e determinação da cidade e do urbano.

Essa perspectiva combina-se com a anterior, porque:

[...] o valor dos espaços urbanos não se reduz ao que eles oferecem em termos de concentração, centralidade e densidade. Para apreender sua complexidade, é preciso, ao contrário, compreender a cidade como um conjunto de lugares

¹⁷ Tenho procurado evitar o uso do adjetivo intraurbano para fazer referência a dinâmicas ou processos ocorridos no espaço urbano, em função da interpenetração entre espaços urbanos e rurais, da dispersão dos tecidos urbanos e dos complexos processos de aglomeração urbana, sem necessária continuidade territorial, fatos esses que impedem o reconhecimento claro do que seria o intraurbano.

dotados de sentido procurando unidade numa integração que escapa ao que é somente econômico. Esta integração articula espaços e temporalidades, a partir dos quais as formas encontram sua pertinência nas trajetórias e tensões entre o móvel e o imóvel (PELLEGRINO, 2005, p. 16, tradução nossa).¹⁸

À medida que a cidade se torna mais extensa, os graus maiores ou menores de mobilidade geram redefinição dos conteúdos do que é central, bem como do que é público e do que é privado, porque:

As recomposições da organização urbana e as mudanças dos componentes da estrutura espacial contemporânea têm impactos sobre a forma das práticas urbanas. [...] Quando a acumulação do produto dos fluxos ultrapassa sua capacidade de absorção, os dispositivos espaciais são submetidos a mudanças que demandam redistribuições e recomposições de espaços públicos e privados. As consequências e as mudanças da estrutura sobre a imagem a diferenciação e da distribuição social, sobre as figuras da proximidade e da densidade das relações urbanas, modificam o sentido e a orientação das trocas na organização urbana, as formas de encontro e de ‘evitamento’ dos ‘atores’ sociais (PELEGRINO, 2005, p. 20-21)¹⁹.

Não se trata, aqui, simplesmente de mudanças, mas de transformações que são agravadas, no caso brasileiro, pela falta de legislação (porque ela não existe ou porque ela não é fiscalizada ou legitimada), quando estamos estudando espaços que estão aquém ou além do perímetro urbano. Fazemos referência tanto à explosão dos loteamentos fechados que gozam socialmente dos privilégios de áreas condominiais, como da proliferação de formas de assentamento urbano, de diferentes padrões, em terras que são juridicamente rurais.

Em ambos os casos o preceito federal de definição de terras públicas em processos de parcelamento urbano não é respeitado.

¹⁸ “... la valeur des espaces urbains me se réduit pas à ce qui’ils offrent dans leur force de concentration, de centralité et de densité. Pour la saisir dans sa complexité, is faut au contraire comprendre le ville comme un ensemble de lieux dotés de sens trouvent leur unité dans une intégration qui échappe aux seuls modèles économiques. Cette intégration articule des espaces et des temporalités dont les formes trouvent leur pertinence dans des trajetoires et des tensions entre le mobile et l’immobile“.

¹⁹ “Les recompositions de l’organisation urbaine et les déplacements des composants de la structure spatiale contemporaine ont des impacts sur la forme des pratiques de la ville. [...] Lorsque l’accumulation du produit des flux dépasse leur capacité d’absorption les dispositifs spatiaux sont soumis à des mutations qui demandent des redistributions et recompositions des espaces publics et privés. Les conséquences de ces changements de structure sur l’image de la différenciation sociale, sur les figures de la proximité et de la densité des relations urbaines, modifient le sens et l’orientation des échanges dans l’organisation urbaine, les formes de la recontre et de l’évitement des acteurs sociaux “.

O que há de novo? A conformação de espaços de uso coletivo, cujo caráter público não se realiza. A constituição de centralidades para diferentes segmentos sociais o que nos possibilita ir além da ideia de multicentralidade para falar da policentralidade, não apenas no sentido dado por Lefebvre (1999), mas mesmo num sentido mais restrito que se refere à escala da cidade.

DESCONTINUIDADES DA CIDADE, DESCONTINUIDADES URBANAS

A prevalência da constituição de tecidos urbanos descontínuos pode ser avaliada como uma ruptura no longo processo de urbanização uma vez, que desde a Antiguidade, as cidades caracterizavam-se por nível considerável de unidade espacial, como já venho destacando. Aceitando-se essa tese, teríamos um antes e um depois, reconhecendo a urbanização que se delineou até meados da segunda metade do século XX e a que tem se caracterizado pelas mudanças recentes nas formas de assentamento, observadas nos últimos 30 anos, sobretudo, em países ocidentais (SPOSITO, 2009).

Também procurei mostrar que a extensão do tecido urbano e seu espraio, analisado pelo seu caráter de dispersão, difusão ou descontinuidade territorial, coloca em debate a distinção que se podia estabelecer de modo mais claro entre o que se considera campo e o que se considera cidade.

Quando tratamos da cidade e do campo, a dimensão topológica das mudanças se sobreleva, diferentemente de quando nos referimos ao urbano e ao rural. Para Font (2007, p. 63, grifo do autor), a dispersão é “[...] um conceito de natureza topológica, diz respeito às relações das distâncias entre as coisas, mais do que um fenômeno de difusão”, razão pela qual a urbanização contemporânea, interpela-nos, como pesquisadores, sobre como reconhecer os limites entre a cidade e o campo, no período atual, em que a dispersão dos tecidos urbanos torna pouco reconhecível a distinção entre esses dois espaços que, do ponto de vista dos papéis que desempenham e dos níveis de densidade ocupacional, historicamente, são diferentes entre si.

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, desde a fase da acumulação primitiva, vem promovendo a intensificação das relações entre o urbano e o rural, acompanhada, no período contemporâneo, por articulações mais avançadas entre essas duas dimensões de realização da vida social, porque é notável a interpenetração entre papéis e espaços urbanos e rurais. Isso significa

que há ampliação dos valores, práticas e formas de uso do tempo relacionadas ao espaço urbano, sobre a vida e os valores, até então, reconhecidos como rurais. O movimento oposto, ainda que não prevalente, também pode ser notado, ou seja, também há valores e práticas rurais que se expressam no espaço urbano, ainda que cenarizados e intermediados pelos interesses de mercado.

Tomando-se a perspectiva dos papéis, dos valores e das práticas socioespaciais, o conceito de urbanização difusa parece-me mais adequado, como a afirmação já transcrita de Font sugere. Ele nos possibilita analisar a atual divisão social e territorial do trabalho, mais especializadas e segmentadas, tanto quanto menos claras e mais articuladas entre si. Tais articulações, torno a frisar, estabelecem-se em múltiplas escalas o que torna o processo mais complexo.

Também tentei ressaltar a interpenetração paisagística entre espaços urbanos e espaços rurais, ou nossa dificuldade de distinguir, como paisagens diversas, a cidade e o campo. Esses fatos expressam mudanças significativas no conteúdo do que se poderia denominar de espaços periurbanos ou franjas urbanas.

Não temos mais a lenta transformação de usos de solo e paisagens rurais, para usos de solo e paisagens urbanas que caracterizou a expansão territorial das cidades europeias, por exemplo, no decorrer da passagem do modo feudal para o modo capitalista de produção. Tampouco, trata-se do mesmo conjunto de dinâmicas que orientou os processos de suburbanização na América Anglo-Saxônica, de modo mais intenso no século XX, ou mesmo não estamos diante da fenomenal expansão dos tecidos urbanos observada nas cidades latinoamericanas, a partir de suas dinâmicas de periferização, sobretudo na segunda metade do século XX.

O que estaria em torno dos arrebaldes da cidade é difícil de ser caracterizado, a partir de elementos que comporiam alguma totalidade no plano do pensamento, como a “cidade contínua” poderia nos permitir reconhecer.

Duas qualidades essenciais da cidade, a partir desse recorte, alteram-se: a concentração e a unidade espacial, uma vez que a descontinuidade dos tecidos urbanos compõe novas formas espaciais que redefinem as relações entre extensão e intensidade, gerando níveis de densidade não apenas menores, tomando-se a escala da cidade, mas diversos, tomando-se seus microespaços. Qualifica-se e quantifica-se, assim, a descontinuidade da cidade.

Quando esse ponto emergiu como importante para a análise que estou apresentando, a distinção feita por Secchi (2007, p.117) pareceu-me ainda mais significativa:

Multiplicidade e unidade não são porém termos sinônimos de concentração e dispersão. Estes dois últimos situam-se em um nível mais próximo da experiência comum e cotidiana e talvez por esse motivo constróem, ao longo de todo o século [referindo-se ao século XX)] uma forte oposição.

Evidentemente que, se comparamos o espaço urbano aos espaços rurais, mesmo incluindo no primeiro bloco os perirurbanos, a diferença entre concentração e extensão ainda é marcante, mas se comparamos as cidades atuais com elas mesmas, no decorrer do tempo, ou as metrópoles de hoje com as metrópoles do começo do século XX, as descontinuidades temporais nos possibilitam tratar as descontinuidades urbanas, porque a longa duração nos favorece compreender o escopo dessas transformações. Elas são, no geral, mais difíceis de serem percebidas, porque nos exigem, de um lado, trabalhar no plano da abstração e chegar à conceituação²⁰ e, de outro, requerem certo distanciamento no tempo, que a experiência de uma vida não alcança, razão pela qual, no caso da descontinuidade urbana, inicia-se a análise no plano da abstração, para chegar à conceituação, sem ter a oportunidade de conhecer, no plano empírico, o objeto sobre o qual nos debruçamos.

Para fechar esse texto sem, contudo, concluir a análise e o debate, reforço a importância de tratar articuladamente espaço e tempo, ainda que reconheça que as descontinuidades da cidade sejam mais atinentes ao espaço e as descontinuidades urbanas exijam a perspectiva temporal para serem desenvolvidas, no plano da análise. Dando relevância ao tempo e não apenas às formas urbanas, para perceber as mudanças urbanas mais recentes, Secchi (2007, p. 118) ressalta: “O que está acontecendo é a emergência do cotidiano, da dimensão corporal e temporal da cidade...”. O autor dá destaque à tendência ao individualismo como uma das chaves explicativas dessas transformações.

Elas são tanto maiores, quanto nos voltamos a perceber que a unidade espacial e a concentração prejudicadas pela descontinuidade da cidade (plano objetivo e material) dificultam uma apreensão e representação social de totalidade, que só reforça, no plano subjetivo, a descontinuidade urbana, porque os sentimentos de pertencimento espacial e responsabilidade pública sobre o espaço urbano fragmentam-se, à medida que o espraiamento da cidade produz essa nova divisão social do espaço.

²⁰ Tratar das descontinuidades da cidade também nos apresenta esse desafio, mas perceber as descontinuidades da cidade, ou seja, as descontinuidades do tecido urbano é algo mais simples, do que perceber as descontinuidades urbanas, razão pela qual se faz necessário esse destaque.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Ricardo. *Os vazios urbanos e o processo de produção da cidade*. 1994. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- AMBROSINO, Charles, ANDRES, Laurent. Fiches em ville: du temps de veille aux politiques de l'espace. *Espaces et sociétés*. Paris, n.134, 2008. p. 37-51.
- AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna*. Madri: Ediciones Celeste, 2000.
- ASCHER, François. *Metápolis*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- _____. *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: Éditions de l'Aube, 2001.
- _____. *La société hypermoderne*. Paris: Éditions de l'Aube, 2005.
- BAENINGER, Rosana. “Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes”. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antônio, GALVÃO, Antônio Carlos (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003. p. 272-288.
- BAUER, Gerard, ROUX, Jean Michel. *La rururbanisation ou la ville éparpillée*. Paris: Seuil. 1976.
- CASTELLS, Manuel. *The informational city: informations technology, economic, restructuring and urban-regional process*. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.
- _____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. HALL, Peter. *Les tecnópolis del mundo*. La formación de los complejos industriales del siglo XXI. Madri: Alianza Editorial, 1994.
- CHARRIER, Jean-Bernard. *Citadins et ruraux*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1970.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: Monclús, Francisco Javier. (ed.), *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998, disponível em <http://www.etsav.upc.es/personals/monclus/cursos2002/dematteis.htm>, acesso em 01/07/2003.
- DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e democracia*. 30 anos de transformação urbana em Portugal. Lisboa: Argu-mentum, 2006. p. 337-347.
- _____. “Urbanização difusa em Portugal”. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 215-243.
- FONT, Antonio. Dispersão e difusão na região metropolitana de Barcelona. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 61-73.
- GAMA, António. Urbanização difusa e territorialidade local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Girona, n. 34, p. 161-172, fev. 1992.
- GARREAU, Joel. *Edge city: Life on the new frontier*. Nova York: Doubleday, 1991.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. Campinas: Papirus, 1994.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993 [1985].
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002 [1988].

- INDOVINA, Francesco. La città diffusa. Che cos'è e come si governa. *Lettura 6.1* (Position Paper), Veneza, p. 124-131, 1997.
- LANGENBUCH, Juergen R. Depoimento. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, ano XVII, n. 42, p. 85-91, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LÉVY, Albert. Formes urbaines et significations: revisiter la morphologie urbaine. In : *Espaces et Sociétés*. Paris, n. 122, p. 25-48, 2005.
- MARTINS, José de Souza. Depoimento. *Espaço & Debates*. São Paulo: NERU, ano XVII, n. 42, p. 75-84, 2001.
- MONCLÚS, Francisco Javier. “Suburbanización y nuevas periferias. Perspectivas geográfico-urbanísticas”. In: MONCLÚS, Francisco Javier (org.) *La ciudad dispersa*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998. p. 143-167.
- _____. Ciudad dispersa y ciudad compacta. Perspectivas urbanísticas sobre las ciudades mediterráneas. *D'Humanitats*, Girona, n. 7, p. 95-110, 1999.
- PELEGRINO, Pierre. Éditorial. *Espaces et Sociétés*. Paris, n. 122, p. 15-24, 2005.
- PORTAS, Nuno. “Uma história, algumas hipóteses de trabalho e reflexão”. In: REIS Filho, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 49-58.
- REIS Filho, Nestor Goulart. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2006.
- _____. “Sobre a dispersão urbana em São Paulo”. In: REIS Filho, Nestor Goulart; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (org.). *Dispersão urbana. Diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: FAU/USP, 2007. p. 35-47.
- _____. (Org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009.
- REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (org.). *Brasil: estudos sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2007.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Vida nas cidades: expectativas urbanas*. Rio de Janeiro, Record: 1996.
- SECCHI, Bernardo. *La città del ventesimo secolo*. Roma: Laterza, 2005.
- _____. “Cidade contemporânea e seu projeto”. In: REIS Filho, Nestor Goulart (org.). *Dispersão urbana: diálogo sobre pesquisas Brasil – Europa*. São Paulo: LAP – Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2007. p. 111-139.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCOTT, Allen, AGNEW, John, SOJA, Edward, STOPER, Michael. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. “A questão cidade – campo: perspectivas a partir da cidade”. In: _____. (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

_____. “Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana”. In: _____ (org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas In: REIS, Nestor Goulart (org.). *Sobre a dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAUUSP, 2009. p. 35-54.

SOJA, Edward W. Algunas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *CADERNOS IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago./dez., 2006.

_____. *Postmetrópolis: estudios críticos sobre las ciudades y las regiones*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2008 [2000].

VASCONCELLOS, Eduardo. *Transporte urbano nos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Anna-blume, 2000.

VIALA, Laurent. Contre le déterminisme de la forme urbaine: une approche totale de la ‘forme da la ville’. In : *Espaces et sociétés*. Paris, n. 122, p. 99-114, 2005.

Recebido em: 15/03/2010

Aceito em: 10/05/2010

INOVAÇÕES ESPACIAIS URBANAS – ALGUMAS REFLEXÕES

ROBERTO LOBATO CORRÊA

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do CNPq
lobatocorrea@uol.com.br

RESUMO

O texto discute algumas relações entre inovações e formas espaciais urbanas. As inovações, uma noção relativa, nem sempre produzem novas formas, mas refuncionalizam antigas formas. No entanto, também as cria. O aparecimento de setores seletivos, dotados de amenidades e apropriados pela classe média alta e pela elite é uma inovação relativamente antiga em sua origem, mas nova em inúmeras cidades brasileiras. Condomínios exclusivos, *shopping centers* e vias expressas são a tríade destes espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Inovações. Formas Espaciais Urbanas. Condomínios Exclusivos. *Shopping Centers*. Vias Expressas.

URBAN SPATIAL INNOVATIONS: REFLECTIONS

ABSTRACT

This paper aims at discussing some relations between innovations and urban spatial forms. Innovations – which is a relative concept – not always produce new forms, but they can give new functions to old forms. However, they also create those forms. The emergence of selective sectors, endowed with amenities and appropriated by high middle class and the elites is a relatively old innovation in its origin, although new in many Brazilian cities. Exclusive condominiums, malls and motorways are the tripod of such spaces.

KEY WORDS: Innovations. Urban Spatial Forms. Exclusive Condominiums. Malls. Motorways.

Este texto apresenta algumas breves reflexões sobre inovações espaciais e o urbano no capitalismo atual. Inovações espaciais constituem, tanto os objetos fixos criados pelo homem, como os deslocamentos em geral, os fluxos, que são novos ou considerados novos em um dado contexto espacial. Os novos fixos e fluxos, assim como os antigos, apresentam uma espacialidade que define e é definida por espaços absolutos, relativos e relacionais, sendo simultaneamente responsáveis pelo contínuo processo de diferenciação espacial, uma das bases da existência e reprodução da sociedade de classes. Os novos fixos e fluxos reportam-se a processos que ocorrem em um presente de certa espessura, sendo partes integrantes desse presente e do futuro imediato. Constituem as inovações espaciais meios para a análise da sociedade e de seu movimento.

Neste texto nos limitaremos a algumas poucas e breves reflexões sobre as inovações espaciais, privilegiando as formas espaciais, isto é, os novos fixos. O texto inicia-se discutindo as relações entre inovações, espaço e capitalismo, seguindo-se a discussão sobre a difusão como veículo de criação de novas formas espaciais. A refuncionalização que conecta o antigo ao novo é a seguir abordada. Finalmente, um tipo específico de forma espacial nova é abordado. Ressalte-se que as reflexões que se seguem são preliminares e necessitam de aprofundamento.

INOVAÇÕES, ESPAÇO E CAPITALISMO

As inovações constituem um dos meios pelos quais o capitalismo garante condições de sua própria existência e reprodução. As inovações tornam-se contínuas, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Estratégias envolvendo a “destruição criadora” e a “obsolescência programada” são correntes e cada vez mais efetivadas com menores intervalos de tempo. O produto da inovação, o novo, é considerado como sinônimo de progresso e bem-estar, tornando-se, graças à massiva publicidade, o mais importante e genérico objeto de consumo. Por seu intermédio, a acumulação de capital estabelece uma de suas bases de continuidade.

O novo está presente nos bens de consumo de massa e naqueles que conferem distinção social. Automóveis, aparelhos eletro-eletrônicos, cada vez mais variados, sofisticados e eficientes, roupas e móveis, são exemplos de bens que têm sido submetidos às inovações. Também inúmeros serviços, inventados nos últimos 150 anos, estão submetidos ao processo de inovação. Isto para não falar nas inovações vinculadas diretamente à produção agrícola e industrial.

As inovações, contudo, não se limitam às máquinas, televisões e serviços, ou ainda às construções de imóveis, mas também ao espaço social, tanto na escala da rede urbana como na do espaço intra-urbano. O novo se faz presente também nas formas espaciais, os fixos, isto é, as formas espaciais *de per se* e ao seu arranjo no espaço, assim como nos fluxos, interações espaciais que conectam os fixos, sejam fluxos visíveis ou não: a superação do espaço pelo tempo constitui-se enfaticamente em uma das motivações geradoras de inovações. A máquina a vapor, o telégrafo e o aço, entre outros, iniciaram um processo contínuo, ainda que com ritmos variáveis, de transformação do espaço social, a exemplo da redivisão territorial do trabalho, da articulação espacial em diversas escalas e das paisagens agrárias e urbanas.

As transformações do espaço social decorrem também de inovações sociais como a formação de classes sociais e sua fragmentação, as quais são, como sempre, marcadas por relações de dominação-subordinação. O espaço social, que se renova continuamente, deriva também de inovações sociais, que reestruturam continuamente a sociedade.

O próprio espaço, dotado de atributos locacionais em contínua ressignificação, é incorporado à difusão de inovações, tornando-se novo em alguns lugares e velhos em outros. Por meio da propriedade privada é submetido a práticas espaciais como seletividade, esterilização, antecipação e marginalização, que visam à sua valorização diferenciada, na qual o novo e o velho estão presentes em setores distintos. O novo espaço, valorizado, constitui-se, ainda que não exclusivamente, em local para novas formas espaciais abrigoando novas funções.

FORMAS ESPACIAIS E DIFUSÃO DE INOVAÇÕES

A corporificação de processos sociais, mediatizada por processos espaciais, gerando formas espaciais, envolve frequentemente a difusão de inovações, isto é, o espraiamento a partir de focos iniciais, onde novas formas espaciais são concebidas e criadas, para outros locais¹. Isso implica, em maior ou menor grau, em diferenciação temporal relativa ao aparecimento de inovações em diferentes locais. Diferenças de cinco, dez, vinte anos ou mais separam os lugares no que tange à adoção de inovações. Os exemplos são numerosos e muitos remontam à segunda metade do século XIX: lojas de departamento e núcleo

¹ Sobre difusão espacial de inovações consulte-se a revisão bibliográfica realizada por Silva (1995).

central de negócios são dois exemplos. Outras inovações são originárias do século XX como os subcentros comerciais espontâneos, na primeira metade, as cadeias de “*fast food*”, *shopping centers* e parques temáticos, originários da década de 1950. Todas essas inovações se difundiram espacialmente gerando formas espaciais novas que, nos diferentes locais, têm datação específica. Desse modo as novas formas espaciais em um dado lugar podem ser relativamente antigas em outro. Compare-se, por exemplo, a criação e adoção de inovações nos denominados países centrais e a adoção dessas inovações nos denominados países periféricos. Ou na “*core area*” desses países e em sua periferia.

O hiato temporal na adoção de uma dada inovação sugere uma questão. Como há diferenças contextuais entre os distintos lugares no que tange à adoção de uma dada inovação, é possível que os impactos advindos sejam diferentes. São semelhantes os impactos decorrentes da implantação de uma inovação X no lugar A e no tempo t_1 daqueles no lugar B e no tempo t_2 ? O contexto espacial e temporal é, em realidade, muito importante no que se refere às inovações, entre elas as novas formas espaciais.

Em relação ao contexto, o tamanho do lugar, assim como a sua estrutura social e econômica, são ingredientes fundamentais para a adoção de uma inovação. Mais ainda, o sítio, a morfologia urbana e a estrutura fundiária desempenham papel relevante na adoção de novas formas espaciais. As inovações, especialmente as novas formas espaciais, podem aparecer em determinados locais e não em outros que, a despeito de condições econômicas e sociais favoráveis, apresentam sítios, morfologias urbanas e estruturas fundiárias que inviabilizam novas formas espaciais, especialmente aquelas que demandam amplas superfícies, como os hipermercados e os *shopping centers*. Criam-se novos locais, periféricos em muitos casos, para acomodar as novas atividades e suas formas espaciais. O desdobramento de antigos e congestionados núcleos centrais de negócios, como em São Paulo e Vitória, complexificam a organização espacial da cidade mas garantem a continuidade de antigas funções em ampliação, assim como o aparecimento de novas. Novas instalações portuárias, distantes dos antigos e não mais eficientes portos, constituem exemplos de novas formas espaciais criadas para dar continuidade, ainda que diferenciada, de antigas funções urbanas².

² Consulte-se Reis (2007), que analisa o desdobramento do núcleo central de Vitória, Espírito Santo, o qual gerou a área de atividades comerciais e de serviços da Praia do Canto.

FORMAS ESPACIAIS REFUNCIONALIZADAS: O ANTIGO E O NOVO

Forma espacial e função são indissociáveis, isto é, não existe forma espacial sem função e esta necessita daquela para se realizar, conforme aponta Milton Santos (1985). Mas as relações entre ambas, contudo, são complexas, pois, de um lado, em uma dada forma espacial, diferentes funções podem se realizar e, de outro, uma dada função pode se acomodar a diferentes formas espaciais. As relações acima indicadas são marcadas, assim, por certa flexibilidade que permite que formas espaciais antigas aninhem novas funções e que funções antigas, porém necessárias e por isso mesmo de longa duração, ocupem formas espaciais novas.

Nesta seção consideraremos funções criadas recentemente ou modernizadas aninhadas em formas espaciais antigas. Fala-se em refuncionalização de formas espaciais, uma mudança que se tornou bastante frequente no capitalismo avançado. A refuncionalização se constitui, em parte, em um dos meios pelos quais as inovações se efetivam, utilizando-se do espaço já construído. Desse modo a refuncionalização minimiza a força da “destruição criadora”, contribuindo para que, com menores custos, o capitalismo, incessantemente inovador, possa caminhar. Há, assim, uma dialética entre refuncionalização e “destruição criadora”, entre permanência e mudança, entre o antigo e o novo. A refuncionalização assegura, assim, o valor funcional de algumas formas espaciais antigas e resgata o valor simbólico de outras, constituindo-se em prática corrente.

Novas funções e novos modos de se conceber antigas utilizam-se de ressignificadas formas espaciais, metaforicamente tornadas novas. Nesse sentido, o novo não é apenas aquilo que é criado recentemente a partir do zero, mas também aquilo que foi ressignificado por meio de novas funções criadas no presente. Os exemplos são numerosos e o Quadro 1, incompleto, oferece alguns exemplos de refuncionalização.

QUADRO 1 – EXEMPLOS DE REFUNCIONALIZAÇÃO

Forma/Função Original	Funções Atuais
Fábrica	Supermercado/Hipermercado <i>Shopping Center</i> Museu Favela
Prisão e Quartel	<i>Shopping Center</i> Centro de Artesanato Museu
Estação Ferroviária	Museu Centro Cultural

Forma/Função Original	Funções Atuais
Igreja	Museu Centro de Informações Turísticas
Cinema	Igreja Banco Supermercado

Na coluna da esquerda estão exemplos de formas/funções que perderam a unidade original em virtude de mudanças locacionais das atividades ali estabelecidas ou de diminuição ou perda do sentido das atividades originais. Essas atividades, por meio das formas espaciais, estavam inscritas em um espaço econômico e social que se encontra em constante processo de mudança. O imóvel original, no entanto, guarda valor econômico potencial ou simbólico, levando-o à refuncionalização.

Na coluna da direita estão indicados exemplos de refuncionalização, de atividades novas ou ressignificadas que, à procura de instalações físicas, reutilizaram antigas formas espaciais. Antigas fábricas, têxteis em sua maioria, mas também de produtos alimentares, bebidas e metalurgia, entre outras, tornaram-se locais de atividades de crescente importância, associadas às vendas varejistas, supermercados, hipermercados e *shopping centers*, criados após a Segunda Guerra Mundial e inseridos no processo de concentração capitalista. Ironicamente, prisões e quartéis são também transformados em templos da mercadoria, a exemplo da prisão de Punta Carretas em Montevideo, refuncionalizada em *shopping center*. Museus e centros culturais refuncionalizaram antigas formas espaciais, fábricas, prisões, estações ferroviárias e igrejas, entre outras. Trata-se do consumo de cultura, um bem valorizado, sobretudo após 1970, que revela a convergência entre o econômico e o cultural, conforme discutido por Allen Scott. Na coluna da direita encontram-se referências a igrejas que refuncionalizaram antigos cinemas. Trata-se de novas religiões, resultantes de interpretações de antigas religiões, que atraem crescente massa de pessoas das camadas populares. A criação de favelas em antigas fábricas representa uma relativamente nova estratégia de acesso à moradia e, ao mesmo tempo, evidencia uma reestruturação de antigos padrões industriais.

A refuncionalização, contudo, não se limita a objetos pontuais como fábricas, por exemplo, mas envolve também amplos espaços da cidade, que têm suas atividades econômicas e conteúdo social alterados. Nesses casos fala-se

em revitalização e gentrificação, ambas ocorrendo sobretudo na denominada zona periférica do centro. Antigas áreas, em obsolescência ou desativadas são refuncionalizadas com novas atividades e papéis.

A refuncionalização pode ocorrer ainda na escala de toda uma cidade, pequena ou média, que tem as suas antigas funções substituídas por novas, a exemplo de pequenos lugares centrais que com a industrialização do campo transformaram-se em reservatórios de força de trabalho. O novo não aparece, assim, necessariamente, como algo positivo em termos econômicos e sociais. A transformação ampliada de pequenos núcleos de pescadores em centros de veraneio e turismo é outro exemplo de refuncionalização na escala de todo um núcleo de povoamento.

Mas a refuncionalização não se constitui no principal meio pelo qual novas formas espaciais são criadas, visando a novas atividades. O espaço da periferia urbana ou um de seus setores constitui-se em local privilegiado para novas formas espaciais, algumas das quais necessitam de amplos espaços disponíveis na periferia urbana e não nas áreas mais antigas, que se caracterizam, via de regra, por uma muito fragmentada propriedade da terra.

Uma questão que se levanta é a de saber as condições em que a refuncionalização se torna em importante meio para novas atividades.

OS SETORES DE AMENIDADES – ALGUNS PONTOS

Em 1939, Homer Hoyt³, economista envolvido em consultorias urbanas, argumenta, com base em inúmeras evidências empíricas, que o crescimento espacial das cidades norte-americanas se fazia ao longo de setores e não de acordo com zonas concêntricas, como propusera Ernest Burgess em 1925. Entre esses setores foi enfatizado aquele dotado de amenidades naturais ou socialmente produzidas, que os grupos de alta renda ocupavam. O crescimento em setores dos grupos de alto *status* processava-se quase sempre ao longo do mesmo eixo, como Oscar Yujnovsky apontara em 1971 para muitas grandes cidades latino-americanas. Segundo ele, a partir de 1850 e até 1930,

³ O texto de Homer Hoyt é o clássico *The Pattern of Movement of Residential Rental*, publicado originalmente em 1939, como um capítulo de *The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities*, Washington, Federal Housing Administration, p. 112-122. Reimpresso em “*Readings in Urban Geography*”, org. H. Mayer e C.F. Kohn, Chicago, The University of Chicago Press, 1958, p. 499-510, e em *The Urban Geography Reader*, org. N.R. Fyffe e J.T. Kenny, New York, Routledge, 2005, p. 28-36.

inicia-se um expressivo processo no qual os grupos de alto *status* tendem a abandonar o centro da cidade, antigo e acanhado face às transformações em curso, passando a ocupar setores considerados dotados ou a serem dotados de amenidades. Os exemplos de Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago, Lima e Bogotá atestam a tese formulada por Hoyt⁴ (YUJNOVSKY, 1971).

Hoyt argumenta que as áreas residenciais de alto *status* tendem, por um longo período de tempo, a se expandirem, a partir de centros comerciais, ao longo de um ou mais eixos de circulação rápida. Esses eixos são dotados de amenidades, livres de problemas ambientais e sem barreiras que impeçam a sua expansão. Por outro lado, argui Hoyt, esses eixos são direcionados para locais onde já residem pessoas de poder e prestígio na cidade e apresentam a tendência de acompanhar a expansão das atividades comerciais e de escritórios.

Do ponto de vista da distribuição dos grupos de renda, a cidade norte-americana está estruturada em setores e não em zonas concêntricas. Hoyt enfatiza o setor de amenidades, habitado por população de alto *status* e sugere ser este setor aquele que é privilegiado para investimentos de capital na terra e imóveis, assim como ficaria evidenciado a partir dos anos 1950, nas inovações espaciais pós-Segunda Guerra Mundial.

Se o processo de criação de setores de amenidades remonta ao final do século XIX, no entanto, a partir da difusão generalizada do automóvel e da suburbanização axial de alto *status*, assim como o aparecimento de outras inovações como o *shopping center* e o parque temático, na década de 1950, verifica-se uma profunda mudança na organização do espaço. Se isso se verifica nos Estados Unidos a partir dos anos 1950, no Brasil, que já conhecia setores de amenidades desde o final do século XIX, o novo modelo de setor de amenidades seria implantado e difundido a partir da década de 1970. O que se segue é uma descrição de um típico eixo de amenidades pós-1970, tendo como suporte empírico a Barra da Tijuca na metrópole carioca, um magnífico exemplo de área dotada de inovações espaciais.

“Cidadelas”, *shopping centers* e vias expressas são os três elementos chaves da organização espacial desses novos setores de amenidades, como se pode ve-

⁴ Sobre o assunto consulte-se, adicionalmente, BÄHR, Junger, MERTINS, Gunter. Un Modelo de la Diferenciación Socio-espacial de las Metropolis de America Latina. *Revista Geografica*, IPGH, 98. 1983, p. 23-29. Em relação ao Brasil veja-se VILLAÇA, Flávio. *O Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1995.

rificar na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro⁵. A esses três elementos acrescentam-se outros como os prédios de serviços especializados e clubes fortemente seletivos. Todos constituem formas espaciais novas em um contexto no qual se juntam outros aspectos.

A esterilização a partir de uma apropriação efetivada muito tempo antes, é uma prática espacial, acompanhada de intensa publicidade enaltecendo as qualidades da área, que produz valorização da terra, preparando-a para, em breve, obter-se grandes lucros. Recorrer ao Estado, impregnado de influências de proprietários fundiários especuladores, promotores imobiliários e empresas empreiteiras, constitui-se em estratégia que, por meio de infraestruturas, produzidas com recursos públicos, contribui decisivamente para a valorização da terra.

As inúmeras “cidadelas” ou condomínios de luxo, cercados e protegidos por um cada vez mais complexo e eficiente sistema de vigilância, são os locais onde vive uma classe média alta, constituída por descendentes das antigas famílias de alto *status* que residiam nos bairros nobres tradicionais, ou por uma classe média emergente, procedente de bairros de menor *status* social. As “cidadelas” podem oferecer segurança, lazer variado, lojas de conveniências, restaurantes, capela ecumênica e escolas, algumas públicas de alta qualidade de ensino. Há uma vida comum interna à “cidadela”, mas as relações com o mundo extra-muros é restrita a certos locais, pré-estabelecidos e extremamente rotineiros. Criam-se, assim, condições de uma existência e reprodução marcada pela auto-segregação, que inclui o medo do “outro”, que vive fora da “cidadela”: constitui-se em recriação de um ambiente passado, marcado por rivalidades entre grupos de distintos núcleos de povoamento. Trata-se de algo antigo metamorfoseado em novo.

Os *shopping centers*, criados nos Estados Unidos na metade da década de 1950, é um contundente exemplo de como as relativamente espontâneas economias de aglomeração geradoras de sub-centros comerciais intra-urbanos, foram compreendidas e apropriadas por promotores imobiliários, proprietários fundiários, empresas comerciais, bancos, grupos de previdência privada e outros capitais, para gerar valor. O *shopping center* é uma mercadoria onde de modo planejado, racional em termos de vendas, mercadorias diversas destinadas a

⁵ O conceito de cidadela aqui adotado é o de Marcuse (1997).

grupos sociais com renda, são vendidas. Mais do que isso, os *shopping centers* são, e cada vez mais, centros de inúmeros serviços para a população em geral. Constitui um pseudo-espço público, controlado, onde o comportamento humano é direcionado. Um dos itinerários básicos, mas não exclusivo, dos moradores das “cidadelas” é destas para um *shopping center* e deste para a “cidadela”.

As vias expressas, com calçadas limitadas ou inexistentes, restringindo a circulação de pedestres, é o meio por excelência da circulação de veículos individuais, este bem de consumo cobijado por todos. Nelas circula-se entre as “cidadelas”, entre estas e os “*shopping centers*” e outros prédios de serviços especializados, para os locais de trabalho e escolas bem qualificadas que se realocalizaram no setor de amenidades. A circulação de ônibus é limitada aos empregados e serviçais que trabalham localmente e residem em outros locais. Desse modo as vias expressas integram-se às “cidadelas” e “*shopping centers*”, constituindo uma tríade que sustenta a nova forma espacial.

As contradições e conflitos a partir e em torno desses três elementos centrais dos setores de amenidades pós-70, não serão aqui abordados, mas constituem temas importantes para pesquisa.

Os setores de amenidades, tal como foram descritos acima, foram e são objetos de difusão espacial, considerados a cada momento como novas formas espaciais. Se no Brasil, provavelmente a cidade do Rio de Janeiro inaugurou este modelo espacial, a sua difusão se fez para outros centros metropolitanos e cidades médias, quer sejam núcleos litorâneos, quer sejam interioranos. O novo, assim, reaparece continuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou trazer à discussão a temática das inovações espaciais urbanas ou, em outros termos, novas formas espaciais e novos papéis urbanos. Trata-se da discussão dos setores de amenidades criados no Brasil a partir dos anos 70. Há lacunas e certamente algumas inconsistências. No entanto, importa salientar a importância desses novos setores de amenidades que estão gerando, e sendo gerados por uma sociedade profundamente desigual que tem no espaço um reflexo meio e condição de existência e reprodução. A inovação espacial aqui apresentada é parte integrante desse processo de criação e reprodução dessa desigualdade social e, ao mesmo tempo, fonte de acumulação de capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARCUSE, Peter. The Enclave, the Citadel and the Ghetto. What Has Changed in the Post-Fordist U.S. *City*. *Urban Affairs Review*, vol. 33, n. 2, p.228-264, 1997

REIS, Luis Carlos Tosta dos. *Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios da cidade capitalista: um estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória (ES)*. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*, São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Os avatares da Teoria da Difusão Espacial: Uma Revisão Teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.57, n.1, 1995, p.25-55.

YUJNOVSKY, Oscar. *La estructura interna de la ciudad: el caso latinoamericano*. Buenos Aires: SIAP, 1971.

Recebido em: 20/03/2010

Aceito em: 25/04/2010

REGIÕES RETICULARES: BREVES CONSIDERAÇÕES PARA COMPREENDER AS NOVAS FORMAS URBANAS

ESTER LIMONAD

Universidade Federal Fluminense
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pesquisadora do CNPq
limonad@superig.com.br

RESUMO

Este ensaio introduz a ideia de regiões reticulares não-euclidianas. E o faz movido pela intenção de avançar teórica e metodologicamente, em um nível mais geral, na compreensão da organização e da produção contemporânea do espaço social, e em um nível particular, para situar a questão urbana e as tendências recentes da urbanização no Brasil. Essa categoria aparece como essencial para a construção de uma economia política do espaço, bem como para contribuir para explicar os fundamentos da divisão espacial do trabalho e o funcionamento da economia do sistema capitalista, por permitir analisar as atuais continuidades espaço-temporais que ora se estabelecem, verticalmente alterando as relações de centralidade prevalentes.

PALAVRAS-CHAVE: Regiões Reticulares. Urbanização. Brasil. Produção do Espaço. Centralidade.

RETICULAR REGIONS: SOME BRIEF CONSIDERATIONS TO UNDERSTAND NEW URBAN FORMS

ABSTRACT

The idea of non-Euclidean reticular regions is introduced in order to move forward on a theoretical and methodological approach on the comprehension of the contemporary production of social space. Moreover, it is our intention

to discuss Brazil's urban question and recent urbanization trends. We understand this category – reticular region – as essential in order to develop a political economy of space as well to explain the underlying foundations of spatial division of labor, as well as the performance of the capitalist system economy, as it allows the analyzes of current space-time continuities, that occur yet vertically altering the prevailing relations of centrality.

KEY WORDS: Reticular Regions. Urbanization. Brazil. Production of Space. Centrality.

Para entender a questão urbana e a urbanização hoje, parece-nos necessário começar por resgatar a categoria região tão cara à Geografia, porém deixada de lado por muito tempo, como se fora um complicador desnecessário. E o fazemos inspirados no espírito de que a “região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 2004, p. 247).

Cabe ressaltar, logo de início, que não se trata daquela ideia de região concebida como um recorte espacial com traços particulares, resultante de uma longa sistematização de observações e descrições, que por longo tempo prevaleceu nos estudos geográficos.

Tampouco se pretende resgatar a teoria da polarização e dos polos de crescimento, elaborada por François Perroux na década de 1950, trasladada para o plano territorial por Jacques Boudeville (1972), ambas diretamente comprometidas com propostas políticas de caráter macroeconômico dos anos 1960 para implementar o desenvolvimento econômico em países caracterizados como subdesenvolvidos. Nem se tem por intenção proceder a um enfoque funcional do tipo preconizado por Boudeville, que se preocupou em identificar e delimitar sistemas polarizados para desenvolver operações regionais. Pelo contrário, essa reflexão, não obstante seu caráter preliminar, tem por fundamento teórico-metodológico a concepção de que as desigualdades espaciais são fruto do processo histórico de reprodução social e de produção do espaço social, que no capitalismo se baseia nos princípios da divisão social e espacial do trabalho.

A proposta deste ensaio é introduzir a ideia de regiões reticulares, para avançar na compreensão da organização e da produção contemporânea do espaço social. Essa categoria aparece como essencial para se poder avançar em uma economia política do espaço.

O que seriam essas regiões reticulares? Para que servem? Começemos por explicitar como elas surgem. Antigamente, interações horizontais de diferentes tipos, graus e intensidades contribuíam para definir uma região. Em uma tradição que remonta a Vidal de La Blache, as cidades não se pensavam sem sua região.

Milton Santos em *A Natureza do Espaço*, após tratar das redes na contemporaneidade, distingue horizontalidades e verticalidades e relaciona-as, respectivamente, às redes e a pontos no espaço (SANTOS, 2004, p. 347). Enquanto as redes corresponderiam aos processos clássicos (horizontais) de regionalização, que pressupõem a existência de continuidades espaciais ou contiguidades físicas, as interações verticais entre pontos apontariam para a construção de novas formas de regionalização, que prescindiriam de continuidades e descontinuidades físicas.

A região, segundo esses parâmetros, não corresponderia, assim, mais a uma construção estável resultante de uma sistematização de atributos, nem pura e simplesmente a um recorte físico. Uma região se definiria, em última instância, não por sua duração, mas por sua coerência funcional (HARVEY, 1985; SANTOS, 2004) espacial e/ou temporal. Coerência essa cambiante nos dias atuais que propicia “que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo” (SANTOS, 2004, p.247).

É com base nessa abordagem de Milton Santos associada à ideia de posição de centralidade, inspirada na posicionalidade de Eric Sheppard (2002), que se esboça e propõe aqui a ideia de regiões reticulares.

Cabe distinguir as regiões reticulares de outros tipos de região tão caros à análise regional e aos estudos de inspiração neoclássica. Não se trata da região-rede e tampouco de uma cidade-região, nem de uma rede de cidades ou de uma rede regional pura e simplesmente. A região reticular distingue-se de outras concepções de região a partir de sua própria gênese e de sua conformação espacial. Entendemos que a região reticular se constrói a partir de interações verticais de interesses sociais, de simultaneidades temporais que propiciam interações espaciais variadas. Sociais em um sentido amplo que envolve as diferentes práticas espaciais relativas à reprodução das relações sociais de produção, não no sentido restrito dos economistas, mas em um sentido amplo envolvendo todas as esferas da vida social que, no capitalismo, correspondem à reprodução

da família, da força de trabalho e dos meios de produção em que interagem uma ordem próxima e uma ordem distante, o cotidiano e as instituições.

Isso ocorre conforme esses interesses estabelecem interações de tipos, graus e intensidades variáveis, que articulam diferentes lugares e aglomerados a sítios geográficos de modo a satisfazer suas necessidades de reprodução.

Constitui-se, assim, uma região, não no sentido clássico, contínuo, definida a partir de um conjunto de atributos ou de um plano (BOUDEVILLE, 1972), de um polo (PERROUX, 1977), nem como uma região esburacada como propõe Doreen Massey (2008), mas uma região reticular não-euclidiana. Uma região constituída por interações verticais, por laços imateriais, porém geograficamente localizada com nós em pontos estratégicos, que não necessariamente organizam o seu entorno, de onde provém a designação reticular. Uma região reticular com uma topografia imaterial definida pelo grau e intensidade das diferentes interações que se estabelecem.

Essas interações verticais ligadas a interesses específicos, ao articular diferentes lugares do local ao global, soem apresentar hierarquias próprias, uma vez que nelas a posição de centralidade (ver a respeito SHEPPARD, 2002) está relacionada aos interesses que definem as interações e as formas com que estas se estabelecem. Não se trata, assim, de uma centralidade a partir de uma hierarquia de lugares centrais (CHRISTALLER, 1966), nem de critérios e parâmetros relacionados às teorias neoclássicas da localização (WEBER, 1929; LOSCH, 1954).

Uma região reticular pode se sobrepor, justapor ou atravessar outras que porventura existam conectando e articulando em um espaço não-euclidiano diferentes lugares e sítios geográficos. Constituem-se, assim, diferentes centralidades que, não necessariamente, confundem-se com hierarquias próprias e polaridades ou multipolaridades próprias.

Nossa hipótese é que essas regiões reticulares não-euclidianas explicariam de certa maneira os fundamentos da divisão espacial do trabalho e o funcionamento da economia do sistema capitalista, à medida que permitem visualizar as possibilidades de interpenetração e sobreposição de diferentes capitais sobre os lugares, sobre os sítios geográficos, que são tomados de assalto e subsumidos aos interesses da reprodução de diferentes capitais em particular e do capital em geral.

A estruturação de múltiplas regiões reticulares sobre o espaço social que atendem a diferentes interesses sociais contribui para alterar as relações de cen-

tralidade pretéritas, engendradas lentamente, quando não as destrói. E o faz com parâmetros cambiantes que definem essa centralidade em função de interesses efêmeros ou duradouros diversos.

Perguntamo-nos, então, se os limites da interpretação da divisão social do trabalho enquanto divisão territorial do trabalho estaria posta.

Como chegamos até aqui?

Ao se considerar o Brasil como um todo, são perceptíveis diversas mudanças em relação a períodos que antecedem a última década do século XX, em relação à distribuição espacial das atividades produtivas, à distribuição espacial da população e ao uso e ocupação do espaço.

Primeiro, após diversas iniciativas implementadas pelo Estado, durante vinte e cinco anos de ditadura e de planejamento autoritário setorial (ver a esse respeito ARAÚJO, 1997), com a meta de desconcentração econômica para reduzir os “desequilíbrios” regionais, em menos de uma década, a partir do primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), a ação combinada e a articulação de diferentes capitais e interesses concretizou a almejada desconcentração e dispersão espacial da produção e das atividades produtivas.

Mudou, portanto, o padrão de distribuição espacial das atividades produtivas e da população, embora ainda prevaleça uma maior concentração em uma faixa de até duzentos quilômetros do litoral. Diversos setores e ramos industriais dispersaram-se pelo território nacional, desde tecidos e veículos a bens intermediários e de produção. O setor automotivo é o que melhor ilustra essa desconcentração produtiva. Automóveis e veículos deixaram de ser fabricados exclusivamente no ABC paulista. Montadoras instalaram-se, a partir de 1995, no interior dos estados de Goiás (Hyundai e Mitsubishi), Minas Gerais (Mercedes Benz), Rio de Janeiro (consórcio PSA – Peugeot, Citroen e Volkswagen caminhões e ônibus) Rio Grande do Sul (Chevrolet) e São Paulo (Honda e Toyota); nas capitais dos estados do Amazonas (Honda) e Goiás (Iveco) e nas regiões metropolitanas dos estados da Bahia (Ford) e do Paraná (Nissan, Renault e Volkswagen) entre outras.

Soma-se a essa dispersão das atividades produtivas o avanço das fronteiras de grãos no Centro-Oeste e no Norte do país.

Segundo, verifica-se, desde 1980, significativas alterações nos fluxos migratórios, que deixaram de se dirigir para as principais capitais do Sudeste, não

obstante se mantenham migrações do Nordeste para o interior do Estado de São Paulo. Os fluxos interregionais no sentido Nordeste-Sul prevalecentes antes de 1980 deram lugar a fluxos intrarregionais e intraestaduais, acompanhados por migrações direcionadas para o Centro Oeste e Norte, segundo dados dos censos de 1980 a 2000 (IBGE, 1980, 1991 e 2000).

Por conseguinte, na virada do século, em meio ao cerrado do Planalto Central onde, há menos de cinquenta anos, havia apenas cobras, pacas, antas e tatus, encontra-se uma aglomeração descontínua com cerca de cinco milhões de habitantes distribuídos ao longo de quase duzentos quilômetros no eixo Brasília-Goiânia-Anápolis, conforme dados do censo de 2000 (IBGE, 2000) e, aproximadamente dois milhões de habitantes residem e trabalham em Manaus, às margens do encontro dos rios Negro e Amazonas, em meio à floresta amazônica.

Apesar da redução nas taxas de crescimento demográfico (IBGE, 2000), desde 1990, multiplicam-se as regiões metropolitanas, lado a lado a um incremento das taxas de crescimento das cidades pequenas e médias. Tem-se, assim, uma inversão das projeções e estimativas demográficas da década de 1980, que previam uma expansão crescente das áreas metropolitanas. E, embora a maior parte da população brasileira resida desde 2000 em áreas urbanas, as áreas metropolitanas de fato, descartando-se aquelas com menos de um milhão e meio de habitantes, concentram menos da metade da população urbana do país.

Terceiro, a desregulação do mundo do trabalho, decorrente do fim da hegemonia do pacto fordista, tem por corolário uma desregulação do uso e da ocupação do espaço em geral (HARVEY, 1989; OFFE, 1984) em diferentes escalas.

Observa-se, nos mais diversos rincões do país, uma intensificação e extensificação da urbanização com um consumo voraz e crescente do espaço. Apesar dos discursos de preservação ambiental de matizes variados e das iniciativas de normatização do uso e ocupação do solo por parte do Estado, tem-se uma crescente desregulação que atinge não apenas as áreas urbanas, mas a totalidade do espaço social. Crise urbana, crise ecológica, crise ambiental são evidências da crescente predação do espaço social por diferentes capitais, secundados pelo Estado.

Para atender às necessidades crescentes de incorporação de novos espaços, são revistas as legislações ambiental e de uso do solo. Introduzem-se mudan-

ças casuísticas voltadas para atender conjunturalmente a interesses específicos (COSTA, 2007; LIMONAD, 2008; LIMONAD; ALVES, 2008). Disponibilizam-se sítios antes intocáveis. A função social se sobrepõe à função ambiental da propriedade. Áreas de preservação permanente passam a integrar áreas de proteção ambiental. E, em nome da função social da propriedade, mediante elaborados zoneamentos econômicos e ecológicos destinados a garantir a sustentabilidade da ocupação, embora eventualmente sequer contenham áreas destinadas à conservação, essas áreas de proteção ambiental soem ser ocupadas por condomínios e mega-*resorts*, tornam-se destinos turísticos ou são degradadas para atender à implantação de grandes projetos industriais, de infraestrutura e de geração de energia.

Na escala local, nas áreas urbanas, implementam-se operações interligadas e instrumentos diversos (solo criado, imposto territorial progressivo, contribuição de melhoria e outros instrumentos) através do Estatuto da Cidade. Sem embargo, este instrumento constitua um avanço na legislação urbana e contribui, também, em certa medida, para praticamente anular algumas posturas urbanísticas e a legislação urbana, através do pagamento de taxas e ônus legais para fundos de destinação social (LIMONAD; BARBOSA, 2003).

Dissemina-se, de Norte a Sul, uma dispersão de atividades econômicas produtivas, de serviços de condomínios fechados, de loteamentos, *resorts* litorâneos voltados para o turismo internacional. Formam-se enclaves produtivos, extrativos, industriais e turísticos caracterizados, em meados da década de 1990, como ilhas de prosperidade.

Esse consumo crescente do espaço por atividades urbanas, industriais e de serviços é acompanhado por um avanço da ocupação das florestas com a ampliação das fronteiras agrícolas e expansão das monoculturas intensivas de cana, soja e milho entre outras.

Resulta daí um vertiginoso aumento da exclusão social e da precarização das condições de vida de grandes contingentes sociais, nos campos e nas cidades, ao serem espoliados de sua condição de existência, conforme os locais onde viviam, são incorporados à lógica hegemônica de reprodução dos meios de produção.

A dispersão espacial das atividades econômicas e da riqueza é acompanhada *pari passu* por uma dispersão de favelas e loteamentos de baixa renda em áreas rurais, enquanto as franjas urbanas em áreas de agricultura intensiva se

veem tomadas por assentamentos de trabalhadores rurais. Essa dispersão espacial da pobreza pode ser interpretada como expressão de tentativas de aumentar a mobilidade espacial do trabalho e fazer frente ao movimento de dispersão e deslocalização espacial do capital. Esses movimentos combinados do capital e do trabalho, para dentro e para fora das áreas urbanas e rurais, rompem com coerências regionais pretéritas e contribuem para mudar o conteúdo e o significado das regiões (HARVEY, 1985; SANTOS, 2004).

Estaríamos diante de uma complexificação da questão urbana? Frente ao fim das cidades? Ao fim do campo? Ou perante a urbanização da sociedade?

Nos últimos dez anos, a aceleração dos processos gerais relacionados à reprodução das diferentes esferas sociais, de deslocalização, redistribuição, reorganização, reestruturação interferem diretamente com a divisão social, técnica e espacial do trabalho.

Parece-nos, assim, que os processos assinalados até aqui vão além de uma mera complexificação da relação cidade-campo. Mas seriam resultantes da complexificação contemporânea dos processos de reprodução social, com rebatimentos em todas as esferas da vida social (do cotidiano da família e reprodução da força de trabalho, à reprodução em geral de diversos capitais) (LEFEBVRE, 1974), em um movimento desigual e combinado, que gera espaços e tempos diferenciados, que altera os ritmos temporais da vida e da reprodução em geral.

As formas da urbanização que ora se materializam, devem ser entendidas como um aspecto fenomenológico desse processo geral, como expressões no espaço das estratégias encontradas por diferentes capitais para garantir sua reprodução.

Defrontamos-nos hoje não apenas com uma mudança de paradigmas, mas com uma questão de método, relativa à aproximação do “real” e à construção do objeto teórico, enquanto síntese de múltiplas determinações. Embora a aparência, entendida enquanto uma representação do real, tenha tanta importância quanto a essência, não deve ser tomada por si só. O aparente, o visível, perceptível em si mesmo, tomado por si só, não apenas é enganoso, mas pode conduzir a conclusões equivocadas. A aproximação ao “real” e às múltiplas determinações necessita dessa contradição dialética entre aparência e essência.

Tomar o que existe como dado implica em trabalhar apenas com as representações do objeto, com suas formas e manifestações, com o perigo de se feti-

chizar o objeto em si, e da reflexão se limitar a seus aspectos fenomenológicos. Corre-se o risco, assim, de se interpretar cada caso como singular e não como uma síntese de processos mais gerais, como expressão de uma relação entre o geral e o particular, entre uma ordem próxima e uma ordem distante.

Para escapar da fenomenologia e do empirismo, é necessário compreender as relações subjacentes que se estabelecem e determinam essas mudanças. Para captar a essência do real, do objeto de estudo, é necessário desvendar a sua construção histórica. Abstrair do objeto e voltar a ele reconstruído, como concreto pensado. A cidade enquanto objeto real pode ser entendida como uma aparência, uma forma, uma paisagem que condensa relações, assim como o campo, não obstante seus conteúdos e significados sejam distintos.

É necessário distinguir e escapar do que poderíamos chamar de (con)fusão entre níveis de percepção e de reflexão, entre a aparência e a essência, entre o objeto real e o objeto teórico.

Voltemos à indiferenciação entre cidade e campo, entre urbano e rural. Primeiro, cabe distingui-los enquanto níveis de percepção e de reflexão e não tomá-los simplesmente como sinônimos.

Cidade e campo são mediações que reportam a imagens, a representações do real, mas que podem ser sintetizadas como paisagens. Enquanto representações, cidade e campo residem de forma singular na memória de cada indivíduo, em seu imaginário, informado por sua vivência, enquanto signos que remetem, cada um por si, a uma paisagem, a espaços, ritmos e especificidades próprias. Essas representações do imaginário, designadas por Lefebvre (1991) de espaços de representação, coexistem com outras representações e racionalizações do que seja a cidade, o campo e mesmo a natureza, informadas por concepções hegemônicas, representações do espaço, que remetem a uma paisagem concebida, paisagens com uma forma explícita, própria. A ideia de cidade remete à imagem de aglomeração de edificações, atividades, pessoas, de concentração. Já a ideia de campo remete a imagens de lavouras, cultivos, criação de animais, florestas, montanhas, amplas extensões. Embora essas representações mudem ao longo do tempo e em cada sociedade, cidade e campo podem ser percebidos como formas com conteúdos e significados próprios. Ver a cidade como forma não implica em pensá-la, como soem fazer os arquitetos e urbanistas, como mero receptáculo ou, ainda, como um conjunto de estruturas e infraestruturas. Ao propor tratar a cidade e o campo como formas, é necessário fazê-lo

dialeticamente. Seguimos por analogia, o procedimento de Marx (1975), que em O Capital, parte da forma mercadoria, enquanto síntese de múltiplas determinações, para explicar o sistema capitalista. A cidade seria, assim, uma forma produzida, de início, historicamente, como valor de uso, a partir de práticas espaciais, informadas por representações do espaço e por espaços de representação. Cidade e campo, assim, podem ser entendidos como formas, paisagens, condensações de espaços sociais diferenciados, como expressões e configurações singulares das práticas espaciais e representações de cada sociedade e tempo histórico, que se cristalizam e permanecem ao longo do tempo.

Cidade e campo, enquanto formas podem ser entendidas, historicamente, como expressões fenomênicas ou manifestações concretas no espaço social do urbano e do rural. Se o urbano é uma qualidade, uma diferença, conforme o define Lefebvre (1969, p. 72-78), o rural também o é. Se o urbano é a festa, o encontro, a simultaneidade, a centralidade, uma qualidade que nasce de quantidades, o rural seria, então, por oposição, o sossego, a tranquilidade, o isolamento, a sequencialidade, o periférico, uma qualidade despojada de quantidades.

Todavia, embora a associação entre cidade e urbano, campo e rural seja quase imediata, nem um nem outro podem ser definidos como apegados “a uma morfologia material (na prática, no prático-sensível) nem como algo que pode se separar dela” (LEFEBVRE, 1969, p.78), embora em termos heurísticos o façamos no Diagrama 1. Tampouco, urbano e rural constituem essências atemporais, nem sistemas entre sistemas, mas sim diferenças.

DIAGRAMA 1

CIDADE	-	CAMPO	-	FORMA	-	APARÊNCIA
URBANO	-	RURAL	-	QUALIDADE	-	ESSÊNCIA
INDUSTRIAL	-	AGRÁRIO	-	FUNÇÃO	-	PROCESSOS

Por sua vez, o industrial, o agrário, os serviços são funções que durante a hegemonia do modelo fordista encontravam uma reciprocidade, respectivamente, na cidade e no campo. Muito embora, nem sempre tenha sido assim, pois a indústria nasce no campo, próxima às fontes de matéria prima e de energia, e vai para a cidade quando novas condições gerais de produção se estabelecem com base no desenvolvimento das forças produtivas e do meio técnico-científico. Tem-se, assim, um ponto de inflexão, entre a 1ª e a 2ª Re-

volução Industrial. Não só a indústria vai para as cidades, como exponencia a urbanização; as novas condições gerais permitem a separação entre local de moradia e de trabalho, deixa de haver, assim, uma imbricação histórica entre ambos, e as cidades alcançam uma outra qualidade, um outro patamar de desenvolvimento.

Outra inflexão, ou ruptura ocorre com o modelo de acumulação flexível, tornando essas interrelações ainda mais complexas. As condições gerais engendradas pela 3ª Revolução Industrial e o desenvolvimento do meio técnico científico, agora informacional, propiciam a combinação de diferenças no espaço social, diluem-se assim os antagonismos entre campo e cidade. Processos que tinham lugar ou no campo ou na cidade passam a se verificar em ambos, como procuramos exemplificar no Diagrama 2, embora apresentem diferenças em termos de sua extensão, intensidade e densidade.

DIAGRAMA 2

Tempo	Forma	Qualidade Conteúdo	Função
1ª Revolução Industrial	cidade	urbano	política ofícios serviços
	campo	rural	agricultura indústria
2ª Revolução Industrial	cidade	urbano	política indústria serviços
	campo	rural	agricultura
3ª Revolução Industrial	cidade	urbano?	política indústria serviços
	campo	rural?	agricultura indústria serviços

As atividades industriais e de serviços realocizam-se no campo e são acompanhadas por diversos grupos sociais, desde setores de classe média a trabalhadores assalariados, que saem dos grandes centros urbanos. Esse êxodo da cidade para o campo, em áreas economicamente dinâmicas, contribui para a formação de condomínios fechados, loteamentos rurais próximos a vias de tráfego, bem como para a favelização à beira das estradas, na orla dos rios ou em meio à mata.

Por outro lado, em áreas de agricultura intensiva, trabalhadores rurais despojados de seus meios de sustento migram para a orla dos centros urbanos de pequeno e médio portes, transformando-se em boias frias assalariados. Um exemplo marcante é a ocupação urbana em áreas de cultivo intensivo de soja; aí os condomínios fechados se localizam apenas nas encostas e onde as ceifadeiras não conseguem passar.

Ocorre, assim, um descolamento entre forma, função, conteúdos e significados. Deixam de prevalecer as correspondências e reciprocidades pretéritas. No entanto, “não há forma sem conteúdo”, nem conteúdo sem forma (LEFEBVRE, 1969, p.83). Verifica-se, assim uma refuncionalização, um redimensionamento e uma ressignificação ao se alterarem as relações entre forma-função-conteúdo. Dá-se uma refuncionalização das formas, um redimensionamento das funções e uma ressignificação dos conteúdos. Permanecem, todavia, fragmentos que conferem ao campo e à cidade, enquanto paisagens, características próprias no nível da percepção, da aparência.

Esses momentos de ruptura ou inflexão, em que a forma se separa de seus conteúdos são propícios para perceber o conteúdo das formas, pois usualmente “aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo” (LEFEBVRE, 1969, p. 83), em que um remete constantemente ao outro. A razão dialética permite vislumbrar além da opacidade forma-conteúdo, e superar a aparente reciprocidade entre cidade e urbano, entre campo e rural.

Porém, se “a forma do urbano, sua razão suprema, a saber, a simultaneidade e o encontro não pode desaparecer” (LEFEBVRE, 1969, p. 76), como fica o urbano quando as centralidades são reconfiguradas? E, quando as simultaneidades deixam de se dar exclusivamente com base em contiguidades e continuidades espaciais e passam a se dar em um *continuum* de tempo?

A primeira derivação é que a localização geográfica e a paisagem deixam de ser fatores demarcadores do que seja rural ou urbano, cidade ou campo. Atividades industriais e agrárias se deslocizam, se interpenetram. Em termos de espaços de produção, a diferenciação, em sentido estrito, pode ter sido superada, porém em um sentido amplo houve complexificação. Que diferenciação é possível? Como diferenciar? Parece-nos necessário voltar ao básico, à Ideologia Alemã de Marx (MARX; ENGELS, 1984) e a sua reflexão crítica sobre o método dialético. A diferenciação possível e cabível deve ter por base as relações de produção e as relações que se estabelecem entre os grupos sociais e os meios de

produção. Entre a reprodução da sociedade em geral e a reprodução da família e da força de trabalho.

Tomemos um exemplo simples e, por assim dizer, banal.

Começemos pela galinha.

Antigamente uma galinha poderia, e ainda pode em alguns lugares, ser vista como algo típico do campo. Uma galinha além de ciscar milho, comia minhocas e outros vermes. Após um período de maturação natural poria ovos, teria pintinhos e finalmente conheceria uma panela ou seria trocada por outras coisas.

Tomava-se canja de galinha, comia-se galinha ao molho pardo.

Em certo momento, das galinhas passamos aos frangos. E dos frangos, aos peitos e coxas. Galinha hoje virou artigo de luxo, pelo qual se paga caro. Encontra-se nos bons mercados sob a etiqueta de frango orgânico, biológico.

O fato é que, silenciosamente, passou-se, sutilmente, da criação para a produção. Da criação de galinhas, perus e outros animais para a produção de alimentos “beneficiados” disponibilizados em reluzentes embalagens em prateleiras refrigeradas de supermercados de todo o mundo.

Embora, aparentemente banal, este é um processo importante e complexo. Importante, pois o Brasil tornou-se um dos maiores produtores e exportadores mundiais de frangos. Complexo, pois esse é um processo de produção que envolve bilhões de dólares e vai muito além de galinhas ciscando o milho e vermes em meio à sujeira.

Aves agora são “produzidas” em ritmo industrial em uma cadeia produtiva “flexível”, do local ao global, que envolve além da produção de grãos e de rações, as indústrias farmacêutica, química, de embalagens e logística, bem como a bioengenharia genética de sementes e de matrizes, e *last but not least* o capital latifundiário, uma vez que a reprodução desse processo de produção e sua constante valorização exigem a incorporação crescente senão a propriedade de grandes extensões de terra.

Aves, produtos agrícolas e mesmo a água deixaram de ser alimentos pura e simplesmente para se converter em produtos industrializados de exportação com alto valor agregado. Chamá-las *commodities* não é um eufemismo... Elas podem ser vistas como a síntese do processo geral de reprodução ampliada do capital em geral na contemporaneidade, em que os fixos se tornam parte integrante da composição orgânica do capital.

Não se trata mais de alimentar a população, de matar a fome, mas de produzir mercadorias, onde o solo e os seres vivos se tornam base e suporte material do processo produtivo. Não é o território que se torna estratégico para a reprodução do capital, é a totalidade do espaço. Nada escapa à lógica hegemônica de reprodução dos diferentes capitais, nem os espaços ditos naturais, que se convertem em reserva de valor, nem a produção artesanal de bens e alimentos, que se convertem em artigos de luxo produzidos com estrito controle de qualidade para o consumo de poucos. Tampouco escapam a essa lógica hegemônica as reservas indígenas e os enclaves mais primitivos. Tudo é arrastado para a esfera do processo de reprodução geral. Nada resiste a esse movimento que gera espaços diferenciados, necessários para o desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo. As transformações ora em curso são de alcance global.

Rural ou urbano? Urbano ou rural?

De fato, o que se tem é um espaço social com diferentes atividades produtivas que se interpenetram, e que tornam indistintos os limites das paisagens urbanas e rurais, das funções que se desenvolvem na cidade e no campo. O que não significa que haja uma homogeneização. Pelo contrário, as mudanças na distribuição espacial das atividades produtivas e de serviços, decorrentes do processo de acumulação flexível, requerem interações interurbanas em distintas escalas, que contribuem para redefinir a rede urbana. Redefinição que, impacta de forma diferenciada os vários núcleos urbanos e contribui para uma diversificação e especialização em escala regional da rede urbana, que se segmenta em núcleos de habitação, trabalho, consumo, lazer e produção, sem que haja necessariamente uma superposição. Alteram-se assim, ao mesmo tempo, as práticas espaciais relativas à reprodução da família, da força de trabalho no nível do cotidiano, uma vez que deixam de haver necessariamente superposições, coincidências e simultaneidades espaciais.

Em uma escala regional, povoados e localidades isoladas, antes desprovidos de importância, são articulados diretamente aos fluxos globais através da ação e mediação de diferentes atores. Constroem-se, assim, ligações que atravessam diferentes escalas, com desdobramentos desiguais. Contribuem nesse sentido, não apenas a articulação virtual aos fluxos globais, como também a implantação de infraestruturas e suportes físicos. Resulta daí uma redefinição das relações de centralidade. Redefinição, por assim dizer radical, uma vez que se

estabelecem relações entre centros de primeira e de última ordem, se tomássemos por base uma perspectiva *christalleriana*.

As interações verticais organizam de forma diferenciada e complexa os diferentes espaços de produção, de vida e de trabalho. Tem-se, por conseguinte, um aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho com uma diversificação e especialização espacializadas das unidades de produção, que passam a atender mercados supra-regionais e internacionais. Assim, fábricas de uma mesma empresa, situadas em diferentes partes do país, passam a produzir produtos distintos destinados a atender não só ao Brasil, mas a outros países da América do Sul, como é o caso, por exemplo, da Whirlpool – Brastemp, que produz condicionadores de ar e microondas em Manaus (AM), lavadoras, lava-louças e fogões em Rio Claro (SP) e refrigeradores e freezers em Joinville (SC).

Em consequência mudam as relações, os parâmetros e condições de centralidade, que não estariam mais dadas apenas em razão dos assim chamados indicadores clássicos, nem exclusivamente pela concentração de condições gerais, e tampouco se definiria tão somente pela inserção de um lugar na economia mundial e por sua articulação aos fluxos globais. Mas sim, conforme Sheppard (2002), pela posição deste lugar nas diversas redes (políticas, econômicas, sociais) em que se insere e pelas interações que estabelece com outros lugares. Nessa perspectiva, a condição de centralidade torna-se relacional e mutável num sentido dinâmico espaço-temporal, uma vez que as interações são variáveis.

A região reticular surge, assim, como uma possibilidade de percepção da complexidade do aprofundamento contemporâneo da divisão espacial do trabalho, e das interrelações que se estabelecem em diferentes escalas. Embora as interações que a constituem não necessariamente contribuam para organizar os espaços adjacentes, afetam de forma diferenciada os vários pontos (nós) da rede urbana, seja ao servir de reforço à posição de centralidade dos centros a que se articularam, seja através de conflitos socioespaciais ao desarticular relações pretéritas de reprodução nos locais e sítios antes isolados. Isso contribui para a precarização das condições de vida de distintos grupos sociais com a ampliação dos espaços de exclusão dentro e fora das cidades. À dispersão espacial da riqueza e da produção segue-se a dispersão da pobreza, da miséria, da exclusão.

Frente à assinalada indiferenciação, o urbano e o rural resistem, por ora enquanto urbanidade e ruralidade, por assim dizer, nas interações horizontais,

nas práticas espaciais e nas redes sociais que se estabelecem dentro e fora das cidades. No entanto, as atuais interações verticais, assim como redefinem as condições de centralidade, também podem ser o prenúncio de outros tipos de encontros, de outras simultaneidades e repetições, de um outro urbano, de um outro rural, de outras práticas espaciais ao contribuírem para viabilizar formas alternativas de organização social ou de apropriação social do espaço.

Enfim, a região reticular pode ser interpretada, ainda, como uma espacialização das relações de centralidade que ora se estabelecem. Embora a centralidade seja uma forma em si mesma vazia, enquanto forma, ela exige um conteúdo (LEFEBVRE, 1974, p. 381-384). Uma forma e um conteúdo que não necessariamente se repetem e são os mesmos ao longo do tempo, uma vez que cada sociedade, cada modo de produção engendram uma centralidade própria. Por conseguinte, embora a ideia de centralidade dialeticamente pressuponha a reunião, o encontro, a simultaneidade, a repetição, que até recentemente se traduziam por uma continuidade e por uma contiguidade físicas, por uma acumulação espacial, há que se considerar agora essa acumulação como uma acumulação temporal. A centralidade se definiria, assim, não mais a partir de interações horizontais, mas de interações verticais, onde a reunião, o encontro, a simultaneidade e a repetição ocorrem ao mesmo tempo, simultâneas vezes, a partir de distintos pontos e localizações geográficas, articulando, a um só tempo, o local e o global.

Se por um lado o foco nos territórios revelou sua conformação, constituição e trajetória, por outro lado limitou os estudos e a reflexão geográfica a realidades específicas e particulares. Deixaram-se, por conseguinte, de lado as interações que se estabelecem, em várias escalas, entre os lugares, entre as cidades, entre diferentes espaços sociais. É necessário sair da escala local, da escala da cidade e trabalhar o urbano em articulação com escalas mais amplas, lembrando que as diferentes escalas informam de forma diferenciada o olhar do geógrafo, como já preconizava Yves Lacoste (1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Dinâmica regional brasileira e integração competitiva. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7, 1997, Recife, *Anais...* Recife: ANPUR; UFPE, 1997, p.1070-1099.

BOUDEVILLE Jacques Raoul. *Aménagement du territoire et polarisation*. Paris: Libre Enseignement Technique, 1972.

- CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. Práticas de preservação ambiental e dinâmica imobiliária na metrópole: um falso dilema? notas a partir de Belo Horizonte. Encontro Nacional da ANPEGE, 7., 2007, Niterói, *Anais...* Niterói: ANPEGE; UFF, 2007. CD-ROM.
- HARVEY, David. The Geopolitics of Capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John. (ed.) *Social Relations and Spatial Structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985, p.129-163
- _____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.
- IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LACOSTE, Yves. *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papyrus, 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *Espacio y Política*. Barcelona: Peninsula, 1974.
- _____. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *La Production de L'Espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LIMONAD, Ester. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (55). Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-55.htm>> Acesso em 20.12.2009.
- LIMONAD, Ester; ALVES, Josélia da Silva. Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Preservação Permanente como Instrumento Legal de Regulação Urbano-Ambiental? Encontro Nacional da ANPPAS, 4., 2008, Brasília, *Anais...*Brasília: ANPPAS. 2008 CD-ROM.
- LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge Luiz. Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana – algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. *GEOUSP*, nº. 13, 2003, p.87-106.
- LÖSCH, Auguste. *The Economics of Location*. New Haven: Yale, 1954.
- MARX, Karl. *O Capital* (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. v.1
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- OFFE, Claus. *Disorganized Capitalism*. Boston: MIT Press, 1984.
- PERROUX, François. O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (Org). *Economia Regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p.145-156
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2004.
- SHEPPARD, Eric. The spaces and times of globalization: place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography* 78.3, July 2002, p.307-324.
- WEBER, Alfred. *Theory of the Location of Industries*. Chicago: University of Chicago, 1929.

Recebido em: 20/04/2010

Aceito em: 03/06/2010

PARA UMA LEITURA DAS FORMAS DE COMÉRCIO VAREJISTA NA CIDADE

SILVANA MARIA PINTAUDI

Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

UNESP – Rio Claro

Pesquisadora do CNPq

silvanapintaudi@uol.com.br

*O comércio abastece-nos de utilidades
e ilusões igualmente indispensáveis.*

Carlos Drummond de Andrade (2007)

RESUMO

O destaque que a esfera do consumo adquire no seio da produção geral de nossa sociedade nos últimos trinta anos, em particular, sob certas circunstâncias revela que este momento da produção social parece ter deixado de ser um ato corriqueiro e necessário para a reprodução da vida, passando a ser o seu motivo. Considerando as formas comerciais varejistas existentes na cidade e sua apropriação no tempo, este artigo procura apontar elementos necessários para análise do espaço urbano destinado a essa finalidade, tendo como pressuposto que o desvendamento da sua natureza e finalidade não só vai muito além do simples ato de trocar mercadorias, como também manifesta a potência exercida pelo fascínio existente nas formas comerciais mais recentes ou atualizadas. Levando-se em conta que o espaço é revelador de um tempo que se materializa, uma análise profunda sobre a configuração e a apropriação de espaços comerciais pode nos revelar possíveis futuros.

PALAVRAS-CHAVE: Formas comerciais varejistas. Cidade. Consumo. Signos. Espaço-tempo.

FOR A READING OF THE FORMS OF RETAIL COMMERCE IN THE CITY

ABSTRACT

The importance that the consumption sphere has assumed in the framework of our society in the last thirty years, clearly reveals – especially under certain circumstances – that the contemporary moment of social production apparently is no longer something trivial in terms of life reproduction; on the contrary, it seems to be its very aim. Considering the existing forms of retail trade in the city and its appropriation in time, this paper aims to point out the necessary elements to analyze the urban space produced for this purpose. It assumes that unveiling its nature and purpose is something that not only goes beyond the mere act of exchanging goods, but also reveals the power of fascination existing in the most recent and updated trade forms. Taking into consideration that the space corresponds to a time that materializes itself, a deep analysis on the configuration and appropriation of spaces might show us possible trends for the future.

KEY WORDS: Retail commerce forms. City. Consumption. Signs. Space-time.

INTRODUÇÃO

O convite para este debate nos instigou a pensar sobre a alteração das formas espaciais urbanas em curso, destacando o consumo como “o elemento estruturador das formas de produção de mercadorias, entre elas a própria cidade, bem como das práticas sócio-espaciais”¹. É possível entender o destaque dado ao consumo, em razão da visibilidade que ele adquiriu, na atualidade, no seio da produção geral de nossa sociedade. É bem verdade que o olhar retrospectivo ao ato de consumir mostra que ele nunca deixou de existir. O aparentemente novo talvez seja a intensidade e a expansão desse momento da produção, conferindo ao consumo uma evidência que, sob certas circunstâncias, parece ter deixado de ser um ato corriqueiro e necessário para a reprodução da vida, passando a ser o seu motivo.

¹ Trecho extraído da ementa da Mesa Redonda “Novas Formas Espaciais e Novos Papéis Urbanos”, realizada durante o XI Simpurb, Brasília, DF, 2009.

Desde logo pressupomos que, para o entendimento do tema não podemos ignorar o regime de produção capitalista e sua reprodução, particularmente na atualidade, quando o próprio espaço tem um papel proeminente na reprodução.

Nossa reflexão será desenvolvida em torno de um questionamento: será o consumo um elemento estruturador das formas e, em especial, aquelas comerciais? Se for, como isso se dá? Para construir esse entendimento buscaremos elementos de referência nas formas comerciais varejistas presentes no espaço urbano.

UM QUADRO TEÓRICO

É preciso rever continuamente o caminho teórico que nos conduz a demonstrar nosso entendimento sobre o espaço urbano. Na perspectiva da construção desse entendimento sobre o urbano, através da leitura das formas comerciais varejistas, desde o início de nosso trabalho de pesquisa sobre a temática, encontramos na fundamentação marxista o apoio para elaboração de um entendimento dessas formas, tendo em vista que a produção do conhecimento sobre esses objetos, no âmbito da Geografia, há quase quatro décadas atrás, não oferecia respostas satisfatórias para indagações simples como a da compreensão do padrão de localização dos supermercados na Grande São Paulo, tema que inspirou nossa dissertação de mestrado. Naquele momento (década de 1970) e naquele lugar de estudo (Universidade de São Paulo), tínhamos as referências bibliográficas francesas e norte-americanas que, nessa matéria específica e num primeiro olhar, pareciam dar as explicações mais convincentes. Porém, quando nos debruçamos sobre *O Capital* de Karl Marx, além de leituras paralelas² que permitiam o entendimento da teoria do filósofo, demo-nos conta que seria possível propor outra leitura geográfica para o espaço do comércio e do consumo. Embora o resultado daquele trabalho possa ter sido marcado pelo teor econômico e por uma interpretação de cunho quase dogmático (digo quase porque a intenção não era essa, evidentemente, mas naquele momento era a possível), ele nos permitiu obter um quadro teórico de apoio para entender a localização dos supermercados no espaço urbano da metrópole paulista. Esboçamos ali um primeiro e possível “caminho das pedras” para superar a interpretação feita pelos geógrafos clássicos e teóricos sobre o comércio varejista na cidade.

² Um trabalho foi realizado em grupo a partir da disciplina ministrada no âmbito da pós-graduação pelo Professor Doutor Manoel Fernando Gonçalves Seabra, orientador de nossa dissertação de mestrado.

Procuramos ir além da aparência das formas. Vimos ali o fenecer do pequeno comércio de gêneros alimentícios, a paulatina retirada do Estado do âmbito da distribuição e controle do abastecimento de gêneros alimentícios e, concomitantemente, a entrada do grande capital na comercialização das mercadorias básicas para a reprodução da vida. Ficou evidente, no estudo desse espaço comercial, a forte concentração financeira e territorial que, através da implantação dos supermercados, impunha-se no espaço da metrópole.

O objeto de estudo escolhido para dar seguimento àquele trabalho foi o *shopping center* (1990), voltado para outro setor da distribuição de bens de consumo corrente, que também deixou evidente a concentração do capital, agora associado ao setor imobiliário e envolvendo alguns 'pedaços' das cidades.

Não é preciso dizer que, a partir do instante em que procuramos as respostas e esboçamos um corpo teórico para a interpretação, a complexidade do pensamento sobre o assunto aumentou exponencialmente. Além do mais, sempre temos novos desafios, porque muita coisa mudou nesse lapso de tempo, e não só nos países conhecidos como mais ricos.

A partir de então, mergulhando no estudo das formas comerciais no espaço urbano, deixamos cada vez mais evidente que era impossível nos restringirmos apenas a uma tipologia que contemplasse as características das edificações com essa finalidade, compondo a morfologia das cidades junto com outros objetos; essas formas têm movimento próprio, delas mesmas, que as articula com outras formas, as próximas e as distantes, também iguais a ela ou diferentes dela. Mas isso requer ir além da aparência das formas, como veremos adiante.

Por sua vez, o consumo sempre esteve presente em nossas análises, pois se trata de uma dimensão necessária na composição de um entendimento das formas comerciais do ponto de vista de nossa análise. E da perspectiva da construção de um pensamento crítico sobre o urbano na Geografia, é possível afirmar e reconhecer que o consumo ganhou uma centralidade inquestionável nos discursos produzidos sobre nossa sociedade, particularmente a partir do último lustro do século XX, o que não significa que o assunto não tenha sido abordado anteriormente³. Desde então, as respostas para explicar as coisas boas e más nas

³ Podemos aqui lembrar um texto de Diderot (1962), datado de 1772, intitulado *Regrets sur ma vieille robe de chambre ou avis à ceux qui ont plus de goût que de fortune*, em que o filósofo fala sobre a instabilidade causada por um novo *robe de chambre* que entra em desacordo com todo o seu gabinete de trabalho – “*plus d'ensemble, plus d'unité, plus de beauté*”.

várias dimensões de nossas vidas parecem residir no consumo, por sua ampliação nas diferentes camadas sociais e/ou pelo seu excesso. A análise superficial da questão, como se fosse uma categoria isolada, pode equivocadamente, responder por quase todas as nossas mazelas.

É claro que o consumo não deixou de ser um dos momentos da produção geral da sociedade, pois não é possível entendê-lo sem considerar sua articulação com os outros momentos dessa produção, qual seja, a produção, a distribuição e a circulação/troca de mercadorias, o que não é novidade para ninguém, pois foi exposto com clareza por Marx, no célebre texto da Introdução à Crítica da Economia Política, de 1857 (1974). Que transformação ocorreu na realidade que afetou esse quadro teórico? O ato de produzir deixou de ser, em todos os seus momentos, um ato de consumir? Por sua vez, o ato de consumir deixou de “produzir” um objeto (tornar um produto efetivo porque consumido)? Ou deixou de criar a necessidade de uma nova produção? A produção e o consumo, ao se realizarem, não continuam a criar um ao outro? A distribuição, troca e circulação também deixaram de ser momentos mediadores, juntamente com produção e consumo? “Não” – é a resposta a essas questões que poderiam ser colocadas a partir daquele texto clássico. Trata-se de uma construção teórica que mostra a relação existente entre os diferentes momentos da produção da dimensão econômica de uma sociedade, qualquer que ela seja, e que não podem ser entendidos sem que se articulem entre si. O que parece necessário é, sim, entender o papel de cada uma dessas esferas, que se articulam entre si, em cada momento histórico, o que já estava posto pelo próprio texto de Marx, ou seja, as determinações que, a cada momento da História, alteram a articulação existente entre elas. E mais, parece indispensável o entendimento da articulação dessa dimensão econômica com todas as outras dimensões da vida humana, porque, se até 1857 tínhamos avançado nesse entendimento, não parece inteligente autonomizar um dos momentos da dimensão econômica, mas sim tratar de relacioná-lo com as outras dimensões da vida social, para não deixarmos de entender as articulações estabelecidas com as demais determinações internas do processo de produção geral da sociedade. No fundo, a questão é que estamos lidando com um mesmo projeto de sociedade – a do capital – que vem sofrendo transformações imensas, mas que, por enquanto, continua tendo como objetivo fundamental o lucro, perspectiva da qual não se tem desviado um milímetro sequer. O consumo é necessário, sim, a essa maneira de produzir

porque, caso contrário, o lucro não se realiza. O objetivo, aqui, não é banalizar, mas mostrar que as mercadorias puderam, tecnicamente, tornar-se cada vez mais atraentes e, hoje, dirigidas a consumidores específicos. E, aqui, estamos falando de todo o mercado, incluindo a mercadoria espaço, não só aquele de vendas ao consumidor, mas o que atinge até o da moradia do consumidor. Tudo no urbanismo vai se reduzindo ao espetáculo; portanto, ao nada, como afirmam os situacionistas Kotanyi e Vaneigem (2006, p.23), que escreveram

O capitalismo moderno, que organiza a redução de toda a vida social a um espetáculo, não é capaz de oferecer outro espetáculo que o da nossa própria alienação. Seu sonho urbanístico é sua obra mestra.

Mas parece que essa redução vem sendo atingida de maneira muito grotesca. Nesse momento (agosto de 2009), constrói-se em São Paulo, um conjunto residencial chamado Dignidade para pessoas da terceira idade. Não será paradoxal nomear um espaço desse modo? Mas, seria mesmo necessário nomeá-lo de Dignidade, porque o objeto casa não se mostra assim tão digno de receber os moradores da terceira idade e isso já é sabido, de antemão, pelo Estado? Ou porque, ao se apropriarem daquele espaço, os moradores não sentirão a presença da dignidade, mas confirmarão a ausência dela ali? Daí a necessidade da denominação... Estamos diante de um discurso sobre o objeto que não traz em si a propriedade que deveria trazer. É o nome do lugar que se transforma em signo. Parece que o urbanismo está com sérios problemas!

Sem dúvida, o mundo tornou-se complexo demais e não damos conta de entendê-lo com as nossas ciências parcelares acrescidas de nossas especialidades, mas o esforço é necessário sob pena de nosso *métier* perder o sentido, porque o mundo se tornou ininteligível nessa área do conhecimento. Abro um parêntese para lembrar as palavras de Rouanet (2008, p. 354), quando escreveu que

[...] grande parte de nossa sensação de impotência diante do desdobramento aparentemente incontrolável da técnica vem do fato de que a extrema fragmentação do saber nos impede de aceder a uma visão clara do processo de conhecimento como um todo. O progresso da ciência só se tornou possível graças à divisão intelectual do trabalho, mas essa mesma divisão bloqueou a possibilidade de qualquer sobrevoio generalista, sem o qual não temos como dar sentido e direção ao desenvolvimento científico-tecnológico.

Existe muita informação sobre todas as matérias, contudo apropriar-se dela e transformá-la em conhecimento constitui outra etapa de trabalho, que demanda tempo e recursos, nem sempre disponíveis. É certo que muitos aspectos que to-

cam de perto a temática pertinente a uma Geografia do comércio e do consumo não podem ser melhor explorados em virtude de limitações teóricas relacionadas ao conteúdo específico a cada uma das outras ciências às quais recorreremos para fundamentar nossas teses. Esse sempre foi um problema que os geógrafos, em especial, tiveram de enfrentar por lidarem com uma ciência de natureza multi-dimensional, ou seja, ela sempre demandou um pensamento complexo. Isso não significa que o façamos, necessariamente, de maneira correta, mas que temos de enfrentá-lo, sobretudo na atualidade, quando a leitura sobre a condição humana torna-se cada vez mais difícil mas, ao mesmo tempo, essencial.

ARTICULAÇÃO ESPAÇO-TEMPO E FORMAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Em resumidas palavras, produção, distribuição, troca e consumo são momentos da produção geral da sociedade e, em cada tempo, revelam-se formas diferentes de concretização desses momentos nem sempre mostrados pela aparência, porque a forma concreta, espacializada, material, está ali, tem data e parece inerte, mas a apropriação dela, no tempo não é a mesma e isso é importante reter.

É necessário compreender as formas em sua gênese, mutação e transformação⁴. No limite, toda transformação afeta o ser, a identidade do ser. Se temos como pressuposto que as coisas mudam continuamente, em que nos fundamentamos para reconhecer se uma coisa é, ou não, a mesma? Se tudo é mutável, se não há estabilidade, como designar uma coisa? Esse não é um problema recente nem pequeno.

Platão procurou resolver a questão, instaurando “dois mundos – o sensível, lugar das aparências instáveis, e o inteligível, lugar das essências eternas e imutáveis” (LEOPOLDO e SILVA, 2009, p. 8). Conforme Leopoldo e Silva (2009, p. 8), para Platão a

[...] experiência imediata nos mostra que tudo é mutável e que o tempo devora todas as coisas: elas nascem, se transformam e morrem. Mas a busca da verdade, pela qual nos elevamos acima dessa contingência, nos faria entender que tudo isso que percebemos sensivelmente é um reflexo empobrecido da verdade, a qual seria em si mesma incompatível com tamanha relatividade.

⁴ O termo transformação, embora indique um processo, está sendo usado aqui no sentido de distinguir a conclusão de uma mutação, quando uma coisa já não é ela mesma, mas outra.

Ou seja, para Platão, a verdade é absoluta, imutável, não sujeita ao fluxo do tempo.

Aristóteles, segundo as considerações de Leopoldo e Silva (2009, p.9),

[...] filósofo da imanência, procura distinguir na mesma realidade os elementos que se referem ao conteúdo sensível e aqueles que, do ponto de vista inteligível ou lógico, terão a função de ordenar a multiplicidade para que ela ganhe coerência e sentido – para que aí mesmo, e não num mundo suprassensível, se possa encontrar a verdade. Assim, a essência não está em outro lugar além do mundo empírico, mas nas próprias coisas, desde que saibamos ordená-las pelas categorias intelectuais que lhes conferem inteligibilidade.

Essa distinção articuladora se manifesta na concepção do tempo.

O tempo é, para Aristóteles, “o número do movimento, segundo o antes e o depois”, que, de acordo com Leopoldo e Silva (2009, p. 9), leva-nos a entender que “o tempo é um modo de articulação da realidade em instantes, que são anteriores e posteriores” e que, para o filósofo grego, “o tempo não se situa na eternidade”, mas é “uma articulação do mundo sensível que faz parte do conhecimento que dele podemos ter”.

Desde então, os pensadores têm se debruçado sobre questões relativas ao tempo, ou seja, ao movimento entre o passado e o devir, que, na expressão de Marilena Chauí é, em todos os seus aspectos, o movimento. As concepções de tempo sempre estiveram articuladas com a concepção de espaço. Conforme afirma Leopoldo e Silva (2009, p. 15-16),

[...] espaço e tempo sempre estiveram vinculados porque ambos entram nas relações mais frequentes que são feitas, tanto pelo senso comum quanto pela ciência, no que concerne às teorias e às práticas humanas. É natural que essa proximidade interfira na concepção de ambas as modalidades de relação.

O mesmo autor destaca, no entanto, que o filósofo Bergson, considerava que “a modalidade espacial de relações leva vantagem na estruturação da representação, razão pela qual o espaço se coloca como modelo de todas as relações” (2009, p. 16). Conforme sua interpretação a partir desse filósofo,

A vantagem prática é inegável: a justaposição espacial nos dá a presença dos elementos que precisamos relacionar; enquanto a sucessão temporal nos coloca diante do desaparecimento e ausência dos elementos que devemos representar (2009, p. 16).

O desaparecimento dos elementos, quando colocamos a perspectiva do tempo, transfere uma importância enorme para a perspectiva da leitura pelo espaço, porque nele fica materializada a representação.

Portanto, essas duas categorias não podem deixar de figurar juntas, porque se articulam. Tratando-se mais diretamente das formas, sem o tempo elas não são inteligíveis, quando o entendimento do mundo é construído na perspectiva de uma Geografia Radical. É através das marcas no espaço que o tempo ganha “materialidade”, se assim podemos dizer; e é através dele que podemos orientar nossas ações e nossos pensamentos.

E na divisão do trabalho científico cabe aos geógrafos a análise da parte mais material da realidade social: o espaço da vida humana, ou seria o lugar? Aqui devemos nos deter um instante para destacar alguns aspectos de sua diferenciação na cidade. Ambos os conceitos são necessários ao nosso trabalho, sob pena de perdermos a inteligibilidade sobre a própria vida, que se reduziria apenas aos sentidos. Sennett (2003, p. 160-161) afirma que

A distinção entre espaço e lugar é fundamental na forma urbana. Mais do que apego emocional por onde se vive, a questão envolve uma experiência temporal. Na Paris Medieval, o uso flexível do espaço surgiu com as corporações, que trocavam de ramo ao sabor do tempo econômico, à cata das melhores oportunidades e à frente das oscilações do mercado. Essa permutação de produtos e/ou valores estimulava a conjugação do funcional uso do espaço com o oportuno uso do tempo. Contrariamente, o tempo cristão vinculava-se à história da vida de Jesus, que se conhecia de memória. Associada ao sentido do tempo de uma narrativa feita e acabada, a religião ensinava o apego emocional ao lugar.

Outra diferenciação que o autor destaca, e também nos interessa de perto, é a oposição entre religião e economia. Sennett (2003, p. 161) escreveu que

Enquanto o tempo e o lugar cristãos baseavam-se na força e compaixão, o espaço e o tempo econômicos apoiavam-se na agressividade. Essas contradições entre lugar e espaço, oportunidade e estabilidade, piedade e atitudes hostis, atormentavam o espírito burguês que tentava, simultaneamente, acreditar e lucrar na cidade (grifo nosso).

Não é preciso dizer que essa situação conflituosa para o espírito humano vai paulatinamente desaparecendo com a emergência da sociedade capitalista, que torna os lugares cada vez menos singulares e mais genéricos.

Isso posto, em linhas muito gerais, vamos ao movimento das formas comerciais usadas na venda dos bens de consumo final na sociedade capitalista.

Se as formas que levam o epíteto de antigas, como mercado, feira-livre, entre outras, elas, ou permanecem na atualidade, ou estão completamente repaginadas e não são o que parecem ser; portanto, são simulacros, ou permanecem em situações precárias do ponto de vista da instalação e das possibilidades. Mas

são a única maneira de prover de bens uma parte da população até que essa forma seja apropriada pela própria expansão do capital, ou seja, ela passa a interessar para a reprodução capitalista. Isso é notório em nosso país e seria bom que os geógrafos tivessem um pouco mais de interesse pelo estudo da circulação de bens, embora, é preciso reconhecer que a fluidez e a velocidade maior desse momento da economia não ofereçam muita segurança para a análise.

Mas, e as formas mais recentemente implantadas? Vamos dispensar toda aquela parte da acumulação capitalista, concentração e centralização do capital no espaço urbano, sobre o que já discorremos em outras oportunidades e sabemos como funciona quanto aos interesses. Porém, a forma assumida no espaço (o local comercial) e seu desdobramento em inúmeros outros pontos, já que esse é o jeito de distribuir hoje as mercadorias produzidas, convertem-se, cada vez mais, em signo. E os meios de comunicação bombardeiam os indivíduos, diariamente, com um *marketing* bem direcionado ao público alvo, ao qual trata de convencer: a consumir X para ajudar a proteger alguém do outro lado do seu país; ou adquirir um apartamento em tal lado da cidade para ser feliz para sempre e ter, todos os dias, a visão do paraíso; ou que o carro Y lhe dará toda a autonomia, velocidade e segurança de que um homem moderno como você necessita, e só não lembra a você que o Código de Trânsito não permite ultrapassar os 120 km horários nas autoestradas do Estado de São Paulo e, se estiver na cidade de São Paulo, é melhor pensar em adquirir um helicóptero para os deslocamentos diários, ou seja, criam-se imagens para consumo. É isso que estamos consumindo, imagens, inclusive nos lugares de compra. Quando analisamos os *shopping centers*, verificamos que os contratos dos lojistas exigiam uma reforma na loja a cada cinco anos – naquele momento ainda não eram as franquias que dominavam, mas hoje elas mesmas precisam disso para manter uma imagem atualizada da marca (sempre no tempo presente). Ora, a pátina entrou em “desuso”, por assim dizer, ela não é mais necessária, mesmo porque se destina a um mercado restritíssimo, pois não há, proporcionalmente, objetos à venda com pátina autêntica. Mas, é claro, você não precisa ficar infeliz por não ter acesso à patina, ela pode ser fabricada hoje mesmo – cria-se o pó que você quiser. Já nas catedrais góticas e em outros espaços arquitetônicos urbanos, onde sobra a pátina proporcionada pelo tempo, ela está sendo retirada em nome da sua preservação – fica tudo parecendo novo – e, para amainar a ânsia dos turistas de tudo ver e fotografar, há enormes televisores de plasma nas colunas de Notre Dame, transmitindo a missa que ali mesmo se rea-

liza. Novamente, os olhares se voltam para a telinha – “será que estou aparecendo na tela?” – e a introspecção, que é o sentimento maior nesses lugares (e só neles eu ousaria afirmar) desaparece, torna-se totalmente abstrato, por absoluta falta de condições para o recolhimento espiritual.

Mas o consumidor tem de estar convicto de que está adquirindo a felicidade, quando pode comprar um produto desejado. A imagem previamente transmitida sobre a mercadoria, e que capturamos, foi essa, mas a vida nos mostra sua outra face, a real, e a insatisfação aparece logo, porque aquele produto não preenche o vazio, são “necessários” outros, muitos outros, inclusive fármacos, porque, como afirma Kehl (2009, p.103 -104),

Os depressivos, cujo número parece aumentar na proporção direta dos imperativos de felicidade, são incômodos na medida em que questionam esse projeto. [...] A depressão, como sintoma social, é aquilo que resiste – ao imperativo do gozo, a fé na felicidade consumista, à própria oferta de possibilidades de traição da via desejante.

Junto com a medicação, o que se vende é sobretudo a esperança de que o depressivo possa rapidamente normalizar sua conduta sem ter de se indagar sobre seu desejo.

A oferta interminável de objetos de gozo não impede que, hoje, a dimensão de “continente negro” que recai sobre o par desejo/castração seja tão incômoda quanto nos tempos de Freud.

A diferença é que, se nos primeiros séculos do capitalismo industrial era importante curar o neurótico de suas inibições para fazê-lo produzir, hoje as neurociências se empenham em animar os depressivos para torná-los aptos a consumir. Ou, pelo menos, a desejar consumir, a estar de acordo com as demandas de consumo – essa forma avançada de poder disciplinar que normaliza a vida social (grifos nossos).

Retomando a nossa questão inicial, acrescentamos uma outra pergunta: a continuar assim, não estaríamos vivendo apenas em fragmentos do espaço urbano, mas em lugares que se dissolvem em signos aos quais estamos todos submetidos, e a cujo consumo somos dirigidos?

Para Walter Benjamin (2009) sonho e despertar correspondem, respectivamente, a expressão e interpretação. Só com a interpretação da imagem é que o seu fascínio pode ser superado. Se espaços comerciais (*shopping centers*) são lidos como lugares onde o sonho de alguém pode ser realizado, certamente são fascinantes e ofuscam o entendimento da vivência. Precisamos encontrar a superação dessa visão paradisíaca, interpretando os lugares de sonho, que espaços recortados de nossas cidades estão mostrando. Despertar do sonho era, para Benjamin, o melhor exemplo da reviravolta dialética.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *O avesso das coisas (aforismos)*. Rio de Janeiro: Record, 2007, 6º ed.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, 2ª reimpressão.
- DIDEROT, Denis. *Oeuvres*. Paris: Gallimard, 1962.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KOTANYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. Programa elemental de la oficina de urbanismo unitário – 1961. *Urbanismo Situacionista*. Barcelona: Gustavo Gilli, 2006.
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin. Tempo: experiência e pensamento. *Revista USP*, São Paulo, n. 81, p. 6-17, março/abril/maio 2009.
- MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Col. Os Pensadores, v. 35)
- PINTAUDI, Silvana Maria. *O templo da mercadoria – estudo sobre os shopping centers do Estado de São Paulo*. 1989. 156 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Os supermercados na grande São Paulo – contribuição ao estudo da transformação do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROUANET, Sergio Paulo. Por um saber sem fronteiras. In: *Mutações – ensaios sobre as novas configurações do mundo*. Adauto Novais (org.). Rio de Janeiro: Agir; São Paulo, Edições SESC SP, 2008.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003.

Recebido em: 04/03/2010

Aceito em: 30/05/2010

TEMAS DIVERSOS

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E DISCURSO DO “DECLÍNIO” EM POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NO BRASIL E NA EUROPA¹

SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Universidade Federal do Pará

stclair@ufpa.br

RESUMO

O discurso do “declínio” econômico e de degradação física e social dos centros das cidades contemporâneas tem impulsionado a possibilidade de inserção econômica dessas mesmas cidades no contexto de cenários nacional, regional, macrorregional ou mundial. Esse tipo de discurso, presente nas políticas de desenvolvimento local, de desenvolvimento regional e, igualmente, nas operações de interesse nacional, é, normalmente, seguido de uma estratégia de mercado que coloca a necessidade de práticas de requalificação urbana, responsáveis por dar visibilidade às cidades, tornando-as mais competitivas, como acontece nas experiências de Marselha, no sul da França, e de Belém, na Amazônia brasileira, consideradas na presente análise.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento. Declínio. Requalificação Urbana. França. Brasil.

¹ O presente trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico. Faz parte de resultado de pesquisa, realizada por ocasião de estágio de pós-doutorado, nos anos de 2006 e 2007, no *Centre de Recherche et de Documentation de l'Amérique Latine* (CREDAL), Unidade Mista de Pesquisa pertencente à *Université Paris III (Sorbonne Nouvelle)* e ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). A continuidade da pesquisa vem se dando a partir de 2008 por meio de financiamento, também do CNPq, do projeto intitulado “Políticas de reabilitação urbana na área central de Belém: concepções, instrumentos e implicações socioespaciais”.

DEVELOPMENT STRATEGIES AND THE “DECLINE” DISCOURSE IN THE URBAN REQUALIFICATION POLICIES IN BRAZIL AND EUROPE

ABSTRACT

The discourse concerning the economic decline and physical and social degradation in contemporary city centers has boosted the possibilities of economic insertion of these cities in the national, regional, macro-regional or even in the world scenario. This discourse appears frequently in local and regional development policies as well as in the context of operations involving “national interests”. The discourse is followed by market strategies which stress the need for “urban regeneration” interventions. These actions are responsible for highlighting some aspects of the city image, with the aim of improving competitiveness – as can be seen both in the French experience of Marseille and in the Brazilian case of the city of Belém, in the Amazon.

KEY WORDS: Development. Decline. Urban Requalification. France. Brazil.

INTRODUÇÃO

As políticas de renovação urbana colocadas em prática hoje tendem a reproduzir, mesmo em realidades e formações socioespaciais diferenciadas, discursos muitos semelhantes, a exemplo do que acontece nas políticas de requalificação urbana de áreas centrais². A cidade, nessa situação, é visualizada através de seu centro histórico renovado, que se torna espaço de novas experiências de desenvolvimento urbano com fortes apelos globais.

² A propósito da denominação dessas práticas contemporâneas de intervenção em áreas centrais, várias adjetivações têm sido usadas para nomeá-las, dentre as mais recorrentes destacam-se: “renovação”, “revitalização”, “reabilitação”, “requalificação”, “regeneração”, “reciclagem” e “recuperação”. Na Europa o termo “reabilitação” tem sido mais utilizado, seja nas políticas oficiais de intervenção, seja no debate acadêmico, a exemplo do que acontece na França e em Portugal; ao passo que no Brasil a ideia de “revitalização” tem sido mais difundida, não sendo necessariamente compartilhada no interior do debate acadêmico. Ver, nesse sentido, a discussão a respeito do uso de alguns desses termos feita por Maricato (2001), que busca distinguir a natureza dos mesmos. Para efeitos da presente análise, utilizaremos o termo requalificação (sem aspas) por indicar melhor os processos que marcam as atuais intervenções nas áreas centrais brasileiras. A requalificação aqui é entendida como uma forma de renovação urbana, que, por sua vez, busca dar uma nova qualidade ao espaço (funções, usos, apropriações etc.) e que se mostra em estreita sintonia com estratégias de desenvolvimento e com determinados interesses de agentes que definem formas específicas de controle de frações do espaço das áreas centrais.

No caso europeu, e mais especialmente no caso francês, há, por exemplo, uma preocupação em dar notoriedade a determinadas cidades na rede de “eurocidades”, como é o caso de Lyon, ou na região do “euromediterrâneo”, como no caso de Marselha. A situação de crise e de decadência que se reforça como pressuposto de um projeto de desenvolvimento, estabelece uma espécie de consenso e de atmosfera de perda, que mobiliza a ação e a convergência de agentes e de interesses distintos. Mais que especificidades locais e regionais, entretanto, tratam-se de ideias que circulam para além dessas realidades e que ganham terreno, como parte de uma estratégia responsável por reproduzir um determinado modelo de desenvolvimento e que busca inserir efetivamente as cidades em um contexto de mercado global.

Diante do discurso governamental de “declínio”, cria-se uma espécie de consenso que associa a imagem da cidade a novas estratégias econômicas, como o turismo, que passa a ser considerado elemento-chave nas políticas locais de desenvolvimento; razão pela qual as intervenções em centros históricos tornam-se importantes para a definição de uma nova imagem da cidade e de sua capacidade atrativa de novos investimentos.

O discurso do “declínio” presente nas políticas de desenvolvimento local e regional, e mesmo nacional, coloca a necessidade de políticas de requalificação urbana que dêem visibilidade à cidade, como acontece nas experiências de Marselha, sul da França, e de Belém, na Amazônia brasileira. Na presente análise, essas duas cidades serão consideradas não em termos comparativos, mas, sobretudo, como realidades socioespaciais diferenciadas nas quais esse tipo de discurso se torna motivador de práticas de requalificação de suas respectivas áreas urbanas centrais.

COMPETITIVIDADE E INSERÇÃO GLOBAL DAS CIDADES

Não obstante a ênfase que é dada à dimensão cultural nas políticas urbanas contemporâneas, conforme mostra Arantes (2000), tal dimensão não explica sozinha a complexidade dos processos de renovação que se tem feito notar nas áreas centrais. É necessário considerar vários elementos que conjuntamente reúnem condições para uma maior eficiência econômica das cidades, associadas recorrentemente às intenções de planificação estratégica de “mundialização liberal”, conforme adverte Osmond (2002). Para esta autora, essa orientação de política urbana sugere que a melhoria da performance das cidades deve ser

atingida, segundo aquela lógica, a partir de quatro condições: a) a competitividade, aprimorada por meio de correções de disfunções físicas, administrativas e de serviços às empresas; b) a melhoria da qualidade de vida na cidade; c) a boa gestão e governança, com melhoria da captação de recursos e gestão privada dos serviços; e d) a “bancabilidade”, que assegura a garantia de empréstimos nos mercados financeiros.

Esses atributos apontados por Osmont (2002) indicam uma nova concepção de política urbana voltada para o “empreendedorismo”, muito comum nos dias atuais, e que se apresenta como sucedânea do “administrativismo” de décadas passadas. É nessa linha de argumentação que Harvey (2005) toma como referência as intervenções urbanas ocorridas em Baltimore para discutir a transformação da governança urbana no capitalismo tardio, identificando as seguintes tendências: a) a parceria público-privada, b) a atividade empreendedora dessa parceria, e c) o enfoque voltado à economia política do lugar.

Ainda que não se apliquem apenas às renovações que ocorrem nas áreas centrais, tais elementos indicados pelos autores anteriormente mencionados têm induzido a pensar o significado das áreas centrais face ao novo papel conferido às cidades. Portanto, subjacente a essas estratégias, está a ideia da cidade competitiva (OSMONT, 2002) e do empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005).

Preocupado com essas práticas nas chamadas cidades “pós-modernas”, Amendola (2000) denomina essas ações de renovação de “estratégias da aparência”, advertindo que os destinatários das imagens promocionais da cidade são variados, incluindo empresários e *menagers*, políticos, jornalistas, turistas e intelectuais. Diz respeito, portanto, a um público heterogêneo, portador de culturas e códigos de comunicação diferentes e em contraste entre si.

Acrescenta o mesmo autor que, nesse contexto, duas estratégias principais se fazem presentes: a modernista, que aponta para a competência, a modernização, o dinamismo, a intencionalidade e o espírito empresarial; e a patrimonialista, que enfatiza o monumento, as culturas locais, as tradições e os valores paisagísticos. De qualquer forma, não se trata de duas perspectivas excludentes. É o que se constata, por exemplo, analisando-se o caso de Barcelona, conforme discute Rovira (2006), que considera a coexistência de dois discursos, aparentemente contraditórios, a partir dos quais se constroem as políticas de renovação urbana: o da cidade internacional, que se renova e adapta o seu

espaço para atrair fluxos de capital; e o da cidade multicultural, que acolhe e na qual cabem as diversas culturas que trazem os novos cidadãos. O último, considerado politicamente correto, tende a contribuir para o objetivo supremo dos poderes públicos locais em fomentar o crescimento econômico que alça as cidades renovadas à condição de cidades competitivas e plenamente inseridas no mercado mundial.

É nesse cenário, de novas políticas urbanas que levam em conta a preparação das áreas centrais nas estratégias de competitividade da cidade, que se colocam as motivações existentes ou orquestradas no sentido de sugerir um espírito empreendedorista que possa alçar as cidades a um plano regional e mesmo mundial com atrativos econômicos e culturais. Uma dessas motivações são os discursos do “declínio” econômico, geralmente associados a uma fase pós-industrial e de decadência das áreas centrais, que passam a ter suas paisagens relacionadas ao esvaziamento e ao empobrecimento urbanos.

DESENVOLVIMENTO, REDENSIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA

Nas representações das formas espaciais pensadas para restabelecer a interação dos habitantes com a área central, podemos constatar a dinâmica espacial como produto e condição de um esquema de reprodução social que insere as cidades em escalas mais amplas do espaço, reinventando-as para um mercado mundial (SÁNCHEZ, 2003). Dessa maneira, a cidade pode ser visualizada através de sua área central, configurando-se como uma síntese de sua história e de seus processos sociais e culturais, mas também como espaços de novas experiências que vinculam seu uso a novas tendências de desenvolvimento urbano de caráter global. Do ponto de vista das representações sociais, entretanto, os contextos e valores que dão origem a essas práticas urbanas em realidades como a europeia são bastante diferenciados daquelas outras realidades nas quais práticas semelhantes se difundem, a exemplo da América Latina.

Considerando que as novas formas de reprodução econômica, pautadas na fluidez e na flexibilidade de localização da indústria, estimularam nos últimos anos a desindustrialização e a desconcentração econômica, a forma urbana configurada nas cidades europeias após a Segunda Guerra sugeria um modelo de urbanização pouco recomendável às concepções de cidades sustentáveis, levando a situações como: a) falta de intervenções e inovações em áreas centrais;

b) deslocamento de populações de melhor poder aquisitivo em direção a bairros novos; c) empobrecimento, tensões sociais e insegurança em bairros antigos; d) degradação, abandono, depopulação e aculturação em setores urbanos centrais (CONSEIL DE L'EUROPE, 2004).

Assim, diante das implicações decorrentes do modelo espacial de cidade dispersa, tem sido recorrente na realidade europeia, por exemplo, o estímulo a um novo tipo de urbanismo que toma como princípio a concepção da forma urbana compacta e incentivadora da redensificação populacional e da diversidade funcional e social dos bairros antigos. Nesse modelo de cidade, papel de destaque tem sido conferido às áreas centrais.

Associadas, em geral, a um processo de decadência econômica, decorrente da desindustrialização e de um fenômeno de perda de população, diretamente ligado à degradação dessas áreas e a um padrão socioespacial estimulado pelo processo de suburbanização da moradia, as áreas centrais costumam ser consideradas estratégicas para a definição de uma política urbana de readensamento. Daí a recorrência, em países europeus como a França, de políticas de requalificação urbana de bairros antigos, buscando-se “recriar a cidade sobre a cidade”, e os esforços dos governos em definir programas urbanísticos específicos de requalificação para esses bairros.

Nessa perspectiva, as intenções de requalificação das áreas centrais têm sido consideradas eficientes para a atratividade de novos habitantes e de diversificação de funções em espaços historicamente caracterizados pela centralidade. Assim, a busca pela redensificação, por meio de ações prévias de requalificação, leva o poder público a apostar em políticas incentivadoras de uma forma urbana compacta, em contraponto à forma urbana dispersa, posto ser aquela considerada mais adequada às propostas de desenvolvimento durável ou sustentável.

Denominamos essas práticas de requalificação urbana pela própria natureza das mesmas, muito preocupadas em dar uma nova “qualidade” a esses espaços, comumente tidos como sem vida, com funções decadentes e fisicamente degenerados e, muitas vezes, sem perspectivas de inovação. Isso os torna, em consequência, desabilitados para os novos papéis destinados às cidades competitivas. Daí as adjetivações muito próprias reafirmadoras de toda uma lógica discursiva que faz parte dos interesses subjacentes a essas intervenções, como a ideia de “revitalização” (dar vida ao que não tem vida), “reabilitação” (habilitar um espaço que não está habilitado), “regeneração” (reconstituir as proprieda-

des que foram perdidas), “recuperação” (reaver, restabelecer algo que deixou de existir). Todas essas adjetivações já definem, desde o início, o sentido dos propósitos assumidos pelas próprias intervenções.

Nas políticas voltadas para o novo ordenamento urbano, há uma estreita relação entre as ações que são pensadas e a renovação com vistas à configuração de novos territórios e de novas funções urbanas. Contrapõem-se, assim, àqueles territórios de forte vivência cultural, pré-existentes às práticas de renovação, aos quais podemos denominar de “territórios culturais”, como os denominam Vaz e Jacques (2006). Muitas vezes, tais territórios tendem a se esvaziar, dada a força de renovação definida pela implantação de equipamentos culturais, de espaços de lazer e de diversão e às melhorias urbanísticas dos espaços públicos circundantes. Dão-se, assim, novas qualidades ao espaço, qualidades estas que substituem aquelas outras que demarcam espacialidades e territorialidades bem próprias das dinâmicas e vivência cotidianas e, portanto, cheias de vida, da área central, mas que se tornam estigmatizadas face aos objetivos das novas políticas urbanas que buscam se ajustar ao perfil do novo papel a que essas cidades se propõem a assumir na perspectiva da competitividade global.

Portanto, mais do que espaços vazios e sem vida, como insinuam as políticas de intervenção, tratam-se de espaços com usos e funções territorialmente demarcados, notadamente por relações cotidianas nem sempre consideradas estética e funcionalmente desejáveis, seja por parte de determinados agentes de mercado produtores do espaço urbano, seja por parte de um imaginário coletivo induzido pela publicidade governamental, que tende a ganhar força quando se pensa a cidade como espaço estratégico de investimentos e de atrativos turísticos.

É por essa razão que se faz necessário reforçar a atmosfera de requalificação apoiada em um discurso de “declínio” urbano, relacionado tanto à dimensão econômica, quanto à dimensão demográfica e socioespacial. No primeiro caso, mostra-se a necessidade de incremento econômico como forma de superar a crise de crescimento em cidades que sofreram a desindustrialização e as perdas econômicas ocorridas em bairros centrais. Associam-se a isso outras perdas do ponto de vista demográfico e o interesse em trazer de volta populações para habitar antigos bairros, que assumem um aspecto de degradação e de deterioração do ponto de vista de sua estrutura física.

Segundo o mesmo discurso, a requalificação urbana, poderia, entre outras coisas: a) estimular a renovação desses setores centrais e decadentes; b) incenti-

var o uso dos mesmos para fins de turismo, pela riqueza do patrimônio por eles apresentada; c) dar um novo impulso econômico por meio de atividades terciárias em substituição às antigas indústrias que se desconcentraram; d) possibilitar um novo conteúdo social a esses espaços, de maneira a mudar a imagem decadente e estigmatizada à qual frequentemente estão associados (CONSEIL DE L'EUROPE, 2004).

A força do discurso de “declínio” urbano passa então a marcar os projetos e as propostas de requalificação. Essa atmosfera apresentada nos diagnósticos relacionados aos projetos de intervenção é recorrente nos discursos que concebem novas imagens e novos espaços, mais modernos e dinâmicos, e funcionalmente melhor integrados aos demais setores das cidades, e, também, projetados em nível regional, nacional e/ou internacional. A inserção em redes e em esforços conjuntos de projeção de cidades, a exemplo da rede de “Eurocidades” (para o caso de Lyon), do projeto “Euromediterrané” (para o caso de Marselha) e “Eurolille” (para o caso de Lille), na França, procura tornar algumas cidades mais competitivas em relação a outras que assumem papéis semelhantes e tidas como suas prováveis concorrentes.

Para as cidades brasileiras, trata-se de inserção em um cenário nacional (território brasileiro) e mesmo internacional (América Latina, principalmente). Daí também recorrer-se ao discurso do “declínio”, seguido de uma estratégia voltada para a competitividade das cidades, que coloca a premência de práticas que lhes dêem visibilidade, como acontece em Belém, na Amazônia oriental.

No caso belenense, que vivencia ainda um processo de metropolização, a estrutura da aglomeração metropolitana, formada hoje por cinco municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara), encontra-se ainda em formação. Assim sendo, a apropriação das áreas centrais por meio da produção de imóveis para a demanda solvável, pressupõe um “alisamento” ou “arrasamento” dos espaços como as áreas de “baixadas”, conhecidas por serem espaços alagados ou sujeitos a alagamentos e de reprodução de camadas sociais de baixa renda, não tão distantes do núcleo central. Pressupõe, também, a criação de uma fronteira urbano-imobiliária na chamada área de expansão, que tem possibilitado a dispersão urbana e o rearranjo interno metropolitano face às formas de apropriação do espaço por agentes hierarquicamente diferentes. Dessa maneira, o processo de segregação mostra-se estreitamente ajustado à dinâmica metropolitana belenense, tendo em vista o padrão espacial que se desenha: a cidade dispersa.

Não obstante essa diferenciação, alguns discursos se mostram similares, como no caso do discurso do “declínio”, que se reproduz para além das fronteiras europeias. Tomaremos como exemplos a cidade de Marselha, na França, e, em seguida, o de Belém, no Brasil, para considerarmos a importância da sensação de crise, de perda e de decadência como elemento motivador de uma política de desenvolvimento e de requalificação urbana.

MARSELHA E BELÉM: DOS DISCURSOS GLOBAIS ÀS PRÁTICAS LOCAIS

Para Borja (1987), um dos grandes defensores da concepção de planejamento estratégico de cidades no mundo, um projeto de cidade deve assentar-se em três fatores: a) “concertação” dos atores urbanos, públicos e privados, b) vontade conjunta e consenso cidadão e, c) sensação de crise, a ser acentuada pela tomada de consciência a respeito da globalização da economia. A respeito deste último fator gostaríamos de dedicar um pouco mais as nossas atenções, haja vista a difusão do mesmo como elemento central nas políticas de requalificação urbana em curso e em realidades socioeconômicas diferenciadas.

Desde já é importante advertir que os exemplos a ser considerados não têm a pretensão de se tornarem referências comparativas, especialmente dada à diferenciação marcante das realidades socioespaciais nas quais as cidades aqui consideradas se inserem, ainda que, do ponto de vista fenomênico, alguns elementos pareçam indicar algumas similaridades: a) ambas são cidades portuárias, b) tiveram no passado importância econômica significativa, seja pela atividade industrial e portuária (Marselha), seja pelo papel portuário e comercial (Belém), c) compõem hoje uma aglomeração metropolitana de aproximadamente dois milhões de pessoas, d) possuem localização estratégica do ponto de vista da região que formam suas respectivas hinterlândias, seja como “porta de entrada” da Amazônia (Belém), seja como ponto de contato de países que circundam o mar mediterrâneo (Marselha), e) o fato de serem cidades situadas em regiões relativamente mais afastadas do coração econômico de seus respectivos países, seja em região de fronteira econômica (Belém, ao norte do Brasil, na região amazônica), seja em região de antiga industrialização (Marselha, no sul da França). As poucas similaridades, entretanto, cessam por aqui, posto que as duas cidades apresentam muito mais diferenças a serem consideradas, que propriamente semelhanças a propósito de suas dinâmicas socioespaciais.

Para o caso de Marselha, um projeto de desenvolvimento foi colocado em prática há mais ou menos uma década. Denominado de “Opération d’Interêt National Euroméditerranée”, trata-se de uma operação de requalificação urbana voltada para a área central de Marselha e que compreende o porto autônomo; alguns bairros históricos, com destaque para uma das principais ruas da área central, denominada “Rue de la République” e antigas construções industriais e portuárias localizadas na área central e/ou nas proximidades do porto (quadro 1). A “Operação Euroméditerranée”, como será aqui denominada, é conduzida por um estabelecimento público chamado “Établissement Public d’Aménagement Euroméditerranée” (EPAEM), criado para coordenar a referida Operação, que abrange uma área de 311 hectares (DUBOIS, 2006).

QUADRO 1. PROJETOS INTEGRANTES DA “OPERAÇÃO EUROMÉDITERRANÉE” NA ÁREA CENTRAL DE MARSELHA

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
RUE DE LA RÉPUBLIQUE	Considerada uma artéria histórica da área central da cidade, a “Rue de la République”, chamada inicialmente de Rue Impériale, possui traçado e arquitetura do tipo haussmaniano do final do século XIX e integra hoje a “Opération Programmée d’Amélioration de l’Habitat (OPAH) Marseille République”. Esta operação inclui: recuperação, pelo setor público e privado, de espaços comerciais e habitacionais deteriorados; adaptação de espaços para estacionamento subterrâneo; extensão de linha de <i>tramway</i> ao setor reabilitado; melhoramento e embelezamento do espaço público.
QUARTIER DE LA JOLIETTE	Projeto voltado para o bairro “Joliette” que visa a transformar o mesmo em um centro de negócios, serviços, empregos, lazer e habitação. Inclui a requalificação do velho prédio de armazenamento portuário (“Les Docks”), habitações novas ou reabilitadas, equipamentos escolares e esportivos, estacionamentos, extensão de linha de <i>tramway</i> e embelezamento e dotação de equipamentos em espaços públicos.
FRICHES BELLE DE MAI	Requalificação e refuncionalização de prédios de antigas manufaturas, datados do século XVIII, para fins de atividades de produção cultural no bairro “Belle de Mai”. O projeto é constituído de: a) “Pôle de Patrimoine”, que abriga os arquivos municipais, as reservas do Museu de Marseille, bem como o Centro Inter-regional de Restauração do Patrimônio; b) o “Pôle Médias”, voltado à produção de vídeos, filmes e novelas e onde foi instalado um canal de televisão local (a LCM) e uma incubadora e incentivadora voltadas às empresas multimídias; c) o “Pôle Spetacle Vivant”, coordenado pelo “Système Friche Théâtre”, concebido como um espaço de vivência e integração à vida do bairro, considerado popular, e de onde se busca descobrir talentos artísticos, acolher artistas e ofertar empregos. Está prevista, ainda, em antigos prédios a serem requalificados, a criação de um pólo universitário especializado, de salas de ensaio do Teatro de Marselha, a instalação da Escola Superior de Paisagem, um centro de conservação do Museu das Civilizações, além de alojamentos estudantis.

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
GARE DE SAINT-CHARLES	Delimitado pela “Porte d’Aix”, pela “Gare Saint-Charles” e pela “Place Marceau”, constitui o coração das grandes vias de acesso ao centro histórico de Marseille. A área foi transformada em uma “Zone d’Aménagement Concerté” (ZAC) a fim de melhorar a circulação e o desenvolvimento de transportes coletivos para os habitantes e visitantes, ofertar habitações populares e equipamentos de bairro e de vocação regional, como biblioteca interuniversitária, centro de pesquisa e moradia estudantil, bem como incrementar atividades econômicas no espaço envolvido.
CITÉ DE LA MEDITERRANÉE	Consiste em abrir 110 hectares e 2,7 km de extensão para o mar Mediterrâneo a partir de subprojetos como: a) a “Esplanade du J4” – com abertura de janela para o mar a partir de obras de reabilitação e de urbanismo que visam a dar vida à área, por meio de espaços de entretenimento e lazer (bares, restaurantes, comércio, etc.), de animações esportivas e culturais, da construção do “Musée des Civilisations de l’Europe et de la Méditerranée” (MUCEM), dentre outros equipamentos culturais; b) o “Boulevard du Littoral” – considerada uma avenida marítima com a presença de quiosques adaptados com guarda-sol, ciclovias, vias de ônibus, viaduto, espaços comerciais e de serviços, equipamentos de lazer, e o terraço do porto, onde serão instalados comércio, restaurante panorâmico, piscina e mini-estádio de futebol. Além disso, está em processo de construção o “Euromed Center”, que aproveitará o antigo silo transformando-o em complexo turístico e cultural, com sala de espetáculo, centro internacional de convenções, cinema multiplex e hotel quatro estrelas; e o “Arenç”, um espaço habitacional, com apartamentos de diversos níveis sociais, inclusive habitação social, apoiado com equipamentos de proximidade e de vizinhança, como escolas, espaços esportivos e serviços diversos.

Organizado pelo autor a partir de Euroméditerranée (2006a, 2006b e 2006c)

Essa operação surge como uma forma de preencher alguns “vazios” que Marselha vem apresentando há alguns anos devido a fatores como a autonomia de ex-colônias francesas conectadas à Europa por meio do mar Mediterrâneo, mudanças no antigo porto que provocaram a perda da movimentação de outrora, e problemas sociais relacionados à migração, especialmente proveniente do norte da África (BOURDIN, 2006). Somam-se a isso: o êxodo da população mais abastada, o estado gradativo de desindustrialização, o declínio das atividades portuárias e o esgotamento de empregos terciários que induziram a um agravamento do desemprego e a uma baixa sensível da arrecadação dos tributos locais (DUBOIS; OLIVE, 2004).

Nesse contexto, a situação de perda é potencializada face às estratégias de requalificação urbana que se pretende para Marselha, posto que, após os anos 1970, a cidade perdeu mais de 100.000 habitantes e cerca de 20.000 empregos industriais:

Marselha [...] tornou-se o centro da região metropolitana. Mas ela vive um declínio demográfico tão grave que é quase único na França. De 1975 a 1990 Marselha perdeu um pouco mais que 110.000 habitantes (valores líquidos). Em números brutos, pode-se considerar que perto de 330.000 pessoas dei-

xaram Marselha em vinte anos. Isto é considerável e, evidentemente, de forte preocupação. Não se pode deixar de considerar que a crise de identidade por qual passa Marselha tem alguma relação com esta mutação demográfica (MOREL, 2000, p. 496).

Símbolo da fragilidade econômica da cidade, o perímetro da “Operação Euroméditerranée” lembra um território heterogêneo, mas também bastante degradado, com entrepostos abandonados, imóveis “haussmanianos” em estados precários de conservação, espaços pouco atrativos e entrelaçados de vias rápidas e passarelas, hangares obsoletos do porto autônomo e setores considerados insalubres (DUBOIS, 2006).

Essas circunstâncias reúnem condições que dão subsídios para a eleição de setores considerados estratégicos para os investimentos, como o bairro “*Belle de Mai*” e a “*Rue de la République*”:

Lançado em 1995, o projeto de interesse nacional Euroméditerranée abrange um perímetro de 300 hectares entre os bairros do norte e sul da cidade, a vinte minutos do aeroporto, perto do bairro histórico do Vieux-Port. Abrange também a fachada urbano-portuária, com dois terminais marítimos, a estação ferroviária Saint-Charles e os 3 hectares da antiga área industrial da Belle de Mai. Cerca de 120 hectares de tecido urbano degradado e 30.000 habitantes envolvidos. Ademais, este bairro multiplica os paradoxos, com 20.000 empregos recenseados, mais uma taxa de desemprego implicando em 30% nos anos noventa e, ainda, quinze estabelecimentos de ensino e 7.000 estudantes em 2.000 (VILLE DE MARSEILLE, 2006, p. 81).

A Rue Impériale, que receberá mais tarde o nome de Rue de la République, surgiu em 1870. Símbolo de grandes obras que, no século XIX, acompanharam o desenvolvimento industrial e portuário de Marselha, teve sua dinâmica freada e passou a entrar em estado de declínio ao longo do século XX... Quando a “Operação Programada de Melhoria da Habitação (OPAH) Marselha República” é lançada em 2002 pelo Euroméditerranée, a Rue de la République possuía um terço de habitações em estado de abandono ou ocupados ilegalmente e quase a metade dos comércios vazios (EUROMÉDITERRANÉE, 2006a, p. 15).

Esse estado espacial, social e econômico da cidade é constantemente reforçado nos documentos e discursos que ganham o consenso a respeito da Operação pensada para Marselha:

No outono de 1995, face à pauperização alarmante da área central, o impacto brutal de infra-estruturas rodoferroviárias monumentais e a presença de equipamentos portuários que obstruíam o contato e a relação da cidade com o mar, o Estado, associado às coletividades territoriais, alça Marselha a uma Operação de Interesse Nacional: Euroméditerranée (EUROMÉDITERRANÉE, 2006c, p. 11)

Nesse sentido, os objetivos da Operação vieram como uma solução a essa atmosfera de decadência e declínio vivenciada pela cidade:

Euroméditerranée torna-se assim uma das principais operações de ordenamento urbano de área central na Europa, respondendo a desafios tanto econômicos, como políticos e sociais. Com uma taxa de desemprego recorde chegando próximo de 30% em certos setores, a aglomeração está em pleno marasmo. Ao mesmo tempo nasce o “processo de Barcelona”, por meio do qual os países banhados pelo Mediterrâneo se colocam o objetivo de reforçar a cooperação econômica e cultural entre suas duas margens. Assim, o Euroméditerranée se definirá, por sua vez, como uma operação de renovação urbana e como um acelerador de desenvolvimento e de irradiação da metrópole marsehesa entre Europa e Mediterrâneo (EUROMÉDITERRANÉE, 2006c, p. 11).

Os propósitos governamentais buscavam por meio dos investimentos: a) redinamizar a economia local; b) diversificar as atividades portuárias, atraindo empresas do setor terciário; c) reabilitar os bairros antigos, assegurando uma maior “mixité” social; d) proporcionar uma reapropriação da parte litorânea da cidade; e) ampliar o centro de negócios da cidade.

Não se trata simplesmente de reforçar a centralidade econômica de Marselha, mas também de resgatar a centralidade social de alguns bairros, privilegiando as funções de habitação e de animação urbana (DUBOIS, 2006). É o que se verifica, por exemplo, em relação ao setor *Saint-Charles* e a *Porte d’Aix*:

O perímetro delimitado pela “Porte d’Aix”, a estação “Saint-Charles” e a praça “Marceau” é o coração das grandes vias de acesso que levam ao centro da cidade. Sob a dominação do automóvel desde os anos 1970, este bairro de ligação aparece como desfavorecido, ainda que possua imensas potencialidades. É em decorrência desse fator que a “Zone d’Aménagement Concerté (ZAC) Saint-Charles/Porte d’Aix” é criada em 1997. Ela se constitui em um dos projetos centrais do “Euroméditerranée”... Este vai criar habitações de diferentes categorias, infra-estrutura de bairro, comércios e equipamentos universitários. Igualmente, espaços verdes e ordenamento de espaços públicos vão restituir a este bairro sua vocação de “coração da cidade” onde será bom viver, trabalhar e estudar (EUROMÉDITERRANÉE, 2006a, p. 23).

Essa situação, recorrente nos documentos e trabalhos que abordam e discutem o projeto colocado em prática em Marselha, é responsável também por mobilizar as ações e os financiamentos do Estado e da coletividade política (formada pela cidade de Marselha, pelo Departamento e pela Região Administrativa franceses dos quais faz parte), que representa três níveis de governo fortemente engajados no projeto:

O projeto, coordenado pelo “Etablissement Public d’Aménagement Euroméditerranée” (EPAEM) e presidido pelo prefeito de Marselha, é qualificado de interesse nacional e se beneficia dos recursos do Estado francês e das coletividades territoriais: cidade de Marselha, Conselho Geral de Bouche du Rhône, Conselho Regional Provence-Alpes-Côte d’Azur, Comunidade Urbana de Marselha-Provence-Metrópole e do apoio da União Europeia (EUROMÉDITERANÉE, 2005b, p. 9).

Esse fato propiciou, igualmente, o surgimento do estabelecimento público coordenador da Operação e que, por sua vez, dispõe de prerrogativas em matéria de direito de solo, dispostas pela coletividade responsável (DUBOIS, 2006). E mais que isso, induz o interesse privado no projeto:

“Marseille-Euromediterrané” atrai igualmente os principais investidores internacionais em negócios imobiliários de escritório, tais como “Starwood Capital”, “Catalyst”, “Axa”, “Difa”, “Oppenheim”, ou ainda, “Lasalle Partner” que participam de todas as transformações da “Joliette” em bairro de negócios (EUROMÉDITERANÉE, 2005b, p. 9).

A ideia do crescimento e do desenvolvimento urbano, à maneira como aparece nos argumentos oficiais, parece ser bem aceita pela população local, conforme se constata em pesquisas de opinião – a exemplo do que se verifica na tabela 1 – feitas pelo órgão responsável a respeito das percepções sobre essa Operação de Interesse Nacional em relação à requalificação da “*Rue de la République*”.

TABELA 1. CONSEQUÊNCIAS MAIS IMPORTANTES DO PROJETO PARA A CIDADE DE MARSELHA

CONSEQUÊNCIAS	%
Contribuição para a criação de empregos e para a queda do desemprego	36
Provocar o aumento dos preços dos imóveis	36
Modernizar a cidade de Marselha	31
Oferecer melhor qualidade de vida nos bairros	27
Conferir a Marselha um estatuto de capital do sul da Europa	26
Redinamizar o porto de Marselha	24
Favorecer as trocas comerciais	23
Expulsar os habitantes originais	22
Fazer Marselha entrar no século XXI	17
Desnaturalizar aquilo que dá charme aos bairros	9
Fazer perder a alma de Marselha	6
Alterar as relações e vínculos sociais	6

Fonte: *Euroméditerranée* (2005a, p. 22)

O clima que antecede à requalificação, no caso de Marselha, e a expectativa da renovação urbana, potencializam as aspirações em relação aos projetos,

que, por sua vez, e não obstante as mudanças positivas que provocam, trazem também impactos negativos do ponto de vista social e espacial; dentre eles, o processo de expulsão de antigos moradores e da conseqüente gentrificação³² do espaço renovado. Tais conseqüências, entretanto, tornam-se menos visíveis nos discursos e nos argumentos que proclamam a requalificação dos bairros antigos, que, junto com as demais intervenções, estimulam a cidade a tornar-se mais competitiva; fato este que não difere muito daquilo que se verifica nas cidades brasileiras, a exemplo de Belém, pelo menos no plano do discurso que fundamenta as propostas de intervenção urbana.

A propósito desta última cidade, os projetos de requalificação urbana foram iniciados na década de noventa, a partir da posse do governador do Pará Almir Gabriel (em 1995). Esse governo estabeleceu uma matriz de ação articulada pelo programa “Novo Pará”, que, conforme argumenta Serra (2007), implanta uma nova forma de gestão governamental, baseada em atividades estratégicas de governo. No tipo de gestão pensada, com fortes elementos inspirados no planejamento estratégico, a esfera estatal estabeleceu linhas de ação apoiadas no potencial de competitividade do Estado do Pará e por meio das quais a inserção no mercado é assumida como uma espécie de função primordial e mantenedora de uma boa administração.

O programa “Novo Pará” foi caracterizado pelo tripé agroindústria, mineração e turismo (PARÁ, 2002), sendo estes, segundo Serra (2007), vetores da transformação econômica e social do Estado do Pará. A dimensão do programa refletiu-se nas reestruturações espaciais que o governo implementou, principalmente no que se refere à infraestrutura. Tal perspectiva foi um dos traços desse modelo de gestão governamental, que impôs ao Estado uma postura pautada no “empresariamento”.

A concepção desse modelo implicou, portanto, na estruturação de um processo de desenvolvimento cuja unidade se construiu a partir da diversidade das partes, que requer ações diferenciadas em cada espaço considerado. Isso impõe, sem dúvida, políticas públicas cada vez mais voltadas para o fortalecimento de espaços

³ Entendido como processo que decorre da dinâmica de requalificação de áreas antigas e consideradas degradadas, seguida de uma conseqüente substituição de populações pobres por classes mais abastadas, acompanhando a revalorização do ambiente construído (SMITH; WILLIAMS *apud* CRIEKINGEN, 2003) e que se associa, igualmente, às transformações do modo de vida urbano e à ascensão das classes médias superiores nas grandes cidades (BIDOU-ZACHARIASEN, 2003).

locais, ou seja, das municipalidades e dos consórcios municipais, reconhecendo que é na cidade que as pessoas se defrontam com seus problemas (PARÁ, 2002).

A partir dessa concepção de desenvolvimento, a cidade de Belém, assumida como um dos polos importantes de investimentos segundo aquele programa de governo, passou a ser objeto de intervenções urbanas consideradas estratégicas para alavancar a intenção de desenvolvimento. Destaque especial coube àqueles projetos voltados para o centro histórico da cidade, que se tornou uma das vitrines do programa “Novo Pará” e que passou a ser apresentado como uma das principais faces das estratégias de desenvolvimento que buscavam alavancar a economia do Estado.

Dos projetos colocados em prática a partir daquele momento, destacam-se o “Complexo Estação das Docas”, o “Complexo Feliz Lusitânia”, o “Pólo São José Liberto” e o “Parque Naturalístico Mangal das Garças” (quadro 2), todos localizados na área central da cidade, e seguindo exemplos de experiências internacionais de requalificação urbana:

Foram restaurados e revitalizados quatro galpões de ferro pré-fabricados na Inglaterra, no início do século, que serviram para o armazenamento de carga. A Estação das Docas seguiu o exemplo do que foi feito em centros como Nova York, São Francisco e Buenos Aires, onde esses portos foram transformados em pólos turísticos (ESTAÇÃO DAS DOCAS, 2002, p. 8).

QUADRO 2. PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA DO GOVERNO DO PARÁ NA ÁREA CENTRAL DE BELÉM

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
ESTAÇÃO DAS DOCAS	<p>Requalificação do espaço portuário datado do início do século XX. Abrange uma área de 32 mil m², onde funcionaram galpões do Porto de Belém que foram transformados em espaços de lazer e turismo. A área reabilitada inclui:</p> <p>a) Armazém 1 (<i>Boulevard das Artes</i>) – sua parte térrea é destinada a café, cervejaria, comidas regionais, exposições de arte, antiguidades, artesanato e ao Museu do Porto. A área externa foi transformada em varandas, extensões das áreas internas, adaptadas com cadeiras e mesas, e passeio com vista para a baía. Na parte superior do armazém, no mezanino, encontra-se galeria de lojas de serviços.</p> <p>b) Armazém 2 (<i>Boulevard da Gastronomia</i>) – abriga no térreo restaurantes (de mariscos, de comida oriental, de comida internacional, de comida paraense e de comida italiana) e sorveteria regional. Em suas varandas, de frente para a baía, com presença de cadeiras e mesas, encontram-se as extensões dos restaurantes. No mezanino foram instalados restaurantes de “fast-food”, pizzeria e lanchonetes.</p> <p>c) Armazém 3 (<i>Boulevard de Feiras e Exposições</i>) – composto pelo teatro Maria Sylvania Nunes e espaços destinados a grandes exposições e feiras.</p> <p>d) Terminal Turístico Hidroviário – adaptado do antigo terminal fluvial Mosqueiro-Soure, que atendia ao transporte regional, foi equipado para fins de lazer e turismo, com um flutuante para atracação de barcos de passeios turísticos e sala de pré-embarque com agência de turismo e bar-restaurante.</p> <p>e) Anfiteatro – conjunto formado pelas ruínas do antigo forte de São Pedro Nolasco, é cercado por jardim e espaço adaptado para apresentações culturais, com apoio de bar com mesas e cadeiras dispostas de frente para a baía de Guajará.</p>

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
FELIZ LUSITÂNIA	<p>Requalificação urbana de uma área de aproximadamente 50.000 m² no núcleo histórico de fundação da cidade, com elementos históricos datados dos séculos XVII, XVIII e XIX. Constituiu-se de quatro etapas: 1) restauração e recuperação da igreja de Santo Alexandre e do antigo Palácio Episcopal; 2) desapropriação e restauração de oito edificações situadas na Rua Padre Champagnat, anexas à Igreja; 3) renovação do Forte do Presépio e entorno. 4) restauração da “Casa das Onze Janelas” (prédio de antiga residência e Hospital Militar datado do século XVIII) e entorno imediato. O espaço requalificado inclui:</p> <p>a) Museu de Arte Sacra do Pará – espaço adaptado da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Palácio Episcopal. Além do museu, possui serviços e espaços como cafeteria, galeria de arte, loja de produtos culturais, oficina de restauração, auditório, biblioteca, área de serviço, área de administração e igreja.</p> <p>b) Casario da Rua Padre Champagnat – conjunto de oito edificações antigas com características da arquitetura luso-brasileira, adaptado para funções como comércio e serviços voltados para o turismo e lazer, museu, salão de recepção e espaço administrativo.</p> <p>c) Forte do Presépio – área de fundação da cidade, incluindo a fortificação propriamente dita, Museu do Forte, jardim, área de passeio e de contemplação da baía e do rio. Duas exposições permanentes encontram-se instaladas nesse espaço, uma com elementos da arqueologia brasileira e amazônica, da arqueologia urbana, e de fundação da cidade; e outra na parte externa, formada por materiais de artilharia e de evidências construtivas da fortificação e defesa militar.</p> <p>d) Casa das Onze Janelas – adaptada para atividades culturais e de lazer. O andar superior e parte do térreo são reservados a exposições permanentes de arte contemporânea e a uma sala de atividades de experimentação artística. No restante do térreo está alojada a administração do Sistema Integrado de Museus do Estado, um bar e restaurante, com espaços para chá e bar-varanda. O entorno foi adaptado e recebeu paisagismo para servir de espaço cultural, passeio e contemplação do rio, com espelho d’água, fonte luminosa, anfiteatro e píer.</p>
SÃO JOSÉ LIBERTO	<p>Requalificação de antigo convento (1749), olaria, hospital e, posteriormente, cadeia pública, que foi desativada e transformada em centro turístico e cultural. O espaço reabilitado inclui:</p> <p>a) Museu das Gemas do Pará – formado por quatro salas temáticas (uma do “Homem da Amazônia”, uma “Pan-Amazônica” e duas de “Gemas do Pará”), com acervo de aproximadamente 4.000 peças.</p> <p>b) Auditório – espaço reformado da antiga capela do convento, com altar-mor recuperado, transformado em auditório para atividades.</p> <p>c) Oficina de Joias Casa do Artesão – espaços reservados a artesãos que produzem joias com motivos regionais.</p> <p>d) Lojas de joias – quatro salas transformadas em lojas destinadas à venda de joias.</p> <p>e) Memorial da Cela – espaço com exposição de objetos e informações relacionadas ao funcionamento do antigo presídio.</p> <p>f) Espaço administrativo e de apoio museológico: reservado à administração, biblioteca, sala de aula, laboratório gemológico, oficinas, salas de vídeo, etc.</p> <p>f) Jardim da Liberdade – Pátio interno com paisagismo temático e destinado a passeios e contemplação.</p> <p>g) Espaço Cultural – amplo espaço destinado a atividades artísticas e culturais e com apoio de lanchonetes e de quiosques para a venda de produtos artesanais.</p>

PROJETO	CARACTERIZAÇÃO
MANGAL DAS GARÇAS	<p>Área de várzea e igapó de aproximadamente 4.000 m² sem uso efetivo para fins urbanos, localizada às margens do rio Guamá e que sofreu intervenção para tornar-se um parque à beira do rio, voltado para atividades de lazer, entretenimento e de incentivo ao turismo. São incluídos como parte do projeto:</p> <p>a) Armazém do Tempo – antigo galpão de ferro remontado para servir como espaço de exposição e venda de artesanatos, produtos culturais e plantas regionais.</p> <p>b) Memorial Amazônico da Navegação – espaço com estrutura em madeira destinado a museu temático relacionado à navegação.</p> <p>c) Restaurante Manjar das Garças – especializado em comida regional e internacional, é um espaço de caráter arquitetônico regional adaptado ao clima amazônico, com destaque para a madeira e cobertura de fibras naturais trançadas nas ripas de sustentação, cercado de varanda que permitem a contemplação do parque.</p> <p>d) Farol de Belém – torre com estrutura em aço com mais de quarenta metros de altura e dois níveis de mirante de onde se contempla o rio Guamá e o bairro da Cidade Velha.</p> <p>e) Viveiros – de plantas e de animais, com destaque para o de borboletas e beija-flores.</p> <p>f) Passeio Suspenso – passarela que atravessa o mangue e que permite uma visão geral do parque e da reserva que o cerca e que culmina com um mirante suspenso à beira do rio.</p> <p>g) Quiosques – lanchonetes destinadas à venda de café e lanches situados ao longo dos passeios no interior do parque.</p>

Organizado pelo autor com base em informações técnicas oficiais sobre os projetos e levantamentos *in loco*.

Nos documentos relacionados a esses projetos, há um argumento explícito ou subjacente que coloca em destaque a ideia de perda, de decadência e de deterioração, seja da cidade, seja de sua área central, onde passam a surgir as “vitrines” que buscam dar uma nova imagem para a cidade e torná-la mais competitiva:

A falta de um plano de desenvolvimento sustentado, ou simplesmente de investimentos em atividades adequadas, como tem sido o caso do trecho da Cidade Velha entre o Forte e o Carmo, causam utilizações inadequadas, depreciações, etc. e estancam investimentos, com forte deterioração de bens e funções, justamente sobre uma parte da área de maior valor histórico de Belém (SECULT, 2002, p. 61).

Assim sendo, os conceitos de obsolescência funcional, física e econômica tornam-se elementos fundamentais nos diagnósticos técnicos e nos argumentos motivadores e justificadores da preservação do patrimônio e das intervenções urbanísticas pontuais no centro histórico:

A área de intervenção objeto desta proposta apresenta grande incidência de duas das causas acima mencionadas: a obsolescência funcional e a obsolescência física. [...] O Mercado do Ver-o-Peso foi concebido como centro de abastecimento de uma Belém com 20.000 habitantes. Hoje, sua localização e porte são incompatíveis com a metrópole de mais de 1 milhão de habitantes [...] A

Estação das Docas, cujo porto perdeu sua utilidade por estar comprometido por terra (acessos) e por água (assoreamento), tendo sua função original sido deslocado [sic] para Barcarena/Vila do Conde (SECULT, 2002, p. 83).

A ideia de perda é mais recorrente nos diagnósticos da área central que a potencialidade desta em relação ao seu espaço vivido, também presente nos bairros que formam o chamado centro histórico:

Um aspecto a ser considerado é que uma parte substancial, tanto desses monumentos como de significativas construções menos monumentais, porém integrantes do conjunto, está sujeita a um processo de perda que se caracteriza por vários modos: 1) a substituição descontrolada de atividades, usos e conseqüentemente das edificações; 2) o abandono, parcial ou total, e arruinamento, parcial ou total, de edificações e também de áreas urbanas, como é o caso das áreas à beira rio entre o Castelo e o Porto do Sal; 3) descaracterização de usos e forma, principalmente pela falta de planejamento e investimentos na área; 4) a falta de manutenção e conservação das vias, equipamentos de infra-estrutura e a falta de segurança; 5) a hiperatividade funcional, gerada principalmente pelas dimensões da área metropolitana, sentida particularmente pelas disfunções de tráfego – alta concentração de veículos para a estrutura viária, inexistência de estacionamentos adequados, etc. (SECULT, 2002, p. 61).

Em algumas situações, a contextualização da necessidade da requalificação urbana é colocada a partir da perda que Belém vem sofrendo no plano regional amazônico. Assim, diante da reestruturação do espaço regional e do novo papel assumido por Belém face às mudanças pós-1960, com a integração econômica da Amazônia ao território brasileiro, há um discurso governamental que busca evidenciar um quadro de “declínio” de sua economia e de sua imagem:

Durante quase todo o século XX, Belém se resumiu a uma imagem, um símbolo. Foi [sic] nestes últimos anos que o Governo do Pará recuperou verdadeiros patrimônios da cidade e os entregou ao povo. E fez mais: criou novos ícones com os quais o paraense está se identificando, com orgulho, e batendo no peito pra dizer a todos os visitantes: isso tudo é riqueza do Pará, é patrimônio, é cultura do Pará, é História do Pará... Depois de revisitar a História, Belém está prontinho [sic] para ser não só a metrópole, mas o símbolo da Amazônia do século XXI (PARÁ, 2003, p. 8).

Conforme se observa, coloca-se a necessidade de que Belém volte a ser a metrópole da Amazônia, papel este que foi colocado em xeque nas últimas décadas. Uma das situações apontadas assenta-se na emergência de novas metrópoles regionais, como é o caso de Manaus, em decorrência da instalação da Zona Franca, e de São Luís, em fase de metropolização, pelo papel assumido face à dinamização econômica imprimida pelas diversas atividades articuladas

ao Projeto Carajás, e por sua condição de patrimônio da humanidade, reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) a partir do projeto “Reviver”, voltado para a requalificação de seu centro histórico.

A importância dessas cidades, no argumento governamental, torna discutível a situação de primazia de Belém, seja em relação à atração de investimentos, seja em relação ao papel de comando da economia regional, posto que cidades como Manaus passam a apresentar um dos maiores PIB (Produto Interno Bruto) do País. Ainda que Belém tenha se destacado também do ponto de vista do crescimento econômico, seu dinamismo não se compara ao de Manaus, que está entre as cidades que mais concentram o PIB no País, sendo a quarta no ranking nacional, logo após São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com um percentual de 81,3 % do PIB do Estado do Amazonas, segundo dados de 2005 do IBGE.

Assim sendo, a motivação dos projetos de requalificação urbana tende a referenciar o papel de Belém no contexto regional, nacional e internacional:

A Casa das 11 Janelas pretende ser um local que integre paisagem, história, lazer e cultura, funcionando, predominantemente, como espaço referencial de arte moderna e contemporânea brasileira, para regiões Norte, Nordeste e países vizinhos (SECULT, 2002, p. 41).

Por outro lado, diferentemente das outras grandes cidades da região, que têm revelado certo grau de atratividade de investimentos, a presença de grandes projetos econômicos fora da aglomeração metropolitana de Belém, tende a revelar uma relativização de seu papel no contexto da participação econômica regional. Associada a isso está a situação de perda da condição de ser a porta de entrada da região, que foi dominante até a abertura de rodovias na Amazônia, responsável por fragilizar a função portuária e a importância dos rios como vias de circulação na região:

A exemplo do ocorrido em todo o País, o Pará não passou incólume pelas últimas décadas do século XX. No período, o Estado apresentou desempenho irrisório em termos de desenvolvimento econômico o que, associado à crise fiscal do Estado e do País, comprometeu de forma grave os avanços sociais necessários ao bem-estar de sua população. Note-se que, embora assumindo proporções mais drásticas no período, o processo data de muito antes... com a perda da condição histórica de Belém de portal da Amazônia, decorrente da implantação de novos acessos à região, iniciada com a implantação da Belém-Brasília e com a sequência dada pelas demais rodovias interligando a região com o resto do País (Cuiabá-Santarém, Transamazônica e outras) (SECULT, 2002, p. 64).

As tentativas de emancipação política do sudeste e do oeste do Estado revelam também a situação de fragilidade de Belém em termos relativos, do ponto de vista político. Nesse caso, as novas lideranças políticas do Estado do Pará, localizadas fora da área de influência imediata de Belém e fortalecidas economicamente pelas frentes de modernização recentes no interior da Amazônia, postulam a formação de novos estados com autonomia dentro do território nacional e sem subordinação política a Belém; sendo esta um resultado de uma espécie de balcanização política e uma forma de afirmação do poder local pulverizado.

Ademais, a difusão e expansão de uma economia informal e a chegada de uma população migrante e empobrecida levam, igualmente, a uma situação de ruptura da imagem da cidade, relacionada à riqueza acumulada quando do período áureo da borracha; momento em que Belém ficou reconhecida por seu dinamismo, modernidade e acumulação de capitais, sendo inclusive denominada de “Paris n’América”:

Belém, no início do século XX, durante o apogeu da exploração da borracha, apresentava grande evolução arquitetônica e paisagística. Por algum tempo, demorou-se como um grande pólo de atração turística, com seus monumentos, boulevards, praças, etc., comparáveis aos existentes na época em importantes cidades europeias. A sua área portuária foi implantada nesse momento, às margens da Baía de Guajará (SECULT, 2000, p. 1).

Diante do discurso do “declínio”, busca-se, então, criar um consenso que associa a imagem da cidade à necessidade de novas estratégias econômicas, como o incremento do turismo, tido como elemento central nas políticas locais de desenvolvimento; razão pela qual as intervenções na sua área central tornam-se chaves para a definição de uma nova imagem da cidade e de sua capacidade atrativa de novos investimentos:

Nesse sentido, o Governo do Pará, compreendendo o potencial e a importância da atividade turística na diversificação da base produtiva e, conseqüentemente, na geração de empregos e na internalização da renda e, ao mesmo tempo, combatendo a tendência enclavista da economia, elegeu como prioridade a intervenção no turismo, como estratégia de conciliar o desenvolvimento estadual integrado à sustentabilidade ambiental. Esta decisão foi elaborada no PPA-PA, onde foram destacados R\$ 219 milhões para investimentos em obras para incentivar a indústria do turismo, focada em 4 pólos de atrativos: Belém, Costa Atlântica, Marajó, Tapajós e Tocantins-Araguaia (SECULT, 2002, p. 79).

Ainda que não estejam restritas apenas à área central, é nela, entretanto, que ganha projeção aquilo que estamos chamando de atuais tendências de (re)

apropriação e de gestão do espaço, o que comprova a importância dessa área para a visibilidade das políticas de intervenção urbana voltadas para a competitividade. Isso se faz presente seja para o caso de Belém, seja para o caso de Marselha.

No ideário de competitividade colocado em prática nos dias de hoje, há uma clara tendência, portanto, de considerar as cidades como atores políticos (BORJA, 1997). Nesse sentido, tende-se a incluir os governos locais nas perspectivas de desenvolvimento, mas, no entanto, os protagonistas em jogo não se confundem com esses mesmos governos. Trata-se de uma estratégia que pressupõe, ainda: a) resistência ou confrontação com um agente externo, b) definição de um produto em que estejam interessados diversos agentes a ser mobilizados, c) campanhas baseadas na cooperação público-privada, d) grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento ou derivados de programas político-cívico de amplo consenso, e) mobilização sociopolítica que tenha por base a afirmação da identidade coletiva e a vontade de autonomia política (BORJA, 1997).

É nessa perspectiva que para ambas as cidades consideradas coloca-se a necessidade do vazio, da perda, da atmosfera de decadência, de deterioração e de “declínio”. Esse passa a ser um dos principais elementos que sugerem a resistência e a necessidade de enfrentamento que faz uma cidade como Marselha se “voltar para o mar” e recuperar a sua condição de metrópole na região do mediterrâneo, a exemplo do que fez Barcelona; e como Belém, que busca resgatar sua dimensão ribeirinha, “voltando-se para o rio” e, ao mesmo tempo, recuperar a sua condição de metrópole da Amazônia, que foi posta em xeque pela cidade de Manaus.

A perspectiva de se tornarem polos comerciais, culturais e de negócios segue como uma tentativa de preencher o vazio deixado pelas antigas atividades industriais e portuárias, que fizeram das mesmas cidades importantes entrepostos de suas regiões. Associado a isso, o turismo aparece então como a nova atividade que pode conferir dinamismo econômico e substituir as perdas do passado, superando a imagem de “declínio” a que essas cidades passaram a estar associadas.

Nesse sentido, é a área central o foco de todas as atenções e palco de surgimento dos grandes projetos urbanos; estes que se caracterizam menos pelo seu tamanho que por sua complexidade (BOURDIN, 2006). *Mutatis mutandis*,

intervenções pensadas para a área central das duas cidades aqui tratadas podem ser assumidas como grandes projetos urbanos, seja pela sua complexidade, especialmente para o caso de Marselha, seja pelo caráter de enclaves urbanos, conforme se verifica para o caso de Belém. Mas é importante considerar que é essa característica que mobiliza os interesses e o consenso de agentes social e economicamente distintos, que, por seu turno, apostam, por meio da propaganda e do incentivo governamental na possibilidade de incremento econômico e cultural a partir do centro da cidade, responsável igualmente pela afirmação de uma nova identidade coletiva que contrapõe à atmosfera do “declínio” a ânsia da “prosperidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns estudos acadêmicos têm demonstrado a importância de discutir criticamente a difusão de modelos de políticas urbanas concebidas em países economicamente mais dinâmicos e suas repercussões em realidades geográficas diferenciadas, como a América Latina, conforme se verifica na produção acadêmica francesa, a exemplo de Osmont e Goldblun (2003) e de Rivière D’Arc (2004a, 2004b).

A presente análise caminhou em uma direção não muito diferente. Partindo de realidades particulares, mas que não se limita a elas, podendo inclusive ser extensiva a outras cidades, problematizou-se a respeito dos discursos que fundamentam as políticas de requalificação urbana. Isto porque um dos pressupostos de orientação e de concepção de requalificação urbana em Belém é aquele que vem sendo desenvolvido em cidades francesas, conforme se constata nos fundamentos do convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Belém, a Caixa Econômica Federal e a Embaixada da França no Brasil.

A referência europeia para compreender de forma analítica e crítica processos de requalificação nas áreas centrais de cidades brasileiras, como Belém, justifica-se não porque aquela realidade traduza uma exclusividade modelar em termos de requalificação de áreas centrais, muito menos pelo caráter de sua anterioridade em relação à América Latina, mas pelo fato de que, conforme adverte Rivière D’Arc (2004a), algumas experiências se basearam em discursos bastante similares, mesmo situadas em contextos socioeconômicos e políticos distintos, apresentando, em consequência, repercussões socioespaciais também distintas. Justifica-se, ainda, por revelar a difusão e a “circulação de ideias” que

conferem uma natureza globalizada a determinadas políticas urbanas. Nesse contexto, dão subsídios a ações de reapropriação do espaço e de redefinição de territorialidades, reafirmando estratégias de gentrificação urbana, com sérios prejuízos para grandes frações das populações locais e para o uso mais democrático do espaço público nas áreas centrais.

Ademais, em realidades como as da América Latina, em que as imagens e representações do espaço são colocadas como valores centrais na estruturação da dinâmica da cidade e nas aspirações de seus habitantes, faz-se necessário observar os impactos, nessas mesmas realidades, de discursos que alimentam políticas urbanas de caráter globalizado, ainda que contextualizadas em ambientes marcados pela extrema pobreza e pela precariedade da vida urbana (RIVIÈRE D'ARC, 2004a).

Faz-se importante também chamar a atenção para uma dimensão da produção do espaço em que vivências e experiências cotidianas do urbano possam merecer um tratamento que as coloque para além das formas espaciais previamente concebidas, ou na qual a imagem da cidade e a representação de suas áreas centrais sejam consideradas não a partir de referências globalizadas em primeiro plano, mas a partir da história local e de singularidades/particularidades socioespaciais registradas nas sociabilidades cotidianas mais orgânicas da cidade e em demandas sociais e culturais prementes das populações locais.

É nesse sentido que se faz necessário considerar realidades socioespaciais diferenciadas, principalmente quando se leva em conta que a experiência europeia tem se feito notar com certa expressividade e referência para algumas intervenções em curso no Brasil, a exemplo do que se verifica na realidade belenense.

REFERÊNCIAS

- AMENDOLA, Giandomenico. *La ciudad postmoderna: magia y miedo de la metrópolis contemporánea*. Madrid: Celeste Ediciones, 2000. (Colección Intersecciones Arte y Arquitectura).
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introduction. In: _____, (Dir.) *Retours en ville: des processus de "gentrification" urbaine aux politiques de "revitalisation" des centres*. Paris: De-cartes & Cie, 2003. p. 9-43.

BORJA, Jordi. Las ciudades como actores políticos. *Revista de Ciencias Sociales*, America Latina Hoy, segunda época, n. 15, p. 15-19, abr. 1997.

BOURDIN, Alain. Usages du droit et production de la confiance dans les grands projets urbains français. In: BOURDIN, Alain; LEFEUVRE, Marie-Pierre; MELÉ, Patrice. (Dir.). *Les règles du jeu urbain: entre droit et confiance*. Paris: Descartes & Cie., 2006. p. 93-125.

CONSEIL DE L'EUROPE. Programme de Coopération et d'Assistance Techniques. *Orientations sur la réhabilitation urbaine*. Strasbourg: Éditions du Conseil de l'Europe, 2004.

CRIEKINGEN, Mathieu. V. La ville revit! Formes, politiques et impacts de la revitalization résidentielle à Bruxelles. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Dir.). *Retours en ville: des processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” des centres*. Paris: Decartes & Cie, 2003. p. 73-103.

DUBOIS, Jérôme. L'espace normé ne fait pas l'espace du projet. L'opération d'intérêt national Euroéditerranée à Marseille. In: BOURDIN, Alain; LEFEUVRE, Marie-Pierre; MELÉ, Patrice. (Dir.). *Les règles du jeu urbain: entre droit et confiance*. Paris: Descartes & Cie., 2006. p. 55-91.

DUBOIS, Jérôme; OLIVE, Maurice. Euroméditerranée: négociations à tous les étages. État, promoteurs et propriétaires dans une ville en crise. *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 97, p. 103-111, déc. 2004.

ESTAÇÃO DAS DOCAS. *Revista Pará Mais*, n.4, Belém, Editora Círios, 2002.

EUROMEDITERRANÉE. *Euromed et réhabilitation de la rue de la République*. Marseille, jui. 2005a.

EUROMÉDITERANÉE. *Les opportunités d'investissements dans la région MEDA*. Marseille, jan. 2005b.

EUROMÉDITERANÉE. *Euroméditerranée 10 ans: 10 marseillais prennent la parole*. Marseille, 2006a.

EUROMÉDITERANÉE. *Euroméditerranée 10 ans*. Marseille, 2006b.

EUROMÉDITERANÉE. *La consultation Euromed Center*. Paris: Traits Urbains, 2006c.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREL, Bernard. *Marseille: la naissance d'une métropole*. In: BENKO, George; LIPIETZ, Alain. (Orgs.). *La richesse des régions: la nouvelle géographie socio-économique*. Paris: Press Universitaires de France, 2000. p. 479-503.

OSMONT, Annik. Por uma planificação urbana democrática. *Revista Geosul*, Florianópolis, Departamento de Geociências-CFH, v. 17, n. 34, p. 07-23, jul.- dez. 2002.

OSMONT, Annik; GOLDBLUM, Charles. *Villes et citadins dans la mondialisation*. Paris: Karthala-Gemdev, 2003. (Coleção Hommes et Sociétés).

PARÁ. Projeto Novo Pará. Disponível em <http://www.jatene45.com.br/novopara>, acesso em 25/ out./2002.

PARÁ. Governo do Estado. É o berço da cidade marcando uma nova história, campanha publicitária divulgada na *Revista Ver-o-Pará*, Belém, ano XI, n. 23, p. 8, jul. 2003.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Metrôpole e requalificação urbana: uma comparação entre a Europa e a América Latina é pertinente? In: RIBEIRO, Luis Cesar Queiroz (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a. p. 257-267.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Requalificar o urbano no século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo – mistura ou gentrificação. In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Orgs.) *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004b. v. 2. p. 341-362.

ROVIRA, Núria Benach. Barcelona – 1979-2004: de cidade olímpica à metrópole multicultural. In: CARLOS, Ana Fani; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Orgs.) *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 445-466.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SECULT. *Estação das Docas*. Belém, 2000.

SECULT. *Projeto de revitalização do núcleo histórico e cultural Feliz Lusitânia*: Belém, 2002.

SERRA, Hugo Rogério. *A concepção de turismo e de sua espacialidade no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Pará (PDT-PA)*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SMITH, Neil. La gentrification généralisée: d'une anomalie locale à la "régénération" urbaine comme stratégie urbaine globale. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Org.). *Retour en villes*. Paris: Decartes & Cie, 2003. p. 45-72.

VAZ, Lilian; JACQUES, Paola. Territoires culturels de Rio. In : JEUDY, Henri-Pierre; JACQUES, Paola. (Dir.). *Corps et décors urbains*. Paris: L'Harmattan, 2006. p. 61-78.

VILLE DE MARSEILLE (FRANCE). Programme Urbal. *Guide des bonnes pratiques: stratégies de transformation des sites portuaires délaissés, interfaces et intermédiaires entre la ville et le port*. Paris: Commission Européenne e Association Internationale Villes et Ports, 2006.

Recebido em: 20/04/2009

Aceito em: 17/08/2009

A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES CONDOMINIAIS PAULISTANOS DE PADRÃO MÉDIO E ALTO

SOLANGE DE ARAGÃO

Pós-doutoranda em História

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo – USP

RESUMO

Este artigo resulta de tese de doutorado defendida em 2005 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, cuja pesquisa teve apoio da FAPESP– Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Trata da produção dos espaços livres condominiais implantados na cidade de São Paulo a partir da década de 1990 e dos agentes envolvidos nessa produção, especialmente as incorporadoras, as construtoras, as imobiliárias, os profissionais de *marketing*, os arquitetos, os paisagistas, os usuários, e o Estado, que atua por meio da legislação. O objetivo principal é demonstrar de que maneira esses agentes interferem na caracterização dessas áreas de uso comum.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços livres condominiais. Conjuntos de edifícios residenciais. Agentes imobiliários. Arquitetura. São Paulo (cidade).

THE PRODUCTION OF UPPER AND MIDDLE CLASS CONDOMINIUM OPEN SPACES IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT

The origin of this paper is a PhD thesis submitted to the Faculty of Architecture and Urban Design of the University of São Paulo in 2005, funded by the State of São Paulo Research Foundation (FAPESP). It deals with the production of gated communities' open spaces in the city of São Paulo from the 1990's onwards, as well as with those agents who take part in this production, such as house-builders, commercial property developers, contractors, designers/archi-

tects, landscape architects, residents, and the government (by means of legislation). The main goal is to demonstrate in which ways these agents influence and shape the mentioned open spaces.

KEYWORDS: Condominium open spaces. Groups of buildings. Housing agents. Architecture. São Paulo city.

INTRODUÇÃO

Em *A justiça social e a cidade*, David Harvey trabalha com a questão da terra e das melhorias do espaço urbano como mercadorias na economia capitalista contemporânea – mercadorias estas que não podem ser deslocadas, pois têm uma localização fixa, e que são essenciais, uma vez que não se pode viver sem uma habitação (um abrigo de qualquer espécie) que ocupa um espaço na cidade (HARVEY, 1973, p. 157).

Tanto a terra como suas melhorias mudam de mãos com relativamente pouca frequência – a terra é algo permanente e a duração das melhorias urbanas é normalmente considerável. Ambas possuem um valor de uso e um valor de troca (HARVEY, 1973, p. 157-158).

É o papel dos atores do mercado imobiliário na determinação desses valores que interessa a Harvey, para quem os principais grupos que operam nesse mercado são os seguintes:

– Os moradores – cuja situação familiar ou pessoal (assim como a localização da moradia) irá determinar o valor de uso da habitação – o valor de troca aparecerá em dois momentos: na compra e venda da residência e nas reformas e reparos que aumentam esse valor.

– As imobiliárias – atores que operam no mercado imobiliário para obter valor de troca. Seu lucro se dá no processo de compra e venda de habitações e na prestação de serviços como intermediárias. Para as imobiliárias, o valor de uso está no volume de transações realizadas, das quais obtêm o valor de troca.

– Os proprietários de terrenos urbanos – que, na maioria das vezes, têm como objetivo o valor de troca. Os proprietários profissionais, ou seja, aqueles que adquirem terrenos para vendê-los por um preço mais elevado, veem na habitação um meio de troca e não um valor de uso para si mesmos.

– As incorporadoras e a indústria da construção – atores envolvidos na criação de novos valores de uso que garantam os subsídios de seus valores de troca.

Da mesma maneira que as imobiliárias, estão interessadas no valor de uso para outrem, desde que obtenham valor de troca para si mesmas.

– Instituições financeiras – estão interessadas em obter valores de troca por meio de financiamentos que promovem a criação de valores de uso.

– Instituições governamentais – frequentemente interferem no mercado imobiliário, dando apoio às instituições financeiras, incorporadores e à indústria da construção, garantindo lucros e eliminando alguns riscos. Esse suporte governamental ao mercado imobiliário é uma das maneiras de assegurar a produção de valores de uso – o que nem sempre acontece (HARVEY, 1973, p. 163-166).

O Estado também impõe e administra limitações ao mercado imobiliário, por meio do zoneamento e do planejamento urbano. Ao prover certas localidades com serviços (água, luz, esgoto, transporte público, escolas, creches e hospitais) e ao garantir o acesso a tais localidades (com o traçado ou a pavimentação de ruas) contribui indiretamente para o aumento do valor de uso de suas residências (HARVEY, 1973, p. 166).

Christian Topalov, em sua obra *Les promoteurs immobiliers*, estabelece e adota o conceito de promotores imobiliários, definidos como “os agentes sociais que asseguram a gestão de um capital imobiliário de circulação em sua fase de transformação em mercadoria-habitação” (TOPALOV, 1974, p.15). O capital imobiliário corresponde aos fundos próprios das diversas sociedades de construção, imobilizados por um período que dura até a venda das residências (TOPALOV, 1974, p.32). Sua origem é complexa e varia consideravelmente segundo a época e os promotores (TOPALOV, 1974, p.36).

Como os agentes ou atores se transformam no decorrer da história e como certas operações, necessárias ao processo de construção, não podem ser atribuídas de modo geral a este ou aquele agente, Topalov considera necessário buscar outro princípio de organização que não sua distribuição empírica entre os agentes (TOPALOV, 1974, p.101). Assim, distribui as operações em conjuntos articulados denominados “funções”:

– Função de financiamento – envolve tanto a provisão do capital inicial, necessário ao processo de produção da mercadoria-habitação, como os financiamentos para compra da moradia (TOPALOV, 1974, p.102). É exercida por filiais de grupos bancários com capital próprio ou por organizações prestadoras de serviços, sem capital próprio, que funcionam como instrumento de inves-

timento imobiliário para o grupo financeiro ao qual pertencem (TOPALOV, 1974, p.139).

– Função de promoção – consiste em gerir a transformação do capital de promoção em capital-mercadoria, tendo-se assegurado o domínio do solo pelo capital – o que inclui constituir o suporte jurídico da operação imobiliária, controlar o risco incorrido no capital e definir um produto vendável nas melhores condições possíveis. Compõe-se de todas as operações que garantem a transformação do capital imobiliário de circulação em mercadoria-habitação (TOPALOV, 1974, p.103-105), sendo atribuída principalmente às empresas promotoras e às construtoras (TOPALOV, 1974, p.139).

– Função de estudos técnicos – relaciona-se à definição do produto que será executado pelas empresas de construção, levando em conta as possibilidades técnicas e a tecnologia adotada. Não comporta atividades de controle (TOPALOV, 1974, p.107-108). Os agentes responsáveis por esta função são os técnicos promotores (TOPALOV, 1974, p.139).

– Função de construção – diz respeito à produção das construções, cujas operações são comandadas e financiadas sucessivamente pelo capital de promoção no desenvolvimento dos trabalhos (TOPALOV, 1974, p.112). É a principal função das construtoras (TOPALOV, 1974, p.139).

– Função de comercialização – garante a “re-transformação” do capital-mercadoria em capital-moeda. Para esta função, pode ser suficiente um estande de vendas ou necessário aplicar métodos mais complexos – notadamente o emprego da publicidade. Os custos envolvidos são aqueles destinados à difusão da informação e a remuneração é proporcional ao valor do produto oferecido (TOPALOV, 1974, p.114-115). Os atores que comumente exercem esta função são as agências promotoras – coordenadoras que fornecem seus serviços a um capital de promoção que lhes é externo (TOPALOV, 1974, p.139).

No Brasil, Luiz César de Queiroz Ribeiro estuda os promotores imobiliários do Rio de Janeiro, dando ênfase ao papel do incorporador, considerado o agente suporte do capital comercial envolvido no processo de produção da moradia (RIBEIRO, 1997, p.92-94). Nuno de Azevedo Fonseca, cuja pesquisa tem como recorte espacial a cidade de São Paulo, destaca os seguintes agentes na atual organização da construção e promoção dos edifícios paulistanos: o incorporador, a construtora, os escritórios de arquitetura, aqueles que trabalham com a venda do produto e a indústria dos materiais de construção (FONSECA, 2000, p. 58-60).

Segundo Maria Adélia Aparecida de Souza, existe certa dificuldade em conceituar os agentes produtores do espaço urbano no Brasil, uma vez que podem assumir diferentes papéis e figuras jurídicas que variam com o tempo, e podem agregar-se ou desagregar-se de acordo com o empreendimento (SOUZA, 1994, p.189).

Souza considera fundamentais no processo de produção e consumo da moradia urbana o comprador – “agente indispensável para que haja, no mínimo, o mercado”; o produtor ou construtor – agente que não corre riscos, mas se responsabiliza pela construção das unidades residenciais; e o incorporador – agente que incorpora, promove o empreendimento, cria o espaço vertical e desmembra o terreno em frações ideais (SOUZA, 1994, p.192).

Percebe-se, assim, que da mesma forma que Harvey e Topalov, os estudiosos que trabalham com os promotores imobiliários brasileiros priorizam determinados agentes, segundo a finalidade e o objeto de estudo.

De janeiro de 1990 a outubro de 2004, foram lançados 785 condomínios verticais com dois ou mais edifícios na cidade de São Paulo, de acordo com dados da Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio). Parte desses lançamentos era de conjuntos de baixo padrão; outra parte, de conjuntos de padrão médio e alto. Foram selecionados para análise os espaços livres dos conjuntos de edifícios residenciais paulistanos de padrão médio e alto, construídos nesse período. Esses conjuntos correspondem a grupos de dois ou mais prédios de apartamentos, implantados em um mesmo lote (ou terreno de amplas dimensões), que normalmente apresentam características arquitetônicas idênticas ou semelhantes (mesmo número de pavimentos, mesmo número de apartamentos por andar, mesma distribuição interna dos apartamentos, mesma planta das unidades residenciais, mesmo programa de necessidades, mesmo material construtivo, mesma linguagem arquitetônica e, eventualmente, mesma cor nas fachadas) e espaços livres de uso comum a todos os condôminos. Isso permite que sejam facilmente identificados na paisagem urbana, tanto à escala do pedestre, como em sobrevoos pela cidade.

A definição do padrão desses conjuntos leva em conta vários fatores, como, por exemplo, se foram construídos com ou sem apoio financeiro do Estado, sua localização na cidade, o nível de renda dos moradores, o valor das unidades residenciais, a qualidade construtiva, a área útil dos apartamentos, o número de dormitórios e suítes e a existência ou não de elevadores social e de serviços, de garagem no subsolo e de projeto paisagístico.

Para este trabalho, são considerados conjuntos de baixo padrão, incluindo boa parte dos conjuntos habitacionais produzidos com auxílio do Estado, os conjuntos caracterizados pela disposição no terreno de vários blocos paralelos de quatro ou cinco pavimentos, sem elevador, sem garagem no subsolo, sem projeto paisagístico (os espaços livres sendo áreas residuais resultantes da implantação dos edifícios), quase sempre construídos em terrenos pouco valorizados em áreas distantes do centro – como o extremo leste do município, com materiais construtivos de baixa qualidade – em comparação com os materiais empregados em outros condomínios. A área útil das unidades residenciais na maioria das vezes não ultrapassa os 50m², e os apartamentos possuem uma sala, um ou dois dormitórios, um banheiro, uma cozinha e, por vezes, uma pequena área de serviço. Têm o valor mais baixo do mercado e se destinam a pessoas de baixa renda.

Os conjuntos de padrão médio-baixo são compostos por edifícios com mais de cinco pavimentos, com elevador, garagem no térreo, implantação com os prédios paralelos e sem projeto paisagístico (apresentando, na melhor das hipóteses, uma área ajardinada junto à entrada principal e alguns equipamentos de *playground*). Situam-se em bairros distantes do centro, como Vila Maria, Mandaqui, Freguesia do Ó, Itaquera, Carrão e Cangaíba, nas zonas leste, norte e sul do município, muitas vezes em áreas desprovidas de comércio e serviço à época da construção do conjunto. Os apartamentos, com área útil geralmente inferior a 60m², possuem sala, cozinha, pequena área de serviço, um banheiro e um ou dois dormitórios. Destinam-se a pessoas com renda média-baixa, sendo o custo das unidades residenciais mais elevado que o dos conjuntos de baixo padrão, mas abaixo do custo das unidades de padrão médio.

Os conjuntos residenciais de médio padrão possuem elevador social e de serviço, edifícios com mais de cinco pavimentos (com algumas exceções provenientes de exigências legais para determinadas localidades), garagem no subsolo, com uma ou duas vagas por apartamento, liberando o térreo para áreas de estar, lazer e contemplação – característica dos conjuntos produzidos nas últimas décadas, quase sempre têm projeto paisagístico ou pelo menos uma área ajardinada junto à entrada do conjunto, além de quadra esportiva, *playground*, piscinas e outros equipamentos nos espaços livres. Os apartamentos, com área útil bastante variável, comumente possuem sala de dois ambientes, cozinha,

área de serviço, uma suíte e mais um ou dois dormitórios, dormitório de empregada ou *wc* de serviço e um banheiro social ou lavabo. Localizam-se em bairros de classe média, como Vila Mariana, Perdizes, Butantã, Pompeia e Pinheiros, com um predomínio desses conjuntos a oeste e sudoeste do município. O custo das unidades residenciais é superior ao dos conjuntos de padrão médio-baixo, em virtude, principalmente, da localização – os bairros onde estão implantados possuem infraestrutura de comércio, serviço e lazer consolidada.

Finalmente, os conjuntos de alto padrão são caracterizados não apenas pela existência de elevador social e de serviço, como também pelo hall social e de serviço a cada pavimento (os elevadores são separados espacialmente e as entradas social e de serviço são distintas, com uma maior segregação social na área interna do prédio), a garagem fica no subsolo e possui duas, três, quatro ou cinco vagas à disposição de cada proprietário; o projeto paisagístico abrange todos os espaços livres do conjunto, sendo mais complexo em seu programa de necessidades, principalmente nos conjuntos produzidos nas últimas décadas (há quadras esportivas, pistas de *cooper*, piscinas e uma série de outros atrativos para os moradores, como viveiros de pássaros, espaço *gourmet*, espaço *zen* e praça das águas). Nos apartamentos, não há sobreposição de funções; há salas de estar, de visitas, de jantar, *home theater*, copa, cozinha, área de serviço, dormitório de empregada, *wc*, várias suítes e lavabo – são quatro, cinco, até seis banheiros por apartamento. A localização dos conjuntos de alto padrão dá-se normalmente no quadrante sudoeste da cidade e o custo das unidades residenciais é o mais elevado do município em relação aos conjuntos de outros padrões.

É importante observar que estas são características genéricas para definição do padrão dos conjuntos, havendo de fato várias exceções, principalmente em relação à produção dos últimos anos, quando têm sido difundidas outras formas de moradia urbana (como os *lofts*, *flats* e apartamentos *duplex*), com variações na área útil, no programa de necessidades e na distribuição interna dos cômodos.

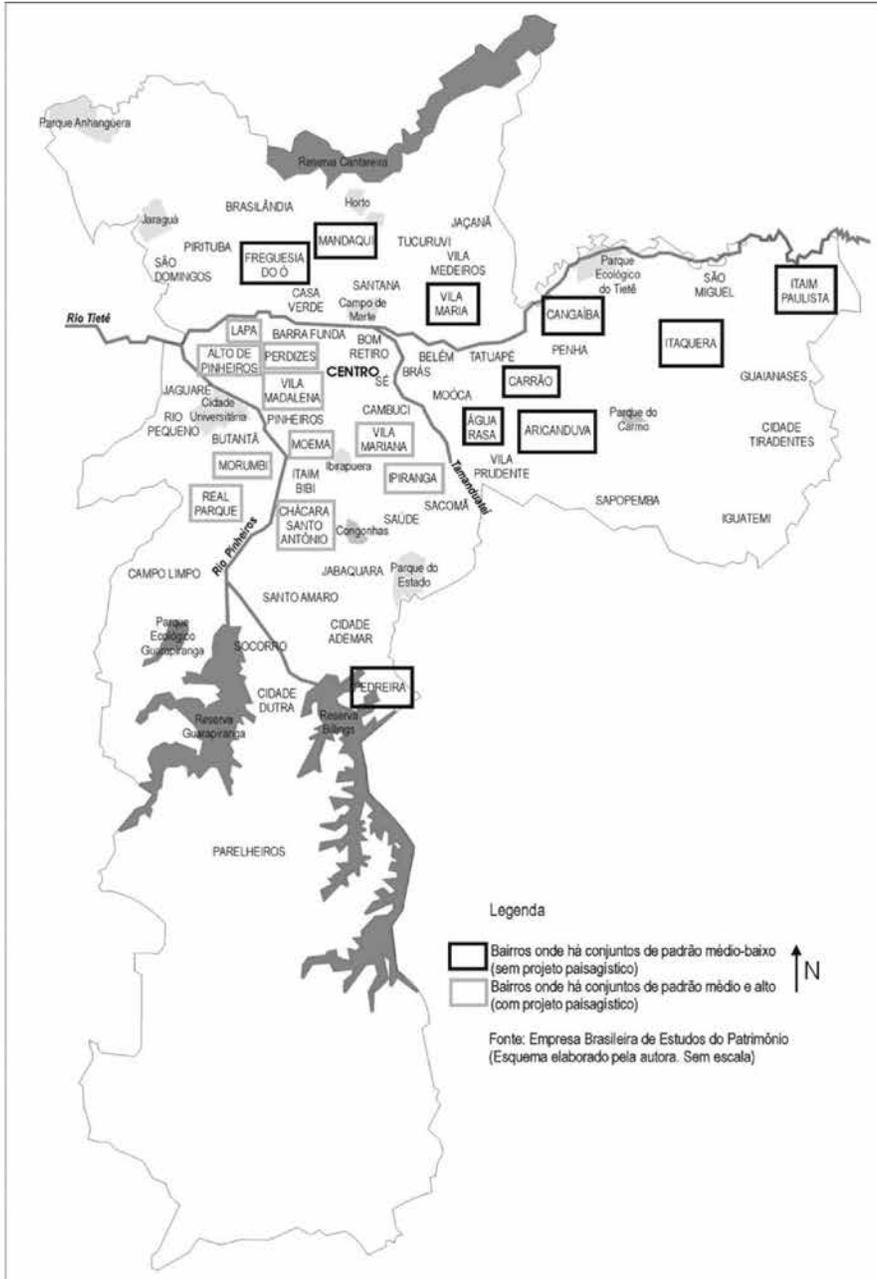


Figura 1. São Paulo, 2005. Observe-se neste mapa a predominância de conjuntos de padrão médio e alto nos bairros situados a Oeste e Sudoeste da capital paulista, e de conjuntos de padrão médio-baixo em bairros das zonas Leste e Norte.

Os espaços livres condominiais correspondem às áreas de uso comum descobertas, situadas no térreo desses conjuntos de edifícios de apartamento – nos recuos laterais, frontal e posterior e entre os edifícios. De um modo geral, abrangem áreas ajardinadas, áreas de esporte e lazer, áreas de estar, áreas de circulação e, em alguns casos, vagas para estacionamento de veículos. Considerando-se que os conjuntos selecionados para análise são de padrão médio e alto, esses espaços livres resultam, na maioria das vezes, de projetos paisagísticos elaborados por profissionais qualificados. Contudo, apesar da existência de um projeto de arquitetura paisagística e da capacidade técnica dos profissionais, esses espaços apresentam problemas relacionados à qualidade estética e ambiental. Muitas vezes os espaços criados não são adequados ao uso e à permanência, uma vez que seus projetos desconsideram as características do lugar, os atrativos do entorno, a vegetação existente, a necessidade de áreas permeáveis e de vegetação de grande porte, a direção dos ventos, o Norte e a insolação nas áreas de uso comum. No que diz respeito à qualidade estética, poucas vezes se procura trabalhar com inovações no traçado, recorrendo-se antes a espaços padronizados e a modelos europeus não condizentes com o modo de vida e a forma de morar do brasileiro.



Foto: Solange Aragão, 2004

Figura 2. Place des Vosges. Os espaços livres condominiais produzidos à francesa. A praça central ajardinada foi implantada sobre a laje da garagem.

Sendo, neste caso, respeitadas as leis estabelecidas pelo Estado (esses conjuntos integram as áreas da cidade produzidas de acordo com a legislação) e constatando-se a existência de projeto paisagístico, o que explicaria então a ausência de qualidade estética e ambiental nessas áreas? O objetivo deste trabalho é demonstrar de que forma cada um dos agentes envolvidos nessa produção interfere na caracterização desses espaços livres de uso comum e sob que aspectos algumas dessas interferências são negativas, impedindo a qualificação paisagística desses espaços.

AGENTES QUE INTERFEREM NA PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES CONDOMINIAIS

Na produção dos espaços livres condominiais, interferem direta ou indiretamente: as incorporadoras, as construtoras, as imobiliárias, o usuário (os prováveis compradores ou futuros moradores), o arquiteto, o paisagista e o Estado (por meio da legislação urbanística).

A incorporadora, ao escolher o terreno, com sua localização e dimensões, suas características topográficas e vegetação existente, predetermina algumas características dos espaços livres; as construtoras, junto aos incorporadores, prescrevem o programa de necessidades desses espaços (áreas ajardinadas, áreas de lazer, áreas de esporte, áreas de estar e circulação) e contratam profissionais especializados para executar o projeto em resposta a esse programa; os profissionais de *marketing*, que trabalham nas incorporadoras, imobiliárias ou em empresas especializadas, elaboram planos de ação estratégica e realizam pesquisas de mercado que normalmente precedem o lançamento dos condomínios e, por meio dessas pesquisas, ditam ou determinam as características dos espaços livres que contribuem para aumentar as vendas, atraindo compradores; estes são pessoas que têm um sonho, necessidades e uma quantia específica para despende com a compra do imóvel – muitas vezes o único imóvel a ser adquirido em toda a vida – e, com suas necessidades (como área de lazer infantil ou quadras esportivas para os filhos adolescentes) e aspirações (como, por exemplo, a ideia de morar em prédio com piscina), contribuem para a caracterização dos espaços livres; o arquiteto, ao definir a implantação dos edifícios, sua forma e volume, suas entradas, a localização das salas e dos dormitórios com varanda, estabelece e delimita certas características dos espaços livres; o paisagista é responsável pelo traçado em

si desses espaços, mas esse desenho resulta das características do terreno, do projeto arquitetônico, do programa de necessidades estabelecido pelos construtores, incorporadores e profissionais de *marketing* e de outras imposições desses agentes, como o “estilo” a ser adotado no desenho das áreas de uso comum; finalmente, o Estado atua por meio da legislação urbanística, impondo normas que prescrevem recuos, taxas e coeficientes – os recuos determinam normalmente a área disponível para os espaços livres que circundam os edifícios, as taxas e coeficientes definem a área relativa que será destinada a esses espaços, bem como a área que deverá ser permeável. Desse modo, cada um desses agentes contribui, direta ou indiretamente, para a caracterização dos espaços livres condominiais.

INCORPORADORAS E CONSTRUTORAS

O incorporador é quem compra o terreno, contrata o arquiteto, paga os emolumentos à Prefeitura e a campanha de venda, arcando com o maior número de custos no processo de produção do edifício e quem, por outro lado, obtém o maior lucro (SOUZA, 1994, p.192). Sua função é coordenar o processo produtivo, assumindo também a responsabilidade pela comercialização do empreendimento (RIBEIRO, 1997, p.92).

As atividades que esse agente exerce são:

- concepção e estruturação do empreendimento, considerando os aspectos técnicos, legais, físicos, econômicos, financeiros e operacionais, entre outros;
- análise da situação do mercado;
- escolha do terreno e promoção de sua valorização para compra;
- mobilização de capital e obtenção de financiamento para a construção;
- contratação de projetos de arquitetura e engenharia e aprovação desses projetos;
- contratação da urbanização, quando necessário;
- promoção e venda das unidades residenciais;
- contratação de promotores;
- fiscalização na execução dos serviços;
- entrega das unidades e efetivação do financiamento ao adquirente;
- provimento da administração jurídica dos contratos com os agentes financeiros (RIBEIRO, 1997, p.93).

Normalmente, o incorporador possui uma construtora, mas há empresas exclusivamente incorporadoras, empresas incorporadoras e construtoras e empresas exclusivamente construtoras (SOUZA, 1994, p.58).

O construtor é o agente que controla o processo de produção por meio de pré-projetos de sistemas construtivos, detalhamento, acabamento e materiais empregados, bem como a forma de apresentação desses projetos, determinando o que deve constar e quais as etapas de execução da obra. Pode elaborar ou contratar projetos específicos para a construção do empreendimento, como projetos de terraplenagem, de fôrmas para concreto, de impermeabilização e de fachada (FONSECA, 2000, p.59).

O construtor não assume os mesmos riscos que o incorporador, mas responsabiliza-se pela qualidade técnica e construtiva da obra e pela entrega no prazo determinado. Muitos de seus projetos relacionam-se a trabalhos de engenharia, como infraestrutura, cálculos estruturais, fundação, terraplenagem, hidráulica e pré-moldados. As construtoras trabalham com fornecedores selecionados e, por vezes, contam com o apoio de instituições financeiras. Estão sempre buscando novas técnicas que permitam maior racionalidade construtiva.

Se a incorporadora controla o projeto do produto, o construtor controla o processo da produção. Mas a incorporadora pode ser também construtora e a construtora pode se responsabilizar pela incorporação de certos empreendimentos, ficando ambos os projetos subordinados a uma mesma empresa (FONSECA, 2000, p.59).

No Relatório Anual da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio, referente ao ano de 2000, observa-se que as incorporadoras responsáveis pelo maior número de lançamentos no município de São Paulo foram a Rossi, a Inpar, a Company, a Tibério, a Cyrela, a Bani, a Gafisa e a Líder, entre outras. Nesse mesmo relatório, algumas das construtoras com maior número de lançamentos foram a Rossi, a Inpar, a Gafisa, a Company e a Cyrela, o que mostra a fusão desses dois agentes – incorporadora e construtora.

A Cyrela é uma das firmas que exercem a função de incorporadora e construtora. Segundo Sandra Regina Palermo (2002), a Cyrela executa a maior parte de seus empreendimentos, mas faz também parcerias em que fica responsável somente pela incorporação, somente pela construção, ou em que assume o papel de incorporadora, subcontratando a construção de terceiros. Possui

empresa própria de vendas, mas também trabalha em conjunto com algumas imobiliárias como a Lopes, a Abyara e a Coelho da Fonseca.

As atividades da empresa (enquanto Incorporadora e Construtora) consistem:

- na identificação de áreas apropriadas ao investimento;
- na verificação de sua viabilidade físico-financeira;
- na aquisição do terreno;
- no desenvolvimento de pesquisas para identificar o possível público-alvo e a concorrência;
- na concepção do produto;
- na verificação da viabilidade técnica do projeto;
- na aprovação do projeto junto aos órgãos públicos;
- na elaboração e registro da incorporação junto ao registro de imóveis;
- na elaboração de material e infraestrutura para apresentação do produto ao público;
- no desenvolvimento de campanha publicitária para a venda;
- e na venda das unidades (PALERMO, 2002).

A Gafisa também está no mercado como incorporadora e construtora, sendo responsável pela idealização, construção e venda das unidades residenciais. Da mesma forma que outras incorporadoras que atuam como construtoras, a Gafisa “pesquisa terrenos no mercado, estuda os empreendimentos adequados ao público-alvo, desenvolve ou contrata projetos, estuda a forma econômica ideal para os empreendimentos, faz a divulgação no mercado, vende, planeja a obra, constrói, entrega as unidades aos proprietários e assiste tecnicamente os clientes no prazo pós-entrega”, como afirmou Alessandra Signore (2002).

Arquitetos e paisagistas trabalham com a Gafisa desde a idealização do produto, atendendo ou participando da definição do programa, respeitando a legislação pertinente e responsabilizando-se tecnicamente por essas ações. Entre eles e a empresa incorporadora há um trabalho constante durante todo o desenvolvimento do projeto, buscando-se alcançar interesses comuns (SIGNORE, 2002).

Ao escolher o terreno, definir as características do empreendimento e participar da concepção do produto, incorporadores e construtores interferem diretamente na qualidade dos espaços livres condominiais. A escolha do terreno, em vez de levar em consideração apenas o valor e a localização do mesmo, deveria ser feita objetivando-se a produção de espaços agradáveis ao usuário. Dessa

forma, características como a topografia, a existência de vegetação, o Norte, a direção dos ventos e o tipo de solo teriam de ser consideradas no momento de aquisição da área para implantação do projeto. O que se observa, entretanto, é a busca desenfreada por terrenos valorizados que gerem o maior lucro possível, sendo desconsiderados aspectos relevantes para o projeto paisagístico e arquitetônico. Do mesmo modo, as características do empreendimento são definidas visando-se ao maior lucro e não à qualidade do projeto. O emprego de equipamentos padronizados e de áreas que se repetem a cada novo condomínio construído também revela a necessidade de minimizar o custo em detrimento da qualidade estética do espaço. Finalmente, a participação na concepção do produto significa muitas vezes um cerceamento da atividade criativa dos profissionais especializados, tendo em vista a lucratividade do empreendimento e sua execução no menor prazo possível. Assim, o próprio projeto paisagístico, da mesma forma que o projeto arquitetônico, acabam sendo padronizados pelos escritórios para responder às expectativas dos investidores – do que resultam vários dos problemas estéticos e ambientais mencionados.

IMOBILIÁRIAS

A princípio, as imobiliárias são os agentes que têm a função de vender as habitações. Para isso, contratam corretores que trabalham no edifício-sede da empresa e nos *stands* de venda. Os imóveis são divulgados por meio da distribuição de catálogos e panfletos nas ruas ou por mala-direta, por meio de propagandas na TV e no rádio, da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação (Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, por exemplo) e em revistas especializadas ou não (como o Guia Qual Imóvel e a Veja SP). Outro meio de comunicação empregado nos últimos anos tem sido a *internet* – as principais imobiliárias possuem *sites* que apresentam ao cliente os projetos com unidades à venda, sistemas de busca, *tour* virtual, maquetes digitais e colocam à disposição corretores *on-line* para pronto atendimento.

Algumas imobiliárias montam bancos de dados com os quais podem oferecer serviços de consultoria às incorporadoras, como afirmou Tomás Sales, da Lopes:

Temos 150 pontos de venda em São Paulo e atendemos mais de 16 mil pessoas por mês. Nosso banco de dados tem mais de 350 mil nomes e é por meio dele que podemos traçar todo um perfil de tendências do mercado. Temos mais de

170 incorporadores e, hoje, eles não compram um terreno em qualquer lugar da cidade sem nos ouvir. Ajudamos desde o momento da compra, auxiliamos a estruturar o produto, a planejá-lo e defini-lo. Trabalhamos de forma planejada e técnica, já que a empresa utiliza tecnologia de ponta e está totalmente informatizada. Nosso site (www.lopes.com.br) tem 40 mil visitas por mês (SALES, 2002, p.189).

O trabalho de consultoria oferecido pela Lopes tem início antes do lançamento dos empreendimentos e as estratégias de comercialização são elaboradas em conjunto com as incorporadoras e construtoras.

A Abyara, outra imobiliária de renome no setor, realiza pesquisas nos bairros onde será lançado o empreendimento e em bairros onde há compradores em potencial, como aconteceu com o conjunto La Dolce Vita, lançado em 2001 na Vila Romana, cujas pesquisas e consultorias começaram a ser realizadas pela Abyara oito meses antes do lançamento do condomínio e, em apenas 24 horas, cerca de 50% das unidades residenciais haviam sido negociadas, algumas das quais com moradores do próprio bairro (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p.16).

É no trabalho de consultoria que as imobiliárias mais interferem na caracterização dos espaços livres condominiais e no projeto dos edifícios. O denominado “auxílio” na estruturação, planejamento e definição do produto, em vez de contribuir para a melhoria dos projetos corrobora para a repetição de fórmulas já empregadas. As pesquisas, realizadas com leigos, que desconhecem as várias possibilidades de um projeto que podem ser trabalhadas no sentido de qualificar o espaço estética e ambientalmente, são utilizadas na definição do produto, limitando o processo criativo de sua concepção. Os prováveis “futuros moradores” apenas apontam seus anseios e necessidades, mas muitas vezes desconhecem o resultado de um bom projeto arquitetônico e paisagístico, e o modo como este pode contribuir para melhorar de fato sua qualidade de vida. A maior contribuição das imobiliárias é dada no sentido de aumentar o lucro dos empreendedores e de garantir a venda das unidades habitacionais, sem a devida preocupação com a qualificação do espaço produzido.

PROFISSIONAIS DE *MARKETING* IMOBILIÁRIO

No Brasil, a difusão do *marketing* no setor da construção civil deu-se na década de 1980, em virtude do aumento significativo dos investimentos nos condomínios residenciais verticais (ALMEIDA, 2000, p.38). Com o aumento da oferta, o consumidor tornou-se mais seletivo, agregando valor também às

marcas das imobiliárias, das incorporadoras e das construtoras (ALMEIDA, 2000, p.52).

Atualmente, as grandes incorporadoras e imobiliárias possuem um departamento de *marketing*, responsável pela elaboração do planejamento estratégico, pelas pesquisas de mercado e pela campanha publicitária para venda. Essas atividades são desenvolvidas também por empresas especializadas que trabalham para as incorporadoras.

Segundo Almeida, o planejamento de *marketing* é o “conjunto de atividades que envolvem desde a escolha correta do produto até a fase em que ele chegará às mãos do consumidor” e deve levar em conta tudo o que tem de ser feito para que o cliente compre o imóvel que está sendo vendido (ALMEIDA, 2000, p.33 e 43). Nas pesquisas de *marketing* aplicadas ao setor da construção civil, importa descobrir o que é relevante para o consumidor ao escolher o imóvel (ALMEIDA, 2000, p.33-4).

O *marketing* imobiliário envolve:

- Planos de ação estratégica que consideram o produto (imóvel), a pesquisa, a propaganda, o ponto ou plantão de vendas, a promoção e o preço do produto;
- Planos de *marketing* ou planos de ação;
- Pesquisas para que se obtenha informações sobre os clientes (público-alvo), o mercado (oferta-procura), os concorrentes e os avanços tecnológicos no setor;
- Escolha dos canais de comunicação (jornal, rádio, tv, *internet*, *outdoor*, folhetos e catálogos) (ALMEIDA, 2000, p.74-90).

De acordo com Francisco Segnini Jr., as ações e estratégias de *marketing* reiteram a dimensão “mercadoria” da habitação produzida pelos agentes imobiliários, minimizando sua qualidade cultural e seu valor artístico e maximizando sua adequação ao consumidor e sua capacidade de gerar lucro (SEGNINI Jr., 2004, p.38). Observação que se estende perfeitamente aos espaços livres condominiais, que se tornam nesse processo meras áreas que agregam valor ao empreendimento, à “habitação-mercadoria”.

ARQUITETOS E PAISAGISTAS

Nas décadas de 1970 e 1980, o mercado imobiliário pouco requisitava o arquiteto [...]. O mercado está começando a usar o que nós efetivamente podemos dar. O arquiteto entra praticamente no início do processo, na forma de um

consultor [...], participa de ponta a ponta do processo, sob uma pressão terrível. Ao final, se o produto não vender, o arquiteto é que não é bom. Não sabe fazer fachada [...] (Arquiteto MARCIO CURTI *apud* FONSECA, 2000, Pág.68-70).

Se os projetos de engenharia são vistos como essenciais na construção dos edifícios de apartamento, não se pode dizer o mesmo em relação ao projeto arquitetônico. Nos anúncios imobiliários destinados à classe média, em geral, constam a incorporadora, a construtora e a imobiliária, mas o nome do arquiteto responsável pelo projeto não aparece com a mesma frequência. Evidentemente, há escritórios maiores que têm procurado um reconhecimento do público em relação à qualidade ou à linguagem projetual e criam selos ou marcas que são adicionados à propaganda com essa intenção – de que se vincule a arquitetura produzida ao autor do projeto.

O discurso de que o projeto de arquitetura se reduz à fachada dos edifícios permanece em alguns setores da sociedade brasileira. E isto não apenas na capital paulista, mas em outras grandes cidades do mundo como Paris, onde um dos promotores entrevistados por Topalov afirmou o seguinte:

Os arquitetos são o que são, mesmo os maiores arquitetos. Um arquiteto não sabe qual é a demanda: ele não se importa. Jamais um arquiteto irá a um estande de vendas para saber as observações que são feitas pela clientela. O que lhe interessa essencialmente é elaborar sua planta e obter licença para construir. Se você preferir, o arquiteto é solicitado essencialmente para fazer os planos de fachada. De outro modo, não há necessidade de um arquiteto (Promotor 17 *apud* TOPALOV, 1971, p.108).

Os arquitetos que trabalham na produção dos condomínios verticais de uso residencial de padrão médio e alto participam, na cidade de São Paulo, praticamente de todas as etapas do projeto, mas estão sujeitos às limitações impostas pelas imobiliárias, construtoras e empreendedores, como salienta Elizabeth Goldfarb:

Hoje (2002), as imobiliárias, as construtoras e empreendedores têm um papel muito grande na definição do partido do projeto (tanto em relação ao produto, se vai ser de dois ou três dormitórios, como em relação à linguagem do projeto), muitas vezes em detrimento de conceitos que o arquiteto gostaria de estar desenvolvendo. [...]O arquiteto tem um papel importante na medida em que é ele que desenha o produto, mas não define, nem determina o produto e, infelizmente, tem pouca liberdade para propor produtos novos. Mesmo assim, acaba trazendo a solução daquele produto que é solicitado – levando em conta a legislação, as condições econômicas, os desejos de custo do construtor. O paisagista também, hoje, tem uma influência grande, na medida em que sugere o zoneamento do pavimento térreo e, muitas vezes, a gente faz mudanças no

projeto em si – do ponto de vista arquitetônico – em função de uma proposta de paisagismo. Atualmente, existe um trabalho bastante integrado, no qual esses espaços livres de edificação são pensados junto com o arquiteto-paisagista e também com a empresa de vendas, porque ela tem uma forte influência em relação a esse programa, determinando se haverá quadra, piscina, *laundry*, espaço zen, salão de jogos, meditação e uma série de outras novidades (GOLDFARB, 2002).

As incorporadoras e construtoras, com o aval das imobiliárias e o acompanhamento destas em todo o processo, definem o produto e a linguagem arquitetônico-paisagística do condomínio; definem também as características e elementos dos espaços livres – que serão projetados pelo paisagista segundo a implantação e a linguagem adotadas pelo arquiteto.

A forte influência das imobiliárias na definição dos empreendimentos é ressaltada também pelo arquiteto Marcelo Monteiro, do escritório Rubio & Monteiro:

Hoje, a imobiliária e sua acessoria entram na definição do produto – desde a compra do terreno até a comercialização. Estão sempre dando opinião. O arquiteto faz a coordenação, mas não define o produto sozinho (MONTEIRO, 2002).

Já o arquiteto Henrique Cambiaghi, do escritório Cambiaghi Arquitetura Ltda., supõe certo equilíbrio entre o papel dos agentes responsáveis pela promoção e venda dos conjuntos e o arquiteto:

Os empreendedores, as imobiliárias e as construtoras realmente influenciam o projeto, porque o arquiteto sempre foi e será sempre um profissional que dá resposta a uma necessidade, a um programa [...]. De uma maneira geral, o equilíbrio é entre a vontade do investidor, do incorporador, daquele que vende (que normalmente dita as regras do que vende) e a intenção do arquiteto que tenta, no meio de tudo, transformar essa vontade, esse desejo em realidade – no papel. [...] É do arquiteto que nasce a concepção, a idéia, a viabilidade daquele programa, daquele desejo (CAMBIAGHI, 2002).

Cambiaghi julga importante também o trabalho do arquiteto-paisagista na produção dos edifícios residenciais (do mesmo modo que a arquiteta Elizabeth Goldfarb):

Eu tenho feito uso de um recurso que é a foto aérea para ver como tirar partido de visuais [...]. Às vezes, o pessoal da área imobiliária critica, porque a fachada do prédio é a fachada de serviço, porque eu coloco o edifício para onde tem sol, para onde tem vista. Depois, quando as pessoas estão morando lá, eles reconhecem que o espaço que eles mais usam (a sala e os quartos) tem vista, tem visuais, tem sol. [...] E aí, então, é fundamental o trabalho do paisagista

junto com o arquiteto, porque, nessa simbiose de trabalho, você vai integrando a arquitetura com os espaços externos, com o jardim, com o piso. Muitas vezes, nesse trabalho em conjunto, particularmente em condomínios com número maior de edifícios, modifica-se a distribuição desses espaços em função de um partido urbanístico-paisagístico. Aliás, é fundamental todo mundo trabalhar junto desde o começo (CAMBIAGHI, 2002).

Monteiro, por sua vez, nota nessa incorporação do projeto paisagístico à produção de conjuntos e edifícios isolados uma exigência do mercado:

No nosso escritório, há clientes que solicitam o paisagista na elaboração do estudo inicial, na concepção do produto. Outros deixam o paisagismo para depois. Mas hoje em dia, a maioria das construtoras tem procurado fazer o projeto de paisagismo antes, porque isso é também uma exigência do mercado – isso vende. Tudo é uma questão de mercado – o que importa é o lucro (MONTEIRO, 2002).

A participação maior do arquiteto-paisagista na produção dos espaços livres de conjuntos e edifícios deu-se a partir da década de 1980, como afirmou Benedito Abbud, concomitantemente a algumas transformações da cidade, da arquitetura e do processo construtivo e à difusão do *marketing* imobiliário no setor da construção civil:

Nos anos 70 e no início dos anos 80, existia um programa muito diferente. A cidade não era tão perigosa, tão violenta. O paisagista era um profissional ligado a uma certa faixa do mercado, ou seja, uma coisa mais luxuosa, para edifícios mais sofisticados, residências mais sofisticadas. O mercado era bem mais restrito. O jardim fazia parte da entrada e a ligação entre o jardim frontal e a calçada era fundamental. Em geral, a gente discutia muito e acabava não colocando gradis, procurando criar essa integração entre a calçada, o jardim frontal e a entrada do edifício. O jardim da entrada, criado para ser visto pelo transeunte, era a grande atração do prédio. No recuo de fundo, havia poucos equipamentos. Raramente uma piscina e um *playground*. A calçada ainda servia como quintal da casa e isso até o começo dos anos 80. A rua fazia parte do quintal da moradia. As crianças entravam e saíam. A rua era um espaço contínuo da residência – fosse um edifício ou uma casa unifamiliar. Havia muitos pilotis e os pilotis faziam parte do jardim, sendo áreas cobertas e abertas, sem fechamentos. E a vegetação era muito tropical, porque havia toda a arquitetura modernista, com concreto aparente, que casava muito bem com folhagens grandes e largas – era uma linguagem forte. A grande virada acontece quando a cidade fica mais violenta e as pessoas começam a fechar as casas. A segurança começa a ser importante e isso muda tudo. [...] Em meados dos anos 80, começa a existir no mercado certa diferença também com o emprego do preço fixo. Até então, os condomínios verticais eram vendidos pelo preço de custo. O preço de custo equivale ao custo da obra, mas na prática levou a uma quase ‘antiarquitetura’ ou ‘antiengenharia’, porque os construtores perceberam que quanto mais cara fosse a obra, mais eles ganhavam, já que recebiam uma

porcentagem sobre os custos. Então, quebrar e quebrar novamente era bom para eles. Não interessava ter projetos detalhados. Era bom resolver na obra para demorar. Mas o preço de custo entra em colapso com a forte inflação e com os problemas decorrentes dos vários planos econômicos que se sucederam nos anos 80. Começam a aparecer então as construtoras que trabalham com preço fechado – em que você sabe o quanto vai pagar pelo seu apartamento. Com o preço fixo, começa a haver uma concorrência muito forte e se o público comprador sabe o quanto vai pagar, pode começar a escolher. E ele vai escolher aquilo que é mais barato e dá mais vantagens para ele. É nesse momento que começamos uma campanha para mostrar para as construtoras que um térreo bem feito poderia agregar valor (ABBUD, 1999).

A participação do arquiteto-paisagista na concepção do produto está relacionada também a essa divulgação das áreas ajardinadas e equipamentos de lazer, tornando-se mais expressiva a partir de 1990, com o Código de Defesa do Consumidor ou Lei n.8.078/90, que estabeleceu normas de proteção e defesa deste, no que concerne a qualquer bem, móvel ou imóvel, instituindo, como um de seus Direitos Básicos, “a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva” (Art. 6º/Item IV). A partir de então, o material distribuído deveria corresponder ao produto final – a planta dos apartamentos e a implantação constantes nos anúncios teriam de estar de acordo com o projeto executado.

Se o aumento da concorrência e o emprego do preço de custo ampliaram o campo de atuação do arquiteto-paisagista na produção dos condomínios verticais, fizeram também com que o custo do projeto passasse a ser mais importante que a beleza projetual:

O construtor precisava saber quanto iria custar. Então, nosso discurso de venda mudou muito. Antigamente, com o preço de custo, o ‘belo’ era o argumento forte para vender o projeto. Era dizer: ‘Isso vai ficar lindo! Essa piscina vai ficar fantástica! Eu fiz um jardim parecido com esse e ficou maravilhoso!’ E estava tudo bem. De repente, o custo passou a ser fundamental – ainda que o ‘belo’ tenha continuado com um forte valor de agregação, de expectativa de vendas. Assim, quando eu chegava para uma empresa que tinha apartamentos para vender com preço fixo, eu ouvia: ‘Está muito bonito, mas quanto vai custar?’ (ABBUD, 1999)

O custo do projeto paisagístico passou a ser tão importante quanto o custo do projeto arquitetônico, tornando-se um item relevante na escolha dos materiais e da vegetação. Da mesma maneira que os arquitetos, os paisagistas tiveram de se adaptar à limitação dos gastos.

A necessidade de assegurar e aumentar as vendas acabou restringindo a liberdade projetual dos paisagistas e dos arquitetos:

Em relação às exigências do mercado, a exigência maior é a do neoclássico. Se o prédio é inteiramente neoclássico, eu tenho de plantar tuia, não tem jeito. Se eu pudesse, trabalharia com uma linha mais orgânica, mais solta, com plantas brasileiras ou tropicais. Eu faço o neoclássico por obrigação (GAVIÃO, 2003).

A questão do estilo é hoje uma pressão que os arquitetos vivem, principalmente em relação à área de vendas. As imobiliárias induzem à adoção do neoclássico e levam os empreendedores a fazer construções neoclássicas, porque 'senão não vende'. E o empreendedor quer vender, é lógico, ele está investindo em um negócio, empreendendo, porque o objetivo dele é vender. Ele não vai querer fazer uma coisa que não vende. Então, vira esse círculo-vicioso: se não for neoclássico não vende. E os arquitetos estão sendo obrigados a buscar isso. Por outro lado, os arquitetos estão procurando dar uma 'modernizada' nesse neoclássico que busca a simetria, o equilíbrio das formas, uma certa harmonia, simplificando um pouco os adornos e as molduras, que são caras (CAMBIAGHI, 2002).

Hoje, existe, infelizmente, uma interferência muito grande das empresas imobiliárias em relação, também, à linguagem da arquitetura, com uma certa preferência por modismos de estilos, classicismos e 'neos', de uma maneira às vezes muito grosseira (GOLDFARB, 2002).

Apesar de os paisagistas normalmente trabalharem diretamente com as construtoras e incorporadoras, eles também sentem uma forte influência das imobiliárias:

A incorporadora é um dos nossos clientes, mas há também as empresas de venda, as consultoras imobiliárias (Lopes, Coelho da Fonseca, Fernandez Mera), empresas que têm um peso muito forte na decisão do produto (ABBUD, 1999).

Segundo Benedito Abbud, a princípio, quem definia o programa dos espaços livres eram as incorporadoras e construtoras; em um segundo momento, esse programa passou a ser definido pelo pessoal do *marketing* imobiliário; e, atualmente, as próprias imobiliárias definem não apenas os equipamentos e áreas de lazer que devem estar dispostos nos espaços livres, mas também a linguagem do projeto (ABBUD, 2004).

Na fala dos arquitetos e paisagistas fica evidente a interferência das construtoras, incorporadoras e imobiliárias na definição ou mesmo na concepção do produto, bem como a imposição restritiva que exercem no trabalho desses profissionais. Às vezes, existe a intenção de se desenvolver a qualidade estética e ambiental dos empreendimentos, mas a necessidade do maior lucro e do menor prazo imposta por outros agentes imobiliários fazem com que essa ideia seja deixada de lado. Arquitetos e paisagistas são os profissionais mais conscientes das possibilidades de um projeto e das formas de qualificá-lo. Entretanto, na produção dos condomínios e de seus espaços livres, os empreendedores, obje-

tivando sempre a maior lucratividade, têm dado maior importância às colocações das imobiliárias e dos profissionais de *marketing* – capazes de promover e garantir a venda das unidades habitacionais, mas incapazes de compreender os benefícios para a cidade e para os usuários de projetos paisagísticos e arquitetônicos de melhor qualidade.

O USUÁRIO

No momento da aquisição do imóvel, há desejos e necessidades que devem ser atendidos, alguns dos quais expressam a busca por *status*, sensação de posse, poder, demarcação de território, privacidade ou projeção social (ALMEIDA, 2000, p.121). Há também preferências associadas ao nível de renda do comprador, à sua fase de vida, ao custo da residência e aos benefícios da vizinhança (MUTH, 1969, p.99).

Philip Kotler estabelece a distinção entre necessidades e desejos: “Necessidade humana é um estado de privação de alguma satisfação básica” e desejos “são carências por satisfações específicas para atender a estas necessidades mais profundas” (KOTLER, 1994, p.25). As pessoas precisam de alimento, ar, água, vestuário e abrigo para sobreviver e tais necessidades não são criadas por empresas, pela sociedade ou pelo *marketing*; como afirma o autor, “são inerentes à condição humana”. Mas as necessidades podem ser satisfeitas de diferentes maneiras, segundo desejos que podem ser despertados pelo *marketing* (KOTLER, 1994, p.26).

O abrigo é, portanto, uma necessidade e, de acordo com Frederick Law Olmsted, o contato com a natureza ou com elementos naturais e uma paisagem com vegetação variada são parte também das necessidades biológicas indispensáveis ao ser humano, e benéficos a sua saúde física e mental (*apud* DRAMSTAD, 1996, p.11). Mas um apartamento em um conjunto de edifícios com piscina e áreas de lazer de uso restrito aos moradores corresponde a um desejo do consumidor despertado pelos profissionais de *marketing* da cidade de São Paulo para promover a venda de unidades residenciais em prédios de padrão médio e alto.

Para os futuros moradores, é importante que o imóvel esteja situado nas proximidades do local de trabalho, de escolas, comércio e serviços, sendo esta uma necessidade relacionada à localização do imóvel. Mas o padrão da localidade e os atrativos do entorno estão vinculados ao desejo de *status* ou a um sonho de classe média ou média-alta.

Certos equipamentos, como os brinquedos do *playground* para crianças pequenas que precisam de espaço para brincar e tomar sol ou as quadras esportivas para adolescentes que requerem espaços propícios à sociabilidade são necessidades de alguns moradores. Mas a piscina que existe para ser vista e raras vezes é utilizada é outro desejo ligado ao *status*.

A área útil e o número de dormitórios do apartamento, dependendo do fato de ser uma única pessoa que procura o imóvel, um casal, um casal com filhos ou um casal de idosos, estão relacionados muitas vezes às necessidades do morador. Mas a linguagem arquitetônico-paisagística escolhida denota um desejo de moradia e os aspectos externos do empreendimento interferem muito no momento de decisão da compra, como evidencia o resultado de uma pesquisa feita em vídeo, apresentada por Almeida:

79% das pessoas afirmaram fazer primeiro a compra visual do produto, onde o elemento de maior destaque é a vista externa do prédio (imponência, beleza perante os prédios vizinhos, cor da fachada, beleza e originalidade de portas, janelas e maçanetas); 68% afirmaram que prédios pintados externamente nas cores branca, bege ou cinza transmitem frieza, umidade e aparência de tristeza e, conseqüentemente os distanciam da decisão da compra; 72% afirmaram que prédios com acabamento externo em cerâmica ou pedrarias reduzem custos de manutenção e embelezam mais o prédio; afirmaram também que isso transmite a sensação de proteção e aquecimento (ALMEIDA, 2000, p.121-122).

Desse modo, observa-se a influência de fatores racionais (ligados às necessidades) e de fatores subjetivos (ligados aos desejos, como levar em conta a imponência do prédio e a cor da fachada) na aquisição da moradia urbana. Estes últimos variam de acordo com a cultura, a localidade e a formação do indivíduo e expressam seu gosto, o que considera “belo”. Mas o “belo” dos futuros moradores pode não coincidir com o “belo” na concepção de arquitetos, paisagistas e outros profissionais especializados, pois depende do gosto do comprador, de sua vivência, dos lugares onde esteve, de tudo o que viu, leu e ouviu e do significado afetivo que conferiu a certos elementos e não a outros.

Por essa razão, algumas preferências acabam se tornando comuns e se difundem pelo espaço urbano, em detrimento das correntes arquitetônicas e paisagísticas em voga no meio acadêmico e nos escritórios, especialmente na cidade de São Paulo. Dos 25 empreendimentos verticais, por exemplo, que a Cyrela lançou entre 1996 e 2000, 18 eram neoclássicos, ou seja, 72% dos lançamentos da incorporadora/construtora (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000, p.1).



Foto: Solange Aragão, 2004

Figura 3. Les Jardins. O paisagismo concebido à europeia para satisfazer incorporadores e construtores e garantir a venda das unidades residenciais do empreendimento.

Os arquitetos e paisagistas têm consciência dessa preferência, que acaba influenciando o projeto dos edifícios e dos espaços livres:

Lógico, acho que a idéia do extremo racionalismo, da extrema ‘pureza’ das formas e da falta de adornos é uma coisa que... Todo mundo gosta de um adorno. E é verdade. Eu já assisti a algumas pesquisas de mercado em que você fica atrás do vidro ouvindo o que as pessoas falam e, quando você mostra uma série de fachadas neoclássicas e modernas, há realmente um encantamento pelo neoclássico, principalmente em São Paulo. Se você sair de São Paulo e for, por exemplo, para as cidades do Nordeste, vai ver que isso não existe até por uma questão de resistência dos materiais, porque nas fachadas à beira-mar é preciso ter cerâmica (por conta das intempéries e da agressividade), então, é mais difícil fazer o neoclássico (CAMBIAGHI, 2002).

Se as imobiliárias colocam imposições em relação à linguagem arquitetônico-paisagística dos empreendimentos, e se o argumento que utilizam é “o que vende”, nesse argumento estão implícitos também os desejos e necessidades daqueles que compram os apartamentos, bem como seu gosto, aquilo que consideram belo e agradável. Por outro lado, não se pode esquecer que as imobiliárias e o *marketing* imobiliário também “despertam desejos”, difundem gostos, modismos e padrões, os quais, uma vez aceitos pelo público consumidor, se espalham pela cidade, sendo extremamente difícil para arquitetos e paisagistas

que têm como clientes diretos as incorporadoras e construtoras que solicitam serviços de consultoria a imobiliárias e, como clientes finais, o público consumidor (atraído pelas propagandas e anúncios de imóveis), apresentar projetos alternativos e convencê-los de que seriam mais adequados à paisagem e à cidade como um todo.

O ESTADO E A LEGISLAÇÃO

A noção de Estado compreende as seguintes acepções: poder político, governo, território, nação, organismo político-administrativo e sociedade politicamente organizada (FERREIRA, 1999, p.826). Engels define o Estado como produto de uma sociedade dividida por antagonismos, com interesses econômicos colidentes, ou o poder situado acima dessa sociedade, que mantém os conflitos nos limites da ordem (ENGELS, 1984, p.227).

Na produção do espaço urbano, o Estado atua por meio de subsídios que facilitam o acesso à casa própria e promovem o desenvolvimento da indústria da construção, por meio de intervenções diretas que melhoram a qualidade do espaço construído (pavimentação, arborização, água, luz, esgoto, creches, escolas, hospitais), por meio do planejamento urbano, e por meio da legislação. Para alguns teóricos, especialmente os marxistas, como David Harvey, essa atuação desconsidera reivindicações trabalhistas e atenua a consciência de classe dos trabalhadores, dando-lhes a impressão de que o Estado também representa seus interesses na sociedade (GOTTDIENER, 1993, p.137).

A legislação urbanística fica submersa nesse conflito, tendo como resultado, no Brasil, ora o cumprimento, ora o descumprimento das leis, como ressaltava Murillo Marx:

A cidade se calca em normas que regulamentam as condutas, as atividades, as relações, que conformam a moldura em que se dá o convívio de todos. Normas que são cumpridas ou burladas, provavelmente mais burladas que cumpridas, mas que, por isso mesmo, exprimem os interesses distintos, por vezes conflitantes, de seus moradores. Criação coletiva, o espaço urbano se faz segundo tais regras, apesar delas ou contra elas. Conquanto de natureza superestrutural, expressando outros fatores da vida em sociedade, o conjunto das imposições normativas se apresenta também como baliza determinante do quadro físico urbano (MARX, 1999, p.42).

Segundo Cibele Taralli, a desobediência à legislação é fato comum na capital paulista, histórico na produção do ambiente construído pela habitação, po-

dendo ser avaliado pela grande proporção de leis de anistia que acompanham a evolução urbana (TARALLI, 1993, p.257). A legislação urbanística e edilícia, ainda que a serviço da técnica, padronizando normas mínimas que são comuns à produção dos edifícios e às intervenções na base física e urbanística, constitui um sistema aberto e ativo, no qual interagem interesses sociais, econômicos, tecnológicos e políticos que influenciam e direcionam sua natureza e conteúdo, de acordo com certos objetivos e prioridades (TARALLI, 1993, p.251).

O desempenho da legislação manifesta-se, assim, por meio de uma atuação dinâmica e por vezes induz as transformações no espaço edificado, com padrões estéticos e tecnológicos desejados e produzidos pela sociedade. Historicamente, é utilizada pelo poder público no controle da ordenação e do crescimento urbano (TARALLI, 1993, p.251).

Para Flávio Villaça, nas grandes cidades brasileiras, a legislação urbanística representa uma das formas de controle da produção do espaço urbano pelas e para as camadas de mais alta renda:

O Estado atua através da legislação urbanística. Esta, é sabido, é feita pela e para as burguesias. Isso se revela pelo fato de se colocar na clandestinidade e na ilegalidade a maioria dos bairros e das edificações de nossas metrópoles (VILLAÇA, 1998, p.338).

Do ponto de vista de Raquel Rolnik, a legislação urbanística “age como marco delimitador de fronteiras de poder”, determinando a caracterização da menor parte do espaço construído, porque a cidade não deriva da simples aplicação dos modelos contidos nas leis, mas da relação que estas estabelecem com as formas concretas de produção imobiliária. Ao estabelecer o que é permitido e o que é proibido, define territórios dentro e fora da lei, configurando “regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada” (ROLNIK, 1997, p.13).

Os conjuntos de edifícios residenciais de padrão médio e alto, bem como seus espaços livres de edificação, estão contidos nos territórios “dentro da lei”, integrando, portanto, a “cidade legal”. Para que sejam construídos, seu projeto deve ser aprovado em secretarias e departamentos municipais. Envolvem grandes investimentos, que não podem ser arriscados, e seus compradores, normalmente, exigem essa legalidade.

As principais leis que regem (ou regeram) a produção desses conjuntos na década de 1990 e nos últimos anos são: a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei n.7.805/72), que determina as áreas da cidade onde podem

ser construídos conjuntos de edifícios de uso residencial, a taxa de ocupação e os recuos nos condomínios verticais; o Código de Edificações de 1975, em vigor até 1992, que regula o projeto, a execução e a utilização das construções do município de São Paulo, segundo padrões de segurança, higiene e salubridade (Lei n.8.266/75); o Código de Obras e Edificações de 1992, que revoga o Código de Edificações de 1975, com alterações adotadas por leis posteriores, dispondo sobre as regras gerais e específicas para o projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações (Lei n.11.228/92); a Lei n.8.881/79, que modificou o Art.24 da Lei n.7.805/72, permitindo o aumento do coeficiente de aproveitamento do solo com a redução da taxa de ocupação em algumas zonas de uso do município (Art.18).

No traçado e caracterização dos espaços livres condominiais paulistanos interferem também: a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei n.7.805/72), que ao determinar a taxa de ocupação do solo define, por outro lado, a porcentagem de espaços livres de edificação no terreno e as áreas de recuos, pré-estabelecendo espaços livres ao redor das edificações, sem levar em consideração aspectos como a criação de corredores de vento e a falta de insolação nas áreas de uso comum decorrente do sombreamento dos próprios edifícios do conjunto; o Código de Obras e Edificações, que exige áreas destinadas aos espaços livres de edificação, visando garantir a iluminação e ventilação dos cômodos internos das construções, bem como dimensões e características de equipamentos, mobiliários e elementos de vedação (muros, cercas, grades); a Lei n.8.881/79, que modifica o Art.24 da Lei n.7.805/72, permitindo o aumento do coeficiente de aproveitamento do solo com a redução da taxa de ocupação em algumas zonas de uso do município, ou seja, possibilitando a criação de espaços livres mais amplos; e as leis e decretos em que se fundamenta o trabalho do DEPAVE – Departamento de Áreas Verdes do Município (particularmente a Lei n.10.365/87, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo no município de São Paulo, e a Portaria 122, que estabelece as regras para a compensação ambiental).

A existência dessas leis, no entanto, ainda que devidamente seguidas, não garante a qualidade arquitetônico-paisagística dos empreendimentos. Elas estabelecem taxas e coeficientes que devem ser respeitados em todos os projetos, sem considerar as características individuais de cada área da cidade e de cada novo conjunto. É nelas que os profissionais especializados podem se apoiar para

garantir a existência de espaços livres de edificação, mas são genéricas demais para garantir a qualidade desses espaços.

CONCLUSÃO

Nos conjuntos de edifícios residenciais de padrão médio e alto, implantados na cidade de São Paulo nas últimas décadas, constata-se a baixa qualidade paisagística de seus espaços livres, tanto no que diz respeito ao projeto em si, como no que concerne aos problemas ambientais decorrentes de sua implantação, como a formação de corredores de vento que impedem a permanência nesses locais, a alta impermeabilidade do solo, a impossibilidade de plantio de vegetação de grande porte, decorrente da disposição de áreas ajardinadas sobre a laje das garagens, e a falta de insolação adequada nas áreas de lazer infantil.

A partir da análise do papel de cada um dos agentes envolvidos na produção desses espaços, observa-se que todos os agentes, de uma forma ou de outra, são responsáveis pela baixa qualidade projetual das áreas de uso comum dos conjuntos de edifícios de apartamento. As incorporadoras e construtoras por terem em vista, sempre e acima de tudo, o maior lucro e o menor custo da obra, estando raras vezes preocupadas com questões urbanísticas, paisagísticas ou arquitetônicas; as imobiliárias e os profissionais de *marketing* por terem como objetivo principal a venda das unidades habitacionais, sem levar em consideração a qualidade ambiental e paisagística desses conjuntos – o que importa para esses agentes é agradar o cliente e criar atrativos de venda que poucas vezes correspondem a elementos capazes de conferir algum valor estético a esses locais; os futuros usuários por responderem os questionários mencionando desejos de consumo que na verdade são criados pelos próprios profissionais de *marketing* (como prédios com piscina, *playground* com equipamentos padronizados, espaço *gourmet* e outras áreas pouco utilizadas pelos moradores do condomínio); o Estado por estabelecer leis baseadas em taxas e índices que não garantem a qualidade do espaço produzido, sendo demasiadamente genéricas; e os arquitetos e paisagistas por seguirem estritamente as determinações de incorporadoras e construtoras e o partido arquitetônico e paisagístico estabelecido pelas imobiliárias e profissionais de *marketing*, sem contra-argumentar e sem defender a possibilidade de projetos de melhor qualidade para a cidade e para os usuários.

Nesse processo, observa-se que os agentes técnicos (arquitetos e paisagistas) têm sua atividade de criação, bem como sua capacidade de qualificação

dos espaços, limitadas pelas imposições dos outros agentes envolvidos. Como resultado, os espaços livres e as unidades residenciais acabam se tornando uma repetição de fórmulas e padrões pré-estabelecidos pelas imobiliárias e profissionais de *marketing*; espaços destituídos de valor cultural ou estético – embora apresentem elevado valor de troca, com problemas ambientais que inibem seu uso. São quase uma constante na cidade de São Paulo espaços livres condominiais com *playground* composto por brinquedos padronizados, quase sempre sem uso, piscinas em áreas sombreadas, quadras esportivas vazias ao longo do dia, locais de estar onde o corredor de vento é mais intenso em virtude da altura e disposição dos edifícios, e áreas ajardinadas sobre a laje da garagem, com alguma vegetação de pequeno e de médio porte. Isso para não falar nos jardins e praças em miniatura produzidos à francesa para atender às determinações de imobiliárias e profissionais de *marketing* que insistem em propagar a obsessão por tudo que é europeu, desconsiderando o local, o entorno, o clima e os aspectos culturais de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABBUD, Benedito. *Entrevistas realizadas pela equipe do Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo, 1999 e 2004.
- ALMEIDA, Sandra Pires de. *Marketing imobiliário*. São Paulo: SP Marketing Editorial, 2000.
- ARAGÃO, Solange de. Do Conjunto Ajardinado ao Conjunto Parque – variações tipológicas na paisagem paulistana. *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, São Paulo, n.20, p.106-120, 2006.
- BRASIL. *Código de defesa do consumidor*. Lei 8.078/90. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/DPDC/servicos/legislacao/cdc.htm>, acesso em 5/01/2009.
- CAMBIAGHI, Henrique. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2002.
- COSTA, André. Arquitetura e propaganda: o marketing na produção imobiliária por incorporação. *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 15, p. 76-96, 2004.
- DRAMSTAD, Wenche E. *et alii. Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-use Planning*. Harvard: Havard University, 1996.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ESTUDOS DO PATRIMÔNIO. *Relatório Anual*. São Paulo: EMBRAESP, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1984. [1884]
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio*. Século XXI. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- FONSECA, Nuno de Azevedo. *A Arquitetura do Mercado Imobiliário e seu processo de produção na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2000.
- GAVIÃO, Martha. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2003.
- GOLDFARB, Elizabeth. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2002.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- KOTTLER, Philip. *Administração de Marketing*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- “La Dolce Vita”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 set. 2001. Dinheiro, p. 16.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil*. Em que termos? São Paulo: Nobel, 1999.
- MONTEIRO Marcelo. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2002.
- MUTH, Richard F. *Cities and Housing: the spatial pattern of urban residential land use*. Chicago: The University of Chicago Press, 1969.
- “Neoclássico é curinga no mercado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2000. Imóveis, p. 1.
- PALERMO, Sandra Regina. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2002.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.
- SALES, Tomás. Entrevista publicada no *Guia Qual Imóvel*, São Paulo, n. 25, p.189.
- SÃO PAULO (cidade). *Código de Obras e Edificações*. Lei 11.228/92. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/habitacao/legislacao/codigo_de_obras_e_edificacoes/00001, acesso em 24/02/09.
- _____. *Estatuto da Cidade*. Lei 10.257/01. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia.asp?id=599980>, acesso em 12/01/2009.
- _____. Portaria 122/01. *Diário Oficial do Município*, 11.10.01, p.20-1.
- _____. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. “Lei 8.266/75”. *Leis do Município de São Paulo* (1975). São Paulo: PMSP, 1978.
- _____. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei 10.365/87*. São Paulo: PMSP-SMVMA, 1987.
- _____. “Lei 7.805/72”. *Leis, Decretos, etc.* Leis 7.689 a 7.838. São Paulo: PMSP, 1973.
- _____. “Lei 8.881/79”. *Leis, Decretos, etc.* Leis 1979. São Paulo: PMSP, 1984.
- _____. “Plano Diretor Estratégico”. *Lei 13.430/02*. Legislação do Estado de São Paulo e Município de São Paulo. São Paulo: Lex Ed, 2002.
- SEGNINI Jr., Francisco. Considerações sobre a prática profissional do arquiteto. *Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 15, p.32-41, 2004.
- SIGNORE, Alessandra. *Entrevista realizada pela autora*. São Paulo, 2002.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo: HUCITEC: Edusp, 1994.

TARALLI, Cibele Haddad. *Ambiente Construído e Legislação: o visível e o imprevisível*. 1993. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TOPALOV, Christian. *Les Promoteurs Immobiliers. Contribution à analyse de la production capitaliste du logement en France*. Paris: Mouton, 1974.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Lincoln Institute: FAPESP, 1998.

Recebido em: 20/04/2009

Aceito em: 17/08/2009

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

À revista **CIDADES**, podem ser propostos para publicação: artigos científicos, ensaios teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traduções de textos clássicos e discussão de conceitos.

A aceitação de textos propostos para publicação será orientada pelos seguintes parâmetros:

Artigos científicos que interessem, sobretudo, à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas e, nestes casos, com seus resultados finais.

Ensaio crítico sobre temas, obras, autores etc., que contenham clara contribuição dos autores dos ensaios.

Críticas bibliográficas que não se constituam, de fato, em notas ou notícias bibliográficas, ou seja, revelem capacidade de seus autores em contextualizar as obras analisadas no âmbito da produção intelectual.

Divulgação de textos clássicos, que tenham desempenhado importante papel na evolução do pensamento e da pesquisa sobre o urbano e a cidade.

Textos com sínteses sobre conceito(s) que importa(m) à compreensão da cidade e do urbano, nos quais se recuperem os autores que mais contribuíram para essa elaboração e/ou os consensos e dissensos existentes acerca dele(s).

Resultados parciais de pesquisas em andamento, reflexões teórico-metodológicas de caráter inicial ou textos que resultem de compilação bibliográfica, sem que se revele claramente a contribuição do autor, não serão aceitos para publicação.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos devem ter, no máximo, 25 páginas (tamanho A4), digitados em formato Microsoft Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte *Times New Roman* tamanho 11 e sem recuos e espaçamento de parágrafos. Para as outras modalidades, as normas são as mesmas, com exceção da extensão máxima dos textos, que se define da seguinte forma: 15 páginas para discussão de conceitos e entrevistas, 25 páginas para traduções de textos clássicos e 06 pá-

ginas para críticas bibliográficas. Nesse total de páginas, devem ser computadas tabelas, figuras e referências ou bibliografia.

Todos os textos devem ser enviados em três cópias impressas e em versão digital (CDROM), acompanhados de uma folha em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, data de elaboração do artigo e endereço para correspondência (postal e eletrônico).

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um resumo de, no mínimo, 100 palavras e, no máximo, 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em francês, espanhol ou alemão. O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que o resumo for apresentado.

As referências a autores, nos textos a serem publicados na revista, deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta ou caixa alta e baixa, segundo os casos, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (SILVA, 2007), Silva (2007). Havendo mais de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte *Times New Roman* 11, sem aspas.

Expressões ou trechos de seu texto, aos quais o autor queira dar destaque, deverão ser **grifados**. O *itálico* deverá ser reservado às expressões mantidas em língua estrangeira. Exemplo: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi e não poderão exceder o tamanho de 23 x 16 cm. Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Somente serão aceitas figuras coloridas se o autor arcar com os custos de impressão das páginas respectivas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. É fundamental, que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Os títulos das obras devem vir destacados em *itálico*.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. Nos casos em que a Comissão Editorial e/ou os membros do Conselho Científico indicarem a necessidade de revisão, os custos serão cobrados dos autores. Recomenda-se recorrer a especialistas para a correção dos resumos em outros idiomas e não utilizar *softwares* para a tradução.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Comissão Editorial e do Conselho Científico da revista CIDADES.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de parecer de um membro da Comissão Editorial. No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado. Os textos, após modificados pelos autores, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá três exemplares do número em que for publicado seu trabalho.

NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Pueden ser propuestos a la revista **CIDADES** para publicación: artículos científicos, ensayos teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traducciones de textos clásicos y discusiones de conceptos.

La aceptación de los textos propuestos para publicación será orientada por los siguientes parámetros:

Artículos científicos que interesen, sobre todo, a la reflexión teórico-metodológica, sean o no resultado de investigaciones empíricas y, en estos casos, con sus resultados finales.

Ensayos críticos sobre temas, obras, autores, etc., en que sus autores realicen una clara contribución.

Críticas bibliográficas que no se constituyan, de hecho, en notas o noticias bibliográficas, o sea, que revelen la capacidad de los autores en contextualizar las obras analizadas en el ámbito de la producción intelectual.

Divulgación de textos clásicos, que hayan desempeñado un papel importante en la evolución del pensamiento y de la investigación sobre lo urbano y la ciudad.

Textos con síntesis sobre concepto(s) importante(s) para la comprensión de la ciudad y de lo urbano, en los cuales se recuperen los autores que más hayan contribuido a esa elaboración y/o los consensos y discrepancias existentes sobre ellos.

Resultados parciales de investigaciones en marcha, reflexiones teórico-metodológicas de carácter inicial o textos que resulten de compilación bibliográfica, sin que se revele claramente la contribución del autor, no serán aceptados para publicación.

INSTRUCCIONES PARA LA PRESENTACIÓN DE TEXTOS

Los artículos científicos deben tener, como máximo, 25 páginas (tamaño A4), escritos en Word, a espacio 1,5 entre las líneas, letra Arial, tamaño 11 y sin formateo de párrafos. Para las otras modalidades, las normas son las mismas, excepto por la extensión máxima de los textos, que se define de la siguiente

manera: 15 páginas para discusión de conceptos y entrevistas, 25 páginas para traducciones de textos clásicos y 6 páginas para críticas bibliográficas. En ese total de páginas deben ser computadas tablas, figuras y bibliografía.

Todos los textos deben ser enviados en tres copias impresas y en versión digital (disquete o CD), acompañados de una hoja en la que conste: nombre(s) de él o los autores, filiación académica, fecha de la elaboración del artículo y dirección para correspondencia (postal y electrónica).

Los artículos científicos deben presentar, obligatoriamente, un resumen de, como mínimo, 100 palabras y, como máximo, 150 palabras, en portugués e inglés. A criterio del autor, podrá ser enviado un tercer resumen en francés, español o alemán. El título y las palabras-clave (máximo cinco) también deberán ser traducidas a la lengua inglesa y, si es el caso, a la otra lengua extranjera en que el resumen haya sido presentado.

Las tablas y figuras deben ser entregadas en hojas aparte, indicando en el cuerpo del texto el lugar de su inserción. Las tablas deben ser creadas en el propio Word. Las figuras deberán ser encaminadas en su formato digital (JPG, GIF, TIF), en resolución adecuada y no exceder el tamaño de 23x16 cm. Los originales deben ser enviados sin moldura, con escala gráfica y leyendas legibles. Solamente se aceptarán figuras en color si el autor se hace cargo de los costos de impresión de las páginas correspondientes.

Las referencias y citas deben seguir las orientaciones de la ABNT. Las notas deben ser inseridas al pie de la página en que sean indicadas.

Será responsabilidad del autor la corrección ortográfica y sintáctica del texto. En los casos en que la Comisión Editorial y/o los miembros del Consejo Científico indiquen la necesidad de revisión, los costos serán cobrados a los autores. Se recomienda recurrir a especialistas para la corrección de los resúmenes en otros idiomas y no utilizar softwares para la traducción.

El contenido y las opiniones expresados por los autores de los textos son de su exclusiva responsabilidad, no representando, necesariamente, la opinión de los miembros de la Comisión Editorial y del Consejo Científico de la revista CIDADES.

La selección de los textos será realizada por dos árbitros del Consejo Científico. En casos en que no haya consenso en el parecer, el arbitraje será decidido por medio del parecer de un miembro de la Comisión Editorial. En el proceso de selección se consideran tres situaciones: texto aprobado para publicación,

texto reencaminado al autor para modificaciones o texto rechazado. Los textos, después de modificados por los autores, serán encaminados a los mismos árbitros que evaluaron la primera versión.

La revista no tiene posibilidades de pagar derechos de autor ni de distribuir separatas. Cada autor recibirá tres ejemplares del número en que sea publicado su trabajo.

NORMES DE PUBLICATION

La revue **CIDADES** publie des articles scientifiques, des essais théoriques, des critiques bibliographiques, des entretiens, des traductions de textes classiques et des discussions de concepts.

Les critères de décision pour l'acceptation des textes soumis pour la publication sont les suivants :

Articles scientifiques qui concernent surtout la réflexion théorico-méthodologique, résultant ou non de recherches empiriques, avec dans ce cas, la présentation des résultats finaux.

Essais critiques sur des thèmes, ouvrages, auteurs etc., présentant une contribution claire des auteurs.

Critiques bibliographiques que ne sont pas seulement des notes ou nouvelles bibliographiques mais plutôt révèlent la capacité de leurs auteurs, de contextualiser les ouvrages analysés dans le domaine de la production intellectuelle.

Divulgarion de textes classiques qui ont joué un rôle important pour l'évolution de la pensée et de la recherche sur l'urbain et la ville.

Textes présentant des synthèses sur un (des) concept(s) important(s) pour la compréhension de la ville et de l'urbain, dans lesquelles sont rappelés les auteurs ayant le plus contribué à cette élaboration et/ou les consensus et controverses à leur sujet.

Résultats partiels de recherches en cours, réflexions théorico-méthodologiques de caractère initial ou textes résultant de compilations bibliographiques dans lesquels la contribution de l'auteur n'est pas clairement définie, ne seront pas acceptés pour publication.

INSTRUCTIONS POUR LA PRÉSENTATION DES TEXTES

Les articles scientifiques doivent avoir un maximum de 25 pages (A4), être rédigés sous format Microsoft Word, interligne 1,5, police de caractères Times New Roman 11 pts, sans recul ni espace entre paragraphes. Pour les autres modalités, les normes sont les mêmes à l'exception de la longueur maximale des textes qui ne peuvent dépasser les 15 pages pour la discussion des concepts et

entretiens, 25 pages pour les traductions de textes classiques et 6 pages pour les critiques bibliographiques. Dans ce total de pages, il faut compter les tableaux, figures et références ou bibliographie.

Tous les textes doivent être envoyés en trois exemplaires imprimés et en version digitale (CDRom), accompagnés d'une feuille sur laquelle sont inscrits le(s) nom(s) de(s) l'auteur(s), filiation académique, date de l'élaboration de l'article et adresse pour la correspondance (postale et électronique).

Les articles scientifiques doivent obligatoirement comporter un résumé d'au moins 100 mots et 150 mots maximum, en portugais et en anglais. L'auteur peut, s'il le désire, joindre un troisième résumé en français, espagnol ou allemand. Le titre et les mots-clé (5 au maximum) devront également être traduits en anglais et dans l'autre langue étrangère du résumé.

Les références aux auteurs doivent figurer dans le corps du texte, en indiquant le nom en majuscules ou majuscules et minuscules, selon les cas, suivi de l'année de publication de l'ouvrage. Exemple : (SILVA, 2007), Silva (2007). S'il y a plus d'une oeuvre pour le même auteur, publiée la même année, des lettres de l'alphabet, minuscules, seront ajoutées après l'année de publication, par ordre de citation dans les références présentées à la fin de l'article. Exemple : (SILVA, 2007a), (SILVA 2007b), (SILVA, 2007c).

Les citations littérales d'extraits de textes d'autres auteurs, jusqu'à trois lignes, sont maintenues dans le corps du texte, entre guillemets, et, si elles ont plus de trois lignes, elles devront avoir un recul de 4 cm, en police de caractères Times New Roman 11, sans guillemets.

Si l'auteur souhaite mettre en évidence des expressions ou un extrait de son texte, ceux-ci devront être soulignés. L'italique doit être réservé aux expressions en langue étrangère. Exemples : tout court, e-mail, a priori.

Les figures doivent être envoyées imprimées et en format digital (JPG, GIF, TIF) avec une résolution minimale de 300 dpi. Elles ne peuvent pas dépasser 23 X 16 cm. Les figures originales doivent être envoyées sans cadre, l'échelle graphique et les légendes étant lisibles. Les figures colorées ne seront acceptées que si l'auteur assume les coûts d'impression des pages respectives.

Les références et les citations doivent suivre les normes de l'ABNT. Dans les références, à la fin du texte, les noms des auteurs doivent être complets. Exemple : SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Les titres des oeuvres doivent être mis en évidence en italique.

Les notes doivent être insérées en bas de la page où elles sont indiquées.

L'auteur assumera la correction orthographique et la syntaxe du texte. Lorsque la Commission éditoriale et/ou les membres du Conseil scientifique estiment qu'une révision est nécessaire, les coûts seront à la charge de l'auteur. Il est recommandé de recourir aux services de spécialistes pour la correction des résumés en langue étrangère et de ne pas utiliser les programmes de traduction automatique.

Le contenu du texte et les opinions exprimées n'engagent que les auteurs et ne reflètent pas le point de vue des membres de la Commission éditoriale ni du Conseil scientifique de la revue CIDADES.

La sélection des textes sera réalisée par deux lecteurs du Conseil scientifique. En cas d'opinions divergentes, l'arbitrage sera décidé par un membre de la Commission éditoriale. Trois situations sont possibles : texte approuvé pour publication, texte renvoyé à l'auteur pour modifications ou texte refusé. Après modification par les auteurs, les textes seront envoyés aux mêmes lecteurs qui avaient évalué la première version.

Par manque de fonds, la revue CIDADES ne paye pas de droits d'auteur et ne distribue pas de tirés à part. Chaque auteur recevra trois exemplaires du numéro dans lequel son article est publié.

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

GENERAL INSTRUCTIONS

The following kinds of texts can be proposed for publication in the **CIDA-DES** journal: scientific articles, theoretical essays, book reviews, interviews, translation of classic texts and more specific texts related to the discussion of concepts.

The proposal of texts for publication will be guided by the following parameters:

Scientific articles which are interesting especially in terms of their theoretical-methodological contribution, whether or not derived from empirical research and, in such cases, including the final results.

Critical essays about themes, works, authors, etc., containing clear contribution of the essay's author(s).

Book reviews should not constitute mere notes or bibliographical news; it is expected that they reveal the capacity of the author(s) in contextualizing the works reviewed within the framework of the intellectual production of the field.

Divulgence of classic texts which have played an important role in the evolution of thought and research about the urban and the city.

Texts which contain syntheses about concept(s) that matter(s) to the understanding of the city and the urban; it is expected that the role of the authors who most contributed to the field is properly addressed, as well as the existing consensus and disagreements on their contribution.

The following will not be accepted for publication: mere partial results related to "work in progress" (ongoing research), theoretical-methodological reflections of preliminary nature or texts derived from bibliographical compilation, without revealing clearly the authors' contribution.

SPECIFIC INSTRUCTIONS

Scientific articles must have a maximum length of 25 pages (A4 size), typed in Microsoft Word format, 1,5 spacing between lines, *Times New Roman* font

(size 11) without indentation and paragraph spacing. For other kinds of text, the rules are the same, except in relation to the maximum extension of texts, which is defined as follows: 15 pages for conceptual discussion and interviews; 25 pages for translations of classic texts; and 6 pages for book reviews. In all cases, the total number of pages already includes tables, pictures, and references or bibliography.

All the texts must be sent in three printed copies as well as in digital version (CD-ROM), followed by a sheet including: name(s) of the author(s), academic affiliations, date the text was written and mailing address (both postal and electronic address).

Scientific articles must have an abstract with a minimum length of 100 words and not exceeding 150 words; there should be two abstracts: one in Portuguese and another in English. According to the author's judgment, a third abstract can be sent in French, Spanish or German. The title and the keywords (maximum of 5 words) should also be translated into English and, if it is the case, into the other foreign language in which the abstract is presented.

Mentions to authors must be done in the text body, indicating the surname in uppercase or in upper and lowercase, according to the case followed by the year of publication. Example: (SILVA, 2007), Silva (2007). If there is more than one work with the same surname, published in the same year, small letters in alphabetical order should be added to the year of publication, and in the order references are presented at the end of the text. Example: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

Direct quotes of texts from other authors, not exceeding three lines, should be kept in the text body between quotation marks and, if they exceed three lines, they must be highlighted with a retreat of 4 cm, in font *Times New Roman* size 11, with no quotation marks.

Expressions or quotations from the text that the author desires to highlight must be underlined. The *italics* must be reserved to the expressions kept in foreign language. Example: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

Pictures must be forwarded printed and in digital format (JPG, GIF, TIF), in a minimum resolution of 300 dpi and cannot exceed the size of 23 x 16 cm. The originals must be sent with no frame, with a graphic scale and with a legible caption text. Colored pictures will only be accepted if the author bears the costs of printing such pages.

References and quotations must follow the ABNT standards. It is essential that the authors' names are written in full in the references at the end of the text. Example: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. The titles of the texts must be highlighted in *italics*.

Notes should be inserted at the bottom of the page where they are indicated (footnotes).

The spelling and syntactic correction of the text will be the author's sole responsibility. In case the Editorial Board and/or the members of the Scientific Advisory Board indicate the need of corrections and improvements, the costs will be charged to the authors. In case the author does not have a proper command of the language in which the abstract in a foreign language has to be written, it is recommended that he/she relies on the help of somebody who has the adequate expertise, instead of using translation *softwares*.

The contents and opinions expressed by the texts' authors are his/her responsibility, and they do not necessarily represent the opinion of the members neither of the Editorial Board nor of the Scientific Advisory Board of the CI-DADES journal.

The review of the texts submitted for publication will be made by two anonymous referees who belong to the Scientific Advisory Board. In case there is no consensus between them, a member of the Editorial Board will be invited to act as a third referee. At the end of the review process, three situations are possible: 1) the text is approved for publication without restrictions; 2) the text will be sent back to the author(s) for modifications or improvement; 3) the text is rejected. The texts, after being modified by their authors, will be forwarded to the same referees who reviewed the first version.

The journal does not pay for copyright, neither distributes reprints. Each author will receive three copies of the issue in which his/her work was published.

A CIDADE E A FESTA (CHAMADA PARA ARTIGOS)

A revista CIDADES planeja publicar, em 2011, um número consagrado ao tema **A CIDADE E A FESTA**. Recebi o convite para ser o editor deste número.

Os geógrafos estudam tradicionalmente a cidade, a partir de suas formas (extensão, planos, redes viárias, edificações); sua população (efetivos, origem, composição, migrações, classes); suas atividades artesanais, industriais, comerciais ou administrativas; suas funções políticas ou religiosas. A cidade é assim compreendida em sua temporalidade habitual, aquela da sucessão do trabalho e do repouso, aquela da produção, e nas suas dimensões simbólicas permanentes, como lugar do poder e centro religioso.

A festa rompe com a existência cotidiana. Fim do trabalho, das obrigações penosas! Dá-se o lugar à diversão, ao descanso! O cenário muda: arcos de triunfo, guirlandas e flores transformam as ruas e escondem o aspecto e a pobreza das edificações envelhecidas; as cores alegam a atmosfera; a música invade a cidade; as pessoas se disfarçam, mascaram-se; desfilam, cantam, dançam; fogos de artifício são disparados, espetáculos são oferecidos.

A festa destina-se a uma ou outra categoria social, ou a toda a população; ela é uma ação dos habitantes de um bairro ou daqueles de toda a cidade; ela é própria à cidade, ou se inscreve num calendário religioso que interessa a todos os fiéis ou naquele da República que concerne a toda a nação.

A pesquisa geográfica esteve desinteressada, por muito tempo, dos parênteses que se abrem, assim, na existência urbana. A festa reata com o tempo do mito, aquele da revelação ou aquele da Revolução: ela sacraliza frequentemente o espaço profano; as procissões religiosas o mostram, como, numa perspectiva diferente, os longos desfiles que comemoram os acontecimentos revolucionários. A festa lembra um passado magnificado, transfigura o presente ou projeta em um futuro glorioso.

A festa afeta o tempo social: ela provoca uma inversão da ordem instituída; as hierarquias são questionadas, o povo zomba de seus superiores, maltrata-os às vezes. É o tempo do barulho, dos fogos, da truculência, dos excessos. A cidade vive uma experiência catártica.

A festa exalta uma ordem simbólica que a vida cotidiana, às vezes, faz esquecer: se ela é religiosa, ela restitui à fé o ardor que ela tinha quando da revelação; se ela é política, ela exalta os valores centrais do grupo e conforta o poder daqueles que os defendem. A festa provoca momentos de exaltação.

A festa recompõe a cidade por um tempo. Por que? Será que serve sobretudo para evitar as explosões sociais graves provocando efemeridades mais benignas? Pode-se, sem ela, exaltar o que há de mais profundo na fé ou confortar os sentimentos de identidade?

A festa urbana é própria das sociedades do passado? Como ela tem evoluído? Como o sagrado e o profano conciliam-se hoje? A proliferação de seitas e o crescimento de ideologias novas lhe dão novas bases, lhe sugerem novos temas? Não está a festa remodelando o espaço da cidade pós-moderna, que gostaria de perenizar o cenário e a atmosfera da festa?

O objetivo deste número de CIDADES é evocar, através de exemplos tomados em meios e épocas diferentes, as diferentes funções da festa, o que ela traz para as populações urbanas, o significado que ela adquire para a cidade, seus diversos componentes ou a sociedade na qual ela se insere.

As propostas de artigos devem ser endereçadas a mim (p.claval@wanadoo.fr), ou à Maria Encarnação Beltrão Sposito (mebsposito@gmail.com), editora da revista CIDADES (cidadesrevista@gmail.com), até 01 de fevereiro de 2011.

Paul Claval

LA VILLE ET LA FÊTE (TEXTE D'APPEL)

La revue brésilienne CIDADES¹ projette de publier en 2011 un numéro consacré à «La ville et la fête». Elle m'a demandé de le diriger.

Les géographes étudient traditionnellement la ville dans ses formes (extension, plans, réseaux viaires, volumes construits), dans sa population (effectifs, origine, composition, migrations, classes), dans ses activités artisanales, industrielles, commerciales ou administratives, dans ses fonctions politiques ou religieuses. La ville est ainsi saisie dans sa temporalité habituelle, celle de la succession du travail et du repos, celle de la production, et dans ses dimensions symboliques permanentes, comme foyer de pouvoir et centre religieux.

La fête rompt avec l'existence quotidienne. Fini le travail, les obligations pesantes! Place au jeu, à la détente! Le décor change : arcs de triomphe, guirlandes et fleurs transforment les rues et cachent la grisaille et la pauvreté des bâtiments vieillissés ; les couleurs égaient l'atmosphère ; la musique envahit la ville ; les gens se déguisent, se masquent ; ils défilent, chantent, dansent ; des feux d'artifice sont tirés, des spectacles sont donnés.

La fête concerne telle ou telle catégorie sociale, ou toute la population ; elle est le fait des habitants d'un quartier ou de ceux de toute la cité ; elle est propre à la ville, ou s'inscrit dans un calendrier religieux qui intéresse tous les croyants ou dans celui de la République qui concerne toute la nation.

La recherche géographique s'est longtemps désintéressée des parenthèses qui s'ouvrent ainsi dans l'existence urbaine. La fête renoue avec le temps du mythe, celui de la révélation ou celui de la Révolution : elle sacralise souvent l'espace profane ; les processions religieuses le soulignent, comme, dans un registre différent, les longues marches qui commémorent les événements révolutionnaires. La fête rappelle un passé magnifié, transfigure le présent ou projette dans un futur glorieux.

¹ Revue semestriel du Grupo de Estudos Urbanos, publiée sous la direction de Maria Encarnação Beltrão Sposito. Courriel : mebsposito@gmail.com.br

La fête affecte le temps social : elle provoque une inversion de l'ordre institué ; les hiérarchies sont remises en cause, le peuple se moque de ses maîtres, les malmène parfois. C'est le temps du bruit, des pétards, de la truculence, des excès. La ville traverse une expérience cathartique.

La fête exalte un ordre symbolique que la vie quotidienne fait parfois oublier : si elle est religieuse, elle redonne à la foi l'ardeur qu'elle avait lors de la révélation ; si elle est politique, elle magnifie les valeurs centrales du groupe et conforte le pouvoir de ceux qui les défendent. La fête provoque des moments d'exaltation.

La fête recompose la ville pour un temps. Pourquoi ? Sert-elle surtout à éviter les explosions sociales graves en provoquant de passagères, plus bénignes ? Peut-on, sans elle, exalter la profondeur de la foi ou conforter les sentiments d'identité ?

La fête urbaine appartient-elle plutôt aux sociétés du passé ? Comment évolue-t-elle ? Comment sacré et profane s'y concilient-ils aujourd'hui ? La prolifération des sectes et la montée d'idéologies nouvelles lui donnent-elle de nouvelles bases, lui suggèrent-elles de nouveaux thèmes ? N'est-elle pas en train de remodeler l'espace de la ville postmoderne, qui voudrait pérenniser les décors et l'atmosphère de la fête ?

Le but du numéro de CIDADES est d'évoquer, à travers des exemples pris dans des milieux et à des époques différentes, les différentes fonctions de la fête, ce qu'elle apporte aux populations urbaines, et la signification qu'elle revêt pour la ville, ses diverses composantes, ou la société dans laquelle elle s'insère.

Les propositions d'articles devront m'être adressées (p.claval@wanadoo.fr), ou être adressées à Maria Encarnação Beltrão Sposito (mebsposito@gmail.com), directrice de la revue CIDADES (cidadesrevista@gmail.com), avant le 1^{er} février 2011.

Paul Claval

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O SENTIDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (CHAMADA PARA PUBLICAÇÃO)

Quando a Comissão Editorial da revista CIDADES optou pela edição de um “dossiê” a cada número, a partir do sétimo volume, coube-me a tarefa de organizar um número dedicado às políticas públicas voltadas para o espaço urbano. Propõe-se para este um olhar crítico às políticas e ações propostas ou já concretizadas pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal para as nossas cidades, tendo em vista o sentido das políticas adotadas, bem como sobre diretrizes e instrumentos disponíveis para tal finalidade em cada localidade e a cada momento histórico.

No âmbito das ciências humanas, os geógrafos são profissionais cuja formação acadêmica envolve tanto a natureza quanto a sociedade (sem falar na sua experiência no tratamento da cartografia) e, desse modo, requisitados para compor equipes técnicas que oferecem subsídios para a tomada de decisões políticas que implicam formas diversas de apropriação do espaço urbano. Acompanhados de arquitetos, urbanistas e engenheiros, entre outros profissionais, ajudam a desenhar o espaço da vida na cidade, onde estão postas concretamente as condições de nos reproduzirmos socialmente. A vida cotidiana depende diretamente de tais políticas. As transformações no espaço urbano, em qualquer momento da história, sempre implicaram decisões de e/ou entre indivíduos, classes ou parcelas de classes, vivendo num espaço comum. Portanto, o sentido das decisões tomadas e levadas a efeito por ações do poder público em cada lugar, sucessivamente no tempo, se materializaram no espaço urbano e simultaneamente se transformaram em condições de reprodução da vida na cidade.

A academia tem a tarefa de avaliar criticamente os resultados obtidos. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que nas democracias eleivas a duração dos mandatos governamentais provoca a descontinuidade de ações já em curso, retardando, ou mesmo eliminando programas. De

modo concreto: muda o governante, alteram-se os rumos de ações políticas que afetam positiva ou negativamente a reprodução social. Mas é bom lembrar que as decisões tomadas no que concerne à reprodução do capital não sofrem descontinuidade temporal. Porém, é frequente a descontinuidade espacial: na atualidade, os capitais se deslocam para onde podem obter maiores lucros com muita velocidade.

Isso posto, o objetivo do número 14 da Revista CIDADES é o de apresentar reflexões sobre o sentido de decisões que implicaram e implicam transformações no espaço urbano na atualidade. E nessa perspectiva, perguntamos: as políticas públicas, com suas estratégias, têm banalizado forma e conteúdo do espaço urbano? As políticas públicas têm contribuído para a construção de espaços urbanos onde prevalece o interesse privado? Há políticas públicas que favorecem o interesse coletivo? Qual o significado dos espaços públicos para os cidadãos? De que instrumentos a sociedade dispõe e de que maneira os usa para pensar e projetar a vida na cidade? Quem definiu os instrumentos formais, legislação, normas etc., e com qual pressuposto? Essas são algumas questões gerais sobre as quais devemos nos debruçar com persistência, de modo a tornar mais claras as políticas públicas orientadoras da produção do espaço urbano que nos destinam para a reprodução da vida.

Os artigos deverão ser enviados a mim (silvanapintaudi@uol.com.br) ou à Maria Encarnação Beltrão Sposito (cidadesrevista@gmail.com), coordenadora editorial da Revista, até o dia 1º de março de 2011. Caso seja necessária alguma revisão, os textos definitivos devem ser entregues até 1º de maio de 2011.

Silvana Maria Pintaudi

VOL
36

Nº
107

ABRIL
2010

EURE

Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales

| ARTÍCULOS

- 5 Cambios territoriales en la Comunidad de Madrid: policentrismo y dispersión
María Teresa Gallo Rivera, Rubén Garrido Yserte y Manuel Vivar Águila
- 27 Inserción económica internacional y “resolución negociada” de conflictos ambientales en América Latina
Henri Acselrad, Gustavo das Neves Bezerra y Edwin Muñoz Gaviria
- 49 La vertebración territorial en regiones de alta especialización: valle central de Chile. Alcances para el desarrollo de zonas rezagadas en torno a los recursos naturales
Alberto García-Huidobro y Andrés Maragaño
- 67 Patrones de movilidad residencial en la Ciudad de México como evidencia de co-localización de población y empleos
Manuel Suárez-Lastra y Javier Delgado-Campos
- 93 Del asentamiento minero al espacio continental. Chuquicamata (Chile) y la contribución de la minería a la configuración del territorio y el desarrollo social y económico de la Región de Antofagasta durante el siglo XX
Eugenio Garcés Feliú, Juan O'Brien y Marcelo Cooper
- 109 Legitimidade espacial: uma discussão sobre mutação e permanência das estruturas espaciais urbanas
Norma Lacerda, Lúcia Leitão y Paulo Abílio de Queiroz

| TRIBUNA | transporte, desarrollo urbano y metro

- 125 El gran impacto del Metro
Louis de Grange C.
- 133 Transporte y ciudad
Germán Correa Díaz

| RESEÑAS

- 139 Alain Musset
“¿Geohistoria o geoficción? Ciudades vulnerables y justicia espacial”
Francisca Márquez
- 141 Memoria Abierta
“Memorias en la ciudad. Señales del terrorismo de Estado en Buenos Aires”
Rodrigo Millán y Valentina Rozas

- 145 | EURE | informa



Sociologies et architecture

N° 142 (n° 3 de 2010)

DOSSIER

SOCIOLOGIES ET ARCHITECTURE

(dossier coordonné par *Olivier Chadoin et Viviane Claude*)

- Éditorial. Matériaux pour une sociologie de l'architecture - *Olivier Chadoin et Viviane Claude*
- Réceptions et appropriations des sciences humaines par les architectes. Le cas des CIAM et du Team Ten (1928-1962) - *Claudio Secci*
- Une position professionnelle difficile. François Lautier, « sociologue » dans une école d'architecture (1967-2008) - *Gérald Houdeville*
- Enseigner la sociologie et produire de l'espace urbain en Afrique noire francophone : un cas « d'école » - *Cyprien C. Aholou, Monica Coralli*
- Pour une sociologie « constructiviste » de l'architecture - *Christophe Camus*
- Les germes de la sociologie de l'architecture chez les pères fondateurs de la sociologie - *D'Heike Delitz*

HORS DOSSIER

- La réhabilitation du centre ancien de Barcelone : discours et représentations par les pouvoirs publics (1980-2008) - *Hovig Ter Minassian*

CONTROVERSES

- Collectivités territoriales : vertus et vices de la simplification du « mille-feuille » - *Alain Bourdin*
- Les chantiers de la simplification - *Yves Jégouzo*
- Réforme(s) territoriale(s) : de la complexité comme solution à la simplification comme problème - *Michel Casteigts*

NOTES DE LECTURE

- Compte rendu thématique Métiers et professions de l'urbanisme : l'ingénieur, l'architecte et les autres - *Maurice Blanc*
- Recensions d'ouvrages

ESPACES ET SOCIÉTÉS

ENSA Paris-Val de Seine, LAVUE - 3-15 quai Panhard et Levassor - 75013 PARIS
e-mail : espacesetsocietes@msh-paris.fr - Internet : <http://www.espacesetsocietes.msh-paris.fr>

Vous pouvez vous abonner en ligne (paiement sécurisé) : www.editions.eres.com

ou

CRM ART - Éditions érès - BP 15245 - 31152 FENOUILLET Cedex
Tél + 33 (0) 5 61 74 92 59 - Fax + (0) 5 17 47 52 67 - e-mail : commandes.eres@crm-art.fr

Prix de l'abonnement **Espaces et Sociétés**

3 numéros à la suite dont un double / pour 1 an
France particuliers.....55 € - France organismes.....60 €
Autres pays particuliers.....65 € - Autres pays organismes.....70 €
Prix du n° 3 2010 (142) : 25 €

